

**Karen Ann Câmara Bezerra Sá**

**URBANIZAÇÃO TURÍSTICA EM PONTA NEGRA:  
Relações de força e processos sociais no período de 1979-2009**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Turismo.

**Área de Concentração:** Turismo e Desenvolvimento Regional.

**Orientador:** Prof. Dr. Fernando Dias Lopes

Natal  
2010

**Karen Ann Câmara Bezerra Sá**

**URBANIZAÇÃO TURÍSTICA EM PONTA NEGRA:  
Relações de força e processos sociais no período de 1979-2009**

Dissertação apresentada ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, na área de Concentração de Turismo e Desenvolvimento Regional do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Turismo.

Aprovada pela banca examinadora:

Natal (RN), 08 de abril de 2010.

---

Professor Fernando Dias Lopes, Doutor  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

---

Professor Francisco Fransualdo de Azevedo, Doutor  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN

---

Professora Edyr Aparecida Balastrieri Rodrigues, Pós-Doutora  
Universidade de São Paulo – USP

## **DEDICATÓRIA**

Dedico essa dissertação, ao meu melhor amigo e grande amor, Ricardo M. Sá, por sua confiança e credibilidade em mim, pela cumplicidade e sintonia que nele encontrei e por tudo que tenho vivido e aprendido nesses anos de convivência, ele já é parte de mim.

## AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a todos que contribuíram de alguma forma para realização dessa dissertação:

Ao meu orientador, Professor Doutor Fernando Dias Lopes, pela sua presteza e disponibilidade, pela sua contribuição na minha formação acadêmica desde a época da graduação e por sua participação na escolha e desenvolvimento da temática dessa pesquisa. Embora árdua e desafiante do ponto de vista teórico e metodológico me proporcionou uma excelente experiência em pesquisa complexa e uma visão singular do funcionamento do turismo e da sua influência na transformação do espaço urbano de Natal. Não posso deixar de agradecê-lo pelo seu apoio nos momentos difíceis que enfrentei nesse mestrado e por nunca ter me deixado desistir. Para mim o Professor Fernando é um exemplo de ser humano e profissional que jamais esquecerei.

À minha Co-orientadora Professora Doutora Beatriz Maria Soares Pontes pela amável atenção concedida em todos os momentos que a procurei e por suas pertinentes considerações a luz do aporte geográfico, fundamental para a análise da produção do espaço e para o encaminhamento dessa pesquisa. Agradeço imensamente o seu carinho e sua responsabilidade para comigo, e devo mencionar que apesar de seu nome não constar oficialmente nessa dissertação como Co-orientadora por razões burocráticas suas contribuições são inegáveis.

Ao Programa de Pós-Graduação em Turismo, aos seus professores, em particular a professora Doutora Mariana Baldi pelas suas aulas inesquecíveis, a professora Doutora Maria Lúcia Bastos por ter me recebido enquanto estagiária docente na graduação de Ciências Sociais, enriquecendo ainda mais a minha formação que naturalmente tem seguido uma linha transdisciplinar; à coordenação na pessoa da professora Mariana Baldi que nos momentos em que estive à frente do Programa sempre fez valer os estatutos e as decisões colegiadas.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro na minha trajetória neste programa.

À Justiça Federal do Rio Grande do Norte e ao Tribunal Regional Federal da 5ª Região, na pessoa do Advogado/Procurador Felipe Antonio Lopes Santos e do Relator, o Desembargador Federal Francisco Barros Dias, que deferiram a liminar requerida, determinando a suspensão do ato, da Coordenadora deste Programa, Doutora Rosana Mara Mazaro, que negligentemente cancelou a bolsa CAPES, outorgada a minha pessoa.

Ao meu advogado André Lira de Lima Barros por seus serviços prestados no que se refere ao mandato de segurança referente ao cancelamento da bolsa CAPES.

Ao Professor, Doutor Edmilson Lopes Jr. pelas considerações iniciais no projeto de dissertação.

À professora Doutora Rita de Cássia Ariza da Cruz pela apreciação e considerações críticas no projeto de dissertação e pelos elogios a mim proferidos;

Aos nativos da Vila de Ponta Negra meu muito obrigada e minhas profundas desculpas, por morar na mesma comunidade e ser tão indiferente a essa história de luta que tanto ensina!

Ao Presidente da Associação dos Moradores e do Campo do Botafogo Futebol Clube da Vila de Ponta Negra, Onofre Gomes, por servir de elo com a comunidade e por compartilhar informações que foram fundamentais para realização dessa pesquisa.

À minha colega de curso, Pamela Medeiros Brandão, pela amizade e apoio nos momentos críticos e inexplicáveis que nos surpreenderam e que acabaram por nos tornar mais fortalecidas emocionalmente e preparadas para lidar com o autoritarismo e os temperamentos sórdidos de pessoas pequenas.

Aos colegas de mestrado, apesar do corporativismo e da aceitação nada plena.

A minha família, em particular a minha mãe, a quem sou grata pela minha formação humana e social e meus valores morais. E aos meus irmãos Marcos e Joyce a quem dediquei muito da minha vida.

Ao meu pastorzinho, meu animal de estimação, adorável e inseparável, sempre aos pés da minha escrivadinha me fazendo companhia.

Ao meu companheiro, Ricardo Miranda Sá, pelo fundamental apoio e sua presença constante ao meu lado dividindo todos os momentos angustiantes e alegres, atenuando os momentos de tristeza com seu bom humor e maximizando todos os momentos de felicidade, tornando-os ainda mais intensos e inesquecíveis.

“Hoje, mais do que nunca, não existe pensamento sem utopia. Ou então, se nos contentarmos em constatar, em ratificar o que temos sob os olhos, não iremos longe, permaneceremos com os olhos fixados no real.

Como se diz: seremos *realistas*... mas não pensaremos! Não existe pensamento que não explore uma possibilidade, que não tente encontrar uma orientação. Evidentemente, desde que se evite o positivismo acabrunhante, que não significa outra coisa senão a ausência de pensamento, encontramos-nos diante das fronteiras, bastante difíceis de discernir, entre o possível e o impossível.”

(LEFEBVRE, 2008, p. 73).

## RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo principal investigar de que modo às relações de força, operando nos processos sociais do turismo, têm moldado a urbanização do bairro de Ponta Negra, Natal, Estado do Rio Grande do Norte – RN. O estudo parte do pressuposto de que a produção do espaço resulta de fenômenos globais particularizados por forças localizadas – um processo de *glocalização*. O lócus de análise dessa investigação é o bairro de Ponta Negra. Foram utilizados dados primários e secundários e as informações foram tratadas através da técnica de análise de conteúdo. A urbanização de Ponta Negra está inserida no contexto da reestruturação produtiva mundial deflagrada na década de 1970. O projeto de urbanização turística do Parque das Dunas Via Costeira (PD/VC), marca a formação do Campo Turístico de Natal a partir de 1979. O recorte espacial contempla o período que vai de 1979 até 2009. A investigação histórica desse recorte permitiu dividir a trajetória do Turismo em Natal em quatro grandes recortes temporais: o turismo em Natal antes da Via Costeira (1939-1979); do Projeto Parque das Dunas/Via Costeira ao primeiro "boom" do turismo nacional (1979 - 1990); a internacionalização do turismo em Natal (1991-2000) e; do primeiro "boom" ao "declínio" do turismo internacional (2001-2009). Com base na evolução histórica do turismo foram eleitos três processos sociais diversos, capazes de demonstrar como as relações de forças sociais interpostas no espaço atuam sobre eles e contribuem para moldar o processo de urbanização do bairro em questão: a "retirada das barracas", o "Campo do Botafogo Futebol Clube" e os "espigões". Por fim, cumpre sintetizar que a pesquisa identificou interesses e conflitos entre os atores que formam o fio condutor das transformações espaciais: conflitos de ordem cultural resultantes da imposição de práticas sociais que diferem do gosto dos nativos; enfrentamentos entre grupos distintos que refletem a dualidade entre o valor de uso e o valor de troca; e interesses de valorização fundiária. Ademais, demonstrou que as relações sociais que implicam no processo de produção do espaço são estimuladas por profundos processos societários arraigados historicamente e camuflados por relações de mercado e por uma fachada moderna que a cidade tem adquirido nos últimos tempos; revelou que os atores se articulam em redes para aumentar seu poder de influência e que essa influência oscila, principalmente, de acordo com o poder econômico e político que eles ou seus associados detêm.

Palavras-chave: Espaço. Ponta Negra. Urbanização Turística. Relações de Força. Processos Sociais.

## ABSTRACT

This master thesis aimed to investigate how the power relations operating in the tourism social processes, have shaped the urbanization of Ponta Negra district, Natal, Rio Grande do Norte - RN. The study assumes that the production of space is the result of global phenomena individualized by local forces – a process of glocalization. The method used was the case study. It used primary and secondary data and information were treated using the technique of content analysis. The urbanization of Ponta Negra is inserted in the context of global process triggered in the 1970s. The Park of Dunas and Costeira Highway (PD/VC) urbanization project marks the beginning of the Tourism since 1979. The period in focus was 1979 to 2009. The tourism was divided into four major sections time: tourism in Natal before the Coastal Highway (1939-1979); Project Parque das Dunas / Coastal Highway to the first boom in domestic tourism (1979 - 1990); the internationalization of tourism (1991-2000) and, of first "boom" to "decline" of international tourism (2001-2009). Based on the historical evolution of the tourism were elected three different social processes, able to demonstrate how relations of social forces brought in space act on them and help shape the process of urbanization of the neighborhood in question: The “removal of beach hut”, the “soccer field Botafogo Football Club” and the “skyscrapers”. Finally, it should summarize the research identified interests and conflicts among the actors that form the thrust of spatial transformations: cultural conflicts resulting from the imposition of social practices that differ from the taste of native; clashes between different groups that reflect the duality between use value and exchange value; and interests in land values. In addition, demonstrated that the social relations that involve the production of the area are stimulated by deep-seated societal processes historically and camouflaged by market relations and a modern facade that the city has acquired in recent times; revealed that the actors are linked in networks to increase their influence and that this influence varies mainly according to economic and political power that they or their associates hold.

Keywords: Space. Ponta Negra. Tourism urbanization. Power relations. Social processes.

## LISTAS DE FIGURAS

|                           |                                                                                                                                                                                                    |     |
|---------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Figura 1:</b>          | Vista área do Parque das Dunas e da Via Costeira em Natal (2009).....                                                                                                                              | 88  |
| <b>Figura 2:</b>          | Vista frontal do Mirador Flat, localizado na orla de Ponta Negra.....                                                                                                                              | 132 |
| <b>Figura 3:</b>          | Castelo Medieval onde estão estabelecidos a Lua Cheia <i>Hostel</i> e a Taverna <i>Pub Night Club</i> no Alto de Ponta Negra.....                                                                  | 141 |
| <b>Figura 4:</b>          | Campo do Botafogo (em vermelho), nas proximidades do “Cartão Postal” da cidade de Natal (Morro do Careca).....                                                                                     | 143 |
| <b>Figura 5:</b>          | Vista aérea com a localização dos canteiros de obras dos empreendimentos imobiliários (em vermelho) previstos na Vila de Ponta Negra (em azul, a área do Campo do Botafogo).....                   | 155 |
| <b>Figura 6:</b>          | A natureza vendida (Morro do Careca) pelos atores do mercado imobiliário como diferencial dos empreendimentos lançados ao mercado externo (em 2007).....                                           | 166 |
| <b>Figura 7:</b>          | Documento da folha de votação do Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente – CONPLAM – Processo nº 032448/2007-89 de 08/12/2009.....                                               | 173 |
| <b>Figuras 8, 9 e 10:</b> | Laudo pericial demonstrando que se fossem liberados, os espigões de Ponta Negra, vistos de três pontos distintos da praia, influiriam na paisagem do complexo dunar do Morro do Careca (2010)..... | 174 |
| <b>Figura 11:</b>         | Proposta de urbanização da AME Ponta Negra para a área <i>non aedificandi</i> , contígua a Avenida Engenheiro Roberto Freire em Ponta Negra.....                                                   | 183 |
| <b>Figura 12:</b>         | Vista aérea da praia do Alagamar, localizada na ZPA-6 (após o Morro do Careca). Projeto da AME Ponta Negra prevê a sua transformação em “praia de naturismo”.....                                  | 185 |

## LISTA DE GRÁFICOS

|                   |                                                                                        |     |
|-------------------|----------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Gráfico 1:</b> | Estimativa do Fluxo Turístico Global em Natal (1996-2008).....                         | 107 |
| <b>Gráfico 2:</b> | Valorização Fundiária – Avenida Erivan França – Orla de Ponta Negra (1995-2009).....   | 129 |
| <b>Gráfico 3:</b> | Valorização Fundiária - Zona Especial Turística (ZET-1) - Ponta Negra (1995-2009)..... | 130 |
| <b>Gráfico 4:</b> | Valorização Fundiária Alto de Ponta Negra - Ponta Negra (1995-2009).....               | 142 |

## LISTA DE MAPAS

|                |                                                                                                                                                                                                                                   |     |
|----------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Mapa 1:</b> | Divisão administrativa do Município de Natal, com o bairro de Ponta Negra em destaque (2006).....                                                                                                                                 | 75  |
| <b>Mapa 2:</b> | Mapa da cidade de Natal, seus bairros e o bairro de Ponta Negra.....                                                                                                                                                              | 120 |
| <b>Mapa 3:</b> | Demarcação da Zona Especial Turística – ZET-1 em Ponta Negra.....                                                                                                                                                                 | 123 |
| <b>Mapa 4:</b> | Mapa da imagem aérea da Área Especial de Interesse Social – AEIS de Ponta Negra, que compreende uma fração do espaço da Vila de Ponta Negra, margeando as encostas do Morro do Careca e a Zona de Proteção Ambiental – ZPA-6..... | 165 |

## LISTA DE QUADROS

|                  |                                                                                                                                 |     |
|------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Quadro 1:</b> | Adaptação teórica de análise dos processos contemporâneos de reestruturação sócio-espacial urbana proposto por Soja (1993)..... | 41  |
| <b>Quadro 2:</b> | Modelo de análise empírica da urbanização em cidades turísticas.....                                                            | 50  |
| <b>Quadro 3:</b> | Proposições teóricas e sua aplicabilidade para metrópoles turísticas e cidades turísticas de lazer.....                         | 52  |
| <b>Quadro 4:</b> | Entrevistas agrupadas por tipo de organização.....                                                                              | 70  |
| <b>Quadro 5:</b> | Equipamentos turísticos instalados na Via Costeira (1979-2009).....                                                             | 92  |
| <b>Quadro 6:</b> | Relação dos “atores coletivos centrais” do processo de urbanização de Ponta Negra – Natal/RN.....                               | 121 |

## LISTA DE TABELAS

|                  |                                                                                                                                 |     |
|------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| <b>Tabela 1:</b> | Evolução do número de hóspedes nos meios de hospedagens e hotéis em Natal – período de 1984 a 1990.....                         | 94  |
| <b>Tabela 2:</b> | Receita gerada pelos produtos e serviços na economia do RN (1984-1987) – Cr\$ 1,00.....                                         | 95  |
| <b>Tabela 3:</b> | Desvalorização semestral do Real (R\$) frente ao Dólar americano (US\$). Período de 3 de janeiro de 2000 a 3 julho de 2007..... | 106 |
| <b>Tabela 4:</b> | Pais de origem dos investimentos estrangeiros no Estado do Rio Grande do Norte (2001-2006).....                                 | 108 |
| <b>Tabela 5:</b> | Investimentos estrangeiros diretos por setores econômicos* – Estado do Rio Grande do Norte (2001-2006).....                     | 108 |

## LISTAS DE SIGLAS

**ABAV** – Associação Brasileira de Agentes de Viagem  
**ABIH-RN** – Associação Brasileira da Indústria de Hotéis do Rio Grande do Norte  
**AEIS** – Área Especial de Interesse Social  
**AMPA** – Associação dos Moradores dos Parques Residenciais de Ponta Negra e Alagamar  
**ASPAN** – Associação Profissional dos Arquitetos Norte-riograndenses  
**ASPOAN** – Associação Potiguar Amigos da Natureza  
**BDRN** – banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte  
**BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
**BNB** – Banco do Nordeste do Brasil  
**BNDES** – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social  
**COHAB-RN** – Companhia de Habitação do Rio Grande do Norte  
**CONPLAM** – Conselho de Planejamento Urbano para o Município de Natal  
**CREA/RN** – Conselho Regional de Engenharia Civil – Secção do Rio Grande do Norte  
**CRECI/RN** – Conselho Regional dos Corretores de Imóveis do Rio Grande do Norte  
**CTI-NE** – Comissão de Turismo Integrado do Nordeste  
**DETUR** – Departamento de Turismo  
**EMBRATUR** – Empresa Brasileira de Turismo  
**EMPROTUR** Empresa Potiguar de Promoções Turísticas  
**EMPROTURN** – Empresa de Promoções e Desenvolvimento Turístico  
**FACEX** – Faculdade de Ciências, Cultura e Extensão  
**FAL** – Faculdade de Natal  
**FIERN** – Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte  
**FINAME** – Agência Especial de Financiamento Industrial  
**FINOR** – Fundo de Investimento do Nordeste  
**FISSET** – Fundo de Investimentos Setoriais  
**FMI** – Fundo Monetário Internacional  
**FUNGETUR** – Fundo Geral de Turismo  
**FUNPEC** – Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura  
**GTDN** – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste  
**IAB** – Conselho Superior do Instituto dos Arquitetos do Brasil de Natal  
**IFRN** – Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte

**INOCOOP-RN** – Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais do RN  
**IPLANAT** – Instituto de Planejamento Urbano do Município de Natal  
**ITERN** – Instituto de Terras do Rio Grande do Norte  
**JUCEPE** – Junta Comercial do Estado de Pernambuco  
**MTE** – Ministério do Trabalho e Emprego  
**NASA** - *National Aeronautics and Space Administration*  
**PD/VC** – Parque das Dunas – Via Costeira  
**PND** – Plano Nacional de Desenvolvimento  
**PPGTUR** – Programa de Pós-Graduação em Turismo  
**PROATUR** – Programa de Apoio ao Turismo Regional  
**PRODETUR-RN** – Programa de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Norte  
**RN** – Estado do Rio Grande do Norte  
**SDUR** – Superintendência de Desenvolvimento Urbano e Rural  
**SEBRAE** – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
**SECTUR** – Secretaria Municipal de Turismo e Certames  
**SECTUR** – Secretaria Municipal de Turismo e Cultura  
**SEDEA** – Sociedade de Estudos, Defesa e Educação Ambiental  
**SEDEC** – Secretaria de Desenvolvimento Econômico  
**SEMITUR** – Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo  
**SEMPLA** – Secretaria Municipal de Planejamento  
**SEMURB** – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo  
**SETUR** – Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte  
**SETURDE** – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico  
**SINDUSCON-RN** – Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Rio Grande do Norte  
**SFH** – Sistema Financeiro de Habitação  
**SISTUR** – Sistema de Turismo  
**SUDENE** – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste  
**SUTUR** - Superintendência de Hotéis e Turismo  
**TELERN** – Empresa de Telecomunicações do Rio Grande do Norte  
**UERN** - Universidade Estadual do Rio Grande do Norte  
**UFRN** – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
**UNP** – Universidade Potiguar  
**ZEPH** - Zona Especial de Preservação Histórica  
**ZET** – Zona Especial Turística

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                     |     |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| RESUMO .....                                                                                                                                        | 7   |
| ABSTRACT .....                                                                                                                                      | 8   |
| LISTAS DE FIGURAS .....                                                                                                                             | 9   |
| LISTA DE GRÁFICOS .....                                                                                                                             | 10  |
| LISTA DE MAPAS .....                                                                                                                                | 11  |
| LISTA DE QUADROS .....                                                                                                                              | 12  |
| LISTA DE TABELAS .....                                                                                                                              | 13  |
| LISTAS DE SIGLAS .....                                                                                                                              | 14  |
| INTRODUÇÃO .....                                                                                                                                    | 18  |
| 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....                                                                                                           | 27  |
| 1.1 O espaço e a dinâmica urbana no capitalismo tardio: produção, circulação e consumo                                                              | 27  |
| 1.2 A urbanização turística .....                                                                                                                   | 35  |
| 1.2.1 O sistema de produção flexível e a emergência da urbanização turística.....                                                                   | 37  |
| 1.2.2 O processo de gentrificação do lugar .....                                                                                                    | 43  |
| 1.2.3 A cidade pós-moderna ou a “cidade do prazer”: incorporando outros elementos da<br>(pós?)-modernidade à análise da urbanização turística ..... | 45  |
| 1.3 Urbanização turística: estudos teórico-empíricos .....                                                                                          | 49  |
| 1.4 A questão fundiária na cidade e a renda da terra .....                                                                                          | 53  |
| 1.5 Procedimentos de Pesquisa.....                                                                                                                  | 64  |
| 1.5.1 Características da pesquisa.....                                                                                                              | 64  |
| 1.5.2 Técnicas de pesquisa utilizadas.....                                                                                                          | 66  |
| 1.5.3 Tratamento e análise das informações.....                                                                                                     | 69  |
| 1.5.4 Limitações da pesquisa .....                                                                                                                  | 71  |
| 2 TURISMO EM NATAL: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA COM ÊNFASE NO<br>ESPAÇO REPRESENTATIVO DA URBANIZAÇÃO TURÍSTICA – PONTA NEGRA....                     | 73  |
| 2.1 Uma panorâmica do desenvolvimento urbano de Natal.....                                                                                          | 74  |
| 2.2 Os principais eventos e atores que impulsionaram o crescimento do turismo em Natal                                                              | 80  |
| 2.2.1 O turismo em Natal antes da Via Costeira (1939-1979).....                                                                                     | 83  |
| 2.2.3 Do Projeto Parque das Dunas/Via Costeira ao primeiro "boom" do turismo nacional<br>(1979 - 1990) .....                                        | 87  |
| 2.2.4 A internacionalização do turismo em Natal (1991-2000).....                                                                                    | 100 |

|                                                                                                                            |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 2.2.5 Do primeiro “boom” ao “declínio” do turismo internacional (2001-2009).....                                           | 105 |
| 2.3 Ponta Negra: de Vila de pescadores à destino turístico internacional.....                                              | 113 |
| 3 A “ARTICULAÇÃO” DOS ATORES NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO                                                                    |     |
| TURÍSTICA: A DISPUTA PELO ESPAÇO.....                                                                                      | 121 |
| 3.1 Orla de Ponta Negra um espaço de interesses antagônicos: revisitando o processo de retirada das barracas da praia..... | 123 |
| 3.2 O espaço diferencial na berlinda: o caso do Campo do Botafogo Futebol Clube da Vila de Ponta Negra.....                | 139 |
| 3.3 Um divisor de águas na história do bairro: “o caso dos espigões” .....                                                 | 154 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS .....                                                                                                 | 191 |
| REFERÊNCIAS .....                                                                                                          | 198 |
| ANEXOS.....                                                                                                                | 210 |

## INTRODUÇÃO

Complexas mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais iniciadas na década de 1960 envolveram novos usos dos espaços e de formas espaciais para servirem as necessidades de consumo de indivíduos e corporações. O contexto que se configurou a partir dessas mudanças tornou-se conhecido polemicamente pelo termo (pós?) <sup>1</sup>-modernidade, que nesta pesquisa será entendido segundo a visão de David Harvey (1992) e utilizado para definir o sistema de consumo associado ao sistema de produção e a nova sociedade que surgem a partir desse novo contexto.

Harvey (1992) afirma que o descontentamento socioeconômico iniciado nessa década conduziu a um processo de reestruturação econômica e ajuste social e político na década de 1970, gerando conseqüências radicais na organização do espaço social; essas mudanças representaram, sobretudo, a passagem do sistema fordista para o sistema de acumulação flexível, criado para garantir as bases de acumulação de capital em escala global. Conforme o autor, o termo “flexível” significou principalmente a flexibilização do mercado de trabalho, dos processos organizacionais e do consumo.

Até então, a cidade era vista historicamente como um centro de convergência da produção, da troca e da centralização do poder político, num processo de formação e transformação geralmente associado à urbanização industrial iniciada no século XIX, embora essa conjugação industrialização e cidade tenham apresentado conflitos ao longo dos anos, como o êxodo urbano em cidades industrializadas (exemplo de Veneza), a existência de urbanização com alta industrialização, mas, também com pouca industrialização (exemplo de Toulouse, cidades africanas e da América do Sul), além do fato de que a formação da cidade é preexistente a esse processo. (LEFEBVRE, 2001). Contudo, para Lefebvre (2001), não há dúvidas sobre o marco histórico da urbanização industrial que caracterizou a sociedade moderna.

Não obstante, essas mudanças evidenciaram o lazer/cultura e o empreendimento como forças motrizes de crescimento da cidade (HARVEY, 1992), tornando-a também o centro da reprodução social da sociedade capitalista, do comércio e do consumo. (SOJA, 1993). É nesse contexto de mudança nas práticas e nos processos econômicos, que ocorre a passagem entre os sistemas de produção, cujos vínculos materiais entre os processos político-

---

<sup>1</sup> A interrogação reflete a discordância do prefixo pós pelas mesmas razões apresentadas por David Harvey em a “Condição Pós-Moderna” (1992).

econômicos e culturais são explicados à luz do que Harvey (1992) chamou de compressão do espaço-tempo do mundo capitalista.

De acordo com o autor, o setor de serviços surge como nova fonte de maximização do capital. A isso se atribui a inserção do turismo como atividade econômica na agenda dos organismos internacionais, acompanhado de um discurso hegemônico de que o turismo é a melhor alternativa de desenvolvimento econômico para países em desenvolvimento, quando não a única.

Esse fato desencadeou um intenso volume de investimentos privados no trade turístico que já vinha ocorrendo em menor intensidade desde o sistema fordista – com o turismo de massa; essa concentração de investimentos tem gerado a dependência econômica de muitas cidades pelo turismo, a exemplo de *Las Vegas*, Orlando e Miami, nos Estados Unidos, Atenas na Grécia, Cancun e Acapulco no México, muitas cidades do Nordeste do Brasil, onde a lista é extensa.

Lefebvre (2006, p. 47) em “A produção do espaço” editado em 1974, já versava sobre a produção do espaço a partir da diferenciação interna do sistema de produção, referindo-se a reprodução do espaço Mediterrâneo para o lazer e para o não-trabalho, afirmando que “[...] os arredores do Mediterrâneo entram na divisão social do trabalho; [...]”, onde “[...] um neocolonialismo aí se instala, econômica e socialmente, arquitetural e urbanisticamente”.

Embora não tenha atribuído um termo a esse novo sistema de produzir o espaço, o autor já denunciava e desmontava o esquema por trás da reprodução desses novos lugares, fazendo uma leitura crítica desse processo. Os espaços para venda e consumo do prazer (MULLINS, 1991; LOPES JR., 1997) estão, segundo Lefebvre (2006, p. 48), no final da cadeia temporal, onde é visível o desperdício e a despesa, esse ciclo “[...] vai dos lugares de trabalho e do espaço produtivista ao consumo do espaço, do sol e do mar, ao erotismo espontâneo ou provocado, à Festa das férias.”

Se isso transparece algum sentido para alguns ou é consequência natural para outros, na opinião do autor, trata-se de mera ilusão, pois “As despesas {os dispêndios} são organizadas zelosamente; centralizadas, ordenadas, hierarquizadas, simbolizadas, programadas, elas são adequadas ao lucro dos ‘*tour operators*’, banqueiros e promotores {empreendedores} [...]”. (LEFEBVRE, 2006, p. 48, grifo do autor). De modo mais direto, o autor afirma que a prática espacial a partir da compressão do espaço-tempo (desenvolvimento tecnológico dos transportes e das comunicações e informações) permitiu a manipulação dos espaços de representação, ou seja, do cotidiano, do sol, do mar, evidenciando as representações do espaço.

Nessa leitura, cabe destacar principalmente o papel da mídia no processo de condução das estratégias de marketing dos lugares, que embora levadas à apreciação de conselhos constituídos por várias entidades representativas da sociedade, findam por estruturar-se em prol de interesses de grupos fortalecidos político e economicamente, que em muitos casos detêm a propriedade dos veículos midiáticos ou exercem influência sobre eles.

A forma de organizar o espaço, discutida por Lefebvre (2006), foi na década de 1990 denominada por Mullins (1991) de urbanização turística, visto que decorre particularmente das forças sociais e relações produtivas inerentes à prática do turismo, que edifica a cidade para a venda e consumo do prazer de turistas e classe média (LOPES JR., 1997), processo que tem sido substancialmente abordado num contexto amplo de reestruturação econômica de cidades pós-industriais, globalização e localização. (PEARCE, 2001; LUCHIARI, 2004). No Brasil, percebeu-se que o termo turistificação do espaço é mais comumente utilizado ao invés de urbanização turística.

A estrutura espacial, econômica e social constitui um processo complexo e dinâmico que resulta da ação recíproca de diferentes forças presentes em escala mundial, nacional e local. Não se pode entender ou explicar a urbanização turística sem considerar estas escalas ou utilizá-las isoladamente. Para não incorrer no erro de apenas inventariar o espaço, Lefebvre (2006) sugere dialetizar à análise, ou seja, buscar focar na prática a interação dos sujeitos com seu espaço, esclarecendo o conteúdo em relação às formas.

A prática espacial é entendida por Lefebvre (2006, p. 15), como uma projeção no plano físico “[...] de todos os aspectos, elementos e momentos da prática social, separando-os, [...] sem abandonar por um instante o controle global, a saber, o assujeitamento da sociedade inteira à prática política, ao poder do Estado.” Uma investigação do espaço, conforme a teoria do autor exigiria um estudo da história do espaço, das representações e dos laços entre elas, com a prática e a ideologia.

A dialética das práticas materiais não modifica apenas a paisagem urbana, mas, também significados simbólicos que são impostos sobre ela por grupos que dominam a reprodução do espaço e apropriados a partir dela por grupos que aceitam o papel de coadjuvantes deixando-se dominar. (HARVEY, 1992).

Nessa acepção, os espaços moldados pela urbanização turística são sistematicamente descontextualizados e recontextualizados com base nas novas técnicas que aumentam dramaticamente a velocidade e a eficácia desses processos. (HARVEY, 1992; JAMESON, 2000; SANTOS, 1999). Embora essas práticas sejam consideradas diferentes – (pós?)-modernas, sua natureza moderna permanece a mesma, conservam os valores estéticos e de

consumo, que findam por fazerem da própria paisagem uma estratégia de exclusão social. (JACOBS, 2000). Essas mudanças têm sido mais comumente abordadas através dos conceitos de desterritorialização e reterritorialização, consequência da relação capital–trabalho e da luta de classes. (HAESBAERT, 1997; SANTOS, 1999).

De modo a ampliar as explicações sobre os processos de mudanças espaciais provocados pela urbanização turística, e no intento de superar os limites de análises convencionais e descontextualizadas, fazendo jus à complexidade do tema e ao contexto local, reuniu-se a economia política, particularmente à acumulação de capital (HARVEY, 1992; SOJA, 1993), considerando, sobretudo, as colocações de Santos (1999, 2008b) e Lefebvre (2001, 2006) que fundamentam a análise do espaço social de modo igualmente importante na realidade local e global.

Com base nessa literatura foi possível compreender melhor a discussão sobre os processos sociais e as relações de forças que engendram a urbanização turística, possibilitando focar em questões que transcendem os parâmetros de uma abordagem focada exclusivamente na economia política e na acumulação de capital ou numa análise ingênua do local desassociado da totalidade.

É quase uma tautologia reafirmar que à dinâmica do espaço urbano (a construção de imóveis, repartição de investimentos, à divisão do trabalho etc.) é influenciada pela estrutura produtiva de acumulação de capital articulada a nível mundial. (GOTTDIENER, 1993; HARVEY, 1992; LEFEBVRE, 2006; SANTOS, 1999, SOJA, 1993). Especificamente no turismo, à medida que as ações são desempenhadas a nível local, elas tornam patente a lógica socioeconômica global que reveste o modelo de desenvolvimento turístico incorporado, por exemplo, pelas administrações das cidades do Nordeste do Brasil. (LUCHIARI, 2004).

Segundo Santos (2008a), a leitura do espaço inclui a generalização que oferece um conjunto de possibilidades para interpretação e a individualização que selecionam quais dessas possibilidades e como elas se combinam no lócus em análise. Para o autor, “[...] nenhum lugar pode acolher nem todas nem as mesmas variáveis, nem os mesmos elementos, nem as mesmas combinações” (SANTOS, 2008a, p. 64), pois o lugar é único e o global se projeta no plano local sobre condições seletivas, de modo ímpar, ainda que sua história seja sempre moldada pela totalidade.

O autor argumenta que, embora ocorra um crescente processo de internacionalização da economia capitalista, faz-se necessário observar aspectos da história do lugar, visto que essa inserção do global no local produz nos espaços diferentes versões de mundializações em função das condições de organização social, política, econômica e cultural e das forças

amalgamadas em cada fração de espaço, que culminam em combinações particulares de capital e de trabalho.

A história do lugar é particularmente importante para explicar como as mudanças oriundas de ordem distante são selecionadas evidenciando quais critérios permitem que umas sejam implementadas no plano local em detrimento de outras. Essa ordem distante leia-se aqui poderosas instituições que se impõem à cidade, se projeta na realidade do prático-sensível ou nas relações dos grupos locais e toma visibilidade a partir dela ao persuadir as forças locais que completam o seu poder. A realidade próxima desempenha um duplo papel, ao mesmo tempo em que manifesta no lugar ordens distantes através dos co-atores que fecham com seus propósitos, reage a ela. (LEFEBVRE, 2001, 2006).

No que se refere ao espaço de Natal, essas considerações parecem ter sido levadas em conta com maior ênfase no trabalho de Lopes Jr. (1997), intitulado “A construção social da cidade do prazer – Natal”, quando o autor ressalta a necessidade de se observar à diacronia, ou melhor, a desconfiguração dos processos capitalistas vividos no contexto internacional e transferidos para o nacional, atentando que o “milagre moderno” do fordismo, do contrato social e do *welfare state* foram lendas no Brasil. Assim, explicar a espacialização urbana no país, em particular no Nordeste, exclusivamente pelas alterações das estruturas econômicas, é incorrer numa visão reducionista sobre um processo que passa pelo crivo da cultura local.

O autor complementa que, “[...] mesmo se o processo de glocalização conspira contra a idéia tradicional de região, ainda podemos encontrar traços socioculturais e econômicos que dizem respeito ao Nordeste como um todo”, referindo-se as artimanhas políticas e econômicas das elites vitalícias que engendram a transformação social do espaço em Natal. (LOPES Jr., 1997, p. 159).

Assim, para o desenvolvimento da pesquisa empírica, optou-se por analisar a urbanização turística do bairro de Ponta Negra, localizado em Natal capital do Estado do Rio Grande do Norte. Natal está localizada no Nordeste brasileiro, região que tem recebido um grande volume de investimentos turísticos no Brasil (BRASIL, 2007), em que parte significativa desses investimentos está nesse bairro, razão pela qual ele foi escolhido. Ponta Negra é o Cartão Postal do destino turístico do Município, além de ser o “[...] bairro representativo da urbanização turística de Natal.” (LOPES JR., 1997, p. 40).

Na urbanização turística foram analisados as relações de forças dos atores produtores do espaço de Ponta Negra e alguns processos sociais emblemáticos que estão implicados nesse recorte espacial. Essas relações de forças foram estudadas a partir da análise da atuação e da relação dos atores presentes na esfera do mercado, social e governamental, que atuam às

vezes simultaneamente em mais de uma dessas esferas. Precisamente, examinou-se entre outras coisas, como eles se articulam e agem frente aos seus interesses, de quais mecanismos se valem para impor suas práticas e interferirem na (re) produção do espaço.

Os processos sociais considerados são aqueles associados às formulações e práticas de planejamento urbano realizadas no bairro, que constituem os contextos sócio-econômicos, político-ideológicos e culturais nos quais se engendram suas proposições e efeitos no espaço (HARVEY, 1980), a saber, as modificações ocorridas na orla marítima, à ocupação das principais faixas de terra, a privatização paisagística, a implantação de locais de usos isolados ou a retirada de locais ou atividades que mesclam grupos distintos, o ordenamento a partir da separação entre lazer e trabalho, sempre considerando a necessidade e conveniência de uso coletivo da comunidade endógena, dando ênfase àqueles que provocaram segregação sócio-espacial. (JACOBS, 2000).

Considerou-se o período de 1979-2009 para delimitar esta pesquisa, data que marca o início da produção de uma nova dinâmica sócio-espacial local a partir da urbanização turística, embora a espacialização social da cidade com base no turismo já tivesse sido iniciada a partir da II Guerra Mundial (LOPES JR., 1997). A periodização é necessária, entre outras coisas, para explicar “[...] as formas de urbanização e de articulação do espaço” a partir de um enfoque espaciotemporal. (SANTOS, 2008c, p. 38).

Uma vez que o processo histórico local e seus aspectos sócio-econômicos são essenciais para entender a formação sócio-espacial de qualquer lugar, faz-se necessário contextualizar, ainda que breve, o recorte espacial em questão – Ponta Negra. O bairro está localizado na zona sul da cidade de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, na Região Nordeste do Brasil.

A origem histórica do lugar concentra-se no espaço conhecido por Vila de Ponta Negra, situada no entorno do Morro do “Estrondo”, cartão postal da cidade de Natal, denominado posteriormente de Morro do Careca. O lugar tem 376 anos, caso se considere o primeiro registro que data de 1633 quando da chegada dos holandeses a praia de Ponta Negra. (CASCUDO, 1980).

Sua comunidade original era essencialmente agro-pesqueira e praticava o regime de agricultura comunitária, não muito comum na região. (RN ECONÔMICO, 1988). Cabe ressaltar que os conflitos e grilagens de terra marcam toda sua história, desde a fundação até os dias atuais. Nessas disputas pelo uso e ocupação do solo estão envolvidos atores de diferentes esferas – Mercado, Estado, Igreja Católica e cidadãos comuns.

O final da década de 1970 culminou com alguns eventos importantes no processo de urbanização do lugar. Em 1978 foi inaugurado o Parque Residencial Ponta Negra e em 1979, o Alagamar, conhecidos como Conjuntos Ponta Negra e Alagamar, destinados para a classe média fixarem residência no bairro. Nesse mesmo ano foi assinado o Decreto Lei Estadual nº 7.237 que permitiu a construção do projeto Parque das Dunas/Via Costeira. Sua inauguração, em 1983, constituiu o principal vetor de transformação urbana e da produção deste espaço para implementação da atividade turística.

Essa intervenção estatal complementa o conjunto de políticas públicas que inicialmente buscava a integração regional nacional, em curso desde a década de 1960 através das ações da SUDENE. Essas medidas tornaram a Região Nordeste rota do capital nacional e internacional, processo intensificado após a institucionalização no congresso nacional da dedução de 50% dos impostos devidos à união às empresas dispostas a aplicarem seu capital na região. (CAVALCANTI; PAIVA 1993).

As expropriações das terras, historicamente em poder da comunidade da Vila de Ponta Negra, implicaram em mudanças no modo de produção dessa comunidade. Embora tenham continuado com a atividade pesqueira, eles abriram mão da prática da agricultura, por falta de terras para o plantio, e buscaram outras alternativas econômicas, entre elas, a montagem de barracas de madeira e lona na beira da praia, a prestação de serviços domésticos nas casas de veraneios iniciadas na década de 1950 e, posteriormente nos conjuntos residenciais instalados no bairro. (MV2, 2009).

O processo de urbanização de Ponta Negra engendrado pela a atividade turística valorizou, sobremaneira, a terra e acirrou as disputas existentes no local pelo seu uso e ocupação. Verificou-se a existência de pressões pela homogeneização do lugar, a especulação imobiliária, o processo de gentrificação e a grilagem de suas terras. A população da Vila, antes mais dispersa e próxima ao mar, vai se concentrando e se configurando numa espécie de gueto, alvo indireto dos sistemas de objetos e ações que chegam trazendo uma nova ordem, uma nova racionalidade econômica. (MV1, 2009; SANTOS, 1999).

Essa própria exclusão permitiu a manutenção do lugar como um espaço de resistência que ainda hoje abriga pescadores, rendeiras, tradições culturais e de lazer históricas, contigüidades do tempo lento e da forma social de vida que reinava soberana naquele lugar, essa racionalidade do espaço torna-se a partir de então contra-racionalidades. (SANTOS, 1999).

No intento de entender como a urbanização turística influencia na organização e estruturação espacial buscou-se responder ao seguinte problema de pesquisa:

- **Como as relações de forças, operando nos processos sociais do turismo, têm moldado a urbanização turística de Ponta Negra (Natal/RN)?**

Assim, tem-se como objetivo geral deste trabalho investigar de que modo às relações de forças, operando nos processos sociais do turismo, têm moldado a urbanização turística de Ponta Negra (Natal/RN), criando oportunidades e limites para grupos locais e globais.

Para responder à problemática da pesquisa foram determinados os seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever a evolução histórica do turismo em Natal, caracterizando seu processo de estruturação e suas transformações ao longo do tempo;
- b) Caracterizar os principais atores do turismo em Natal, enfatizando aqueles envolvidos diretamente com a produção do espaço de Ponta Negra;
- c) Analisar as relações de força e os processos sociais que produzem a urbanização turística em Ponta Negra;

Pearce (2001) afirma que a pesquisa sobre urbanização turística carece de estudos mais específicos em áreas dentro da cidade justificando-os por duas razões. Primeiro, porque o turismo não ocorre de forma uniforme, concentrando-se geralmente numa área em particular o que garante e justifica a pesquisa em local turístico determinado (GLADSTONE; FAINSTEIN, 2001). Segundo, análises mais detalhadas requerem que se restrinja o foco e a concentração do problema numa escala espacial menor para que se desenvolva um entendimento mais completo da abordagem, dos processos e das inter-relações com vistas a replicá-lo numa escala multidimensional.

Outra razão apontada por Pearce (2001) refere-se à negligência de estudos em escala local ou em sítios (locais de intensa atividade turística), locus crítico onde se manifestam muitas experiências turísticas, ponto no qual o nível de satisfação é determinado, onde **muitos impactos são sentidos e onde se processam questões relativas à gestão e ao planejamento do turismo** (grifo nosso).

Além disso, o autor ressalta que nessa escala espacial é pertinente explorar a noção do que constitui um espaço turístico, **como esse espaço é modificado e gerenciado e como a competição de uso do espaço ocorre entre os agentes**, reforçando que os achados provenientes de uma pesquisa de caráter mais localizado são essenciais para compreender o turismo na cidade como um todo (PEARCE, 1999 apud PEARCE, 2001) (grifo nosso).

Nesse sentido, esta pesquisa contribuiu para aprofundar a análise do processo de urbanização turística utilizando um locus restrito considerado o cartão postal do destino turístico, de modo a se desviar do debate superficial e do discurso hegemônico que subverte o caráter conflitante da atuação dos diferentes atores no turismo em algo harmônico, identificando a natureza das assimetrias de poder, já naturalizadas pelo discurso ideológico e, por isso, quase imperceptível no cotidiano do turismo.

Mullins (1991) observa que as pesquisas sobre turismo se concentram, sobretudo, na demanda turística, transformando-se em pesquisa de mercado com intensa utilização de dados estatísticos sobre o consumo e que essa concentração das pesquisas realizadas sob a perspectiva demográfica ao invés de social tem revelado pouco sobre o turismo. Segundo o autor, a ausência de estudos sobre a produção e distribuição de produtos e serviços turísticos dificulta o desvelar da natureza do turismo e, por conseguinte, as forças sociais que incidem sobre ele.

Diferentemente dessa tradição, esta pesquisa direcionou-se para uma abordagem de cunho qualitativo que privilegiará uma análise dos processos sociais e dos elementos que proferem diferentes perspectivas de poder aos atores, de modo a desvendar como o espaço é moldado pelo turismo segundo interesses econômicos e culturais de grupos específicos.

Finalmente, este estudo justifica-se pela carência de investigações realizadas para focalizar as condições pelas quais a urbanização turística acontece e os resultados que ela imprime na organização sócio-espacial. (PEARCE, 2001).

Para que os objetivos dessa dissertação e o problema de pesquisa fossem respondidos, organizou-se o presente trabalho da seguinte forma: no primeiro capítulo é apresentado os pressupostos teórico-metodológicos da pesquisa.

O segundo capítulo versa sobre a trajetória histórica do turismo em Natal, nessa parte do trabalho caracteriza-se em linhas gerais o desenvolvimento urbano da cidade, bem como os eventos e os atores que impulsionaram a estruturação do turismo no município. Em seguida descreve-se a formação e as transformações da atividade turística e caracteriza-se Ponta Negra, buscando demonstrar a sua inserção nesse processo ao longo do tempo.

O capítulo três, por sua vez, discuti-se a “articulação” dos atores no processo de urbanização turística de Ponta Negra, revelando as disputa proeminentes pelo espaço em questão a partir de três processos sociais: “a retirada das barracas”, “o Campo do Botafogo” e os “espigões”. Por fim, apresentam-se as considerações finais e as propostas para estudos futuros, além das referências consultadas e os anexos.

## 1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

### 1.1 O espaço e a dinâmica urbana no capitalismo tardio: produção, circulação e consumo

A proposta deste capítulo surgiu da necessidade primeira de expressar o que se entende pela categoria espaço, uma vez que o turismo e a urbanização por ele impetrada perpassam obrigatoriamente pela discussão dessa temática.

Vale lembrar, que o termo produção é tomado em seu sentido amplo – produção de objetos e materiais, de cidades, de cultura, de relações sociais, do prático-sensível, consideradas por Lefebvre (2006) como indissociáveis do processo de produção. De outro modo, o espaço envolve não apenas, a produção, mas as suas formas de circulação, bem como de consumo. É na tríade – produção, circulação e consumo do espaço que se concentram os próximos parágrafos.

Lefebvre (2006) afirma que o espaço é a natureza, o mundo, sua parte física, mas é também, um discurso sobre essa localização física, ou a capacidade humana de falar sobre os objetos nela presentes, de saber, não obstante carregado de ideologia, que ele chama de espaço mental, além de ser o espaço social, aquele vivido, das relações, da imaginação, dos símbolos e da prática ou da ação social. Em síntese, o espaço “[...] reúne o mental, o cultural, o social e o histórico.” (Ibid., p. 6).

Obviamente, diferentes formas de organização social possuem maneiras distintas de produzir seu espaço, e esses modos específicos não são explicados com base nas limitações geográfico-ambientais de seus recursos naturais, mas na forma com que se estruturam as relações sociais dos grupos, como o tipo de racionalidade defendida, dos objetivos de produção material e social – um exemplo disso é a busca pelo lucro *versus* subsistência, a essência do modo de produção do espaço está resguardado nas condições não-materiais que aparece entre as relações materiais do homem com a Natureza, dela advém às três funções do conhecimento: representar, organizar e legitimar as relações entre os grupos sociais e desses com a natureza. (DIEGUES, 1996).

Em outras palavras, para Diegues (1996), a produção do espaço está diretamente relacionada ao modo como os indivíduos e os grupos sociais representam seu meio ambiente,

pois é com base nessas representações que eles agem e produzem seus espaços. Segundo o autor:

Essas representações são os meios pelos quais os homens reinventam seus mundos, reforçando ou transformando os mundos de seus antecessores. Apesar da diversidade dos objetivos e dimensões, as diferentes modalidades de representações estão intimamente relacionadas com o fluxo da vida social. (DIEGUES, 1996, p. 63).

Esses fluxos são descritos por Lefebvre (2006). O autor afirma que o espaço é um produto social que contém relações de produção referentes à divisão do trabalho e sua organização, e de reprodução, relativa à organização familiar, ele explica que a partir do capitalismo moderno acrescenta-se à reprodução da força de trabalho e a reprodução das relações sociais de produção concernentes à sociedade capitalista.

Segundo o autor, o espaço se torna mais complexo, visto que estas relações de produção e reprodução passam a receber interferências através da intermediação dos sistemas de representações, que asseguram sua união e simultaneidade, e suas representações se valem dos símbolos que se pautam na natureza; nesse sentido as representações das relações sociais são banalizadas, escandalizadas e dissimuladas em símbolos como sexo, gênero, idade; e as representações das relações de produção envolvem relações de poder que se exprimem na paisagem. (LEFEBVRE, 2006). O espaço, portanto:

[...] “incorpora” atos sociais, os de sujeitos, ao mesmo tempo coletivos e individuais, que nascem e morrem, padecem e agem. Para eles, seu espaço se comporta, ao mesmo tempo, vital e mortalmente; eles aí se desenvolvem, se dizem e reencontram os interditos; depois caem e seu espaço contém sua queda. (LEFEBVRE, 2006, p. 31, grifo do autor).

De modo mais específico, o autor aponta três formas utilizadas pela sociedade para produzir seu espaço, a saber, a prática social, a representação do espaço e o espaço de representação, equivalentes, respectivamente, ao espaço percebido, ao espaço concebido e ao espaço vivido pelo corpo. Para Lefebvre (2006):

a) o espaço percebido corresponde à percepção dos indivíduos sobre o mundo exterior, por exemplo, como os membros fazem uso do tempo, seus modos de produção, suas práticas

de trabalho, seus lazeres etc., ou seja, o percepto de toda a realidade cotidiana e urbana por um indivíduo ou grupo social;

b) o espaço concebido se refere a uma mistura de conhecimento, ideologia e poder relativos e dinâmicos e por vezes explosivos em razão de sua incoerência; é o espaço dominante numa sociedade, aquele engendrado por administradores, urbanistas, tecnocratas, agenciadores, através de um conjunto de signos verbais, de símbolos. Cabe destacar, conforme Santos (1999), que a força de transformação e de mudança exercida sobre um determinado espaço decorre dessa ordem simbólica que recai sobre o cotidiano e não da ordem técnica e jurídica que se expressa pelos elementos conhecidos ou resolutórios, ela advém do agir simbólico impulsionado por uma força centrada nas emoções e nas paixões, no que o mundo significa para as pessoas e no modo como ele é representado;

c) o espaço vivido é o espaço daqueles que residem, usam ou se interessam pelo lugar, implica em história e cultura, seus símbolos e suas imagens e em toda complexidade da vida social não verbal de domínio da imaginação, “ele contém os lugares da paixão e da ação, os das situações vividas [...]” (LEFEBVRE, 2006, p. 37).

Nessa direção, Milton Santos (2004, p. 203) afirma que “o ato de produzir é, ao mesmo tempo, o ato de produzir o espaço”, a produção é a fonte essencial de subsistência humana e implica sempre na utilização de meios de produção ou de técnicas presentes em objetos e ações de uma sociedade, é através dela que o compasso da vida cotidiana é ditado, disciplinado em termos de tempo, isso significa que cada vez que uma nova técnica surge alterando o modo de produção – as categorias de tempo e espaço são igualmente transformadas. (Ibid., 2004).

Para o autor, o espaço constitui-se em um “conjunto indissociável de sistemas de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não” (SANTOS, 2008b, p. 46), que antes surgiam em cada povo conforme suas possibilidades, lhes fornecendo meios técnicos para organizar seus espaços, que se transformavam mediante suas próprias forças e necessidades. Ou seja, “no passado, os objetos revelavam propósitos de cada sociedade e eram os seus meios próprios à realização de seus próprios fins.” (SANTOS, 1999, p. 66).

Entretanto, na década de 1970, tem-se uma aceleração, segundo Santos (1999, 2008b), das transformações sócio-espaciais levadas a cabo pelo meio técnico-científico-informacional, por onde passam a fluir os processos globais e de mercado internacional que ganham contornos através da padronização mundial do sistema técnico, da simultaneidade das

informações e da produção, e do sistema financeiro mundial, que estabelecem novas dinâmicas espaciais, esse é o período no qual se insere este estudo.

Nas décadas precedentes já se testemunhava uma intensificação dos processos contraditórios de globalização, fragmentação, desterritorialização e reterritorialização, que alcançam um novo patamar por volta dessa década (1970) quando se inicia o desmanche das bases territoriais do fordismo-keynesiano, assunto que será aprofundado na próxima sessão.

Nesse mundo contemporâneo, segundo afirmou Santos (1999), os sistemas de objetos são cada vez mais artificializados e disseminados em escala mundial de modo hegemônico, carregando intencionalidades mercantis e simbólicas com uma robustez que os conduzem a superpor-se aos sistemas locais, eles servem de meio condutor dos sistemas de ações que agora encontram o sentido e a razão de sua racionalidade alhures.

Diante das condições impostas pelo meio técnico-científico-informacional, entende-se que as três formas pelas quais se produz um espaço, assinaladas anteriormente com base em Lefebvre (2006), são drasticamente modificadas em função da padronização do sistema técnico mundial. Assim, o espaço concebido, amplia o número de atores e passa a dispor de um rico portfólio de meios de representações para insuflar suas intenções, articuladas com base no próprio espaço vivido do lugar através de seus símbolos, agora símbolos de sofreguidão que influenciam o espaço percebido e induz a práxis invertida, (re) produzindo as diversas frações de espaço segundo nexos local e global. (SANTOS, 1999, 2008b).

Cabe ressaltar que a implantação de um modelo mundial de tamanha capacidade técnica, redutor da rica diversidade cultural, econômica ou política global, unifica igualmente a natureza segundo atos, juízos e intervenções universais e elimina a oposição e o interesse entre o natural e o construído, de modo que a natureza é reduzida a sua inserção no projeto urbano e passa a ser interpretada e utilizada pela sociedade conforme seu código de ética e seus valores e ações implícitos no sistema de produção dominante. (LEITE, 1993).

De acordo com as considerações de David Harvey (1992), Henri Lefebvre (2001, 2006), Milton Santos (1999, 2004, 2008b), Mark Gottdiener (1993) e outros autores, as cidades passam a ser organizadas conforme o imperativo capitalista concernente à compressão do tempo-espaço, da acumulação de capital, da commoditização e da exploração da força de trabalho. De modo que a dinâmica dos espaços urbanos torna-se fruto do que ocorre não apenas no local, mas no mundo, ou seja, é parte de uma totalidade transformada pela reestruturação do capitalismo mundial. (GOTTDIENER, 1993; LEFEBVRE, 2001, 2006; SANTOS, 1999, 2008b).

Segundo Santos (1999), no meio técnico-científico-informacional, a tecnologia, a ciência e a informação, constituem os pilares da produção, da utilização e do funcionamento do espaço, o seu eixo essencial. O autor destaca que a informação é o elemento fundamental articulador dos processos sociais e que por essa razão os espaços passam a ser estruturados, principalmente em termos de infra-estrutura viária e de comunicação, com o objetivo de viabilizar a circulação e atender aos interesses de atores hegemônicos do campo econômico, cultural e político. (SANTOS, 1999).

Santos (1999, 2008b) afirma que essas condições propiciam o espaço total, embora contíguo, e sugere que o limite para exploração capitalista atinge uma escala mundial na qual cada lugar representa uma oportunidade disponível à escolha dos atores hegemônicos que buscam articular a produtividade espacial, ordenando-as conforme interesses específicos, numa seletividade espacial que leva em consideração áreas instrumentalizadas e frações privilegiadas dentro destas que ofereçam maior capacidade de rentabilidade para o capital, ampliando a divisão social e territorial do trabalho.

Segundo o autor, os lugares mais ermos mantêm relações diretas ou indiretas que de algum modo lhes fazem chegar fluxos (ações, informações, ordens, ideologias, finanças, etc.) e fixos (objetos, infra-estrutura, capital, mão-de-obra, etc.), tornando-os “[...] pontos de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas, reveladoras de níveis diversos, e às vezes contrastantes, na busca da eficácia e do lucro, no uso das tecnologias de capital e do trabalho.” (SANTOS, 2008b, p. 18).

A dinâmica do espaço urbano é regida por esses fluxos de informações e não, mais pelos fluxos de matéria, a formação dos espaços de fluxos é condição primeira da economia globalizada que articula a diferenciação, a polarização e a hierarquia espacial dos lugares. (SANTOS, 2008b).

Gottdiener (1993) reforça que essa desigualdade regional é resultado de uma lógica de acumulação do capital que não é funcional para todas as frações de capital, pois elas têm interesses contraditórios e conflitantes, como assinalado por Santos (1999, 2008b). Por outro lado, Corrêa (1989) observa que esses capitais ao se integrarem, direta ou indiretamente, eliminam muitos dos seus conflitos.

A esses espaços das práticas capitalistas e da atuação burguesa Lefebvre (2006) denominou de espaço abstrato, os quais funcionam “objetivamente” e se constitui em espaço de poder (grifo do autor), caracterizado pela formalidade e pela quantificação que repudiam as diferenças decorrentes da natureza, do tempo histórico e do corpo. O autor afirma que os espaços abstratos:

[...] contém “o mundo da mercadoria”, sua “lógica” e suas estratégias à escala mundial, ao mesmo tempo que a potência do dinheiro e a do Estado político. Esse espaço abstrato apóia-se em enormes redes de bancos, centros de negócios, de grandes unidades de produção. E também no espaço das auto-estradas, dos aeroportos, das redes de informação. (LEFEBVRE, 2006, p. 44).

Na concepção de Santos (1999, p. 239-240), esse seria o espaço da racionalidade econômica, “[...] que funciona como um mecanismo regulador, onde cada peça convoca as demais a se pôr em movimento, a partir de um comando centralizado”, analogamente comparado a uma máquina, cuja energia é a informação. Assim, explica o autor, têm-se espaços de alta carga de racionalidade onde se unificam tempos e lugares, denominados espaços do saber, do mandar hegemônico que comanda os espaços do fazer, do obedecer.

Santos (1999, 2008b) destaca dois termos que se configuram como palavras de ordem na atualidade: a **fluidez** e a **competitividade** (grifo nosso). “A fluidez é a condição, mas a ação hegemônica se baseia na competitividade”, por ela se renova com mais velocidade e como consequência tem-se as drásticas mudanças dos materiais e dos lugares. (SANTOS, 2008b, p. 31).

Ela é uma condição sócio-técnica permitida pela ação de desregulamentação coordenada pelo Estado e pelos organismos supranacionais e, dependente da evolução das técnicas, a exemplo da técnica informacional, regulamentação e desregulamentação universal, e informação universal para elaboração de um discurso universal. (SANTOS, 1999).

Enquanto a competitividade acirra, o que autor denomina de “guerra dos lugares”, baseada inicialmente na capacidade produtiva vigente dos espaços, de maximizar o capital conforme suas condições técnicas, que significa entre outras coisas, o fornecimento de acessibilidade e infra-estrutura, bem como das condições organizacionais relativas à legislação local de modo geral, aos incentivos fiscais e as leis trabalhistas; além de outros artifícios como a produção de distritos culturais, da paisagem. (SANTOS, 1999).

Ele explica que quanto mais atualizado, inovador ou mais marcado pela ciência, tecnologia e informação, e investimentos decorrentes do setor público e privado, mais vulneráveis os espaços se tornam às ações de racionalidade pelos diversos atores, que têm seus desempenhos aumentados conforme o grau de fluidez existente no lugar (Ibid.)

Nesse sentido, vive-se um paradoxo, pois as pessoas buscam a qualquer preço inserir a si próprias e seus lugares nessa ordem, sob o pretexto de alcançar um suposto “desenvolvimento”, tomado por um discurso que faz acreditar que ele sempre virá de outro lugar e para usufruí-lo basta deixá-lo entrar.

Os esforços em direção a inserção parecem trazer uma forte carga ideológica que se transvestem em frases de efeito que conclamam o fim da pobreza ou a inclusão social, mas na realidade funcionam como mecanismos de abrandamento que posicionam os próprios indivíduos do lugar a trabalharem em favor da ordem hegemônica, tornando-os mais dóceis e moldáveis a nova ordem. Quando “inseridos” poucos caem em si e pensam: “O que parece estar ao alcance das minhas mãos é concreto, mas não para mim. O que me cabe são partes desconexas do todo, fatias opulentas ou migalhas.” (SANTOS, 2008b, p. 19).

Desse modo, as áreas excluídas por estes nexos da modernidade contemporânea, as chamadas zonas “opacas”, usando o termo do autor (loais dos pobres, dos excluídos, das minorias, dos miseráveis), escapam a uma regulação mundial direta e a uma racionalidade dominante, ficando, até certo ponto, livres para produzirem contra-racionalidades, baseadas numa regulação de ordem mais local, mais benéfica, que privilegiam o ritmo daqueles que lá vivem. (SANTOS, 1999, 2008b).

Esse seria o espaço diferencial, na leitura de Lefebvre (2006, p. 44), que reúne “[...] o que o espaço abstrato separa: as funções, os elementos e os momentos da prática social.” O autor argumenta que na realidade os espaços não se substituem, eles se sedimentam e continuam lá, desse modo os espaços absoluto (político e religioso) e histórico ainda persistem e sobrevivem às forças que conduzem o processo de abstração do espaço, embora elas funcionem negativamente sobre eles.

O espaço também é abordado por Marc Augé (1994). Para o autor a relação espaço-tempo e a conseqüente transformação do indivíduo são incluídas num processo denominado por ele de supermodernidade. Segundo o autor o tempo muda a percepção humana sobre ele próprio, modelando seus usos e a perda do sentido histórico; o espaço se refere à diminuição do planeta através da tecnologia dos transportes e da comunicação que fornece a sensação de simultaneidade; e o indivíduo confere a produção de sentido capaz de fazer frente através de suas singularidades culturais ao processo de “McDonalização” da cultura na contemporaneidade.

Segundo o autor, a supermodernidade propicia a circulação dos indivíduos, dos objetos e das imagens, mas por outro lado relega a posição de expectador aos indivíduos ao invés de atores (AUGÉ, 1999). Essas condições ocorrem particularmente nos espaços produzidos pela supermodernidade que ele chamou de “não-lugares”. A noção de não-lugares se contrapõe “[...] à noção sociológica de lugar, associada por Mauss e por toda uma tradição etnológica àquela de cultura localizada no tempo e no espaço.” (Ibid., p. 36). Para o autor os não-lugares:

[...] são tanto as instalações necessárias à circulação acelerada das pessoas e bens (vias expressas, trevos, rodoviárias, aeroportos) quanto os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongado onde são estacionados os refugiados do planeta (AUGÉ, 1994, p. 36);

É importante ressaltar, que segundo o autor a expressão não-lugar refere-se não apenas aos locais em si, mas também ao comportamento e atitudes das pessoas em relação a esses espaços.

Nesse sentido, Augé (1999) sugere que o turismo seria uma prática da supermodernidade indutora da produção de não-lugares em função da espetacularização que o envolve, quiçá a experiência do visitante nestes locais, a começar pelo contato dele com o não-lugar por intermédio da mídia, a qual ele afirma ser uma das responsáveis pelo esvaziamento das relações sociais.

Na (pós?)-modernidade, esse consumo do espaço é facilitado pelas condições informacionais e de transportes. Desde a modernidade o espaço transformou-se num objeto central de lutas políticas, assim, não seria apenas palco para os conflitos sociopolíticos, mas parte constitutiva de sua dimensão, ou seja, os processos capitalistas não apenas ocorrem no espaço, mas são sobre o espaço. (LEFEBVRE, 2006).

Para o autor, a forma como o espaço é organizado se constitui num elemento de produção (enquanto terra) e da própria força produtiva (território), sendo “[...] ao mesmo tempo efeito, causa e razão” (LEFEBVRE, 2006, p. 5) desse processo que acompanha as transformações dos modos de produção ou das sociedades e apresenta-se como um dos instrumentos ou meio de reprodução social. Ou seja, é uma relação de forma, estrutura e função gerando produto historicamente (LEFEBVRE, 2001; 2006).

Assim, para Lefebvre (2006), o espaço manifesta-se dialeticamente como produto e produtor, e por esta razão não deve ser compreendido apenas como um produto passivo, que encontra sentido exclusivamente na troca e no consumo, mas sim, a partir de uma perspectiva que admite ser ele próprio um objeto de consumo.

Segundo Harvey (1992, p. 207), as concepções de Lefebvre (1974) asseveram que o domínio do espaço consiste em uma fonte de poder social na e sobre a vida cotidiana, e é a partir dela que o autor desenvolve seu argumento principal de que nas economias monetárias e nas sociedades capitalistas em particular, “[...] a intersecção do domínio sobre o dinheiro, o tempo e o espaço formam um nexos substancial de poder social [...].”

De acordo com o autor, “[...] a hegemonia ideológica e política em toda a sociedade depende da capacidade de controlar o contexto material da experiência pessoal e social.” (HARVEY, 1992, p. 207).

Para o autor, isso significa que quem define as práticas materiais, o sentido do dinheiro e do tempo, bem como a organização do espaço, estabelece as regras do jogo social e tende a manter-se no poder político, embora essas regras possam conspirar contra seus próprios objetivos. Nesse sentido, ele propõe identificar quem estabelece essas regras e como as práticas e os discursos que elas engendram são usados e trabalhados na ação social. (HARVEY, 1992).

Para o autor, o dinheiro mede o valor de algo, por sua vez, indissociável da concepção de tempo de trabalho social, apesar disso, influenciou o sentido de tempo de modo distinto ao longo da história. No intuito de demonstrar a associação entre dinheiro, tempo e espaço, Harvey (1992) toma como exemplo a cidade medieval, e com base em Le Goff (1980), o autor explica que na idade medieval a ampliação da base geográfica de atuação das redes comerciais levou os mercadores da época a mensurar o tempo a favor da organização empresarial, substituindo o ritmo natural que estabelecia a dinâmica da vida pelo ritmo das necessidades dos negócios.

Conforme o autor esse mesmo artifício disciplinador do trabalho foi utilizado pela ordem monástica e depois pela burguesia estabelecendo uma nova ordem cultural e econômica para as relações sociais através da transformação das qualidades objetivas do tempo e do espaço, assim como o mapeamento do mundo favoreceu que o espaço fosse visto como algo disponível à apropriação para usos privados (HARVEY, 1992).

## **1.2 A urbanização turística**

Esta sessão apresentará o contexto no qual surge o turismo e a urbanização turística, em seguida abordará diferentes contribuições teóricas a fim de sistematizar os conhecimentos existentes com vistas aprofundar o debate sobre a interpretação e a investigação do tema em questão.

Argumenta-se que em muitos aspectos o turismo e a urbanização turística enquadram-se dentro de um discurso mais amplo que inclui a (pós?)-modernidade, a reestruturação

urbana e a urbanização pós-moderna (MULLINS, 1991, 1994; GLADSTONE, 1998; MORDUE, 2005).

Mullins (1991) afirma que poucos estudos empíricos foram realizados sobre urbanização turística devido à ausência ou inconsistência de um quadro conceitual e teórico, e Pearce (2001) aponta a complexidade teórica como motivo para os poucos estudos realizados sobre o tema.

A evolução do conceito de urbanização turística está relacionada com a emergência de um novo regime de acumulação de capital e de uma nova sociedade (MULLINS, 1991). Em outras palavras, essa nova forma de urbanização é reflexo do sistema de produção flexível e do surgimento de uma sociedade de consumo que interage de modo individualista e possui hábitos, práticas políticas e formas culturais distintas que dão ordem e coerência de funcionamento a esse novo regime (HARVEY, 1992).

Segundo Pearce (2001), embora alguns trabalhos realizados por geógrafos datem da década de 1960, a urbanização turística surgiu como campo de estudo na década de 1990 e durante os últimos anos tem crescido o interesse sobre o tema através de trabalhos realizados da Europa (van der Berg, van der Borg & van der Meer, 1995), a América do Norte (Judd & Fainstein 1999; O Neil, 1998), da África (Marks, 1996), a Ásia (Teo & Huang 1995; Chang & Yeoh, 1999).

Mullins (1991) é geralmente conhecido como o criador do conceito de urbanização turística que o introduziu através do artigo *Tourism Urbanization*, no qual apresentou a construção teórica mais consistente (GLADSTONE, 1998). Sua preocupação era definir em termos conceituais o que caracterizava a urbanização turística. Para isso realizou uma análise empírica em cidades australianas das quais se destacaram *Gold Coast* e *Sunshine Coast*, onde o turismo é uma atividade consolidada.

De acordo com o autor, compreender essa nova forma de urbanização requer a compreensão da produção e do consumo pós-fordista, embora, sua origem se reporte ao fordismo e ao consumo de massa com o início das viagens proporcionadas pelos aumentos salariais adquiridos através do fortalecimento dos organismos sindicais, realidade particularmente dos países ditos de primeiro mundo (HAREVEY, 1992; MULLINS, 1991).

Tendo em vista as considerações de Mullins (1991), a próxima sessão tem por finalidade explorar a relação existente entre o sistema de produção flexível e a urbanização turística, no intuito de buscar compreender a produção e o consumo nesse novo sistema de produção econômico e o contexto que originou essa forma de estruturar o espaço.

### 1.2.1 O sistema de produção flexível e a emergência da urbanização turística

Harvey (1992) faz uma análise do urbano com base na economia política marxista e está mais preocupado com a acumulação de capital e a luta de classes do que em compreender o processo de desenvolvimento da sociedade num contexto mais específico. (GOTTDIENER, 1993). O autor argumenta que esse sistema de acumulação flexível e seu novo modo de regulamentação surgem por volta de 1973, com o declínio da expansão econômica iniciada após a II Guerra Mundial, como resultado de sucessivas crises e transformações nesse período (HARVEY, 1992).

O autor afirma que no início dessa década tornou-se evidente a incapacidade do fordismo keynesiano de resolver as contradições do sistema capitalista, principalmente pela rigidez que se abateu sobre o fordismo a partir da regulamentação keynesiana, como parte de um acordo que reuniu Estado, trabalhadores e capital corporativo. As determinações provenientes desse pacto de interesses divergentes funcionaram como uma “bomba relógio”, pois embora preservassem certo estado de bem-estar social, minavam a acumulação do capital.

Para Harvey (1992), essa rigidez significava o controle do tempo de giro de produção e de consumo, especificamente regulamentados através de critérios que previam investimentos em capital fixo de larga escala e de longo prazo e em sistemas de produção em massa, mercado de trabalho organizado e sindicalizado, e manutenção do estado de bem-estar social. É nesse sentido que o autor afirma que o regime de produção flexível representou um confronto direto com essa “camisa de força” que limitava o acúmulo de capital – o fordismo keynesiano.

Em consequência, segundo Harvey (1992), houve entre as décadas de 1970-1980 uma complicada reestruturação econômica e um ajuste sócio-político a partir da desregulamentação vertical do fordismo e da adoção de tecnologia, que se refletiu na passagem desse sistema de produção em favor da acumulação flexível, que para efeitos de mercado representou novos arranjos organizacionais, nichos, processos de trabalho, produtos e serviços, em suma, novas taxas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

O pós-fordismo envolve também o que Harvey (1992, p. 149) denominou de “compressão do espaço-tempo no mundo capitalista”. Essas categorias destacadas pelo autor como sendo essenciais para humanidade têm suas bases de sentidos ressignificadas, uma vez que derivam das práticas e processos materiais de reprodução social, modificando-se

conforme a dinâmica do capitalismo. Assim, elas não são resultados apenas de diferenças subjetivas de grupos distintos, mas de qualidades materiais objetivas (HARVEY, 1992).

Desse modo, o turismo que surge como prática social através do *Grand Tour* clássico e romântico, relacionado respectivamente aos objetivos escolásticos e de apreciação da paisagem e praticado, principalmente pela aristocracia européia (URRY, 1996), é colocado na pauta dos investimentos internacionais diante da economia terciária.

Essa racionalização econômica do turismo transformou seu sentido ontológico de necessidade e inquietude humana de deslocamento em um desejo engendrado na lógica do consumo, intensificando-o enquanto “[...] campo de práticas histórico-sociais, que pressupõem o deslocamento de pessoas, **em tempos e espaços produzidos de forma objetiva**, explicitadores de uma estética diante da busca do prazer [...]” (MOESCH, 2004, p. 3), características essas já configuradas no turismo enquanto fenômeno de massa (grifo nosso).

A perspectiva estética é enfatizada por Harvey (1992) em sua leitura do movimento pós-moderno. Todavia, na sua concepção, o movimento estético transcende o campo cultural e atinge o planejamento no qual se busca adotar “[...] estratégias ‘pluralistas’ e ‘orgânicas’ para a abordagem do desenvolvimento urbano como uma ‘colagem’ e misturas altamente diferenciados, em vez de perseguir planos grandiosos baseados no zoneamento funcional de atividades diferentes.” (HARVEY, 1992, p. 46).

Percebe-se que setores essenciais de acumulação de capital, incluindo a especulação imobiliária e a construção civil, que continuaram sua atratividade iniciada na década de 1950 durante o fordismo, os serviços e a imagem, que se tornaram de fato economicamente viáveis no período pós-fordista, estão inextricavelmente ligados ao processo de urbanização turística.

Como se o turismo passasse a funcionar como uma força motriz desses quatro setores no contexto urbano, provavelmente porque consiste num amalgama de indústrias de serviços que onde se instalam principalmente de forma institucional, incrementam novos serviços e construções de equipamentos turísticos, geralmente amparados por um forte serviço de marketing e comunicação, procurando manter a demanda através da mídia e vendendo o hedonismo da viagem, conforme afirmou Urry (1996).

Acredita-se ser nesse sentido, que Soja (1993) compreende que no cenário pós-moderno a cidade não é apenas ponto de convergência da produção, da acumulação e a sede do governo, mas detém também o controle da reprodução da sociedade capitalista no que concerne à mão-de-obra, ao comércio e ao consumo, ressaltando que a análise do espaço urbano precisou incorporar uma perspectiva multidisciplinar que inclui a geografia, a

economia e a sociologia na direção de uma economia política urbana, de modo a fazer jus à natureza dinâmica do processo de urbanização do capitalismo avançado, que apresenta novas práticas quando comparado à modernidade ou a era de Karl Marx.

Concordando com Harvey (1992), Soja (1993, p. 194), afirma que “[...] a reestruturação deve ser considerada originária de e reativa a graves choques nas situações e práticas sociais preexistentes e desencadeadoras de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configura a vida material.”

Do mesmo modo, o autor também atribui a esse novo contexto as inúmeras crises, desde a insurreição urbana, até a recessão mundial de 1973-1975, e as estruturas institucionais que sustentaram um longo período expansionista de acumulação capitalista no pós-guerra, tornando as crises eminentes.

Soja (1993) sugere que essas crises teriam gerado vários campos de crises e reestruturação, especificamente:

[...] na divisão internacional do trabalho estabelecida e na distribuição do poder político e econômico; nas funções expandidas e hoje claramente contraditórias do Estado nacional; nos sistemas previdenciários keynesianos e nos contratos sociais estabilizadores entre governos, empresas e mão-de-obra organizada; nos padrões de desenvolvimento regional desigual [...]; nas formas desenvolvidas de exploração das mulheres, das minorias e do meio ambiente natural; na morfologia espacial, na industrialização e no funcionamento financeiro das cidades e das áreas metropolitanas; na concepção e na infra-estrutura do meio ambiente construído e do consumo coletivo; e nos modos como as relações de produção capitalistas se imprimem na vida cotidiana, desde o processo de trabalho no local de trabalho até a reprodução da vida, da mão-de-obra e do poder patriarcal na família e no lar. (SOJA, 1993, p. 194-5).

Na realidade, Soja (1993) firma-se no pensamento social crítico de base Marxista buscando incorporar o espaço em seu conteúdo, na tentativa de ampliar a capacidade de resposta em relação à realidade contemporânea.

O autor se preocupou em relacionar os processos de reestruturação social contemporâneos com a espacialização, e para isso considerou que esses processos constituem uma ação deliberada do capitalismo de reestruturar as categorias tempo e espaço, de forma a restaurar suas condições essenciais de subsistência que consistem na busca de lucros crescentes e de maior controle social. (SOJA, 1993).

Nesse sentido, Harvey (1992) afirma que a acumulação flexível aumentou a velocidade de mudanças dos padrões de desenvolvimento geográfico desigual, tanto entre

setores, como entre regiões geográficas, alterando a dinâmica espacial de oportunidades de emprego e desenvolvimento.

Corroborando com Harvey (1992), Soja (1993) acrescenta que a diversificação das fontes setoriais através da produção flexível, fonte primária atual de superlucros, permite a reconstituição contínua do desenvolvimento geográfico desigual, intensificando desse modo também essa fonte de superlucros.

Em outras palavras, a desintegração horizontal e vertical organizacional e o capital móvel flexibilizaram as antigas e rígidas divisões espaciais do trabalho, facilitando a busca de superlucros setoriais no âmbito global.

Assim, Soja (1993) afirma que essas particularidades do processo contemporâneo de reestruturação espacial no contexto da acumulação flexível sejam interpretadas considerando-se um conjunto de quadros interpretativos como:

a) a reteriorização transformadora do espaço, do tempo e do ser social que defende que a organização do espaço é resultado da produção social histórica e política;

b) a reteriorização das causas e conseqüências da essencialidade do desenvolvimento geograficamente desigual do capitalismo;

c) a periodicidade no qual se sucedeu esse desenvolvimento desigual (exemplos: imperialismo, regionalismo dos séculos XIX e XX, capitalismo de livre concorrência, monopolista, etc.), e;

d) os aspectos específicos do contexto atual que incluem as mudanças históricas e geográficas, enfatizando-se as classes sociais e os processos de trabalho, apreciando-se os arranjos organizacionais (produtividade e lucratividade), considerando-se a explícita interação entre espacialidade, política e papel do Estado, analisando-se a internacionalização do capital e a migração da mão-de-obra e reterendo-se a uma visão sobre a natureza geral e as singularidades particulares da espacialização capitalista.

Conforme o autor, essa fase de reestruturação sócio-espacial ainda está em andamento e por isso a sua análise requer uma adaptação teórica e uma compreensão empírica mais consubstanciada. Contudo, com base nos acontecimentos das décadas de 1970 e 1980, Soja (1993) apresenta uma base provisória que pode fornecer algumas inclinações e tendências indicativas para facilitar a compreensão dos processos contemporâneos de reestruturação urbana (quadro 1).

| PROCESSO                                                                                                                                                               | RESULTADOS                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Investimentos centralizados de capital.                                                                                                                                | Surgimento de grandes aglomerados empresariais de propriedade, conjugando produção industrial diversificada, finanças, imóveis, processamento de informações, entretenimento e outras atividades de serviços.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Incorporação de diversas atividades industriais, de pesquisa e de serviços via tecnologia.                                                                             | Reordenamento do capital e do trabalho, num processo contraditório que globaliza os sistemas de produção e tem efeitos sobre a urbanização local através da formação de complexos industriais territoriais.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Crescente internacionalização do capital produtivo e financeiro motivado pelos acordos de crédito e de liquidez.                                                       | Enfraquecimento do capital doméstico, reduzindo cada vez mais a sua participação nas economias locais.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Abrandamento da regulação estatal e dos controles locais sobre o capital.                                                                                              | Surgimento de processos concomitantes de desindustrialização e reindustrialização, resultando na reestruturação global da produção industrial.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| Guerra fiscal (competição territorial entre governos, visando atrair investimentos, influenciada pela mobilidade do capital industrial).                               | Absorção de verbas públicas através da redução de impostos, além de domínio do processo de planejamento urbano e regional e a intensificação da competição entre comunidades.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Nova Divisão Internacional do Trabalho (produção flexível).                                                                                                            | Introdução de novas tecnologias em regiões de produção fordista promovendo uma combinação variável de fuga de capitais, fechamento de fábricas e ações que afetam o trabalho organizado.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    |
| Reindustrialização seletiva centrada em novas tecnologias de produção e atividades de baixa sindicalização em regiões decadentes ou concentradas em áreas periféricas. | Ocorrência de segmentação e fragmentação acentuadas, com polarização mais efetiva das ocupações entre trabalhadores de remuneração elevada/especializada e de remuneração baixa/baixa especialização, assim como segregação residencial cada vez mais especializada, baseada na ocupação, raça, afiliação étnica, condição de imigrante, renda, estilo de vida e outras variáveis relacionadas ao emprego.                                                                                                                                                                  |
| Reestruturação significativa dos mercados de trabalho urbano.                                                                                                          | Redução global dos empregos industriais, acompanhado de rápida ampliação do emprego no setor terciário, com remuneração inferior e produzindo taxas de crescimento insignificantes ou negativas nos níveis salariais e na renda real dos trabalhadores, além da limitação dos níveis de produtividade nacional em todos os locais onde essa reestruturação é mais acentuada. O crescimento da oferta de trabalho concentra-se nos setores de remuneração inferior, sindicalmente desarticulada e manipulável da mão de obra, buscando ampliar a competitividade da empresa. |

Fonte: Adaptado pela autora a partir de Soja (1993, p. 224-227).

### **Quadro 1: Adaptação teórica de análise dos processos contemporâneos de estruturação sócio-espacial urbana proposto por Soja (1993).**

Essa reestruturação e renovação urbana resultam em projetos urbanos formulados a partir de concepções diferentes: a moderna e a pós-moderna.

Harvey (1992) ressalta a utilidade de se compreender essas diferentes concepções sobre o espaço, uma vez que a forma como o ambiente se estrutura reúne elementos materiais para pensar a cultura e as práticas sociais na cidade. O autor explica que para os modernistas o

espaço é visto como uma oportunidade capaz de viabilizar um projeto social, enquanto, os pós-modernistas os querem para fins estéticos.

Cabe salientar que quando Harvey (1992) faz essa observação, ele se refere aos valores tradicionais da modernidade, ou seja, suas projeções iniciais baseadas no sentido social e não nas proporções de racionalidade econômica que se evidenciaram e se tornaram dominantes no projeto urbano ainda na modernidade, ou no alto modernismo como denominado por Jameson (2000).

Dentro desse contexto mais amplo de urbanização ocidental, Mullins (1991) afirma que o processo de urbanização turística requer a compreensão dos seguintes conceitos-chave: consumo coletivo, suburbanização, gentrificação e cidade pós-moderna. Esses conceitos foram classificados pelo autor em dois períodos, considerando a cidade e o consumo na sociologia urbana:

a) o período de 1945-71 que corresponde à urbanização ocidental e compreende o consumo coletivo e a suburbanização: a urbanização baseada no consumo coletivo consistia na provisão pelo Estado de serviços básicos a população, que alcançou seu declínio entre os anos de 1970-80 em função dos cortes seletivos no orçamento do estado, com a introdução do neoliberalismo.

Na visão do autor, esse processo de urbanização não acrescenta na análise da urbanização turística porque se refere ao Estado e as necessidades básicas e não ao consumo individual e aos bens supérfluos. Já a suburbanização refere-se ao consumo em massa de bens duráveis (casas, carros, etc.) e a reprodução do poder trabalhista no fordismo, e, por tratar-se de consumo em massa, se assemelharia de forma limitada à urbanização turística, uma vez que esse consumo de massa concentra-se nos produtos em si e não nos serviços, e ainda porque esse consumo não é de bens supérfluos;

b) o período pós-1971 que compreende a gentrificação e a cidade pós-moderna: para o autor esses seriam os processos que afetam diretamente a urbanização turística, pois identificam uma mudança na natureza do consumo proporcionado pela produção flexível e a formação de uma sociedade correspondente, preocupada com o consumo pelo consumo.

Portanto, na realidade a gentrificação e a cidade pós-moderna são os conceitos diretamente relacionados ao processo de urbanização turística, são para eles que se voltam os próximos parágrafos.

### 1.2.2 O processo de gentrificação do lugar

A urbanização por gentrificação é explorada por Zukin (1987). Esse processo teve início na década de 1970 na América do Norte e Europa Ocidental com a recuperação de residências localizadas próximas aos Centros Comerciais Distritais (CDBs) de várias cidades antigas afetadas pela suburbanização e o declínio urbano. A reabilitação desses locais foi em parte financiada pelo setor público, a maioria custeada pelo setor privado e uma parcela significativa pelas próprias pessoas (*do-it-yourself and sweat equity*).

Segundo a autora, a gentrificação foi inicialmente estudada por sociologistas americanos influenciados pelo positivismo e pela tradição empírica, que se preocupavam apenas em medi-la. Gradualmente essa perspectiva foi ampliada por Marxistas e Weberianos de esquerda, que passaram a estudar a dinâmica da reestruturação econômica assumindo a abordagem de produção e consumo ao invés de demografia ou opção individual (ZUKIN, 1987). Entretanto, a autora ressalta que a maioria dos estudos permanece medindo o fenômeno.

No sentido de ampliar os resultados de pesquisas sobre o tema, Zukin (1987) sugere que se investigue a morfologia urbana através de uma análise econômica e cultural e reforça que o significado da palavra gentrificação está longe de ser apenas a transferência de pessoas abastadas de um local para o outro, ressaltando o valor simbólico anexado às edificações recuperadas e os processos de diferenciação espaço-temporal.

Para Zukin (1987), a gentrificação impõe uma cultura “alienígena” à comunidade de origem com padrões diferenciados de consumo e acelerado processo de mudança.

A partir das concepções de Henig (1982), Zukin (1987) explica que se estabelece uma contestação desigual entre “*gentrifiers*” e nativos, uma vez que esses não contam com mecanismos institucionalizados para responder aos setores privados que engendram esse processo.

A autora (ZUKIN, 1987) sugere três alternativas de análise que incluam aspectos econômicos e culturais para pesquisas sobre a gentrificação:

a) da sinergia entre gentrificação e desindustrialização através de estudos comparativos entre habitação e mercado de trabalho em áreas metropolitanas;

b) dos planos de longo prazo de financeiras locais, da política local e da elite (seus projetos de investimentos no bairro) – focando nos interesses sobre o local, se eles no

momento apóiam alguma renovação urbana, gentrificação ou a construção de um novo negócio;

c) a morfologia de áreas urbanas – as formas de mudanças que ocorreram e como essas mudanças se projetam na cidade como um todo.

Arantes (2000, p.31) sintetiza que no processo de revitalização ou requalificação dos espaços “[...] o que importante nisso tudo é sempre determinar quem sai e quem entra, só que agora se trata de uma apropriação do espaço legitimada pelo *upgrading* cultural.”

A autora destaca que a gentrificação responde a máquina urbana de crescimento e manifesta-se pela desindustrialização, terceirização, desinvestimento em áreas urbanas significativas, precarização da força de trabalho, a existência de uma classe inferior fora do mercado e a fabricação do consenso.

Interpretando um dos estudos de Zukin (1995) <sup>2</sup>, Arantes (2000) afirma que a cerca das estratégias de redesenvolvimento urbano, cujo epicentro reside na propagação da imagem de um centro de inovação, faz-se necessário observar além dos fatores já conhecidos de trocas desiguais – terra, capital e trabalho, mais três novas camadas de trocas desiguais que estão na esfera simbólica, são elas:

a) a manipulação das linguagens simbólicas de exclusão e habilitação (*entitlement*): a imagem de uma cidade, bem como a maneira como ela se deixa operacionalizar demanda o que e quem recebe visibilidade, o que em outras palavras dizem respeito efetivamente ao que significa ordem e desordem, cujo desenho arquitetônico é o instrumento que viabiliza a força e o poder;

b) o gerenciamento da cidade pela habilidade dos “*place entrepreneurs*” que se utilizam dos símbolos de crescimento e, por conseguinte, de suas promessas de emprego e negócios para o local;

c) refere-se ao Terceiro Setor que se encarrega de incentivar a multiplicação de construções de alto impacto, respaldados na combinação de patrocínios e orgulho cívico, como grandes museus, parques e complexos arquitetônicos dignos de uma classe de cidade mundializada.

---

<sup>2</sup> *The culture of city* (1995).

### **1.2.3 A cidade pós-moderna ou a “cidade do prazer”: incorporando outros elementos da (pós?)-modernidade à análise da urbanização turística**

Na perspectiva de incorporar outros elementos pós-moderno à “cidade do prazer”, é conveniente ressaltar as proposições de Jameson (2000, p. 28) sobre a arquitetura, por ele considerada um campo emblemático das transformações estéticas que revelam de forma dramática as críticas pós-modernistas ao alto modernismo, as quais se referem principalmente a “[...] destruição da cidade tradicional e de sua cultura da vizinhança [...]” através dos projetos de reestruturação urbana.

Durante esse período, Harvey (1992) destaca o padrão inglês, baseado nos Modelos Ebenezer Howard e Lê Corbusier, que liquidaram de vez o sentido social que serviu de inspiração inicial a reestruturação urbana do modernismo, motivada particularmente pelo sentimento de um “futuro melhor”, resquício do fim da Segunda Guerra. Segundo o autor, enquanto a Inglaterra implementava, sob intervenção estatal, a construção de novas cidades ou a renovação de alta densidade, nos Estados Unidos ocorria a suburbanização e a gentrificação financiada pelo governo e implementada pelo setor privado. Conforme o autor, ambos tinham como principal objetivo a racionalização econômica e a implantação de sistemas de circulação.

Assim, a urbanização pós-moderna surge em face dessas práticas urbanas e representou uma alternativa para trazer à tona o sentimento social perdido e a identidade de comunidades, ao propor o reconhecimento de suas diversidades e essências outrora reprimidas pela austeridade do projeto urbano moderno (alto modernismo) criticado por Harvey (1992), por valer-se de um igualitarismo às avessas e de uma democracia frágil, que na prática não se desfaziam da estrutura social estratificada na qual operavam.

A partir da leitura de Jencks (1984), Harvey (1992) afirma que a arquitetura pós-moderna foi viabilizada pela flexibilização da produção industrial que possibilitou a produção de inúmeros produtos customizados e pela transformação das dispersões urbana em distâncias factíveis através do desenvolvimento das comunicações e dos transportes. Em outras palavras, essas condições propiciaram que planejadores urbanos e arquitetos adotassem estilos diversificados baseados em tempos históricos e culturas diferentes.

Isso significou como afirmou Jameson (2000), o fim da separação entre alta cultura e cultura de massa, principal característica do pós-modernismo. O autor argumenta que o fim dessa barreira deve ser analisado, sobretudo, pela vertente política, pois, não se trata apenas

de um estilo cultural ou de um estilismo, mas de uma estratégia naturalizada na própria cultura pública. O autor explica que,

O que ocorreu é que a produção estética hoje está integrada a produção de mercadorias em geral: a urgência desvairada da economia em produzir novas séries de produtos que cada vez mais pareçam novidades (de roupas a aviões), com um ritmo de *turn over* cada vez maior, atribui uma posição e uma função estrutural cada vez mais essenciais à inovação estética e ao experimentalismo. Tais necessidades econômicas são identificadas pelos vários tipos de apoio institucional disponíveis para a arte mais nova, de fundações e bolsas até museus e outras formas de patrocínio. De todas as artes, a arquitetura é a que está constitutivamente mais próxima do econômico, com que tem, na forma de encomendas e no valor dos terrenos, uma relação virtualmente imediata. (JAMESON, 2000, p. 30).

Nessa direção, cabe observar também o destaque de Jameson (2000) as diferenças que tornam o pós-modernismo radicalmente distinto do modernismo, que seriam o significado e a função social em cada um, transformados pela posição do pós-modernismo na economia capitalista atual e pelo papel que a cultura assumiu na sociedade pós-moderna, revelando-se como uma “dominante cultural” como ele a denominou.

Essa dominante cultural vai nortear as características do cenário urbano na (pós?)-modernidade e, por conseguinte, irá estruturar a cidade pós-moderna, devendo servir de lente para identificar em termos políticos as forças distintas que atuam na (re) produção do espaço. (JAMESON, 2000).

Jameson (2000) tomando para análise obras de artes, filmes e a arquitetura de cidades, ressalta as características incorporadas ou aprofundadas nesse contexto pós-moderno em função da junção da produção estética com a produção de mercadorias. É óbvio que o que foi dito pelo autor a respeito da transformação dos objetos em mercadorias aplica-se com a mesma intensidade aos lugares confiscados para tornarem-se produtos turísticos e levados a transformarem-se em imagem estereotipos.

Ao se fazer uma leitura do espaço urbano turístico a partir das colocações do autor, sem considerar se elas se intensificaram ou não, uma vez que essa é uma questão de ordem empírica que pode variar de acordo com o lugar, seria possível afirmar que existe:

a) uma falta de profundidade visível na maneira como os espaços e as atividades são planejadas e gerenciadas que acentuam essa condição já existente no turismo moderno e enaltece (in)conscientemente a superficialidade através de experiências turísticas descontextualizadas histórica, cultural e geograficamente. As paradas para que turistas visitem

bazares globais de objetos sem vida e sem história que jamais denotarão as relações produtivas e culturais imbricadas na confecção daqueles *souvenirs* é um exemplo singelo;

b) um “esmaecimento dos afetos” (expressão do autor) no turismo que se traduz não pela falta de sentimento, mas pela transformação desse sentimento em euforia, de pensar sua liberdade utópica no suposto período de “férias”, de buscar “viver intensamente” nem o lugar e nem o tempo, mas a coleção de pontos fotografados, numa busca desenfreada pelo prazer que não mais considera o sentir, mas apenas o experimentar;

c) o pastiche, o historicismo e o simulacro. O pastiche pode ser notado na paisagem que logo incorpora *designs* arquitetônicos variados escolhidos em escala global e/ou no túnel do tempo – denominado historicismo, perceptíveis também nos equipamentos turísticos (hotéis, restaurantes, etc.) repletos de atividades ou objetos descontextualizados, espetáculos e pseudo-eventos, gestões que refletem a falta de (re) conhecimento da cultura local ou na sua comercialização, resultando na espetacularização ou criação de simulacros, como por exemplo, pratos ou hábitos que na prática nunca existiram. Pode-se ainda constatar simulacros espaciais, a exemplo dos camelos que percorrem as dunas litorâneas do RN.

Mullins (1991) faz críticas contundentes à incorporação confusa dos vários elementos abordados no pós-modernismo, a exemplo da arte e da arquitetura, para explicar a cidade pós-moderna, defendendo que as características sejam mais precisas se quiserem ser úteis às pesquisas sobre urbanização turística.

No intuito de solucionar esse problema, o autor opta por compreender a cidade pós-moderna como sendo uma nova forma de urbanização pós-moderna na qual as cidades seriam organizadas exclusivamente para o prazer e a urbanização turística seria sua mais notável expressão. Embora Lopes Jr. (1997) se coloque completamente à parte da discussão pós-moderna, corrobora que a urbanização turística molda os espaços para o consumo do prazer.

Jameson (2000) vai ao encontro das proposições de Harvey (1992), ao afirmar que a cidade pós-moderna não propiciou uma representatividade política, mas apenas estética e midiática, com vantagens questionáveis para as comunidades, revelando mais um projeto que visa construir uma imagem de cidade através da estruturação de espaços urbanos espetaculares, com qualidades diferenciadas, tempos históricos misturados, paisagens *pastichizadas* (regionalismo, nacionalismo, internacionalismo), ecletismos e gostos mascarados e reconhecimento superficial da alteridade, num processo de camuflagem do conflito através do *glamour*, oferecendo aos que estavam à parte, o prazer da participação sem que eles percebam o quão transitória e superficial ela é.

De acordo com Harvey (1992) e Jameson (2000), a transformação das categorias tempo e espaço através da mídia, revela uma crônica explosão e implosão de imagens *pastichizadas* e esquizofrênicas, que projetadas em tempo real, alteram o sentido de tempo histórico, levando a uma sensação de estar-se vivendo um eterno presente, ao mesmo tempo em que desloca a identidade do sujeito e sua teleologia a respeito do significado da vida, provocando a substituição de valores éticos por estéticos.

Em suma, a cidade pós-moderna está em contínua descontextualização e recontextualização, responsáveis por desvirtuar a distinção entre significante e significado, cópia e original, passado e presente.

O conceito de esquizofrenia, particularmente buscado por Jameson (2000) em Lacan, complementa o aspecto psicológico destacado por Harvey (1992) revelando alguns pontos que devem ser destacados, a saber, a fabricação de identidade pessoal diante a unificação temporal que se transfere para própria vida psíquica do ser, afetando o eu coerente que acarreta a perda do indivíduo alienado, que por sua vez, implica na construção de um projeto social consciente de um futuro alternativo ao presente e ao passado.

Segundo Harvey (1992), os valores do mercado se tornam dominantes no zoneamento urbano colocando o poder econômico e não as razões e o sentido social como determinantes da ocupação e do uso da terra, isso estaria emoldurando as paisagens. Em outras palavras estaria solapando a rica desordem, a naturalidade, a vitalidade, a energia e a interação social que denotam o sentido de lugar e de vida. (JACOBS, 2000). É nesses termos que Harvey (1992) afirma que a cidade pós-moderna repetiu a monotonia do modernismo que pretendia substituir.

Afirma-se que a organização da vida em torno de uma lógica de consumo tem efemerizado não apenas produtos, processos, técnicas, ideologias, mas o próprio apego as pessoas, ao lugar e as práticas cotidianas que se fazem e refazem a todo instante (HARVEY, 1992; JAMESON, 2000). Esse consumo transloucado estaria enfraquecendo os laços sociais e atomizando a sociedade, transformando-a em uma "anti-sociedade", como afirmou Jameson (2000).

Harvey (1992) traz essa discussão ao nível de planejamento urbano, explicando que a ênfase no consumo trouxe a estratégia da diferenciação de produtos, mencionada anteriormente, para o projeto urbano, fazendo surgir um novo nicho de mercado através da diversidade cultural estética que passa a maximizar o capital via capital simbólico.

Na próxima sessão são apresentados dois estudos sobre urbanização turística no contexto internacional.

### 1.3 Urbanização turística: estudos teórico-empíricos

Conforme mencionado anteriormente, Mullins (1991) analisou um conjunto de cidades australianas – *Sunshine Cost, Gold Cost, Darwin, Sydney, Melbourne, Adelaide, Hobart, Camberra, Geelong, Newcastle e Wollongong*, e o processo de urbanização turística foi detectado nas duas primeiras, que têm o turismo como atividade econômica consolidada. A partir de pesquisa empírica, o autor concluiu que a urbanização turística é uma forma de urbanização distinta de outras formas já existentes, particularmente em termos sociais e espaciais.

Segundo o autor, as cidades moldadas pela urbanização turística são construídas para estimular o deslocamento temporário de um grande contingente de pessoas e encorajá-las a consumir o prazer à venda nesses espaços. Assim, enquanto a urbanização industrial do século XIX tinha como foco a produção e o comércio, a urbanização turística iniciada no início do século XX, tem por finalidade o consumo e a venda do prazer aos visitantes, essencialmente em espaços geográficos litorâneos que dispõem de clima quente durante a maior parte do ano. Embora o autor concentre-se nos espaços litorâneos, a urbanização impulsionado pelo turismo também tem ocorrido em espaços de montanhas, lacustres em geral, ou seja, espaços de clima frio. À exemplo dos Pirineus e os Alpes na Europa, as Serras Gauchas e Campos do Jordão no Brasil, Bariloche na Argentina para citar alguns.

Na visão de Mullins (1991), a urbanização turística é parte do processo mais amplo da urbanização ocidental que acompanha a flexibilização dos modos de produção e de consumo (pós-fordistas), e por isso estaria diretamente relacionada aos conceitos de cidade pós-moderna e gentrificação anteriormente detalhados. O autor observa que diferentemente da produção flexível, a (pós?)-modernidade exerceu um impacto marcante em termos de urbanização, defendendo que o termo seja utilizado para distinguir as cidades estruturadas para o consumo em massa e customizado do prazer. O autor apresenta um modelo de análise empírica que contém sete componentes inter-relacionados em dois grupos: 1) análise descritiva e 2) forças sociais (quadro 2) (MULLINS, 1991).

| GRUPO 1 – ANÁLISE DESCRITIVA      | GRUPO 2 – FORÇAS SOCIAIS<br>(PROPOSIÇÃO TEÓRICA) |
|-----------------------------------|--------------------------------------------------|
| Forma espacial e social distinta. | Regime de acumulação flexível.                   |
| Distinção simbólica.              | Gestão estatal neoliberal.                       |

|                                                         |                                           |
|---------------------------------------------------------|-------------------------------------------|
| Rápido crescimento da população e da força de trabalho. | Consumo do prazer em massa e customizado. |
| –                                                       | População residente socialmente distinta. |

Fonte: Adaptado pela autora a partir de Mullins (1991, p. 331).

### **Quadro 2: Modelo de análise empírica da urbanização em cidades turísticas.**

Segundo Mullins (1991), os resultados encontrados sugerem que o processo de urbanização turística ocorre essencialmente nas faixas litorâneas, com uma distinção simbólica orquestrada a partir da construção de uma imagem de prazer calcada nas belezas naturais do lugar, da *commoditização* do espaço físico quantificado de acordo com o acesso aos prazeres (praia, mar, *shoppings*, *points*), de um alto índice de segunda residência, de uma densidade habitacional, da construção de leitos e da população local ocupando áreas menos nobres, ou seja, distante desses prazeres.

O autor acrescenta que estando à economia centrada na construção civil e no turismo, em conseqüência, a população economicamente ativa está nesses setores, há altos índices de crescimento populacional, da força de trabalho e do desemprego, e em contrapartida baixos salários e movimento sindical débil.

As cidades turísticas também apresentaram uma estrutura de classe distinta, não organizada aos moldes tradicionais; essa nova estrutura tem empresários e *petty bourgeoisie* (classe média) que lideram no plano econômico e político, encarregando-se da comercialização de bens e serviços e dominando e elegendo seus representantes, enquanto os assalariados, ao contrário, permanecem passivos e explorados. (MULLINS, 1991).

Outras características são acrescentadas, como a ausência de um distrito central de negócios, a predominância demográfica de mulheres, a volatilidade econômica em função da predominância do turismo e da construção civil, que assim como na antiga urbanização industrial, também provoca o declínio de centros que tem a produção como base econômica. (MULLINS, 1994).

Por fim, Mullins (1991), aponta algumas forças sociais que incidem sobre a urbanização turística:

a) o Estado que desempenha um papel indireto no desenvolvimento urbano e turístico (com maior ênfase), funcionando mais como um fomentador, exceto para os investimentos em infra-estrutura física e social;

b) os turistas como elementos que impactam na estrutura social, embora o autor reconheça a necessidade de se desenvolver novas teorias que ampliem as explicações que

versam sobre o consumo como controle social, a exemplo das políticas de "pão e circo" explicadas por Harvey (1992);

c) o autor acrescenta os residentes, que podem influenciar esse processo através da sua forma de organização local e sua inserção na estrutura social urbana mais ampla, ou pelos movimentos urbanos que organizam ações para mudar ou conservar aspectos da cidade e ainda, por meio das organizações e/ou associações locais que procuram influenciar o desenvolvimento da localidade.

Gladstone (1998) argumenta que a teoria de Mullins sobre a urbanização turística não se confirmou em todos os locais turísticos americanos analisados em suas pesquisas.

Usando dados censitários de Áreas Metropolitanas Estatísticas - MSAs, o autor calculou uma série de quocientes matemáticos de cidades americanas considerando o emprego no setor de entretenimento e serviços de recreação.

A partir daí, Gladstone (1998) classificou quatro cidades que chamou de metrópoles turísticas por apresentarem índices superiores ao triplo da média nacional de empregos nas indústrias relacionadas ao turismo; são elas: *Las Vegas*, *Reno* e *Atlantic City*, consideradas centros de jogos (*gambling*); e Orlando, onde se localizam a *Disney World*, a *Disney Epcot Center*, o *SeaWorld Adventure Park* e a *Universal Studios*, caracterizada por um turismo de *entertainment*.

Em seguida, o autor classificou nove cidades as quais denominou de cidades turísticas de lazer, que apresentaram índices de 30 a 150% maiores que a média nacional de empregos nas indústrias de entretenimento e serviços de recreação, são elas: *Daytona Beach*, *Fort Myers*, *For Pierce*, *Lakeland*, *Naples*, *Panamá City*, *Sarasota*, *West Palm Beach*, todas na Flórida, e *Los Angeles*, na Califórnia.

Cabe destacar, algumas diferenças colocadas pelo autor, ao caracterizar os grupos de cidades em relação à respectiva estrutura social de cada uma.

O grupo das metrópoles turísticas tem cidades maiores, baixo índice de brancos, concentração de mão de obra no setor de serviços, baixo índice de autônomos, uma pequena classe (média) que tem o aluguel como fonte de renda, poucos aposentados, muitos proletários (assalariados), e presença marcante de grandes corporações.

Já o grupo das cidades turísticas de lazer tem uma classe média com importante função social e econômica, alto índices de aposentados e pessoas que vivem de renda (investimentos), alto índice de autônomos e presença significativa de pequenos negócios.

Considerando as proposições teóricas de Mullins (1991), o autor comparou os dois grupos de cidades turísticas – metrópoles turísticas e cidades turísticas de lazer, identificando suas diferenças (quadro 3).

| <b>PROPOSIÇÃO TEÓRICA</b>                                                                                                                           | <b>METRÓPOLE TURÍSTICA</b> |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------|
| Desenvolvimento ao longo do litoral                                                                                                                 | Não                        |
| Distinção simbólica                                                                                                                                 | Sim                        |
| Rápido crescimento da população e da força de trabalho                                                                                              | Sim                        |
| Elevada percentagem de trabalhadores no comércio, em serviços prestados às empresas, serviços pessoais e construção civil ( "indústrias flexíveis") | Sim                        |
| Baixo nível de sindicalização                                                                                                                       | Não                        |
| Elevada taxa de desemprego                                                                                                                          | Não                        |
| Baixa renda per capita                                                                                                                              | Não                        |
| Maioria da população residente constituída por adultos, muitos recém-chegados e poucas famílias-núcleo (pai, mãe e filhos)                          | Não                        |
| Consumo do prazer customizado e de massa                                                                                                            | Sim                        |
| Grande classe-média                                                                                                                                 | Não                        |
| <b>PROPOSIÇÃO TEÓRICA</b>                                                                                                                           | <b>CIDADES DE LAZER</b>    |
| Desenvolvimento ao longo do litoral                                                                                                                 | Sim                        |
| Distinção simbólica                                                                                                                                 | Sim                        |
| Rápido crescimento da população e da força de trabalho                                                                                              | Sim                        |
| Elevada percentagem de trabalhadores no comércio, em serviços prestados às empresas, serviços pessoais e construção civil ( "indústrias flexíveis") | Sim                        |
| Baixo nível de sindicalização                                                                                                                       | Sim                        |
| Elevada taxa de desemprego                                                                                                                          | Não                        |
| Baixa renda per capita                                                                                                                              | Não                        |
| Maioria da população residente constituída por adultos, muitos recém-chegados e poucas famílias-núcleo (pai, mãe e filhos)                          | Sim                        |
| Consumo do prazer customizado e de massa                                                                                                            | Não                        |
| Grande classe-média                                                                                                                                 | Sim                        |

Fonte: Mullins (1991) e Gladstone (1998) (Adaptado pela autora).

### **Quadro 3: Proposições teóricas e sua aplicabilidade para metrópoles turísticas e cidades turísticas de lazer.**

Pode-se considerar que o estudo de Gladstone (1998) representou um avanço em relação à pesquisa de Mullins (1991). A teoria testada explicou melhor as cidades do grupo denominado cidades turísticas de lazer do que as metrópoles turísticas, o que significa um refinamento do conceito de urbanização turística a partir de alguns aspectos.

Em síntese, segundo Gladstone (1998), as diferenças entre os grupos analisados concentram-se em fatos históricos. Por exemplo, *Las Vegas* e *Atlantic City* sempre foram cidades economicamente turísticas, já Orlando era uma cidade agrícola quando a *Disney* iniciou as compras de terras na região na década de 1960. Outro aspecto importante a ser analisado refere-se a fatores simbólicos. Algumas cidades utilizam como atrativo turístico seus recursos naturais, a exemplo da maioria das cidades da Flórida, outras fazem uso de atrativos fabricados, como no caso de Orlando e *Atlantic City*. O autor explica que embora *Atlantic City* esteja localizada na faixa litorânea, a cidade é vendida como um lugar aonde se vai pra ganhar *million bucks*.

Outro aspecto apontado pelo autor refere-se ao tipo de estrutura organizacional presente nas cidades. Como citado anteriormente, as metrópoles turísticas têm um número significativo de grandes corporações, fato que incide no planejamento do desenvolvimento urbano local através do controle da terra e da influência no processo de planejamento, funções historicamente reservadas ao setor público.

Conforme Gladstone (1998) esses grupos empresariais usam de sua influência para obter isenção de impostos e subsídios. Na opinião do autor, esse aspecto em particular, pode explicar em parte as diferenças demográficas entre os dois grupos, bem como, o grande número de trabalhadores, o baixo índice de autônomos e aposentados, o alto índice de *african-americans* (que aceitam salários mais baixos), e a adesão sindical, significando um aspecto importante para futuras pesquisas.

O próximo tópico versa sobre renda fundiária na cidade e renda da terra. Discorrer a respeito das especificidades do solo urbano e dos três tipos de renda fundiária passíveis de serem encontradas na cidade propiciará identificar no recorte territorial desta pesquisa em quais localizações e sob quais condições elas se manifestam.

#### **1.4 A questão fundiária na cidade e a renda da terra**

A abordagem inicial sobre a questão fundiária foi desenvolvida por Karl Marx no âmbito agrário, no contexto específico da produção de trigo (SIMONETTI, 1988).

Contudo, a produção do espaço urbano ou a expansão territorial urbana pautada na lógica capitalista motivou importantes teóricos a aprofundar-se no estudo da renda fundiária urbana, com o intuito de apreender a realidade na cidade.

Por esta razão, tomou-se como referência alguns autores como Singer (1979), Lojkin (1979; 1981) entre outros que partem do ponto de vista elaborado por Marx, buscando, entretanto, adequar o conceito de renda fundiária as peculiaridades do espaço urbano.

Com base nesta premissa, esta secção teve como fio condutor a discussão sobre as especificidades da cidade e a inter-relação destas com a extração da renda fundiária pelos proprietários do solo urbano e seus intermediadores.

Inicialmente, é importante retomar, conforme frisado anteriormente, que a cidade desempenha um papel econômico fundamental no desenvolvimento do capitalismo e que o processo de urbanização torna-se consequência das necessidades de acumulação do capital (LOJKINE, 1981). Isso significa que a cidade encerra condições fundamentais para reprodução do capital e da sociedade.

Nesse sentido, Simonetti (1988) afirma que é próprio da produção capitalista centralizar o desenvolvimento de suas forças produtivas, força de trabalho e meios de produção, em locais específicos para favorecer o processo de acumulação de capital, de modo que as contradições econômicas e sociais constitutivas do processo de formação da cidade são retratadas de forma marcante no espaço urbano. Essa lógica econômica que engendra a produção da cidade torna o solo urbano uma mercadoria que, via de regra, torna-se alvo de intensas disputas entre os agentes produtores do solo urbano.

Neste contexto, segundo a autora, o uso do solo urbano, que representa a maneira como o agente ocupa determinadas frações do espaço mediante suas necessidades de realizar atividades, se firma conforme as condições que esse espaço oferece em termos de produção, circulação e comércio, além de considerar a oferta de bens, serviços e habitação que formam os meios de consumo coletivos presentes em determinado locais em detrimento de outros e, com efeito, essa contradição é necessária ao desenvolvimento do próprio capital. Em face dessa aglomeração das vantagens locacionais, têm-se conflitos tanto em termos de agentes, quanto de usos diferenciados do solo urbano.

Cabe salientar que essas disputas em torno do solo urbano e a dedução do lucro, expresso na forma de renda fundiária, são consequências do seu monopólio, garantido pela instituição jurídica da propriedade privada do solo, que distingue proprietários e não proprietários, tornando-o privilégio de uma minoria que dispõe de dinheiro para garantir seu acesso a ele (SINGER, 1979).

Nessa direção, Pontes, Nóbrega Jr. & Lima (1993), afirmam que o crescimento e a reestruturação da cidade têm sido fundamentalmente controlados, orientados e significados

com base nos interesses de agentes dominantes, mais especificamente os da iniciativa privada e determinados quase que exclusivamente com base na estrutura da propriedade privada.

Um aspecto importante a ser considerado é que o solo urbano é uma mercadoria *sui-generis* que não tem seu valor reproduzido a partir da força de trabalho humano, mas sim da condição estatutária da propriedade privada, que confere a seu proprietário um lucro proporcionado pelo direito de concessão de seu uso aos interessados potenciais (SINGER, 1979).

Considerando seu caráter irreproduzível e monopolizável, o solo urbano torna-se um bem escasso, e assim, adquire um preço que confere renda fundiária urbana ao seu proprietário. Segundo Cunha e Smolka (1980), as rendas fundiárias nada mais são do que a transferência de parte do excedente desviado da produção capitalista para o proprietário da terra.

Os autores ressaltam que, no que tange a análise de rendas fundiárias as variáveis preço, uso do solo urbano e escassez, não podem ser determinadas simultaneamente como previsto pela teoria neoclássica, haja vista que o solo urbano tem seus usos sujeitos a ação histórica. Além disso, aceitar essas determinações significa negar que o urbano é reflexo da estrutura econômica e que as imobilizações do capital impressas nele representam à condição fundamental da reorganização do espaço urbano (CUNHA; SMOLKA, 1980).

Portanto, a variável escassez, definida em função da relação preço do solo e seus diferentes usos, não é real, pois se fundamenta no atributo localização que é conferido ao solo urbano com base no ambiente construído (ativos fixos acumulados) e na forma de utilização histórica do espaço em questão, e não no montante de terras realmente disponíveis, tratando-se de uma escassez de estrutura de vantagens locacionais (CUNHA; SMOLKA, 1980). As condições de localização adquirem importância particular porque se tornam determinantes das diferentes formas da renda fundiária urbana, nesse sentido considerada renda diferencial por natureza.

Em relação à formulação dos preços do solo urbano, Singer (1979) verificou que o fator preponderante na sua definição é o valor que a demanda está disposta a pagar pelo direito de acesso a pontos privilegiados da cidade, que em caso de países economicamente dependentes significa o preço que a demanda realmente pode pagar por uma fração do espaço urbano, ou ainda, quais segmentos dispõe de condições para pagar por ela.

Lojkine (1981), por sua vez, afirma que os preços do solo urbano são determinados pela nova divisão social e espacial do trabalho marcada pela apropriação dos meios de consumo por empresas multinacionais, localizados nos grandes centros urbanos. O autor

acrescenta que as rendas fundiárias são determinantes da forma de desenvolvimento da cidade e manifestam-se no espaço através da segregação, desencadeada em função dos preços do solo urbano. Para o autor, três tipos de segregação urbana podem ser identificados: a) a oposição entre periferia e centro baseada numa escala crescente de preços em direção ao centro; b) a separação dos espaços urbanos para classes privilegiadas e classes populares, e; c) a especialização do espaço urbano institucionalizada pelo zoneamento que determina áreas industriais, residenciais, comerciais, de lazer e assim por diante.

Nesse sentido, Singer (1979) afirma que, enquanto a existência da propriedade privada condiciona a ocupação do espaço urbano à posse de uma renda, a economia capitalista não garante uma renda mínima para todos, de modo que parte da população não tem como usufruir o direito de ocupar um espaço na cidade, sendo levados a infringir a lei da propriedade privada, formando favelas em propriedades públicas, terrenos de herança, de fins especulativos, entre outros. Nesses termos, afirma-se que “a cidade capitalista não tem lugar para os pobres.” (Ibid., p. 33).

Embora Lojkin (1981) não rejeite a existência de uma estratificação urbana no que concerne ao acesso desigual dos meios de consumo coletivos, afirma que essa estratificação está subordinada a uma segregação social mais ampla, que atualmente determina a relação entre os diferentes agentes e os valores de uso do solo. Isso significa que a oposição entre classes privilegiadas e populares torna-se secundária. A oposição determinante na atualidade ocorre, de fato, entre o capital monopolista e o conjunto das camadas não monopolistas, que passam a ser excluídas dos principais meios de consumo coletivos juntamente com as camadas populares, face aos interesses do capital monopolista, dos proprietários e incorporadores imobiliários frente às rendas fundiárias urbanas (Ibid.).

Com base nessas considerações, torna-se evidente que as qualidades externas como acessibilidade (auto-estradas, etc.), externalidades (positivas ou negativas), benfeitorias, infraestrutura e equipamentos urbanos (shopping centers, universidades, etc.) que juntas correspondem à estrutura de vantagens locacionais, superpõem-se as qualidades intrínsecas do solo urbano (topografia, tamanho, fertilidade, etc.), ou seja, a localização alcança maior significado na análise do solo urbano do que a fertilidade do solo, preponderante no espaço agrícola (SIMONETTI, 1988; PONTES; NOBREGA JR.; LIMA, 1993).

Em síntese, incidem sobre os preços do solo urbano e, por conseguinte, na rentabilidade fundiária, a maneira como se processam as condições de reprodução da cidade referente ao modo como o sistema de produção se reproduz aos custos de aglomeração, ao crescimento demográfico, a utilização do solo, as políticas de zoneamento, as modificações do

poder aquisitivo dos habitantes, os aspectos políticos, sociais, econômicos e históricos locais e os processos cíclicos e espasmódicos da conjuntura nacional e internacional (SIMONETTI, 1988). Portanto, conforme afirmou Sposito (2001, p. 106), “o argumento liberal de que quanto mais lotes existirem à venda, menor o preço por unidade, baseado na lei da oferta/demanda, é uma falácia, dado o grau de monopolização do território.”

Singer (1979) observa que os lotes incorporados no processo de crescimento da cidade não incluem em sua base de cálculo de preços, variáveis como custos de produção e margem de lucro, itens básicos para medir a taxa média de lucro sobre o retorno do capital investido em mercadorias resultantes do trabalho humano, ainda que se considere que os chamados “custos de produção” destas terras sejam equivalentes à renda agrícola que deixa de ser auferida à medida que estes espaços se tornam parte da cidade. Segundo o autor, “convém observar que o ‘valor’ da propriedade imobiliária, na economia capitalista, não passa de renda que ela proporciona, capitalizada a determinada taxa de juros” (Ibid., p. 22).

Como se pode observar, os mecanismos de oferta e demanda preconizados na teoria neoclássica sobre renda fundiária não se mostram equilibrados no mercado do solo urbano. Segundo Cunha e Smolka (1980), nesse mercado não existe uma relação direta entre preço e uso do solo mediada pelo nível de escassez do produto terra. Conforme os autores é possível ocorrer à intensificação do uso da terra, mesmo quando seu preço estiver elevado; assim como é possível que a oferta seja aumentada sem que seus preços sejam reduzidos, mas sim elevados em função, por exemplo, dos atributos locacionais que lhe tiram da condição de terreno distante ou periférico, e o eleva a categoria de solos escassos.

De acordo com Singer (1979), a oferta não depende do preço, mas em geral da incorporação de terras antes agrícolas ao espaço urbano, já a demanda varia conforme a expansão do tecido urbano que é impulsionado pelo crescimento da população e pelas atividades econômicas que buscam se instalar na cidade. Ademais, o capital imobiliário não é um valor de uso resultante do trabalho humano, constitui-se em um capital fictício (Ibid.).

Segundo Singer (1979, p. 22), “ele é, sem dúvida, um valor que se valoriza, mas a origem de sua valorização não é a atividade produtiva, mas a monopolização do acesso a uma condição indispensável àquela atividade”. O autor acrescenta que determinadas áreas da cidade estão sujeitas a violentas oscilações de preços, consequência da especulação que acomete o mercado imobiliário.

Conforme Lojkin (1981), esse processo especulativo se intensifica no contexto do capitalismo monopolista em função da fusão do capital financeiro com a renda fundiária urbana, característico dessa fase. Em consequência, identificam-se tendências de redução das

taxas de lucro do setor produtivo e de aumento da extração da mais valia pela via da especulação em oposição aos investimentos produtivos, além disso, essa união representa um obstáculo estrutural, visto que se torna muito mais difícil para o capital industrial remover a propriedade privada monopolista se comparada à propriedade privada fragmentada, por sua vez mais suscetível ao assédio do mercado ou expropriada pelas vias legais, sem maiores danos à lógica do capital (Ibid.).

Pontes, Nóbrega Jr. e Lima (1993) com base no documento elaborado pela Superintendência de Desenvolvimento Urbano e Rural – SDUR identificam alguns instrumentos que poderiam coibir a especulação imobiliária e ampliar as faixas de renda que poderiam garantir acesso ao solo urbano, são eles:

a) a elevação dos tributos referentes aos imóveis ociosos com vistas a desestimular sua retenção e pressionar os preços para baixo;

b) a instituição da compulsoriedade da urbanização ou da edificação segundo a Lei nº 6766/79. Que possibilita ao Estado administrar os preços dos terrenos da cidade, buscando regulamentar o solo urbano adequando à expansão do perímetro urbano conforme as necessidades das populações de baixa renda e através da incorporação de terras à cidade mediante indenização de seus proprietários, e quando necessário;

c) a expropriação.

Os autores sugerem que alguns fatores contribuem para segregação urbana a nível nacional, como: a prioridade do direito à propriedade privada sobre o direito à habitação; a escassez de recursos destinados à habitação subsidiada; a baixa provisão de recursos destinados à infra-estrutura urbana, e; a legitimidade da propriedade ociosa e os baixos impostos que incidem sobre ela.

Em síntese, tendo em vista a dinâmica que caracteriza a produção do espaço urbano, verifica-se que o tempo histórico é fundamental na análise da estrutura urbana, pois as vantagens locacionais, além de variarem no território, resultam do seu processo histórico de formação, incluindo as relações sociais impetradas e as ações complexas e contraditórias de seus agentes que constroem ou reestruturam o espaço urbano e influenciam nas condições de rentabilidade do solo da cidade (SINGER, 1979; CUNHA; SMOLKA, 1980; SIMONETTI, 1988; LOJKINE, 1979).

Nesse sentido, Cunha e Smolka (1980) apontam alguns fatores que devem ser considerados no processo de formação e transformação da estrutura da cidade quando o objetivo é estabelecer uma relação entre rendas fundiárias e o uso do solo urbano. São eles:

i) o maior ou menor grau de concentração do capital (particularmente o imobiliário) o que vem a determinar se as transformações no espaço ocorrem de maneira incremental e atomizada ou, pelo contrário, estruturam-se a partir das possibilidades de criação de externalidades e apropriação das rendas diferenciais e absolutas; ii) a amplitude da intervenção estatal, tanto no que diz respeito às características do planejamento urbano, da regulamentação do uso do solo e dos sistemas de tributação, como, principalmente, no que concerne aos conflitos de interesse que ali se veiculam; iii) as formas de organização da produção e de reprodução da força de trabalho, na medida de suas interdependências com o ambiente construído (CUNHA; SMOLKA, 1980, p. 49).

No que concerne às rendas fundiárias é possível identificar na cidade três tipos, a renda absoluta, a renda diferencial e a renda de monopólio, detalhadas na sequência (SINGER; 1979). Lojkin (1979) condiciona a formação de rendas fundiárias a duas situações:

a) quando a composição orgânica do capital investido em um dado setor econômico for inferior à composição média, o que significa que o valor dos produtos de tal setor é superior a seu preço de produção, permitindo a formação de sobrelucros, e;

b) a institucionalização jurídica da propriedade privada – meio de produção essencial e irreproduzível, cuja outorga permite ao proprietário a capacidade de monopólio e, por conseguinte, de controle de sua escassez no mercado, lhe possibilitando determinar um tributo pelo seu uso.

Sobre a renda absoluta, Singer (1979) afirma que resguardando as devidas proporções, pode-se afirmar que toda terra é comprada ou alugada, e o aluguel constitui a renda absoluta do solo urbano, estando a sua existência condicionada a não socialização da propriedade que cria condições de competição entre os usuários pela utilização da terra.

Corroborando Lojkin (1979) advoga que o proprietário de terra auferir renda absoluta a partir da necessidade dos capitalistas de transpor a barreira da propriedade privada que se coloca como obstáculo à circulação do capital, a formação de uma taxa de lucro médio e a intensificação de sua acumulação, de modo que compete a ele decidir se disponibiliza ou não à terra a terceiros, mediante o recebimento de aluguel que se traduz para ele em renda absoluta.

Cunha e Smolka (1980) acrescentam que a existência da renda absoluta fundamenta-se obrigatoriamente em circunstâncias históricas que incrementam a institucionalização da

propriedade privada. Esta permite que a propriedade privada continue suficientemente concentrada, para que ao invés dos proprietários de terra competirem entre si pela concessão de terras aos usuários, estes são quem concorrem entre si por elas devido à situação de escassez gerada pelos proprietários de terra. Os postulados que fundamentam sua tese são:

i) dependência do sistema produtivo à terra, seja na produção das mercadorias necessárias para a reprodução da força de trabalho urbana ou na manutenção de um exército de reserva dentro da produção rural; ii) concentração da propriedade fundiária (acesso à terra restrito a um pequeno número de proprietários) de forma a permitir a formação e reprodução de uma classe de proprietários de terra; iii) presença do tributo fundiário sobre todas as terras, mesmo as "marginais" (CUNHA; SMOLKA, 1980, p. 45).

Outra possibilidade de se extrair renda absoluta, afora a exploração de necessidade de circulação do capital, advém do mercado imobiliário, conforme destacada por Sposito (2001). Para o autor, a produção da cidade resulta das relações comerciais entre proprietários e comercializadores do solo urbano (construtoras, imobiliárias, incorporadoras), pois não é possível que eles produzam o espaço urbano de forma individualizada.

Segundo o autor os proprietários podem lotear a gleba ou se associar a empresas especializadas que supostamente devem fazer isso com base no Código de Obras do Município, além de se ocuparem em transacionar a venda do direito de propriedade daqueles, mediante a transferência de mais-valia por parte dos proprietários fundiários. Nestes termos, a propriedade privada do solo é condição e contradição para obtenção de renda absoluta, visto que o proprietário deve se desvincular dela para apropriar-se do seu equivalente, adquirindo capital para investir em atividades produtivas ou especulativas. (SPOSITO, 2001).

A extração da renda diferencial, por sua vez, está essencialmente fundada nos elementos que perfazem as condições de localização (SINGER, 1979; LOJKINE, 1979). Segundo Lojkine (1979), ela divide-se em renda diferencial I e II, porém o autor não reconhece a existência desta última na realidade da cidade. Para o autor a renda diferencial I refere-se às condições de construtibilidade do terreno, ou seja, as condições de comunicação e acessibilidade; enquanto, a renda diferencial II concerne ao montante de capital investido pelos capitalistas nos centros comerciais e imóveis para escritórios, que implica nas diferenças de produtividade.

Cunha & Smolka (1980) resumem a diferença entre elas, afirmando que na renda diferencial I, as vantagens locacionais servem de dispositivo comparativo entre propriedades,

enquanto que na renda diferencial II essas vantagens surgem dentro da propriedade, a exemplo da aquisição de tecnologia para aumentar a produtividade ou a extração de mais valia.

Conforme pontuado anteriormente, a estrutura de vantagens locacionais é criada no processo social de produção do espaço urbano e varia segundo as categorias de espaço e tempo. Essas vantagens derivam principalmente do tempo de circulação de mercadorias entre produtores, consumidores e etapas do processo produtivo, ou seja, da capacidade do capitalista de reduzir o período de giro de produção e, assim, aumentar sua taxa média de lucro (CUNHA; SMOLKA, 1980). Isso se pauta particularmente nas condições de acessibilidade dispostas de forma heterogêneas no espaço intra-urbano.

Ademais, desempenham importante papel nessa estrutura as externalidades propiciadas pela aglomeração, que proporcionam complementaridades de interesses entre as empresas, além da presença de bens e serviços públicos e privados que concentram os meios de consumo coletivos em pontos específicos da malha intra-urbana (SIMONETTI, 1988).

Singer (1979) aponta alguns elementos que incidem na formação de rendas diferenciais: no tocante as empresas, interessam os superlucros que poderão ser obtidos a partir da localização almejada, contabilizados pela redução de custos de produção, circulação e troca frente à concorrência; já para as pessoas físicas implicam fatores como a oferta de terras, distribuição de renda e necessidades míticas exploradas pelo marketing imobiliário.

Essas necessidades míticas criadas pelo marketing tornam determinadas áreas distintas, justificando os elevados preços cobrados ainda que se situem em zonas carentes de infra-estrutura completas e distantes dos meios de consumo coletivos. Isso pode ser visualizado na pesquisa de Sposito (2001) em Presidente Prudente, o autor identificou bairros distantes do centro com preços elevados, justificados por ser áreas consideradas “nobres” pelos agentes imobiliários que fazem uso dessa prática para aumentar seus sobrelucros.

O autor advoga que o Estado contribui para formação de rendas diferenciais à medida que dota determinadas áreas da cidade de infra-estruturas em detrimento de outras. Com isso, assegura a heterogeneidade ao espaço garantindo a sua condição de mercadoria, e, desse modo, influencia no preço do solo e na demanda de uso por localizações específicas da cidade (Ibid.). O autor acrescenta que os serviços urbanos como saneamento, pavimentação, redes de água, luz, entre outros, entram no jogo da valorização diferencial do solo aliada ao funcionamento do mercado imobiliário, tornando a infra-estrutura um valor agregado do produto terra, disponível em primeira mão àqueles que podem pagar por ela.

É preciso ainda distinguir um terceiro tipo de renda denominada de renda de monopólio. Para Singer (1979, p. 26), a renda de monopólio “[...] decorre da existência de localizações que conferem aos que as ocupam o monopólio do fornecimento de determinadas mercadorias.” Segundo o autor, bares e restaurantes, localizados em escolas, estádios de esporte, aeroportos e lojas em *Shopping Centers*, por exemplo, estão aptos a cobrar renda de monopólio devido à distância que mantém de seus pares, assegurando por essa razão uma clientela cativa.

Harvey (2005, p. 222), ao afirmar que “toda renda se baseia no poder monopolista dos proprietários privados de determinadas porções do planeta”, explica que a renda monopolista surge porque os atores sociais podem aumentar seu fluxo de renda por muito tempo, em virtude do controle exclusivo sobre algum item, direta ou indiretamente comercializável, que é, em alguns aspectos, crucial, único e irreplicável.

Segundo o autor na forma direta à categoria renda monopolista ocorre quando os atores sociais controlam algum recurso natural, mercadoria ou local com qualidade especial em relação a certo tipo de atividade, permitindo-lhes extrair renda monopolista daqueles que desejam usar ou usufruir de tais recursos. Já na forma indireta as rendas monopolistas centram-se no fator localizacional que se traduz em centralidade e acessibilidade. Harvey (2005) acrescenta que, no segundo caso, tira-se proveito direto da terra ou do recurso, e cita que nela se enquadram as terras vendidas a multinacionais e financistas para fins especulativos.

Para o autor, a economia globalizada representou uma tendência à eliminação ou redução desse tipo de renda, “naturalmente” protegidas pelo o fator localizacional, bem como fragilizou as proteções políticas fornecidas pelo Estado-Nação. Contudo, tendo em vista que o poder monopolista é mister do sistema capitalista, o próprio sistema encarregou-se de restabelecê-lo através de outras vias, como as fusões e o estabelecimento de garantias jurídicas dos direitos monopolistas no âmbito internacional, não apenas da propriedade da terra, mas da propriedade intelectual, científica, entre outros tipos de propriedade (Ibid.).

Para Harvey (2005), a renda monopolista transcende às práticas de empreendimentos imobiliários, iniciativas econômicas e recursos governamentais, atingindo fontes mais amplas. Na opinião do autor, uma vez que a conquista das rendas monopolistas centra-se nas alegações de singularidade, autenticidade, particularidade e especialidade, o campo das práticas culturais e dos artefatos historicamente constituídos, assim como das características ambientais espaciais, sociais e culturais despontam como fontes potenciais de produção de

renda monopolista, já que as coisas se colocam como supostamente exclusiva em tais lugares, seja esta exclusividade originária de um discurso ou do respeito às qualidades do produto.

Embora o autor afirme que o turismo contemporâneo representa o ponto mais evidente desse processo, sua atenção é para o capital simbólico coletivo, ou seja, as características distintivas referentes ao lugar, dotadas de potencial em termos de atração dos fluxos de capital, assim, elevar o quociente de capital simbólico é o principal desafio imposto aos lugares para vencer a guerra dos lugares.

Tanto a observação feita por Singer (1979), quando se referiu à influência das necessidades míticas criadas pelo marketing concernentes as rendas diferenciais, quanto por Harvey (2005) em relação às qualidades distintivas ressaltadas para justificar a extração de rendas monopolistas, se evidencia o papel da mídia na construção de aspectos contingentes que influenciam os desejos de consumo sobre uma determinada localização e, por conseguinte, suas características transitórias de especialidades e exclusividade, razão das rendas de monopólio, ou dos simples aspectos subjetivos ou supérfluos que servem para embasar as rendas diferenciais.

Cabe ressaltar que, embora esses dois tipos de renda (diferencial e de monopólio) se assemelhem, pois ambas envolve o monopólio de características específicas, existe uma diferença essencial entre elas. De acordo com Singer (1979) a renda de monopólio permite aos seus proprietários majorar os preços e manter uma clientela, ainda que estes estejam acima da concorrência, ao contrário da renda diferencial, conforme também afirmou Cunha & Smolka (1980).

A formação de renda de monopólio apresenta duas contradições, segundo Harvey (2005). A primeira refere-se à transformação das “qualidades especiais” de um determinado lugar em *commodity*, procedimento que contribui para minar a essência desses elementos e desencadear um processo de homogeneização do espaço que destrói a própria fonte dessa renda.

A segunda tem haver com a avidez por lucros que leva mesmo os mais aficionados pela a globalização a apoiar o desenvolvimento local de lugares potenciais com vistas à extração de rendas de monopólio baseado nas características distintivas locais, ainda que tal apoio possa deflagrar um movimento político que se volte contra a própria globalização multinacional.

Neste caso, Harvey (2005) afirma que o desafio que se coloca para os capitalistas é o de apoiar e patrocinar as diferenças culturais e o desenvolvimento local apenas o suficiente para obter rendas monopolistas, sem perder o controle e permitir uma emancipação sócio-

econômica e política das classes dominadas. E para os grupos excluídos cabe apropriarem-se dos espaços-chave do capital aproveitando-se da suposta “valorização” das diferenças e práticas culturais locais e do significado estético, transformando-os em espaços para o exercício do poder.

Para o autor (HARVEY, 2005), esse processo, estaria afetando o desenvolvimento local e as atividades culturais nos territórios. Conforme advogou:

[...] há conflitos constantes sobre a definição de poder monopolista, que é possível que esteja harmonizado com o local e as localidades, e que a idéia de "cultura" está cada vez mais enredada com as tentativas de reassegurar tal poder monopolista, exatamente porque as alegações de singularidade e autenticidade podem ser melhor articuladas enquanto alegações culturais distintivas e irreplicáveis (HARVEY, 2005, p. 227, grifo do autor).

Este assunto será complementado na própria análise com a caracterização dos principais atores produtores do espaço de Natal, com ênfase naqueles que atuam diretamente no bairro de Ponta Negra, no intuito de apreender de que modo se processam as relações de força no processo de produção do espaço em questão, a partir dos diferentes interesses de usos do espaço, considerando que a renda fundiária é antes de tudo uma relação de poder entre as classes sociais (CUNHA; SMOLKA, 1980).

## **1.5 Procedimentos de Pesquisa**

### **1.5.1 Características da pesquisa**

A pesquisa empreendida adotou como método o estudo de caso, realizado no bairro de Ponta Negra localizado na cidade de Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte. De acordo com Bruyne et. al. (1982), o estudo de caso propicia uma análise intensiva e criteriosa de casos particulares. A utilização desse método se justifica visto que é adequado para um

contexto de investigação relativamente pouco conhecido (YIN, 2005), como é o caso da urbanização turística. (MULLINS, 1991; PEARCE, 2001).

Paralelamente pelas mesmas razões essa investigação também pode ser caracterizada como de caráter exploratório-descritivo, principalmente, porque buscou proporcionar uma visão geral sobre a urbanização turística de Ponta Negra, visando contribuir com a construção de problemas mais precisos para futuras pesquisas (GIL, 1995), considerando como já se afirmou que o tema é complexo e pouco explorado e menos ainda são os estudos que versam sobre as relações de forças nesse processo. (MULLINS, 1991; PEARCE, 2001).

Em concordância com os objetivos desse projeto, os quais privilegiam a apreensão dos aspectos subjacentes da urbanização turística, esse estudo terá uma abordagem integralmente qualitativa, haja vista que esta possibilita ao pesquisador transcender o caráter meramente descritivo dos fatos. Segundo Denzin e Lincoln (2005), a natureza qualitativa se evidencia através da ênfase dada aos processos e significados sem a preocupação com a mensuração dos mesmos.

Permite o contato in loco do pesquisador com o fenômeno, possibilitando ao mesmo estudá-lo em seu habitat natural, interpretando a realidade a partir da perspectiva de seus indivíduos. As autoras destacam que o mais importante para o pesquisador que opta pela abordagem qualitativa é a natureza da realidade construída a partir de experiências sociais e culturais e definem genericamente a pesquisa qualitativa “[...] como uma atividade única, que situa o observador no mundo.” (DENZIN; LINCOLN, 2005, p. 3).

E, não obstante, a pesquisa foi realizada numa perspectiva histórica, com um corte temporal do tipo longitudinal e seccional, pois a coleta de informações e dados foi realizada num determinado momento, mas procurou-se resgatar informações e dados de períodos passados (VEIRA, 2004).

Assim, buscou-se resgatar a trajetória do turismo em Natal, desde os principais eventos que impulsionaram a sua estruturação enquanto atividade econômica na cidade até o ano de 2009, uma vez que somente desta forma poder-se-ia apreender de maneira sólida a ideologia e os interesses subjacentes nos discursos e ter uma visão ampla da forma e do conteúdo que permeia a articulação dos atores envolvidos na urbanização turística de Ponta Negra.

No intuito de tornar a pesquisa mais exequível, respondendo **como as relações de força, operando nos processos sociais do turismo, têm moldado a urbanização turística de Ponta Negra (Natal/RN)?** Os objetivos específicos foram detalhados seguindo a sugestão de Triviños (1987) em subquestões que serviram de guia:

- Descrever como se processou a formação e as transformações históricas do turismo em Natal, questionando-se:
  1. Quais os principais eventos nacionais que impulsionaram a sua estruturação em Natal?
  2. Quais os principais eventos ou acontecimentos locais ocorridos na história do turismo de Natal?
  3. Quais foram os principais atores envolvidos na sua formação?
  
- Identificar as principais ações realizadas pelos atores diretamente envolvidos ao longo do processo de urbanização turística do bairro de Ponta Negra, questionando-se:
  4. Quais foram as principais ações realizadas pelos diferentes atores no processo de urbanização turística de Ponta Negra?
  5. Quais os principais motivos para implementá-las (exploração comercial, defesa do meio ambiente, interesses comunitários, etc.)?
  6. De quais mecanismos se valeram para impor suas práticas ou seus interesses?
  
- Analisar quais as relações de força que operam nos processos sociais decorrentes da urbanização turística de Ponta Negra, questionando-se:
  7. Como o espaço tem sido modificado e gerenciado para o turismo?
  8. Como a competição de uso do espaço ocorre entre os atores?
  9. Quais as conseqüências que a organização do espaço para o turismo tem produzido para a comunidade nativa?

### **1.5.2 Técnicas de pesquisa utilizadas**

Para atingir o objetivo geral desta pesquisa recorreu-se a diferentes fontes de informação. Inicialmente, participou-se de algumas reuniões realizadas pelo grupo denominado “Filhos de Ponta”, que reúne moradores e lideranças de várias partes do bairro. Na ocasião pôde-se conversar com os participantes, indagar-lhes e obter as pautas das últimas reuniões, bem como fazer anotações, enquanto os mesmos discutiam sobre os temas, buscando identificar o que era consenso e conflito, visto que pertenciam a partes diferentes do bairro.

Logo em seguida, realizou-se uma caminhada pelo bairro para observar como estava organizado o espaço, atendo-se, principalmente, aos contrastes e as diferentes dinâmicas existentes na orla e na Vila. Utilizou-se, também, uma vasta quantidade de material secundário, considerados essenciais para apreensão da formação, das transformações e o conhecimento dos atores envolvidos no campo do turismo de Natal.

Entre o material obtido destacam-se a pesquisa bibliográfica realizada na Revista RN Econômico e na Revista FOCO, respectivamente, nos períodos de 1969 a 2002 e de 2001 a 2010, privilegiando-se os fatos ocorridos relativos ao turismo e a urbanização, mas tendo o cuidado com os discursos apologéticos, visto que esses são veículos do *trade* turístico potiguar.

No que tange à história de Ponta Negra recorreu-se a quatro membros da comunidade denominados de “memórias vivas”, por estarem entre os mais idosos e, portanto, em condições de prestarem depoimentos. Para chegar-se aos referidos buscou-se, a princípio, informações no Centro de idosos do bairro e, posteriormente, seus nomes foram confirmados junto aos moradores que estavam na faixa de 70 anos, no intuito de obter uma aprovação da própria comunidade “antiga”. O objetivo maior foi construir a história do lugar na perspectiva deles, dando-lhes direito de voz.

Para identificar a posição dos principais atores e as razões que motivam sua participação no turismo, recorreu-se a materiais audiovisuais (imagem e discurso) que propiciassem uma interação maior da pesquisadora com os pesquisados. Assim, identificou-se entre os poucos programas locais de debate, o Programa “Grandes Temas”, transmitido pela TV Universitária (UFRN), especialmente, os debates intitulados de “A ocupação indevida do litoral do RN”, “As barracas de Ponta Negra”, “Os Espigões do Morro do Careca” e o “Projeto Lagoinha”.

Igualmente importantes foram os “Relatórios de Atividades Executadas e em Execução” fornecidos pela SETUR-RN e um “Memorando Histórico”, confeccionado pela SETURDE, além dos depoimentos prestados por dois membros vinculados a essas instituições há 36 anos e 40 anos, respectivamente.

Paralelamente, a pesquisadora esteve presente nas Audiências Públicas que foram realizadas a partir de setembro de 2009, na Câmara Municipal de Natal, na Assembléia Legislativa e no Ministério Público, destinadas a discutir temas relativos à urbanização de Ponta Negra. Essas audiências foram fundamentais para pesquisa porque congregam a participação de representantes-chave, envolvidos nessas questões relacionadas ao bairro, por motivos diversos que vão desde o interesse social até o interesse comercial.

Na ocasião foi possível ter contato com eles, marcar entrevistas e observá-los discursando e defendendo projetos, propostas e planos para o lugar “Ponta Negra”, concernentes, entre outros assuntos, ao emissário submarino, à construção dos espigões próximos ao Morro do Careca e ao Projeto de Segurança Pública do Gabinete de Gestão Integrada do Estado, denominado “Territórios da Paz”, a ser implantado em Ponta Negra.

No que tange às audiências da Câmara e da Assembléia, que são televisionadas, foi possível obter os DVDs com as imagens. Foram obtidas, também, àquelas referentes ao “Plano Diretor de 2007”, “As melhorias para Orla de Ponta Negra, em 2006” e “As obras da SEMURB”, que constavam no arquivo digital da TV Câmara iniciado a partir de 2000.

Ainda foram coletados informações e dados em jornais, artigos, dissertações, teses e sites relacionados ao turismo e à urbanização de Ponta Negra em geral, bem como nos processos judiciais relativos à retirada das barracas de Ponta Negra e ao Campo do Botafogo Futebol Clube, além de documentos relativos às questões judiciais impetradas por entidades do bairro, solicitando a desobstrução do acesso público à praia, ocupada por equipamentos turísticos, e um DVD, no qual consta os projetos de urbanização para locais específicos do bairro, como o Morro do Careca e a Área “*Non Aedificandi*”, defendidos pela entidade “AME Ponta Negra”.

Os quinze atores selecionados para serem entrevistados na coleta de informações primárias foram escolhidos com base no grau de envolvimento dos mesmos nos processos sociais e nas relações de força decorrentes da urbanização turística de Ponta Negra, visualizadas, principalmente, através das audiências realizadas na Câmara Municipal, na Assembléia Legislativa e no Ministério Público.

As entrevistas realizadas foram semi-estruturadas, porque, segundo Trivínos (1987, p. 146), “[...] ao mesmo tempo, que valoriza a pesquisa do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação.” Contudo, os roteiros que as guiaram, buscaram, diante da riqueza do material secundário obtido, levantar discussões que elucidassem as dúvidas e as arestas remanescentes a cada ator, mantendo, entretanto, temas de discussões comuns em todos eles, para efeitos comparativos, posteriormente. Cabe ressaltar que a diversidade de atores com características culturais, sociais e econômicas bastante distintas exigiu adaptações de linguagem e flexibilidade para trazer a discussão para o universo e o alcance dos mesmos.

### 1.5.3 Tratamento e análise das informações

Percebe-se que na pesquisa qualitativa não há como se separar coleta e análise em etapas diferenciadas de forma rígida, pois é involuntário quando se compreende razoavelmente o quadro teórico em questão a sua comparação com as informações coletadas, sejam elas de caráter primário ou secundário. Isso, por sua vez, tornou a etapa seguinte de tratamento e análise fundamentada em uma técnica específica um processo menos fastidioso.

As entrevistas tiveram duração entre uma e duas horas, exceto aquelas realizadas com os indivíduos nativos da comunidade que tiveram duração em torno de 30 minutos. Cabe observar que a partir dos dados secundários, particularmente, dos debates realizados no Programa Grandes Temas, foi possível coletar informações junto ao Diretor do IDEMA e ao Secretário do Patrimônio da União sobre a urbanização de Ponta Negra. Ademais a análise do memorial descritivo do Projeto de Reurbanização da Orla elaborado pela equipe da UFRN, tornou possível obter uma visão de atores representantes de organizações federais envolvidos nas questões urbanas de Ponta Negra.

Os nomes mencionados nessa pesquisa dizem respeito a informações secundárias coletadas em veículos de comunicação em massa que decerto não comprometem seus interlocutores. Em muitos momentos foi impossível não mencionar a organização e o cargo dos entrevistados que conferem peso as suas afirmativas, contudo, no intuito de assegurar "certo" anonimato dos mesmos foram definidos códigos correspondentes a cada indivíduo entrevistado agrupados de acordo com as organizações a que pertencem (quadro 4).

Para sistematizar o processo investigativo procurou-se seguir as três etapas cronológicas da análise de conteúdo propostas por Bardin (2004). Inicialmente, para descobrir e compreender a dimensão do papel e da influência dos atores, bem como os eventos ocorridos no Turismo de Natal, foi realizado uma pré-análise, que de acordo com Bardin (2004) significa fazer uma leitura flutuante das informações e dados para escolher e preparar o material que de fato interessa.

Desse modo, no que concerne às informações secundárias, organizou-se os recortes das revistas tentando empilhá-los segundo três grandes temas em ordem cronológica: i) urbanização; ii) construção civil e mercado imobiliário, e; iii) turismo.

Em seguida fez-se uma triagem do material para descartar aqueles de caráter meramente propagandistas, privilegiando as reportagens que traziam perspectivas de

diferentes atores. Em menor quantidade e com mais qualidade, os textos de cada tema foram reorganizados, separando-se os atores e os assuntos abordados por eles.

| TIPO                                | ORGANIZAÇÕES                     | ENTREVISTAS                         |
|-------------------------------------|----------------------------------|-------------------------------------|
| <b>Organizações Estaduais (OE)</b>  | SETUR                            | (OE1), (OE2)                        |
|                                     | EMPROTUR                         | OE3                                 |
|                                     | MINISTÉRIO PÚBLICO               | OE4                                 |
| <b>Organizações Municipais (OM)</b> | SETURDE                          | (OM1), (OM2)                        |
|                                     | SEMURB                           | OM3                                 |
| <b>Organizações de Bairro (OB)</b>  | AME PN <sup>3</sup>              | OB1                                 |
|                                     | ASPOAN                           | OB2                                 |
|                                     | CONSELHO COMUNITÁRIO DE PN       | (OB3), (OB4)                        |
|                                     | AMPA                             | (OB5), (OB6),                       |
|                                     | ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DA VILA | OB7                                 |
|                                     | BOTAFOGO FUTEBOL CLUBE           | (OB7), (OB8), (OB9)                 |
| <b>Movimentos Sociais (MS)</b>      | SOS PONTA NEGRA                  | MS1                                 |
|                                     | FILHOS DE PONTA                  | MS2                                 |
| <b>Organizações de Classe (OC)</b>  | ABIH/RN                          | OC1                                 |
|                                     | SINDUSCON                        | OC2                                 |
|                                     | CRECI/RN                         | OC3                                 |
| <b>TIPO</b>                         | <b>COMUNIDADE NATIVA</b>         | <b>ENTREVISTAS DE CURTA DURAÇÃO</b> |
| <b>Nativos (NB e MV)</b>            | BARRAQUEIROS*                    | (NB1), (NB2), (NB3), (NB4)*         |
|                                     | MEMÓRIA VIVA*                    | (MV1), (MV2), (MV3), (MV4)          |

Fonte: Elaborado pela autora.

#### Quadro 4: Entrevistas agrupadas por tipo de organização

Da mesma forma procedeu-se em relação ao material audiovisual, porém, este já era por natureza devidamente organizado em temas relativos à urbanização, assim buscou-se imediatamente assisti-los e realizar anotações sobre os atores e as informações pertinentes a cada um.

No que concerne às entrevistas transcritas, elas foram pré-analisadas e na sequência codificadas, ou seja, o processo de análise foi organizado em torno de categorias escolhidas – urbanização, turismo, relações de forças, para facilitar, posteriormente, a interpretação; realizando especificamente uma análise temática que consiste em extrair partes do texto relativas ao problema de pesquisa proposto. (BARDIN, 2004).

<sup>3</sup> Associação dos Moradores, Empresários e Amigos de Ponta Negra (Praia).

Após, a etapa de pré-análise, separação em categorias e temas de análise, procedeu-se a fase efetiva da análise de conteúdo alusiva à interpretação dos achados da pesquisa a partir da discussão reflexiva e intuitiva embasada na literatura referenciada. Nessa etapa final, buscou-se estabelecer relações e verificar as contradições alçando respostas para os objetivos empreendidos, relativos, principalmente, a construção histórica do campo do turismo de Natal e os processos sociais decorrentes da urbanização turística e as relações de força neles implicados.

#### **1.5.4 Limitações da pesquisa**

Para finalizar esta secção é importante comentar algumas limitações que se impõe a esta pesquisa, não obstante, inerentes à própria natureza complexa da questão sócio-espacial, à abordagem qualitativa, à condição muito mais prognóstica do que diagnóstica dos processos sociais e das relações de força analisadas, as dificuldades de acesso aos atores do setor imobiliário e, por último, o contato prévio com o objeto de estudo.

Em se tratando de um estudo que se propôs pesquisar a produção do espaço engendrada pela atividade econômica do turismo, qualquer resultado, ainda que pelo método do estudo de caso, mostrou-se limitado, considerando a complexidade não apenas da realidade, das relações sociais e de seu caráter dinâmico e inapreensível que não permite obter nem os fragmentos nem muito menos a totalidade. Sem mencionar a complexidade inerente ao próprio fenômeno do turismo.

Como um estudo integralmente qualitativo se faz necessário afirmar que os achados desta pesquisa não são passíveis de serem generalizados para outras realidades, sendo aplicáveis exclusivamente a realidade sócio-espacial do turismo de Natal no Rio Grande do Norte. Ademais, os depoimentos orais e suas interpretações que carregam consigo a carga subjetiva dos pesquisados e da pesquisadora devem ser mencionados.

Não obstante, o fato da maioria dos processos sociais abordados nessa pesquisa estar em andamento, às análises se tornam muito mais um prognóstico do que um diagnóstico. Pela mesma razão, estando grande parte desses acontecimentos em plena efervescência e por estarem alguns dos atores do mercado imobiliário e da Câmara Municipal de Natal, envolvidos em investigações, que vêm sendo realizadas pelo Ministério Público, muitas informações necessárias não foram disponibilizadas e os agentes imobiliários, considerados

fundamentais, não puderam ser investigados em profundidade. A dificuldade de acesso ao cartório responsável pelo local pesquisado, além do fator tempo, inviabilizaram a proposta inicial de identificação dos tipos de rendas fundiárias presentes no bairro, sugerida durante a defesa do projeto. No entanto o referencial de rendas fundiárias permaneceu porque explicou outros aspectos relevantes encontrados na investigação empírica.

A ausência dos turistas nesse estudo também se torna um fator limitante visto que estes são atores que devem ser considerados na produção do espaço urbano moldado pela atividade turística. Entretanto, nessa pesquisa, optou-se por não incluí-los no intento de evitar achados enviesados concernentes a maneira como eles se posicionam e influenciam nesse processo mediante a diversidade que abrange o ator "turista", não obstante, entende-se que a inclusão deste demandaria um tempo maior para excursão da pesquisa. Por outro lado, cabe a reflexão que, embora o turista não seja um ser passível de pleno controle, sua atuação sobre o espaço visitado está em grande parte condicionada pelas estratégias dos atores públicos e privados e principalmente pela mídia.

Por fim, outro fator que parece ser um limitante desse estudo diz respeito à condição de moradora do bairro da pesquisadora, que embora não seja uma ativista e nem tão pouco tenha participado sequer de uma única reunião de entidades de bairro anteriormente a essa pesquisa, a convivência lhe conferiu um contato prévio com o objeto de estudo que não lhe permitiu ir a campo sem idéias pré-concebidas.

## **2 TURISMO EM NATAL: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA COM ÊNFASE NO ESPAÇO REPRESENTATIVO DA URBANIZAÇÃO TURÍSTICA – PONTA NEGRA**

Neste capítulo pretende-se contextualizar historicamente a atividade econômica do turismo em Natal, considerando principalmente o bairro de Ponta Negra onde ela é representativa. Para tanto, buscou-se inicialmente dar uma panorâmica da produção do espaço urbano da cidade caracterizando-se determinados momentos julgados relevantes para situar o leitor sobre o processo urbano de Natal e como o bairro se insere nesse contexto. Em seguida, discorre-se sobre os principais eventos e atores que impulsionaram a estruturação do turismo na cidade.

Na seqüência, observou-se com base na literatura que versa sobre a temática e o recorte espacial em análise (CAVALCANTI, 1993; CRUZ, 1995; CRUZ, 2002; LOPES Jr., 1997; FONSECA, 2005; FURTADO, 2005), alguns marcos fundamentais na história do turismo que possibilitaram dividi-lo em quatro recortes temporais, são eles: o turismo em Natal antes da Via Costeira (1939-1979); do Projeto Parque das Dunas/Via Costeira ao primeiro "boom" do turismo nacional (1979 - 1990); a internacionalização do turismo em Natal (1991-2000) e do primeiro "boom" ao "declínio" do turismo internacional (2001-2009). "É necessário frisar que a periodização não é absoluta. Todo recorte de tempo histórico em períodos distintos é relativo" (LEFEBVRE, 2008, p. 81).

Contudo esse processo de historiar facilita a compreensão do turismo e a reflexão sobre o seu crescimento na cidade, não obstante, inextricavelmente associada à estruturação da atividade no âmbito sócio-espacial. Nessa direção, a análise processual consiste em identificar, através da categoria tempo, eventos e atores, que representam ou representaram mudança e/ou continuidade na sua evolução histórica e no processo de produção do espaço da cidade, com a finalidade de resgatar aquilo que há de específico em Ponta Negra em relação ao quadro mais geral do Município de Natal.

Cabe ressaltar que a perspectiva histórica é flexível quanto aos limites intra-urbanos de concentração desta pesquisa, portanto, alguns fatos em escalas estadual, regional, nacional e até internacional são suscitados quando pertinentes, visto que a cidade de Natal e o bairro de Ponta Negra não podem ser compreendidos fora destas escalas espaciais.

Por fim, apresenta-se Ponta Negra, historiando sua evolução desde quando era Vila de pescadores até o início da sua transformação em destino turístico internacional.

## 2.1 Uma panorâmica do desenvolvimento urbano de Natal

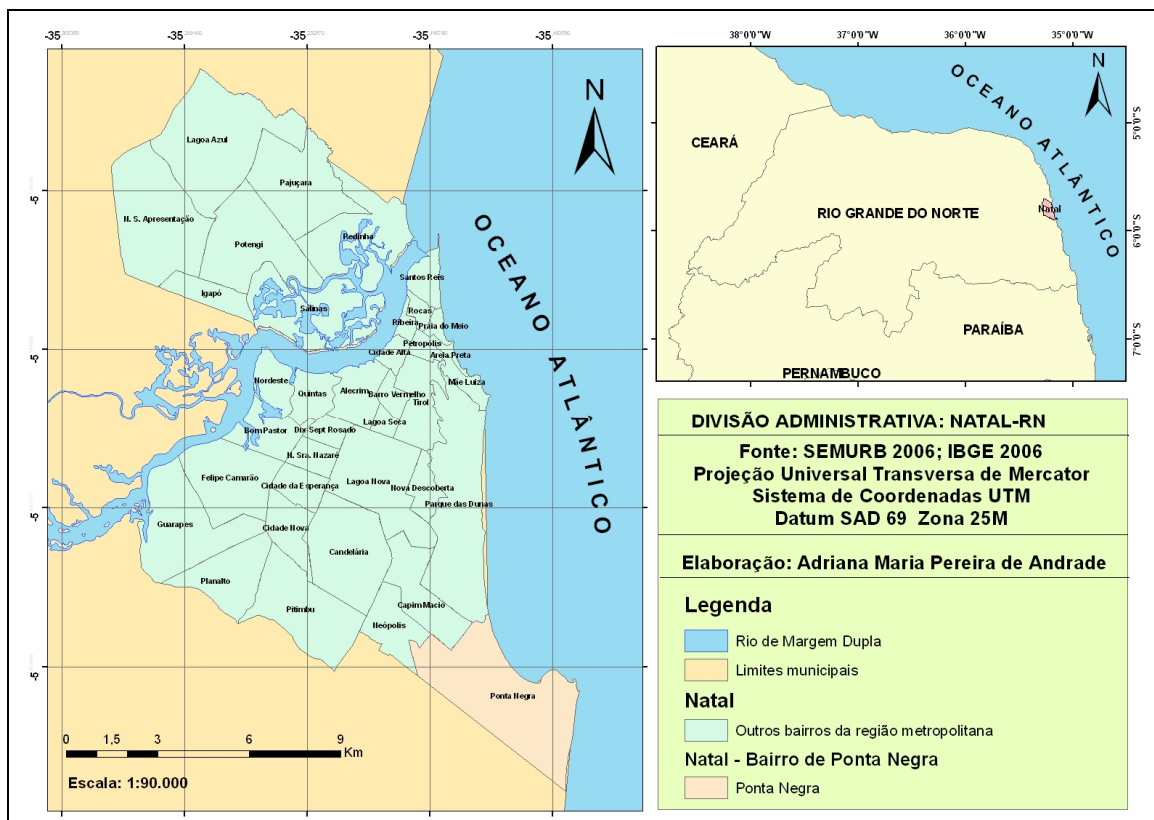
Em meio a controvérsias, afirma-se que a cidade de Natal foi fundada em 25 de dezembro de 1599 e, assim, como a fortaleza dos Reis Magos, tinha a função estratégica de expandir o domínio português no litoral setentrional do Nordeste brasileiro. Esse episódio já retratava uma relação de forças sociais, que culminou com os índios vencidos, não pela força física, mas pela força da ideologia, neste caso, a ideologia jesuíta. Através dela “o indígena [...] consente em desaparecer, depois de servir por três séculos”, ao lugar que dar origem a cidade (CASCUDO, 1955, p. 50).

Natal nasce numa colina à margem direita do Rio Grande (Potengi) entre o mar e as dunas, praticamente restrita a subida da Rua Junqueira Aires (antiga Rua da Cruz) e a descida da Avenida Rio Branco (antiga Rua Grande) até o Baldo, na atual Praça Carlos Gomes. Sua localização, ao mesmo tempo em que atendeu aos objetivos portugueses, lhe causou uma relativa exclusão no seu processo de povoamento, se comparado ao resto do território potiguar, resultando num lento desenvolvimento de suas atividades e dinâmica populacional. Afirma-se que “com quinze anos de vida, a Cidade do Natal do Rio Grande, tinha maior nome que número de moradas” (CASCUDO, 1955, p. 52).

O Município de Natal está inserido no litoral oriental do Estado do Rio Grande do Norte (RN) – Nordeste do Brasil. A área do município de Natal é de 170,30 km<sup>2</sup> e apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 5° 47’ 42” de Latitude Sul e 35° 12’ 34’ de Longitude Oeste do Meridiano de Greenwich (mapa 01) (SEMURB; IBGE, 2006).

Clementino (1995) sugere quatro grandes períodos para a compreensão do processo de urbanização de Natal: a) a cidade como centro administrativo que corresponde ao período anterior à 2ª Guerra Mundial; b) a cidade como centro estratégico militar que se refere ao período durante a 2ª Guerra Mundial; c) a cidade como centro administrativo e estratégico militar que vai do pós-guerra até a década de 1960, e; d) a cidade em transição para sociedade urbana que começa a partir da década de 1970.

Esses períodos são sintetizados a seguir. Segundo a autora, no período anterior a 2ª Guerra Mundial, Natal apresenta um processo lento de crescimento populacional e baixa dinâmica econômica. A cidade, durante quase todo o século XIX, funcionou muito mais como centro administrativo, em função da sua condição de capital provincial e mais tarde estadual, do que como um entreposto comercial.



Fonte: SEMURB (2006); IBGE (2006).

**Mapa 01: Divisão administrativa do Município de Natal, com o bairro de Ponta Negra em destaque (2006).**

Lima (2001) argumenta que o início do século XX, por outro lado, foi um momento decisivo na urbanização da cidade com a implementação de algumas ações previstas no Plano da Cidade Nova (Antonio Polidrelli), particularmente aquelas concernentes à criação de um espaço diferenciado para as elites locais, localizados onde hoje se situam os bairros de Tirol e de Petrópolis. De acordo com o autor esse plano orientou o crescimento da cidade entre os anos de 1901-1904 e, embora não tenha assumido o papel de instrumento de estruturação urbana, sendo marcado, principalmente, pelas ações de higiene e saúde pública, estabeleceu um padrão espacial para a cidade à margem direita do Rio Potengi.

Ainda nesse período, Clementino (1995) destaca a formação de uma cultura urbana específica, a partir do contato da cidade com o novo, que começa a ocorrer nos anos de 1920, quando Natal, dada a sua condição estratégica, é palco da história da aviação internacional, civil e comercial, cuja atividade impulsionou a demanda por serviços urbanos e propiciou a cidade experiências com as inovações tecnológicas no campo do transporte e da comunicação. Porém, com a 2ª Guerra Mundial esse processo foi inibido.

A autora observa que na primeira metade do século XX não houve grandes transformações econômicas. A condição de entreposto comercial da cidade surge em concomitância ao desenvolvimento econômico do algodão, que embora continuasse crescendo não produziu mudanças significativas na economia do estado. Cabe destacar que nesse período foi concebido, em 1929, o Plano Geral de Sistematização de Natal (Giacomo Palumbo) e em 1935, o Plano de Expansão de Natal (Escritório Saturnino de Brito). Todavia, ambos não foram implementados (LIMA, 2001).

Cavalcanti & Paiva (1993) afirmam que na fase que antecede à criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, período anterior à década de 1960, a região Nordeste, em geral, é amplamente reconhecida como um período voltado à agricultura comercial de alguns produtos, especialmente, a cana-de-açúcar, o algodão e o cacau.

O segundo período da história urbana de Natal compreende a fase da 2ª Guerra Mundial, onde Natal passa a ter uma importância militar estratégica.

Nessa fase, as atividades de guerra aumentaram substancialmente o crescimento da população, que antes correspondia a apenas 7% do total da população presente no Estado. Além de incrementar a economia, através das atividades de comércio e serviços, essa dinâmica urbana foi fruto da ocupação militar das forças armadas brasileiras e americanas, iniciadas na década de 1940 e intensificadas nos anos seguintes, com a instalação das bases militares brasileiras e norte-americanas (LIMA, 2001; CLEMENTINO, 1995).

Nesse período, embora o principal item econômico ainda fosse o algodão, os minérios demandados pela indústria bélica norte-americana, principalmente a scheelita, propiciaram a produção de riquezas na esfera privada e estatal, além do que, a guerra, também, motivou a implantação de infra-estruturas e a instalação de equipamentos de consumo coletivo (hotéis, bares, restaurantes etc.), produzindo ares de metrópoles e cosmopolitismo, que não se refletiram na estrutura sócio-econômica e política local, restringindo-se, apenas, ao crescimento físico e populacional (LIMA, 2001).

Clementino (1995) destaca que o episódio da Guerra, embora tenha motivado investimentos públicos diretos e indiretos nas capitais nordestinas, provocando transformações e diversificações na indústria e na agricultura, forçou um mercado urbano precoce à revelia das necessidades locais, baseado em motivações exógenas, incapazes de retirar as cidades de sua fase industrial embrionária.

Ainda nesse período, a autora identifica a articulação de uma espécie de mercado imobiliário, pois, a construção civil recebe um forte estímulo diante do despreparo da cidade

para absorver essa atividade e esse contingente de pessoas, que fora intensificado com a seca do sertão de 1942. As debilidades apareceram de imediato em vários setores, entre eles, os de infra-estrutura urbana e moradia. É nesse sentido, que Lima (2001, p. 74) afirma que “[...] o setor imobiliário foi um dos setores que mais lucraram com a economia de guerra.”

Segundo o autor, na década de 1940 já se verifica uma “[...] preocupação com a questão habitacional que foi aumentando à medida que a população brasileira se urbanizava.” Ele sugere que em Natal essas políticas habitacionais são mais, fortemente, evidenciadas a partir de 1962, quando se constrói o conjunto Cidade da Esperança, o primeiro grande conjunto habitacional da cidade.

Daí em diante o processo de urbanização de Natal passa a ser condicionado pelas políticas habitacionais do governo federal e dos setores da construção civil.

Em síntese, para Clementino (1995), o período pós-guerra é caracterizado por uma redução da superpopulação concentrada na cidade no período anterior, em função, principalmente, da saída dos americanos da cidade, o que provocou uma redução de divisas e oportunidades. Contudo, segundo a autora, essa população volta a crescer com a fixação das residências dos militares brasileiros, levando-a a dobrar nas décadas seguintes. A autora aponta que nesse período é possível perceber uma rápida especulação imobiliária decorrente das primeiras demarcações de lotes na cidade, que datam de 1946.

No âmbito regional, é importante destacar o surgimento de duas agências de fomento e “desenvolvimento regional”, o Banco do Nordeste do Brasil – BNB, criado em 1953 e a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, em 1959. (CLEMENTINO, 1995).

No cenário nacional, a partir da década de 1960, buscou-se viabilizar a integração do país, aspecto que terá sua discussão aprofundada no tópico sobre os eventos que impulsionaram o crescimento do turismo de Natal (CAVALCANTI; PAIVA 1993; CRUZ, 2002). Verifica-se, nessa década, que novas racionalidades econômicas, processadas em escala nacional e internacional, são encaminhadas via sistemas de objetos e ações ao espaço de interesse da hora – o Nordeste (SANTOS, 1999).

Isso significa que a integração do mercado nacional e o conjunto de medidas associadas à política mais geral de desenvolvimento regional, via investimentos públicos, perpassam por nexos que demandam interesses nacionais e internacionais, relativos à divisão territorial e social do trabalho; e, posteriormente, pela elite econômica local, que passa a funcionar como aliada dessas demandas, uma vez que elas próprias começam a reivindicar uma política de desenvolvimento regional que fomentasse a transferência de capitais das

regiões mais desenvolvidas para o Nordeste do país, de modo a beneficiar seus próprios interesses (CLEMENTINO, 1995).

No final dos anos de 1960, relatórios e documentos da SUDENE já apresentavam diagnósticos da realidade econômica e modelos de desenvolvimento econômico para a região Nordeste, que sinalizavam o turismo como alternativa de desenvolvimento econômico, reconhecendo potencialidades naturais e alertando para a necessidade de investimentos em infra-estrutura, principalmente, viária e políticas de atração de investimentos (LOPES Jr., 1997). Nesses termos, acreditava-se, ingenuamente, numa nova fase para o Nordeste, com instituições apontando novos rumos para a política de desenvolvimento brasileiro, de caráter mais inclusivo.

Clementino (1995) ressalta que nesse processo de integração, a economia local, a exemplo da maioria das cidades da região, assume na divisão territorial do trabalho um caráter de complementaridade da regionalização da grande indústria nacional, que se modifica e se moderniza para atender as exigências do mercado internacional, passando a especializar-se em determinados segmentos agrícolas, mineral e/ou industrial.

Segundo a autora, a integração do mercado nacional representou um novo padrão de acumulação de capital, diferente da primeira fase de desenvolvimento industrial do país. No período inicial (1930-1960), se estabeleceu as bases técnicas e a autodeterminação de acumulação. Já no segundo período (1956-1961), resolveu-se o problema da centralização do capital com a injeção de capitais estrangeiros.

Para Clementino (1995), o caráter inicial que revestiu as políticas de incentivos fiscais – absorção de mão-de-obra e aproveitamento de matérias-primas regionais, supostamente, destinados a funcionar como uma estratégia mais ampla de integração e desenvolvimento regional, foi subvertido, transformando o Nordeste num celeiro propício para materialização e remuneração do capital. A autora acrescenta que essas ações, aliadas às distorções sociais provocadas por um capitalismo tardio e por uma modernização às avessas, voltada para interesses externos, que ignoravam o fosso social da região, tornava-a mais atrativa à investimentos, embora ressalte que não se pode negar que foram criados importantes segmentos produtivos na economia regional, através do excedente de capital, oriundo da região Centro-Sul, ainda que com a destruição de importantes empresas, como por exemplo, algumas atuantes no setor têxtil.

As políticas de incentivos fiscais da SUDENE concentraram os investimentos nos principais centros urbanos, provocando um aumento nos fluxos migratórios em direção a esses centros, nas décadas de 1960 e 1970, no Rio Grande do Norte. Natal era o ponto de

confluência dessa migração, cuja população se distribuía por toda cidade, impulsionando a ocupação de norte a sul (LIMA, 2001; CLEMENTINO, 1995).

O último período da cronologia urbana da cidade, apontado por Clementino (1995), começa, exatamente, no início da década de 1970, onde Natal entra na fase de transição para uma sociedade urbana. É somente a partir dessa década e com mais intensidade nos anos 80, em função do aumento populacional e do surgimento de novos conjuntos habitacionais, que ocorre o crescimento da zona sul de Natal, segundo Cunha (1991). Cabe salientar que o crescimento de construções regulamentadas sempre foi acompanhado pela periferização dos assentamentos humanos num processo de estruturação sócio-espacial segregacionista de raízes históricas (LIMA, 2001; CLEMENTINO, 1995).

Entre os conjuntos que surgiram, destaca-se o conjunto Ponta Negra e Alagamar que datam, respectivamente, de 1978 e 1979, deflagrando o processo de urbanização de Ponta Negra. O surgimento desses conjuntos e a valorização do solo urbano contribuíram para consolidar o mercado de terras e a especulação imobiliária, iniciados em décadas passadas, bem como para dinamizar a indústria da construção civil (CLEMENTINO, 1995).

Concorreram para esse processo instituições públicas como o Instituto de Orientação às Cooperativas Habitacionais do Rio Grande do Norte – INOCOOP-RN e a Companhia de Habitação do Rio Grande do Norte – COHAB-RN, que direcionavam, respectivamente, seus empreendimentos para a classe média e a população de baixa renda. Essas instituições provocaram enormes vazios, em função das distâncias dos conjuntos habitacionais e, com isso, valorizavam as áreas de interesse do mercado imobiliário, à medida que elas iam se incorporando ao perímetro urbano e que o Estado ia sendo obrigado a levar infra-estrutura para esses locais (CLEMENTINO, 1995; LIMA, 2001).

Para Clementino (1995), Natal segue o padrão peculiar nordestino, ou seja, o capital produtivo não se configura hegemônico na sua economia, seu aspecto urbano advém da supremacia do capital comercial e imobiliário. A autora aponta o Estado e as políticas públicas, como decisivos na produção do espaço urbano da cidade e afirma que este aparece com sua função usual relativa à promoção e financiamento de infra-estrutura urbana e serviços públicos. Todavia, acrescenta que “[...] em se falando de Estado no Nordeste, às tarefas de locação dos mesmos, sua gerência, controle e fiscalização estão atrelados aos interesses particulares, menores, das oligarquias dominantes” (CLEMENTINO, 1995, p. 188).

A autora verifica que ao cooptarem o Estado, essas oligarquias elaboram leis de parcelamento do solo, zoneamento urbano, código de obras, conforme seus interesses, utilizando-se da cobrança de tributos para se fazer cumprir a legislação. Clementino (1995)

sugere que essa preocupação com a expansão da cidade e o controle do uso do solo urbano, evidenciados através dos inúmeros planos diretores elaborados e, em parte, implementados desde o início do século XX, não era fruto de uma expansão imobiliária que impunha um (re)ordenamento físico territorial, mas de uma oportunidade identificada pelas elites locais, para captarem recursos externos e estruturarem a cidade segundo seus interesses.

No que tange a esses planos urbanísticos, Lima (2001) afirma que durante a ditadura militar foram elaborados mais três planos, o Plano Urbanístico e de Desenvolvimento de Natal (Jorge Wilhelm Escritório Serete S.A. Engenharia), concebido em 1968, o Plano Diretor do Município de Natal (Prefeitura), concebido em 1974 e o Plano Diretor de Organização Físico-Territorial do Município de Natal (Prefeitura), concebido em 1984.

O autor afirma que na prática esses planos não mudaram a apropriação histórica do espaço urbano da cidade. Em linhas gerais, para Lima (2001), o plano de 1968 representou uma tendência de formação técnica e institucional do planejamento urbano, confirmada pelo plano de 1974, que criou a Secretaria Municipal de Planejamento – SEMPLA e o Conselho de Planejamento Urbano para o Município de Natal – CONPLAM e, pelo plano de 1984, que criou o Instituto de Planejamento Urbano do Município de Natal – IPLANAT. Este último buscou, também, reorganizar o CONPLAM para ampliar o espaço de participação da sociedade civil, além de legalizar, a posteriori, o processo de urbanização, levado a cabo pelo mercado imobiliário.

## **2.2 Os principais eventos e atores que impulsionaram o crescimento do turismo em Natal**

A compreensão do processo de crescimento da atividade turística perpassa, necessariamente, por um entendimento das formas de intervenção do Estado brasileiro no espaço urbano, uma vez que turismo e política urbana não são processos dissociados, pois, “[...] o turismo, como processo de deslocamento e estadia, afeta o espaço urbano e é afetado pelas ações que se processam no seu âmbito.” (CAVALCANTI, 1993, p. 35). Desse modo, duas linhas de ações do Estado são fundamentais para sua compreensão: as condições infra-estruturais urbanas e a política de uso e ocupação do solo da cidade (Ibid.).

Nesse contexto, conclui-se que as primeiras ações relativas à estruturação do turismo em Natal foram orquestradas por atores de fora do espaço intra-urbano, particularmente,

durante o regime militar, na década de 1960. Ao longo de sua trajetória, este regime elaborou diversos planos de governo e, assim, estabeleceu um modelo de desenvolvimento que, em síntese, tinha o objetivo de estimular a acumulação de capital, obedecendo à lógica do modo de produção capitalista mundial – a dependência dos Estados Nacionais às exigências da internacionalização da economia, centrados, basicamente, em dois eixos: a indústria automobilística e a construção civil, traduzidas na construção de pontes, estradas, viadutos, que contribuíram como fator de atração dos investimentos turísticos (CAVALCANTI, 1993).

No que concerne à intervenção estatal do turismo no Nordeste, é fundamental compreender a inserção dessa região no contexto nacional, conforme detalhado anteriormente.

Com o advento da Segunda Guerra Mundial e a expansão industrial no Sudeste, o Governo Federal acelerou o processo de integração nacional, em marcha lenta, desde os anos de 1930, visando integrar as regiões Nordeste – Centro – Sul em torno do pólo mais dinâmico do país, São Paulo. Assim, subsidiou o capital e investiu em infra-estrutura, especialmente, viária, numa política que reforçou a posição econômica relegada, historicamente, à região, que pressupunha o desenvolvimento de atividades econômicas complementares a economia da região Sudeste, além de privilegiar a economia urbana, ao invés de investimentos agropecuários (CLEMENTINO, 1995).

A criação do BNB, em 1953, ainda, numa época de articulações tímidas, visava ajustar à dinâmica do processo de industrialização na região, para que não se perdesse de vista as regras da expansão capitalista que incluía setores e espaços calculados. A SUDENE, inicialmente, sinalizava a intenção de modificar o quadro econômico regional, com base nas estratégias propostas pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN. Entre elas, se destacava aquela que pretendia consolidar uma estrutura econômica capaz de absorver a mão-de-obra e, ao mesmo tempo, fortalecer uma classe burguesa urbana industrial que assumisse o poder político e econômico, até então, nas mãos das oligarquias locais (CAVALCANTI, 1993).

No período autoritário, entre os planos elaborados, destacou-se o II PND, que expôs, explicitamente, uma política de desenvolvimento urbano a nível nacional, influenciando diretamente o desenvolvimento do turismo no Nordeste. Entre outros aspectos preconizados em relação ao desenvolvimento urbano, previa, também, dentre outras estratégias urbanas, a ordenação e ocupação da orla marítima, tendo como pano de fundo a preservação do patrimônio e da paisagem, com vistas a atingir o desenvolvimento do turismo nacional e internacional. Nesse sentido, o turismo no Nordeste foi concebido como uma política de

desenvolvimento regional, passando, a faixa litorânea, a ser alvo prioritário das atenções (CAVALCANTI, 1993).

É importante assinalar que na época em que o Congresso Nacional ampliou os incentivos fiscais e financeiros para o capital transnacional (em 1963), instituindo o mecanismo 34/18 FINOR<sup>4</sup>, o cenário de recessão mundial, que culminou com a mudança do sistema de produção fordista, em 1973, já estava em curso nos países centrais.

Portanto, essa extensão dos benefícios pode ser considerada uma tentativa explícita de internacionalização do capital, na qual o Estado brasileiro desempenhou um papel fundamental, intervindo para flexibilizar as fronteiras espaciais e setoriais, facilitando a migração deste para regiões periféricas, onde as políticas keynesianas não constituíram uma realidade, direcionando-as para atividades terciárias capazes de proporcionar maior lucro, a exemplo do turismo (HARVEY, 1992; SOJA, 1993).

Isso significa que a organização desses espaços não era, completamente, soberana, pois, estava (e está) condicionada com maior proeminência a interesses e investimentos externos, que ganham ares de neocolonialismo ao se manifestarem no espaço regional nordestino, para onde foram direcionadas, com maior expressão, essas políticas de incentivos fiscais e financeiros.

É necessário mencionar outros mecanismos de financiamento disponibilizados para o desenvolvimento do turismo no Nordeste que desempenharam, posteriormente, um papel importante na entrada de novos atores na atividade turística, bem como o fortalecimento destes no setor.

Assim, com base em Cruz (2002), que analisou as políticas de fomento ao turismo no Brasil e no Nordeste, é possível destacar três deles, implementados sob a administração da Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR: a) o Fundo Geral de Turismo – FUNGETUR; b) o Fundo de Investimentos Setoriais – Fiset, e; c) o Fundo de Investimento do Nordeste – FINOR.

Segundo Cruz (2002), em 1971 foi criado o FUNGETUR<sup>5</sup>, no mandato do Presidente Garrastazu Médici, com o objetivo de fomentar a atividade turística em todo país, condizente com os propósitos do II PND, que possuía forte conotação social, sendo destinado, especificamente, para os empreendimentos de pequeno e médio porte.

---

<sup>4</sup> A partir de 1974 o sistema de incentivos fiscais foi ampliado com a criação do Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR. (CAVALCANTI, 1993).

<sup>5</sup> Criado a partir do Decreto Lei 55/66 instituído pelo Decreto-lei 1.191/71, art. 11º de 1971, e posteriormente, sua alteração, através do Decreto-lei 1.439 no artigo 4º (CRUZ, 2002)

Todavia, na prática, se desvelou o oposto. De acordo com a autora foi direcionado, notadamente, para a expansão da infra-estrutura hoteleira, através de concessão de incentivos fiscais de até 75% do custo total do empreendimento, dependendo do interesse turístico do projeto, avaliado pela ótica da EMBRATUR. Porém, em 30 de dezembro de 1975, o percentual de incentivos é reduzido para 70%, possivelmente em função da crise do petróleo (1973) e da mudança político-administrativa que dava lugar à gestão do presidente Ernesto Geisel (CRUZ, 2002).

A autora acrescenta que em 1974 foi concebido o Fiset<sup>6</sup>, que compreendia os setores de turismo, pesca e reflorestamento e, especificamente, para a região Nordeste, surgiu no mesmo ano, o FINOR<sup>7</sup>, com o objetivo de fomentar a atividade turística, mais expressivamente os empreendimentos hoteleiros.

Entretanto, na década de 1980, houve uma desaceleração dos investimentos públicos no setor turístico em função da crise econômica interna, pois

O Decreto 93.607, de 21 de novembro de 1986, reduziu o limite de financiamento de projetos a 50% das inversões totais previstas (incluindo o capital de giro) para empreendimentos em implantação, e 40% (incluindo capital de giro) para implantação e/ou reforma de empreendimentos que já tivesse recebido algum incentivo anteriormente (CRUZ, 2002, p. 70).

As ações supracitadas, descritas em linhas gerais, constituíram o cenário macro que precedeu o desenvolvimento da atividade turística na região Nordeste, consideradas fundamentais para compreensão do crescimento turístico no Município de Natal, facultando a compreensão da ideologia subjacente à atividade em seu contexto mais amplo.

### **2.2.1 O turismo em Natal antes da Via Costeira (1939-1979)**

“A atividade turística, no período que antecedeu à Via Costeira, processou-se de forma incipiente e desarticulada, atendendo, apenas, às necessidades de permanência dos homens de negócios em suas atividades comerciais e empresariais.” (CAVALCANTI, 1993). Nesse

---

<sup>6</sup> Decreto-lei 1.376/74

<sup>7</sup> Decreto-lei 1.376/74

sentido, surgiram alguns hotéis na cidade, decorrente de investimentos públicos e privados explorados, em sua maioria, por grupos oligárquicos.

Sem a pretensão de fazer uma cronologia dos hotéis existentes nesse período, identificou-se o primeiro meio de hospedagem significativo da cidade, localizado, como de costume numa zona comercial – o Grande Hotel, no bairro da Ribeira, inaugurado em 1939, e arrendado pelo Governo do Estado ao “Major” Teodorico Bezerra, maior representante da oligarquia algodoeiro-pecuária do RN, na época (CAVALCANTI, 1993, p. 91).

Este, por sua vez, representou, até meados da década de 1960, o único hotel da cidade, que além de receber hóspedes, era ponto de encontro da alta sociedade natalense e americana durante a II Guerra Mundial. Atualmente, apesar do seu valor simbólico e histórico, serve de sede para o Juizado Especial Central da Comarca de Natal (RN ECONÔMICO, 6/1994).

A ausência de hotéis sempre foi apontada como o grande empecilho para o desenvolvimento turístico da cidade. Assim, em virtude deste problema, o Governador Aluísio Alves, a partir de 1964, implantou uma política de investimentos com a intenção de construir uma rede hoteleira estadual de pequeno porte que seria administrada pela Superintendência de Hotéis e Turismo – SUTUR<sup>8</sup> (GARCIA, 2009).

Dos hotéis construídos, apenas o Hotel Internacional Reis Magos, localizava-se na capital. O restante era parte da política de interiorização do turismo, ainda que os municípios, onde os hotéis foram instalados, com exceção de Mossoró, não tivessem demanda (CAVALCANTI, 1993). O Hotel Reis Magos foi inaugurado, com grande pompa, em 7 de setembro de 1965 e arrendado a um grupo privado, sendo considerado, na época, o mais moderno e desenvolvido do Nordeste (RN ECONÔMICO, 7/1997). Tal empreitada contou com recursos da Aliança para o Progresso, do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, Governo Federal e do próprio Governo Estadual (GARCIA, 2009).

Naquela época, Natal ainda vivia no anonimato em termos turísticos. O Hotel Internacional Reis Magos recebia, principalmente, autoridades políticas, figurões da própria sociedade potiguar e personalidades artísticas. Além do hotel em questão, já se falava, à época, na possibilidade de ser construída uma Via de Circulação onde é hoje a Via Costeira (OM2).

Para o bairro da Praia do Meio, o Hotel funcionou como um vetor de transformação, impulsionando seu crescimento e potencializando a inserção da infra-estrutura básica, além de ter estimulado a instalação de equipamentos turísticos (bares, restaurantes, etc.) no seu

---

<sup>8</sup> Foi o primeiro órgão ligado ao turismo no RN criado através do decreto Lei nº 4.284 (19.09.1964).

entorno. A sua fase áurea se deu no período de 1965 até o final da década de 1970, quando foi vendido<sup>9</sup> para um grupo pernambucano, em 1979. Ao contrário do glamour que marcou uma época, o grupo comercializava, apenas, a hospedagem e tinha preocupações voltadas para captação de turistas comuns (RN ECONÔMICO, 7/1997).

No campo institucional, no período conhecido como o “Milagre Econômico Brasileiro”, o Prefeito Agnelo Alves, em 04 de janeiro de 1968, sanciona a Lei nº 1.789/68<sup>10</sup>, que transforma o Departamento de Turismo – DETUR, primeiro órgão a tratar do turismo na cidade, nos anos de 1960, em Secretaria Municipal de Turismo e Certames – SECTUR, com o objetivo de executar a política municipal de turismo<sup>11</sup>, integrada às diretrizes da política nacional do setor, contando, para tanto, com dois departamentos: de certames e de pesquisa e informação. (GARCIA, 2009).

No mesmo ano em que iniciou suas atividades, o primeiro Secretário de Turismo, Isaac Faheina de Paulo Macedo e sua equipe, considerando a ínfima visibilidade turística da cidade, realiza o II Congresso Brasileiro de Turismo, com o apoio da EMBRATUR. O evento reuniu na cidade entre os dias 04 e 06 de dezembro de 1969, trezentas autoridades do turismo nacional. Embora esse número fosse incipiente, quando comparado aos congressos atuais, o evento foi o “*start*” da atividade na cidade, representando um marco histórico e despertando, pela primeira vez, no cenário nacional, o interesse nas potencialidades e belezas naturais de Natal.

Nos anos seguintes da década de 1970, as ações da Secretaria Municipal de Turismo de Natal resumiam-se, praticamente, à realização de alguns eventos populares e religiosos, a exemplo do ciclo carnavalesco, ciclo junino e o ciclo natalino (GARCIA, 2009). Enquanto isso, no âmbito estadual, surgia a Empresa de Promoções e Desenvolvimento Turístico – EMPROTUR<sup>12</sup>, criada pelo Governador Cortez Pereira, em 1971. Esta veio a ampliar o leque de ações relativas ao desenvolvimento do turismo em Natal, concebidas em três frentes de atuação: inventário das potencialidades turísticas, implementação do marketing turístico e investimentos em infra-estrutura urbana para o turismo (GARCIA, 2009).

Analisando os relatórios de atividades executadas e em execução da EMPROTUR, entre o período de 1971-1981, fica evidente que sua equipe estava preocupada, sobretudo,

---

<sup>9</sup> O entrevistado OM2 informou que no Hotel hospedavam-se muitos políticos e familiares que não pagavam à conta, alegando que esse seria um dos motivos que o levou à falência.

<sup>10</sup> DIÁRIO OFICIAL, 04 de janeiro de 1969.

<sup>11</sup> A política era elaborada pelo Conselho Municipal de Turismo criado através do mesmo decreto composto de cinco membros comissionados, cuja presidência cabia obrigatoriamente a titular da Secretaria criada. (Diário Oficial de 04.01.69)

<sup>12</sup> Lei nº 4.025 de 13 de dezembro de 1971.

com a parte operacional da atividade turística dissociada de um planejamento amplo que estabelecesse diretrizes gerais para o desenvolvimento da atividade e criasse mecanismos legais para definir o que se ganha e quem ganha com essa atividade. O apoio técnico e financeiro da SUDENE foi solicitado, principalmente, para:

[...] estruturação organizacional da empresa [...], apoio dado aos empresários [...]; Treinamento de 162 pessoas pelo método TWI em supervisão de chefia aplicada as diversas modalidades de trabalho ligadas ao turismo; Pesquisa da SUDENE sobre Oferta Turística do Nordeste, abrangendo Natal, Ceará-Mirim e Vila Flor; Integração ao "Programa Integrado de Reconstrução das cidades históricas do Nordeste" – do IPHAN, coordenado no Estado pela Fundação Getulio Vargas; Ampliação da capacidade hoteleira de 450 aposentos e 858 leitos existentes em 1971, para 751 aposentos e 1.498 leitos em 1975; Estabelecimento da agência de viagens: Aparecida Passagens e Turismo (1973). A única existente até então, Aerotur tinha sido criada em 1956; Articulação da Emproturn, no pleito, visando trazer a Natal as linhas aéreas da TRANSBRASIL e colocando a capital no roteiro para Fernando de Noronha (RELATORIO DE ATIVIDADES DA EMPROTURN NO PERÍODO DE 1971/1975). Pesquisa sobre a oferta turística de Natal em convênio com a SUDENE; pesquisa sobre a capacidade extra-hoteleira de Natal e áreas circunvizinhas em convênio com a Sec. de Ind. e Comércio; levantamento dos eventos de significação turística do RN, para inclusão no calendário da EMBRATUR; levantamento fotográfico do Patrimônio turístico dos municípios de Natal, Caicó, Caraúbas, Extremoz, Eduardo Gomes e Patú; Zoneamento Turístico do RN – integrado ao Projeto de identificação do Espaço Turístico Nacional – estudo realizado com assistência técnica da EMBRATUR; Início do estudo das “**Áreas Especiais de Interesse Turístico**” – sob a coordenação da EMBRATUR, que foi iniciado e **objetivava identificar no estado áreas e/ou locais de interesse turísticos prioritários e/ou de reserva.** (EMPROTURN, 1982, grifo nosso).

Com o desenvolvimento das primeiras ações voltadas, principalmente, para parte operacional da atividade, outros atores, notadamente, agências de viagens e hotéis, começam a se articular junto ao governo estadual e, em menor escala, com a prefeitura, interessados no desenvolvimento da atividade turística na cidade. Cabe destacar, que se hoje se fala que no turismo ainda há muito que se pesquisar e construir, naquela época, o conhecimento era ainda mais escasso e a Prefeitura e o Estado dependiam da SUDENE para qualificar suas equipes que não possuíam conhecimentos em planejamento e desenvolvimento turístico para estruturar a atividade. (OE2)

Mesmo diante desse quadro crítico de completo despreparo da equipe e, por conseguinte, da cidade, para desenvolver o turismo, após meados da década de 1970, começam os trabalhos de divulgação das potencialidades de Natal – *fantours* e exposições nacionais, ambos voltados quase que, exclusivamente, para captar os ricos compatriotas paulistas.

No âmbito dos investimentos em infra-estrutura no espaço urbano, cabe registrar, particularmente, aqueles relativos à circulação do espaço. Entre eles se destacam as seguintes obras: a construção do Viaduto de Ponta Negra (1974); a pavimentação da estrada de Ponta Negra, com 6,5 km (1975); a duplicação da pista Natal/Parnamirim (1975); a pavimentação da estrada de Igapó/Redinha, com 7,5 km (1975); a urbanização da Pedra do Rosário (1975); a pavimentação da Avenida Deodoro (1975); a urbanização da Praia do Meio (1975); a pavimentação da Avenida do Contorno, com 1.300 m (1977); a urbanização da Avenida Circular, na Praia do Meio (1978) e a pavimentação da Avenida Prudente de Moraes (1979) (FURTADO, 2005).

Para encerrar a década, em 1979, o Governador José Agripino, alegando o momento econômico vivido pela economia brasileira, transfere os funcionários da Secretaria Municipal de Turismo para a EMPROTUR, desativando-a após quase dez anos de sua fundação. Essa decisão objetivava concentrar a gestão das ações e dos recursos do turismo nas mãos do Governo do Estado que afirmava pretender superar a crise e formar as bases para implantação definitiva do turismo na cidade (GARCIA, 2009).

Apesar da ingerência nos assuntos da Prefeitura, isso não se configurou num transtorno ou animosidade política<sup>13</sup>, até porque, as atividades desenvolvidas pelo Município, ainda eram bastante restritas em relação à complexidade que envolve o fenômeno turístico. Além disso, as pretensões da Prefeitura pareciam muito alinhadas com a visão de turismo da EMPROTUR, que elegeu como prioridade, na estruturação da atividade, as ações de *marketing* e os investimentos em “infra-estrutura” hoteleira.

### **2.2.3 Do Projeto Parque das Dunas/Via Costeira ao primeiro "boom" do turismo nacional (1979 - 1990)**

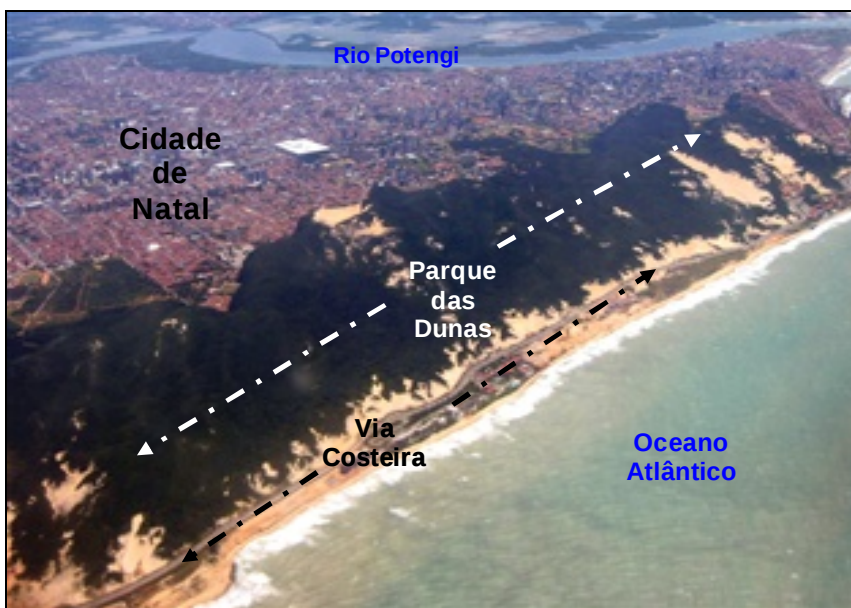
Embora, o Turismo em Natal tenha experimentado uma fase de estruturação na década de 1970, a partir da institucionalização da atividade, considera-se que o primeiro evento significativo da sua trajetória histórica, ocorreu em 1979. Isso, basicamente, por duas razões: a primeira, porque é dessa data em diante que o turismo começa a pressionar pela modificação do espaço e pela escolha de equipamentos urbanos que favoreçam a reprodução do capital, em

---

<sup>13</sup> Segundo informações colhidas com o Entrevistado OM2 que possui mais de 40 anos de trabalho na Setur (04.01.2010 e 08.01.2010 às 11hs e as 10hs).

detrimento daqueles de reprodução da força de trabalho; a segunda refere-se à natureza conflitante do turismo que ganha maior visibilidade quando as ações se transferem, diretamente, na estruturação do espaço urbano, através dos projetos de urbanização que trazem à tona as diferentes perspectivas de produção do espaço, concebidas pelos diversos atores, locais e globais.

O espaço de representação da cidade, em toda sua complexidade cultural, histórica, simbólica e imagética, tornou-se uma representação do espaço, trata-se aqui, do Projeto Via Costeira/Parque das Dunas<sup>14</sup> (figura 1) em Natal/RN, que fora assinado pelo Governador Tarciso Maia, em 19 de janeiro de 1979, com o propósito de transformar Natal num pólo turístico de padrão internacional que fosse referência na região Nordeste (CRUZ, 1995). A obra é considerada o principal vetor de transformação urbana e turística do bairro.



Fonte: IDEMA (2009).

**Figura 1: Vista aérea do Parque das Dunas e da Via Costeira em Natal (2009).**

O Projeto Via Costeira/Parque das Dunas, por sua vez, foi criado no âmbito da política conhecida por “Milagre Brasileiro”, do Governo Federal, cujo principal foco era o financiamento de *mega* empreendimentos (viadutos, pontes, estradas etc.), não obstante a participação do Governo Estadual do RN ter sido determinante, visto que se encarregou de idealizá-lo, implantá-lo e administrá-lo, através da EMPROTUR, com o apoio técnico da SUDENE (CRUZ, 1995).

<sup>14</sup> Institucionalizado pelo Decreto nº 7.538 de 19.01.1979 (CAVALCANTI, 1993).

Considerando que a força de transformação sobre o espaço pretendido provém da ordem simbólica extraída do cotidiano, conforme afirmou Santos (1999), é compreensível que no bojo de suas discussões dois aspectos constituíssem o mote central do discurso:

a) a questão social, representada pela urbanização da favela de Mãe Luiza (transformada em bairro, posteriormente), e;

b) a questão ambiental, na qual a principal estratégia era a criação do Parque Estadual das Dunas de Natal.

Ambas desempenharam um importante papel na legitimação da política desse projeto, que carregava a bandeira do turismo como pretenso indutor de duas causas de inquestionável valor: o desenvolvimento local e a preservação da natureza. Esta última ganhou destaque na mídia sendo colocada como ponto-chave das políticas de desenvolvimento (CAVALCANTI, 1993; CRUZ, 1995; CRUZ, 2002).

Entretanto, a intenção era criar uma infra-estrutura hoteleira para Natal se inserir no circuito turístico Nacional e Internacional e, assim, viabilizar a atividade, economicamente, interligando a praia de Areia Preta à Ponta Negra para facilitar, num contexto mais amplo, a circulação do capital no litoral nordestino (CRUZ, 1995; CRUZ, 2002).

A área escolhida foi anexada ao Patrimônio do Estado, passando o poder público a atuar nesse espaço municipal de forma independente, ignorando a Lei Federal 6.766/79, artigo VI, que estabelece “a necessidade de solicitar as diretrizes de uso do solo à Prefeitura”, conforme afirmou Cruz (1995, p. 57).

Portanto, nenhum órgão da Prefeitura participou da concepção ou estruturação desse espaço, nem o IPLANAT, embora a Via criada fosse denominada “Distrito Industrial Turístico de Natal”<sup>15</sup>, demonstrando a ingerência do Governo do Estado no processo de estruturação do turismo municipal, evidenciada desde seus primórdios, provavelmente, explicada pelo fato da Prefeitura e do Estado, estarem “quase sempre em família”, entre pai, filho, sobrinho ou com aliados de extrema confiança, configurando-se em uma personalização das relações políticas no RN.

As propostas esboçadas pelo poder público esbarraram na oposição exercida pelos novos atores do turismo que passam a expressar suas preocupações com a questão ambiental e social, tendo em vista as características ambientais singulares, principalmente, de relevo do lençol dunar e da Mata Atlântica remanescente, geralmente, pleiteadas por esses tipos de

---

<sup>15</sup> Decreto nº 7.237/77 (22/11/1977)

projetos. Tais protestos tiveram caráter decisivo para redefinir alguns aspectos do plano urbanístico (CAVALCANTI, 1993; CRUZ, 1995; CRUZ, 2002).

Nesse momento, o espaço da Via Costeira torna-se parte constitutiva do conflito sócio-político, objeto de consumo. O I Simpósio sobre Planejamento Urbano, realizado nos dias 18 à 22 de abril de 1977, promovido pela UFRN, Diário de Natal, Governo do Estado e Prefeitura Municipal de Natal, ocasião em que foi apresentado o estudo preliminar, constituiu-se em um fórum de discussão e marco inicial dessa luta pelo espaço (CAVALCANTI, 1993).

É importante atentar, que nessa época, se vivenciava um momento político, no qual se buscava um Estado de Direito, em oposição ao regime autoritário, que parecia permitir suas primeiras manifestações. Na prática, isso significava a conquista por espaços de participação pública e fortalecimento de algumas categorias de classes, sendo esse plano urbano-turístico uma boa oportunidade para exercitar o limiar dessa liberdade (CAVALCANTI, 1993).

Cavalcanti (1993) aponta dois momentos de articulação dos atores e de maior exposição dos conflitos no turismo:

**a) 1º Momento de Mobilização (1977):** nessa fase dois atores constituíram a força principal: o Diário de Natal, movido pela oposição política ao governo na época, participa e permite a sustentação do movimento para que o mesmo não se esvaziasse diante da falta de conhecimento e incompreensão da população sobre a proteção ambiental, bem como o Conselho Superior do Instituto dos Arquitetos do Brasil de Natal – IAB.

Outros atores surgiram com o propósito de combater, especificamente, o projeto: a Sociedade Norte-riograndense de Proteção ao Meio Ambiente e a Sociedade de Estudos, Defesa e Educação Ambiental – SEDEA, além dos atores de apoio, como a Igreja Católica<sup>16</sup>, que organizava manifestações públicas e alguns Partidos Políticos, e;

**b) 2º Momento de Mobilização (1987):** desta vez o apelo de defesa emerge do poder público, que nessa fase se faz pelo Governo do Estado ocupado por uma oligarquia contrária, que por essa razão, denuncia a negociação indiscriminada das áreas de interesse público pela EMPROTURN, em favor da iniciativa privada, nada fazendo para modificar esse quadro, temendo contrariar interesses privados ou causar insegurança jurídica.

Envolveram-se, ainda, outros atores como: a Associação Profissional dos Arquitetos Norte-riograndenses – ASPAN; o IAB, novamente; a Associação Potiguar Amigos da Natureza – ASPOAN e o Conselho Regional de Engenharia Civil – CREA/RN.

---

<sup>16</sup> A autora sugere a Igreja com base em Andrade (1987)

É necessário resgatar duas observações feitas pela autora relativas a esses movimentos. Uma delas diz respeito ao fato deles não se originarem das camadas populares, mas, sim, de segmentos médios, que ao contrário das camadas populares, assumem uma posição pendular que oscila, em termos de concordância, com os interesses das classes dominantes, podendo ser, facilmente, cooptados nas negociações dos velhos cargos comissionados, fato que, segundo ela explica, tem como consequência a saída de cena de alguns atores nesse processo e o esvaziamento das reivindicações.

A outra se refere à incapacidade aglutinadora de partidos políticos efetivados como instâncias restritas a grupos particulares, que os levam a fazer política, alicerçados na personalização das relações, reduzindo a efetividade de um meio possível de manifestação das forças populares. (CAVALCANTI, 1993).

Os estudos realizados (CAVALCANTI, 1993, CRUZ, 1995; CRUZ, 2002) conferem ao Projeto inúmeras críticas, desde a sua concepção até a sua gestão pela EMPROTURN, das quais se destacam:

a) a adoção de um modelo global de urbanização turística, que não considera a identidade cultural, ambiental e paisagística local, portanto, altamente segregador, do ponto de vista espacial e social e gerador de impactos potenciais para o ambiente físico e sócio-cultural, em sua maioria de natureza irreversível, e;

b) a administração autoritária do Governo do Estado, que assim como hoje, era controlada pelas elites locais que favoreceram para si e para seus apadrinhados o parcelamento do solo e a baixa utilização da área pela população local.

Por outro lado, com o Projeto Parque das Dunas/Via Costeira, o Estado providenciou todas as condições necessárias para promover a acumulação de capital nos moldes pós-moderno, proporcionando, entre outras coisas, infra-estrutura imediata, concessões de crédito, incentivos fiscais e terrenos a baixo custo, todavia, numa versão brasileira, já que se utilizava de relações personalizadas.

Ainda na gestão do Governador Lavoisier Maia, em 15 de março de 1983, a Via Costeira é inaugurada, juntamente com a duplicação da Avenida Engenheiro Roberto Freire, que liga a BR-101 ao início dessa rodovia. Esse projeto passou por quatro reformulações ao longo de alguns governos, impulsionadas, não apenas, pelas pressões ambientalistas, mas por aquelas de ordem burguesa, interessadas na acumulação de capital. Em suma, elas ocorreram em função da disputa por esse espaço, não obstante movidas por interesses antagônicos de atores interessados no turismo (CAVALCANTI, 1993).

Constata-se que as reformulações seguiram uma estruturação espacial, a qual privilegiou, claramente, os investimentos nos equipamentos urbanos de reprodução do capital, ao invés daqueles que reproduzem a força de trabalho. Ademais, o uso e ocupação do solo se fizeram a favor dos interesses privados, em detrimento do interesse difuso, numa ação de maximização do capital de grupos específicos que migraram ou diversificaram seus investimentos na construção civil para o segmento hoteleiro, em função da política macroeconômica vigente que desfavorecia essa atividade. (CAVALCANTI, 1993; CRUZ, 1995; CRUZ, 2002).

O Governo do Estado tinha pressa em viabilizar a construção dos hotéis da Via Costeira, porque, de outro modo, não poderia incluir a cidade na rota do turismo de massa, nos moldes internacionais, sem dispor de hospedagens à altura.

Até o final de 1984, existiam poucos hotéis na cidade, praticamente, o Ducal *Palace*, o *Center Othon* e o Hotel Internacional dos Reis Magos, sendo este, o único à beira-mar, os quais já se mostravam insuficientes para atender o fluxo de turistas, presentes nos meses de janeiro e julho de 1983 (RN ECONÔMICO, 12/1983).

Nessas condições e visando alcançar o objetivo proposto, a dinamização da Via Costeira foi à prioridade eleita pela EMPROTUR em 1983 (RN ECONÔMICO, 12/1983). Para tanto, o Governo do Estado ofereceu uma série de facilidades à iniciativa privada, conforme mencionado. Uma delas era aquisição de terrenos a preços *proforme* ou participação acionária na EMPROTUR e a combinação de linhas de financiamento através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (POC, FUNGETUR, FINAME)<sup>17</sup> e do Banco de Desenvolvimento do Rio Grande do Norte – BDRN<sup>18</sup> (CAVALCANTI, 1993).

Apesar dos inúmeros equipamentos urbanos coletivos, previstos no projeto e nas reformulações, a Via Costeira foi sendo ocupada, majoritariamente, por hotéis que se instalaram, cronologicamente, conforme demonstrado a seguir (quadro 5):

| Empreendimentos            | Data de Funcionamento | Empreendimentos                                                | Data de Funcionamento |
|----------------------------|-----------------------|----------------------------------------------------------------|-----------------------|
| Camping Vale das Cataratas | 1981 (desativado)     | Hotel Ocean Palace                                             | 1996                  |
| Centro de convenções       | 31/07/1983            | Hotel Pirâmide<br>Obs.: foi Blue Tree e retornou ao Sami Elali | 1996                  |

<sup>17</sup> Programa de Operação Conjuntas (POC); Agência especial de financiamento industrial (FINAME); Fundo Geral do Turismo (FUNGETUR).

<sup>18</sup> O BDRN oferecia recursos próprios e derivados do FUNGETUR. (CAVALCANTI, 1993)

|                              |            |                        |       |
|------------------------------|------------|------------------------|-------|
| Natal Mar Hotel              | 08/12/1984 | Hotel Porto do Mar     | 1996  |
| Barreira Roxa<br>Praia Hotel | 03/11/1985 | SERHS (Espanhol)       | 2005  |
| Hotel Mar Sol                | 1986       | Marsol                 | ----- |
| Hotel Vila do Mar            | 1986       | BRA (embargado)        | ----- |
| Hotel Jacumã                 | 1987       | Pestana (Português)    | ----- |
| Hotel Imirá Plaza            | 1987       | Cervejaria Continental | ----- |
| Hotel Parque da<br>Costeira  | 1990       |                        |       |

Fonte: Souza (2008) (com pesquisa *in locus* realizada pela autora para complementar a tabela).

#### **Quadro 5: Equipamentos turísticos instalados na Via Costeira (1979-2009).**

É importante assinalar que em 1984, foi aprovado na Câmara Municipal, o Plano Diretor de Organização Físico e Territorial de Natal (Lei 3.175/84). De acordo com Lima (2001, p. 117), esse plano:

[...] visava alcançar o desenvolvimento físico racional e harmônico da estrutura urbana do município, capacitando-o a assegurar condições adequadas de preservação de prédios e sítios notáveis pelos valores históricos, culturais, paisagísticos e ecológicos e, de uma forma geral propiciar a melhoria das condições de vida da comunidade (Art. 3).

E, ao mesmo tempo, reafirmava a preocupação com o melhor aproveitamento dos “investimentos públicos” e com o “bem estar da população”, reafirmando o compromisso contra o “rebaixamento do nível econômico da propriedade urbana, que poderia advir da promiscuidade de usos e funções conflitantes numa mesma área” (Art. 4).

Um dos aspectos destacados pelo autor refere-se a sua característica regulamentatória do crescimento da ordenação e do crescimento da cidade, através do zoneamento funcional, que na prática, não logrou êxito, frente às tendências históricas de localização das atividades, preservando a forma de apropriação urbana e a segregação sócio-espacial.

No que concerne ao turismo, se faz necessário destacar que, no texto do plano, já estavam previstas as Zonas Especiais Turísticas 1 (Lei 3.607/87), 2 (Lei 4.347/94) e 3 (Lei 3.639/87), além da Zona Especial de Preservação Histórica (Lei 3.942/90) e a Zona Especial de Interesse Social relativa à Mãe Luiza (Lei 4.633/95), que só foram regulamentadas anos depois, conforme demonstram as datas em parênteses. (NATAL, 2009b).

Embora a renda gerada pelo turismo em Natal tenha alcançado em torno de Cr\$ 10 bilhões em 1983 (RN ECONÔMICO, 12/1984), justificando os esforços empreendidos desde

meados da década de 1970, é a partir da Via Costeira, que se evidencia um crescimento progressivo do turismo, que demonstra maior expressão durante os anos de 1985, 1986, 1987, 1988 e 1989, configurando-se, realmente, num "boom" turístico.

Os investimentos do Governo Estadual, concentrados no *marketing* nacional, sem dúvida, influenciaram esse crescimento expressivo, embora os investimentos nessa área, sempre fossem considerados pouco expressivos pelo *trade*<sup>19</sup>. No âmbito econômico um dos seus reflexos é, sem dúvida, a ampliação do fluxo de turistas na cidade até 1989<sup>20</sup>. Esse número declina, significativamente, em 1990 e o crescimento da hotelaria se estabiliza a partir de 1988, conforme demonstra a tabela a seguir (tabela 1).

**Tabela 1: Evolução do número de hóspedes nos meios de hospedagens e hotéis em Natal – período de 1984 a 1990.**

| ANO  | EVOLUÇÃO DE HÓSPEDES |              | EVOLUÇÃO DE HOTÉIS |               |
|------|----------------------|--------------|--------------------|---------------|
|      | Fluxo de Hóspedes    | Evolução (%) | Número de Hotéis   | Evolução (%)  |
| 1984 | 79.534               | -            | 11                 | -             |
| 1985 | 79.720               | 0,23         | 13                 | 9,09          |
| 1986 | 104.938              | 31,94        | 15                 | 36,36         |
| 1987 | 112.779              | 41,80        | 18                 | 63,64         |
| 1988 | 118.855              | 49,44        | 27                 | 145,45        |
| 1989 | <b>135.268</b>       | <b>70,08</b> | <b>27</b>          | <b>145,45</b> |
| 1990 | 115.288              | 44,95        | 27                 | 145,45        |

Fonte: EMPROTURN (1991) apud Cavalcanti (1993).

Como resultado, a cidade alçou um melhor posicionamento no *rank* turístico do Nordeste, pois, logrou 42,06%, na variação percentual, em relação à renda total de Cz\$ 2.101.848.718 (período de junho/85 a maio/86), gerada pelo turismo, colocando-se à frente de algumas capitais como Aracajú e Recife, que alcançaram, respectivamente, 37,99% e 29,90% (RN ECONÔMICO, 11 e 12/1986).

O ápice do "boom" parece se dá em 1986, quando a atividade se consolida como principal fonte de receita do Estado, ultrapassando os principais produtos da pauta de exportação, conforme mostra a tabela a seguir, que, embora, se refira ao turismo no RN, não deixa de refletir o andamento do turismo na capital (tabela 2).

<sup>19</sup> *Trade* turístico significa o conjunto de empresas que atuam no mercado turístico, exemplo, hotéis, agências de viagens, linhas aéreas.

<sup>20</sup> Esses dados não distingui os turistas nacionais dos internacionais.

**Tabela 2: Receita gerada pelos produtos e serviços na economia do RN (1984-1987) – Cr\$ 1,00**

| ANOS         | PRODUTOS E SERVIÇOS |      |            |      |           |      |            |      |                        |             |                    |              |
|--------------|---------------------|------|------------|------|-----------|------|------------|------|------------------------|-------------|--------------------|--------------|
|              | Fio de Algodão      |      | Lagosta    |      | Scheelita |      | Sal        |      | Turismo <sup>(1)</sup> |             | Total              |              |
|              | Cr\$                | %    | Cr\$       | %    | Cr\$      | %    | Cr\$       | %    | Cr\$                   | %           | Cr\$               | %            |
| 1984         | 15.821.921          | 40,3 | 6.309.146  | 16,1 | 5.219.360 | 13,3 | 4.331.292  | 11,0 | 7.557.935              | 19,2        | 39.239.654         | 100,0        |
| 1985         | 12.583.561          | 40,2 | 4.236.313  | 13,5 | 2.032.886 | 6,5  | 3.509.657  | 11,2 | 8.916.740              | 28,5        | 31.249.157         | 100,0        |
| <b>1986</b>  | 5.611.610           | 22,1 | 3.274.526  | 12,9 | 547.707   | 2,1  | 2.573.227  | 10,1 | 13.344.140             | <b>52,6</b> | 25.351.210         | 100,0        |
| 1987         | 15.502.353          | 24,4 | 7.483.556  | 11,8 | -         | -    | 7.710.854  | 12,1 | 32.686.964             | <b>51,5</b> | 63.383.727         | 100,0        |
| <b>Total</b> | 49.519.445          | -    | 21.303.541 | -    | 7.799.953 | -    | 18.125.030 | -    | 62.505.779             | -           | <b>159.253.748</b> | <b>100,0</b> |

Fonte: Secretaria de Indústria e Comércio – PROMEXPOT/RN (1988) – SUDENE apud Cavalcanti (1993).

No que concerne ao crescimento dos números de equipamentos turísticos, a explicação pode está no volume de investimentos realizados no setor. Sobre esse aspecto, Cavalcanti (1993), que consultou o Anuário Estatístico da EMBRATUR, afirma que durante os anos de 1984, 1985 e 1986, o Nordeste foi alvo da maior parte dos incentivos realizados em todo o Brasil, correspondendo, respectivamente, a 40,5%; 57,1% e 42,2% do total dos incentivos fiscais e financeiros aplicados com recursos do FUNGETUR.

Contudo, esse cenário positivo é, sobretudo, resultado da política macroeconômica do Governo Federal que, no mandato do Presidente José Sarney, instituiu o depósito compulsório para viagens ao exterior, limitando, por um lado, as viagens internacionais e impulsionando, por outro, o fluxo turístico interno, além do livre exercício à exploração de atividades e serviços turísticos instituído durante o Plano Cruzado I<sup>21</sup>, em 1986 (CAVALCANTI, 1993).

De modo geral, esse Plano possibilitou um congelamento de preços que ocasionou a redução do valor das passagens aéreas, propiciando que muitas pessoas realizassem o sonho de voar pela primeira vez, condição que movimentou intensamente a indústria turística nesse período (RN ECONOMICO, 4/1987).

No que tange aos aspectos sociais, um fato bastante associado à atividade turística, refere-se a sua capacidade de geração de emprego e renda. Em 1987, uma pesquisa intitulada “Os efeitos econômicos e sociais do turismo em Natal”, realizada por Paiva et. al. (1988), confirmaram essa capacidade do turismo, ao mostrar que foram gerados, nesse ano, 2.942 postos de trabalho nos diversos equipamentos turísticos existentes na cidade. Os hotéis foram os que mais absorveram mão-de-obra, sendo 1.237 postos de trabalho, o equivalente a 42% do total.

<sup>21</sup> Conjunto de medidas econômicas lançado pelo governo do Presidente Sarney em 27 de fevereiro de 1986 com base no Decreto-lei 2283 (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 28/02/1986).

Contudo, mas do que comemoração, esses resultados devem ser motivo de reflexão, no sentido de reorientar as estratégias de desenvolvimento turístico para o equilíbrio social. De acordo com Paiva et al. (1988), esses dados não refletem uma melhora das condições de vida da população da cidade, pois, não impactam na distribuição de renda entre os grupos sociais, alertando que a atividade por si, apenas, não tem força para fazê-la.

A partir de uma análise estatística dos rendimentos do turismo, a autora constatou que há desigualdades significativas na distribuição de renda, demonstradas pelos ganhos de até dois salários mínimos, por 50,93% dos empregados, embora 38,20% tenham apresentado ganhos entre três e cinco salários. Observou-se que essa renda pode ser justificada pela incidência de trabalhadores comissionados, não acobertados por direitos trabalhistas. Ademais, verificou-se que os mais baixos salários são pagos pelos que geram mais empregos, os hoteleiros, cuja média mensal ficou em 1,88 salários mínimos.

Um aspecto interessante, levantado por Paiva (1996), quando complementou essa pesquisa na década de 1990, refere-se à necessidade de se confrontar os números dos empregos gerados com a quantidade de aposentos, oferecida em cada estabelecimento, porque os hotéis da região apresentaram índices muito inferiores de empregados quando se faz essa relação, fato que demonstra a condição de exploração da força de trabalho no turismo (RN ECONÔMICO, 6/1996).

Ainda, sobre esse aspecto, Cavalcanti (1993) ressaltou que mediante suas características, tipicamente, urbanas, o turismo alia a formalidade a um grande mercado informal, com baixíssima remuneração, ausência de benefícios e direitos trabalhistas. Dentre os muitos trabalhadores informais citados, destacou os barraqueiros pela sua capacidade de absorção da mão-de-obra familiar.

De uma maneira mais geral, é possível perceber, através de uma análise comparativa da distribuição de renda no Estado do RN, entre 1980 e 1991, uma forte concentração de renda. No primeiro ano, os 10% mais ricos da população detinham 50,40% do total da renda e os 10% mais pobres ficavam, apenas, com 1,21%. Onze anos depois a situação é ainda mais periclitante, pois, os 10% mais ricos passaram a concentrar 54,60% da renda, enquanto os 10% mais pobres, diminuíram sua participação para 0,56%, considerando que o turismo impulsionou, significativamente, o setor terciário, o mais expressivo da economia do Estado.

Portanto, esses números trazem à tona a ponta do *iceberg* das condições de trabalho gerada pela atividade que merecem ser investigadas em profundidade (RN ECONÔMICO, 11/1997 - IDEC<sup>22</sup>).

Paralelamente, no intuito de gerar fluidez e adquirir maior competitividade, o Governo do Estado segue estruturando a cidade, principalmente, em termos de infra-estrutura viária, que, não obstante, tem servido, sobretudo, aos interesses hegemônicos que incidem sobre a atividade turística (SANTOS, 1999).

Nessa perspectiva, foram construídos: o novo Terminal Rodoviário de Natal, localizado na Cidade da Esperança, o Viaduto do Baldo e a Avenida Beira Canal, ligando o Tirol à Ribeira; o Alecrim, ao Centro (1981); o recapeamento dos asfaltos das Avenidas Salgado Filho e Hermes da Fonseca; o asfaltamento da estrada Natal/Touros RN-64 (1983); a construção do Terminal Turístico da Redinha; a pavimentação da estrada Redinha/Genipabu (1986); a construção do Pavilhão das Dunas para grandes eventos; a duplicação, a iluminação e o asfaltamento da Estrada de Igapó/Redinha e a duplicação do trecho Ponta Negra/Praia de Pirangi (1988) (FURTADO, 2005).

A partir de meados da década de 1980, à medida que entram em funcionamento os primeiros hotéis na Via Costeira, a representação do espaço, via estratégia de *marketing* é intensificada (CRUZ, 1995). O compromisso do Presidente eleito da EMPROTUR em 1984, Augusto Viveiros, não apenas confirma essa assertiva, como revela uma concentração nesse aspecto, ao afirmar que a “maior reivindicação é de aporte de recursos financeiros para investimentos em promoções” (RN ECONÔMICO, 12/1984, p. 12), e acrescenta que o turismo apóia-se em quatro pilares: hotéis, agências de viagens, transportes aéreos e animação turística (RN ECONÔMICO, 11 e 12/1986).

No que tange à animação turística, observa-se que nessa fase, o poder público apresenta uma visão um tanto restrita quanto à valorização do patrimônio cultural e histórico como forma de desenvolver características distintivas dos lugares, como fizeram destinos turísticos consolidados, situados na Europa e, como já faziam algumas cidades no Brasil, a exemplo de Salvador e Recife. Ainda que, na perspectiva do capital, a gestão local se fazia muito amadora, desconsiderando a capacidade de produção de renda monopolista, por intermédio desses elementos, sobretudo, para fazer frente à “guerra dos lugares” e fazer jus ao que eles próprios perseguem: a competitividade (SANTOS, 1999; HARVEY, 2005).

---

<sup>22</sup> Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte - IDEC-RN.

Isso é observado nas idéias dos gestores públicos à frente do turismo, na época: “[...] **a cultura ganha novos espaços de reconhecimento** e aponta, o Sr. João Bosco, Diretor de Promoções da EMPROTUR: **as noites de animação turística que serão realizadas no centro de turismo [...]**” (RN ECONÔMICO, 12/1984, grifo nosso). Além disso, ponderou o Sr. Augusto Carlos Viveiros, Presidente da EMPROTUR em 1986:

Quando nós assumimos, a Emprotur fazia algumas coisas que a gente achava que não deviam ser feitas. Por exemplo: fazia carnaval, a festa do milho, o Natal. **Ninguém sai de São Paulo para ver uma festa do milho ou o carnaval de Natal e aí continuamos nós a tirar tudo aquilo que não fosse do processo de desenvolvimento do turismo.** [...] Nós não fazemos nenhuma festa, nós **promovemos Natal lá fora**, no Rio, São Paulo e até no exterior (RN ECONÔMICO, 11 e 12/1986, grifo nosso).

Em 1986, o Prefeito Garibaldi Alves reativa a Secretaria de Turismo do Município, praticamente, com as atribuições de quando ela fora fundada. A partir desse momento, o Município assume as festas supracitadas pelos gestores da EMPROTUR, como atividades menores que não fazem parte do desenvolvimento turístico. No entanto, desta vez é nomeada de Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo – SEMITUR (RN ECONÔMICO, 2009).

Enquanto isso, a EMPROTUR, com base nos quatro pilares mencionados, direciona esforços para atender às exigências dos hoteleiros, que sempre cobraram medidas para movimentar o turismo durante a baixa estação, motivo pelo qual foi construído o Centro de Convenções na Via Costeira.

Com esse intuito, entre os dias 18 a 22 de agosto de 1987, a cidade foi sede do XV Congresso da Associação Brasileira de Agentes de Viagens – ABAV<sup>23</sup>, considerado por muitos um divisor de águas do processo de desenvolvimento do turismo da cidade e do Estado. Esse evento representa um marco histórico para a atividade, basicamente, por três razões:

- a) deu início à transformação de Natal num pólo turístico brasileiro, antes, geralmente, inclusa nos pacotes, apenas, como “cidade dormitório”;
- b) marcou o início da valorização do turismo de eventos, uma ação que visava solucionar a sazonalidade, e;

---

<sup>23</sup> O primeiro evento de grande porte realizado por Natal

c) gerou um *marketing* de efeito nacional, mas, sobretudo, internacional, visto que reuniu um contingente significativo de agentes de viagens de toda a América Latina, América Central, África, Europa e Estados Unidos (RN ECONÔMICO, 7/1987).

Em 1988 e 1989, o Governo do Estado e o *Trade*, principalmente, hoteleiros, agentes de viagens e empresas aéreas – o dito tripé do desenvolvimento turístico – começaram a voltar-se com mais proeminência para prospecção do turista internacional, com o objetivo de dinamizar a baixa estação. Para isso, intensificaram o *marketing* em locais estratégicos da Europa (Espanha, Inglaterra e Portugal), onde realizaram a promoção de *fantours*<sup>24</sup> e eventos, entre os quais se destaca “A semana Potiguar” (RN ECONÔMICO, 1/1989).

Sobre esse assunto, Rodrigues, Mestre em Turismo, pela Universidade de Sorbonne, na época fez duas considerações sobre essa postura na gestão do desenvolvimento turístico de Natal:

a) se faz premente a necessidade de equacionar a intensa divulgação da cidade com a sua capacidade local de infra-estrutura turística e urbana;

b) o turismo não sobrevive, apenas, de “Sol e Mar”, tornando-se eminente os investimentos, principalmente, na cultura da terra (RN ECONÔMICO, 9/1986).

Essas considerações não parecem ter sido incorporadas pelos gestores da cidade. No que concerne à cultura, por exemplo, ainda que muitos agentes públicos e privados do setor turístico se mostrem admiradores da gestão do turismo baiano e da sua forte identidade cultural, as ações, por aqui caminhavam a passos lentos.

Contudo, registra-se que em 1989, na gestão da Prefeita Wilma de Faria, que a cultura é reconhecida como “elemento importante” para o desenvolvimento do turismo e num ato simbólico ela faz a fusão entre a Secretaria de Cultura com a Secretaria de Turismo do Município, que passa a ser denominada de Secretaria Municipal de Turismo e Cultura – SECTUR. “Nessa época a SECTUR publicou duas revistas, com o objetivo de repensar Natal e preservar a sua memória” (GARCIA, 2009, não paginado).

Apesar dos percalços, o turismo em Natal seguiu em escala crescente até 1989, conforme demonstrado anteriormente na tabela 1 (pagina 111), contrariando, inclusive, a situação da economia brasileira, nesse período, que se caracterizou, sobretudo, por inflação e

---

<sup>24</sup>Consiste em um grupo de pessoas convidadas pela Emproturn, entre eles agentes de viagens e jornalistas destacados da imprensa do turismo, para visitar as potencialidades do lugar, valores históricos, belezas naturais, gastronomia e infra-estrutura.

juros altos. Conforme exposto anteriormente, em 1990, a ocupação dos meios de hospedagens declina de 135.268 para 115.228 hóspedes, resultado, possivelmente, influenciado pelo Plano Collor, que bloqueou, por dezoito meses, as cadernetas de poupanças dos brasileiros logo no início dos anos de 1990.

#### **2.2.4 A internacionalização do turismo em Natal (1991-2000)**

Os anos finais da década de 1980 dão sinais do egresso de Natal em uma fase de “mundialização”. Embora, o Parque das Dunas/Via Costeira – PD/VC já estivesse sido formulado com essa premissa de internacionalização, esta não ocorreu, visto que sua ocupação se deu, em sua maioria, por grupos locais e de outras capitais nordestinas, dos quais muitos não possuíam experiência em turismo (CAVACALNTI, 1993). Estima-se que o XV Congresso da ABAV favoreceu o interesse já existente de internacionalizar a atividade, à medida que facilitou a troca de conhecimentos na área, situando os atores locais sobre os parâmetros da atividade no mundo.

Nessa perspectiva, novos assuntos emergem e alguns em voga em outros momentos do campo ganham uma nova conotação nas discussões. O adjetivo que vem à tona é “qualidade” da mão de obra, das instalações, dos serviços prestados, além do interesse em novos modelos gerenciais e na estética das praias da cidade, sinalizando para necessidade de reordená-las.

Tais assuntos começam a aparecer, timidamente, nas reportagens da RN Econômico, com gestores públicos e privados nessa época. Cabe ressaltar que todos esses aspectos são sinônimos de conflitos no campo do turismo, sejam porque envolvem percepções diferentes da relação homem e natureza (LEFEBVRE, 2006; SANTOS, 1999), ou pelas contradições decorrentes dos reflexos da formação cultural, econômica e política nordestina (PAIVA et al. 1996).

Essas novas exigências aguçaram o interesse de instituições acadêmicas pelo tema e influenciaram o foco das pesquisas que buscaram se concentrar, inicialmente, em temas relevantes para suprir as necessidades do mercado turístico.

A partir da década de 1990, registrou-se a instalação do curso de turismo, na Faculdade de Ciências Cultura e Extensão – FACEX (1991), na Universidade Potiguar – UNP (1992), na Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (1998), na Faculdade Câmara Cascudo (2002), na Faculdade União Americana (2003), na Universidade Estadual do

Rio Grande do Norte – UERN (2003), na Faculdade de Natal – FAL (2004) e no Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN (curso técnico, em 2004) (FURTADO, 2005).

Entretanto, cabe pontuar que o turismo já vinha sendo investigado em outras áreas de conhecimento, sobretudo, nos cursos de Administração, Economia e Geografia da UFRN, onde foram encontradas pesquisas que datam do início da década de 1980.

Esse processo de internacionalização do turismo parece começar pelas preocupações estéticas, particularmente, voltadas para o visual das praias. O ano de 1991 marca o início dessa nova fase no processo de desenvolvimento histórico do campo do turismo em Natal. Isso porque nesse ano é ajuizada pelo Patrimônio Público da União, uma ação civil pública relativa à retirada das barracas da Praia de Ponta Negra, sob a alegação de que as mesmas situavam-se na faixa de uso comum do povo, infringindo o artigo 20, inciso VII da Constituição Federal de 1988. No banco dos réus ficou a Prefeitura Municipal de Natal (órgão destaque: IPLANAT), acusada de fazer uso indevido das suas atribuições ao cadastrar e alocar barraqueiros na praia, os oitenta e oito barraqueiros que ocupavam suas areias (Associação dos Barraqueiros de Ponta Negra – ABPN) (GRANDES TEMAS, 1999).

Ordens próximas e distantes começavam a ser encaminhadas em direção ao bairro. Toda a complexidade da vida social do lugar e as formas de representação do espaço da praia, articulada pelos próprios barraqueiros para o Brasil e o mundo, através da divulgação boca-a-boca e até por intermédio de entrevistas que eles próprios concediam a revistas nacionais e internacionais, carregadas de uma forma própria de racionalidade, com objetivos de produção material e social compartilhados com a comunidade, estavam com os dias contados (NB1, 2009).

As relações de produção e reprodução social recebiam cada vez mais interferências, através da intermediação de sistemas de representações complexos e modernos engendrada, não mais, pelos barraqueiros, mas por novos atores interessados na “venda da cidade”, via de regra, para canalizar seus próprios interesses mercantis, potencializando a imagem da cidade para o consumo do espaço e impondo uma racionalidade diferente, geradora de rápidas transformações no espaço de representação da comunidade local (LEFEBVRE, 2006).

Em 1993 é fundada a Comissão de Turismo Integrado do Nordeste – CTI-NE (FOCO, 2002) um órgão que aglutina todos os órgãos oficiais de turismo (municipais e estaduais) e está ligado a vários outros que trabalham no setor. De acordo com Paulo César Gallindo, presidente da EMPROTURN na época, o objetivo da CTI-NE é traçar estratégias conjuntas para estabelecer uma “política de desenvolvimento turístico” para o Nordeste, através da

promoção, infra-estrutura e ampliação de linhas de financiamentos junto ao Banco Mundial (RN ECONÔMICO, 6/1994).

Essa comissão impulsionou, consideravelmente, o chamado *city marketing* das cidades nordestinas e desempenhou um papel fundamental tanto na transformação do espaço vivido, em espaço concebido, apropriando-se do próprio simbolismo local, quanto do que denominou Santos (1999) de “guerra dos lugares”, na qual está em jogo a captação de turistas e investimentos nacionais e estrangeiros para região Nordeste. O relato a seguir demonstra a importância do órgão e a entrada dos novos atores no processo de representação do espaço:

**Depois da criação da CTI Nordeste e o início de seus trabalhos tudo mudou, teve um impulso maior nas campanhas (de marketing) por aqui** com a produção do Nordeste Semi-Verão, nós fizemos além da capital (São Paulo), Ribeirão Preto, Campinas, São José do Rio Preto e Sorocaba, então a gente saía era num ônibus todo mundo, eu, mas algumas pessoas, e em alguns foi o Presidente da Emprotur da época, Augusto Carlos Viveiros e em outros, Antonio Tibúcio, Diretor técnico, **a gente levava carne de sol, queijo, fotos, levava a coisas, montava um stand num hotel e fazia as reuniões para os agentes de viagens e o pessoal da área de turismo para fazer a divulgação**, umas coisas bem diferente do que é hoje né? Mas foi assim que começou. (OE2, 2009).

Ao que tudo indica em 1994, Natal já estava se destacando como um dos principais destinos nordestinos na preferência de turistas nacionais e até internacionais. Por outro lado, existia, ainda, a deficiência de leitos e equipamentos turísticos na cidade, capacitados, principalmente, para atender o fluxo turístico internacional (RN ECONÔMICO, 2/1995).

Com o objetivo de superar esse problema, a EMPROTUR organiza, nesse mesmo ano, juntamente, com a EMBRATUR e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, a primeira Bolsa de Investimentos Turísticos no Estado, visando aproximar o investidor e o dono da terra (RN ECONÔMICO, 6/1994).

Com efeito, para atender os investidores interessados foram disponibilizadas outras linhas de financiamento além das citadas, como o “Nordeste Competitivo”, para grandes investidores e o Programa de Apoio ao Turismo Regional – PROATUR, direcionado para pequenos investidores, respectivamente intermediados pelo BNDES e BNB (RN ECONÔMICO, 8/1995). Segundo o Presidente da EMPROTUR na época, Paulo César Gallindo, a cidade acumulou esse déficit porque enfrentou, “nos últimos 7 anos, uma ausência total de investimentos no turismo” (RN ECONÔMICO, 6/1994, p. 8).

Essa retração citada por ele, possivelmente tem suas explicações no cenário nacional desse período em que a economia, desde o final de 1987, quando fora implantado o Plano Cruzado II, obteve sucessivos planos (Cruzado II, Plano Bresser, Plano Verão, Plano Collor I e II) que não lograram êxito no alcance da estabilidade econômica, muito embora o declínio do fluxo de turistas tenha ocorrido, apenas, em 1990, conforme demonstra a tabela 1 (p. 111). Esse cenário conturbado só apresentou sinais de mudanças após 1994, com a implantação do Plano Real no governo de Itamar Franco (RN ECONÔMICO, 6/1994).

É interessante observar que o processo de consolidação da atividade turística e, por conseguinte, sua influência na urbanização da cidade, coincide com a promulgação do Plano Diretor de 1994, que segundo Lima (2001), flexibiliza o uso e a ocupação do espaço urbano, exatamente no momento em que a cidade está investindo em infra-estrutura voltada para exploração turística. Em outras palavras, o autor afirma que o plano não propõe uma estrutura urbana formatada, pelo contrário, coloca-se como instrumento básico que permite que a cidade seja moldada pelas forças presentes na sociedade que não obstante possuem interesses e capacidades de pressão diferentes, embora estejam sob a supervisão da ação do Estado.

Este plano manteve e criou alguns dispositivos importantes para o planejamento e a gestão do desenvolvimento turístico da cidade, entre eles, deve ser citada as áreas especiais com normas específicas de uso e ocupação do solo, a saber: as áreas de controle de gabarito, previstas para proteção do valor cênico-paisagístico; as áreas de recuperação urbana, que têm por objetivo recuperar os conjuntos histórico-culturais, e; as áreas especiais de interesse social (AEIS) destinadas a preservação do espaço vivido das comunidades e a assegurar formas heterogêneas de desenvolvimento na cidade (LIMA, 2001).

Acredita-se que tais mecanismos são vitais, sobretudo, porque podem frear o processo de homogeneização do espaço urbano, decorrente da influência turística que, não obstante, tem reflexos no próprio nível de competitividade da cidade no mercado turístico nacional e internacional.

No campo institucional, registra-se, em 1995, a extinção da Emprotur, como reflexo da política neoliberal, comanda no Estado pelo Governador Garibaldi Alves, que enxugou a máquina pública, pondo fim a vários órgãos. Entretanto, no mesmo ano, criou a Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio que tinha entre outras finalidades a competência de formular a política para as atividades envolvidas e vendê-las no exterior, investimentos em infra-estrutura de saneamento, transporte e energia, desenvolver programas de qualificação de mão-de-obra para o turismo, desenvolver pesquisas de oferta turística e desenvolver alternativas para os períodos de baixa estação (RN ECONÔMICO, 1995).

O processo de internacionalização do campo passa pelo advento dos vãos *charters* que começam a ser trazidos para cidade em 26 de dezembro de 1995, com a implantação de uma rota ligando Milão a Natal (FOCO, 6/2001). Contudo, a internacionalização do turismo recebe, realmente, um grande impulso a partir da implementação do PRODETUR/RN I, afinal, de acordo com Santos (1999), a condição primeira da globalização é a formação dos espaços de **fluxos** que dependem do fornecimento de acessibilidade e infra-estrutura para propiciar a **competitividade** que é a ação hegemônica.

Segundo Fonseca (2005), o programa intermediado pelo BNB, foi implantado durante o governo estadual de Garibaldi Alves (1995/1998 e 1999/2002) com recursos da ordem de US\$ 44.950.000,00, sendo 50% financiado pelo BID e o restante pelo Governo do Estado. Desse montante, Natal absorveu 23,10%, sendo o maior beneficiado entre os municípios do Estado. De acordo com a autora, entre o período de 1996 e 2001, foram efetuados investimentos em três direções: em desenvolvimento institucional, que recebeu, apenas, 4,75% do montante; em obras múltiplas, para as quais foram destinados 39,23%, utilizados na recuperação do Parque das Dunas, na implantação de equipamentos nesse parque, no esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação, urbanização e iluminação de Ponta Negra, no esgotamento sanitário da Via Costeira, além de várias estradas construídas para interligar os municípios à Natal, e; no aeroporto, que concentrou a maior parte dos recursos, sendo 56,01% empregados na sua ampliação e modernização, que antes possuía uma área de 2.970 m<sup>2</sup> e estacionamento para 130 veículos, passando a 10.300 m<sup>2</sup> e 450 vagas de estacionamento, tornando-se um aeroporto internacional.

Cabe mencionar que nessa fase, em 1997, um grupo da iniciativa privada, procurando intensificar os patamares de lucratividade do setor, principalmente mantendo o fluxo de turistas na baixa estação, faz surgir na cidade à primeira fundação em regime cooperativo voltada para a captação de eventos, chamada de *Convention Visitors Bureau*, colocando Natal no competitivo mercado do turismo de eventos, atividade que segundo a E MBRATUR, gera três vezes mais dividendos que o turismo de lazer. A intenção de captar a demanda internacional desse segmento específico está explícita no próprio nome da organização (RN ECONÔMICO, 8/1997).

Assim, como em todas as fases, o *city marketing* tem acompanhado esses investimentos em infra-estrutura, porém, a divulgação é ampliada para escala internacional. (FURTADO, 2005). Dos congressos organizados, dois merecem destaque, em função do impacto que produziram em termos de marketing: a *VI Brazil National Tourism Mart – BNTM* em 1997, com perspectiva de dois mil participantes de vários países (RN

ECONÔMICO, 4/1996) e o Encontro da Associação dos Agentes Portugueses de Viagens e Turismo – APAVT, realizado em 1998, no qual foram esperados mil e quinhentos participantes de diferentes países (RN ECONÔMICO, 11/1998).

Enquanto não se anunciava a solução para o impasse da reestruturação da Orla de Ponta Negra, a prefeitura decidiu iniciar a reurbanização das praias pela faixa litorânea na altura de Areia Preta, até o Forte. Afinal, precisava-se demonstrar aos empresários que as praias, realmente, seriam ordenadas e aqueles locais valorizados. Desse modo, em 1998, com recursos do FUNGENTUR orçados em R\$ 7 milhões e uma contrapartida de 20% da prefeitura, o projeto para área começa a ser executado. Todavia, foi necessário retirar os barraqueiros da área (RN ECONÔMICO, 11/1997).

Em 1999 registra-se outro fato importante nessa trajetória de internacionalização do campo. Trata-se da parceria pioneira no país, realizada entre o SEBRAE e o Governo do RN no setor de hotelaria. Após reaver na justiça o Hotel Escola Barreira Roxa, arrendado a uma empresa suíça, que não cumpriu o contrato, o governo estadual concedeu o Hotel Escola ao SEBRAE, com a pretensão de torná-lo um centro de excelência regional de padrão internacional na qualificação de mão-de-obra para o setor de hotelaria e turismo.

O volume dos recursos foi considerável e disponibilizado pelo Governo do Estado (RN ECONÔMICO, 1999).

Nesse mesmo ano, em 24 de agosto, foram demolidas as barracas da praia de Ponta Negra. Para os barraqueiros um dia que ficará na história de suas vidas e, para os empresários, o início de uma nova fase, baseada em outra racionalidade muito mais benéfica para seu segmento. Logicamente, diante de todos esses investimentos, seria quase impossível que o turismo não produzisse cifras extraordinárias, pelo menos para alguns.

O *trade* turístico, principalmente, sua cúpula: hoteleiros, agenciadores de viagens e operadores de companhias aéreas, puderam maximizar ainda mais seus lucros na fase seguinte, a partir de 2001, quando se percebe um aumento significativo do fluxo turístico estrangeiro na cidade.

### **2.2.5 Do primeiro “boom” ao “declínio” do turismo internacional (2001-2009)**

O ano de 2001 marca o início de uma nova fase do turismo, para o qual contribuíram os diversos acontecimentos da fase anterior, desde divulgação e publicidade, até a adequação

estética das praias urbanas centrais da cidade, em um processo mimético do turismo internacional, buscando, deliberadamente, internacionalizá-lo.

Essas ações encontraram na economia nacional, particularmente, na desvalorização do Real frente ao Dólar, iniciada no final de 2000, o elemento que faltava para impulsionar a demanda internacional tão almejada, uma vez que o Brasil tornava-se muito mais atrativo para os “gringos”, conforme demonstrado através da evolução do câmbio, a seguir (tabela 3):

**Tabela 3: Desvalorização semestral do Real (R\$) frente ao Dólar americano (US\$).  
Período de 3 de janeiro de 2000 a 3 julho de 2007.**

| DATA       | 1 US\$ COTAÇÃO EM REAIS (R\$) |        |                | DATA       | 1 US\$ COTAÇÃO EM REAIS (R\$) |        |                |
|------------|-------------------------------|--------|----------------|------------|-------------------------------|--------|----------------|
|            | COMPRA                        | VENDA  | % <sup>1</sup> |            | COMPRA                        | VENDA  | % <sup>1</sup> |
| 03/01/2000 | 1,8003                        | 1,8011 | -              | 02/01/2004 | 2,8854                        | 2,8862 | 60,27          |
| 03/07/2000 | 1,8072                        | 1,8080 | 0,38           | 02/07/2004 | 3,0494                        | 3,0502 | 69,38          |
| 03/01/2001 | 1,9414                        | 1,9422 | 7,84           | 03/01/2005 | 2,6674                        | 2,6682 | 48,16          |
| 03/07/2001 | 2,3387                        | 2,3395 | 29,91          | 04/07/2005 | 2,3707                        | 2,3715 | 31,68          |
| 03/01/2002 | 2,2924                        | 2,2932 | 27,33          | 03/01/2006 | 2,3452                        | 2,3460 | 30,27          |
| 03/07/2002 | 2,8690                        | 2,8617 | 59,36          | 04/07/2006 | 2,1693                        | 2,1701 | 20,50          |
| 03/01/2003 | 3,4690                        | 3,4698 | 92,69          | 03/01/2007 | 2,1364                        | 2,1372 | 18,67          |
| 03/07/2003 | 2,8324                        | 2,8332 | 57,33          | 03/07/2007 | 1,9114                        | 1,9122 | 6,17           |

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN, 2010).

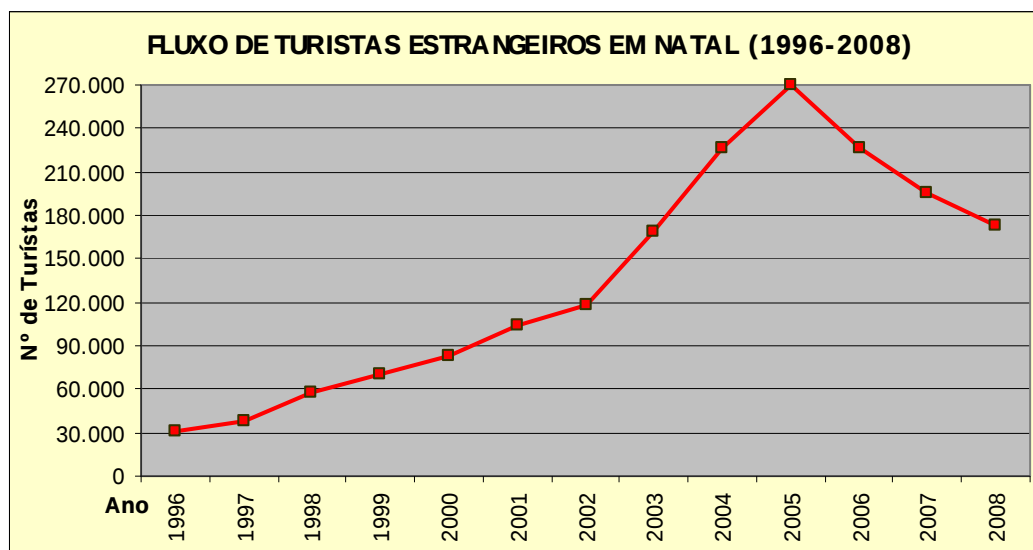
<sup>1</sup> Percentual de valorização em relação ao dólar compra em 03/01/2000.

Confirmando a presença de Natal, no cenário turístico internacional, em junho de 2000 a cidade foi palco do evento mais importante do setor, o 65º Congresso da Organização Mundial de Turismo, organização que reúne 150 países e está vinculada às Nações Unidas. Os esforços empenhados nesse evento decorrem de uma parceria entre EMBRATUR e Governo Estadual, que disponibilizaram, respectivamente, 300 e 330 mil reais em recursos. O Governo Federal e a Prefeitura atuaram na área institucional e estrutural (FOCO, 6/2001).

Como fruto da publicidade gerada em torno do congresso esperava-se um aumento do fluxo turístico internacional como forma de atrair os investimentos em capital estrangeiro.

Embora, o turismo internacional tenha demonstrado uma visibilidade, em meados da década de 1990, a partir da introdução do primeiro voo *charter* e da implantação do Prodetur RN I, considera-se que o primeiro “boom” internacional do setor, na sua trajetória evolutiva, começa, apenas, em 2001, quando a cidade ultrapassa os 100 mil turistas estrangeiros por ano, alcançando o ápice em 2005.

O incremento do número de vôos *charters*, a partir de 2002, de um para seis vôos e o seu crescimento progressivo desse ano em diante, contribuiu, significativamente, para esse cenário, conforme demonstrado a seguir (gráfico 1):



Fonte: SETUR/RN (2009).

**Gráfico 1: Estimativa do Fluxo Turístico Global em Natal (1996-2008)**

Considerando, um estudo de demanda do estado do RN, realizado por uma empresa de consultoria, é possível ter-se uma impressão sobre a composição desse fluxo no município.

Em 2001, o estado recebia 27% de argentinos, 16% de portugueses e 14% de suecos.

Em 2005, os visitantes, não apenas, aumentam como se diversificam. Os portugueses passam a corresponder a 33%, os espanhóis a 18% e os argentinos a 8,5%.

Além disso, os estrangeiros aumentam sua participação na receita turística do RN, passando de 16,8%, em 2001, para 35%, em 2005 (START, 2006).

Paralelamente, os investimentos internacionais no setor, também, evoluíram, consideravelmente, tanto em termos de diversificação de sua origem, quanto em volume de capital, como mostram, respectivamente, as tabelas a seguir (tabelas 4 e 5).

Embora tais tabelas se refiram ao montante e à origem do capital investido no Estado do RN, refletem ainda que, parcialmente, a pressão do capital imobiliário e turístico internacional no processo de reestruturação do espaço de Natal, afinal, considerando-se, apenas, o capital imobiliário, a cidade recebeu 41,22% dos empreendimentos (apart hotel, flat, condomínio fechado, etc.) (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2007).

**Tabela 4: País de origem dos investimentos estrangeiros no Estado do Rio Grande do Norte (2001-2006).**

| Origem       | 2001      | 2002      | 2003      | 2004      | 2005      | 2006      |
|--------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| PORTUGAL     | 14        | 38        | 19        | 23        | 20        | 41        |
| ESPANHA      | 0         | 0         | 0         | 7         | 19        | 11        |
| ITÁLIA       | 1         | 1         | 2         | 0         | 6         | 3         |
| NORUEGA      | 0         | 0         | 0         | 0         | 1         | 10        |
| SUIÇA        | 0         | 0         | 0         | 5         | 0         | 1         |
| SUÉCIA       | 0         | 2         | 1         | 6         | 2         | 10        |
| AUSTRIA      | 0         | 0         | 2         | 0         | 0         | 1         |
| EUA          | 1         | 2         | 3         | 10        | 7         | 4         |
| <b>Total</b> | <b>16</b> | <b>43</b> | <b>27</b> | <b>51</b> | <b>55</b> | <b>81</b> |

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN) *apud* Observatório das Metrôpoles (2007).

**Tabela 5: Investimentos estrangeiros diretos por setores econômicos\* – Estado do Rio Grande do Norte (2001-2006)**

| SETORES                 | Ano 2001             | Ano 2002             | Ano 2003             | Ano 2004             | Ano 2005             | Ano 2006             |
|-------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Alimentos e Bebidas     | 855.751              | 5.975.013,29         | 13.500               | 2.158.790,14         | 533.498,38           | 7.348.860,32         |
| Agrícola                | 2.818.603,68         | 5.947.451,49         | 754.747,81           | 880.480,00           | 12.090.185,01        | 10.136.180,00        |
| Industrial              | 1.634.101,52         | 2.418.489,20         | 11.166.636,49        | 1.985.724,10         | 602.350,51           | 0,00                 |
| Turismo e Imobiliário   | 10.320.064,90        | 2.247.411,18         | 8.695.624,88         | 24.235.327,45        | 33.298.538,00        | 46.495.778,53        |
| Eq. Elétricos/Hospitais | 4.300.225,63         | 3.170.267,03         | 3.484.480,80         | 2.225.590,28         | 2.359.104,47         | 539.006,62           |
| Outros                  | 2.701.686,96         | 599.365,33           | 192.762,98           | 259.404,88           | 189.600,00           | 3.813.592,12         |
| <b>Total</b>            | <b>22.630.434,00</b> | <b>20.357.997,52</b> | <b>24.307.752,96</b> | <b>31.745.316,85</b> | <b>49.073.276,37</b> | <b>68.333.417,59</b> |

Fonte: Banco Central do Brasil (BACEN) *apud* Observatório das Metrôpoles (2007)

\* Exclui Petróleo e Energia.

Cabe observar, que no período de expansão dos investimentos estrangeiros, demonstrado na tabela acima, o ano de 2002, apresentou uma fuga acentuada de capital estrangeiro, revelando-se um ano atípico.

Esse quadro tem suas explicações, possivelmente, na conjuntura política brasileira, pois, nesse fatídico ano, pairava no ar, uma forte incerteza sobre a condução da economia do país, em face ao novo governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, de origem sindical, além da crise do setor turístico provocada pelos ataques de 11 de Setembro, em Nova York.

Em face ao exposto, torna-se eminente a influência do capital internacional na reestruturação sócio-espacial do município e, em particular de Ponta Negra, resultante do processo global de acumulação flexível, com um enfraquecimento do capital doméstico, aspecto proposto por Soja (1993).

O crescimento e o fortalecimento do setor de serviços no bairro de Ponta Negra, como alvo de investimentos nacionais e internacionais, ganha cada vez mais visibilidade. Em outras

palavras, registram-se mudanças mais intensas nas formas de uso e ocupação do solo; aumenta-se a venda de casas e terrenos para dar lugar a hotéis, bares, restaurantes, *shoppings*, estabelecimentos comerciais em geral e condomínios residenciais; acirra-se a especulação imobiliária; a verticalização e, por fim; verificam-se mudanças nas relações sociais.

Embora, desde 1970, a expansão do turismo venha dinamizando a construção civil, como observou Clementino (1995), os efeitos do “boom” do turismo internacional sobre o setor da construção civil, não tem precedentes, conforme salientaram vários profissionais da área<sup>25</sup>. O Presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis – CRECI/RN sugere que o turismo torna-se porta de entrada para os investidores e afirma a aliança de empresas do mercado imobiliário com o Estado, em prol desse feito, como relata a seguir:

Hoje em Natal os negócios têm crescido de forma maciça nos últimos cinco anos com a chegada de grupos de investidores estrangeiros. Esses negócios são engrossados por investidores que escolhem o RN para fixar a segunda moradia. **Este é o turismo residencial extremamente importante para o Estado.** Importante porque quem compra uma residência, volta sempre ao Estado e, aqui passa uma temporada. **Isso gera renda e emprego. Daí porque as empresas desse segmento empresarial se aliaram ao governo do RN, por intermédio das secretarias estaduais de Desenvolvimento Econômico (SEDEC) e de Turismo para buscar mais investimentos.** (OC3, 2009).

Para o Diretor da ECM<sup>26</sup> Imóveis, entrevistado na época, uma das prerrogativas que estimula esse mercado são as belezas naturais (FOCO, 6/2005). O Diretor afirma que sua empresa havia:

[...] recebido nesse período cerca de 100 mil pessoas vindas do sul e sudeste do Brasil e de outros países como **Itália, Espanha, Portugal, Noruega, Suécia e outros**, aumentando a demanda e, em consequência, os preços dos imóveis. **As empresas construtoras por seu turno direcionam cada vez mais os investimentos para as áreas de Ponta Negra, voltadas para o mercado Internacional.** Os grupos de investidores estrangeiros se dedicam também a construir e vender seus produtos lá fora (FOCO, 3/2005, p. 26).

---

<sup>25</sup>Silvio Bezerra, presidente do SINDUSCON/RN; Larissa Dantas Gentile, Diretora da S. Dantas Empreendimentos Imobiliários; Evilázio Crisanto de Moraes, diretor da ECM Imóveis; Nilton Leite, Diretor da NL Imóveis; Caio Fernando, Corretor; Lauro Leite, Diretor da empresa Lauro Leite Investimentos; Valdemir Bezerra, Presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis; Renato Gomes, Presidente do SECOVI. (FOCO, 3/2005).

<sup>26</sup> ECM é uma das maiores empresa do ramo imobiliário em Natal.

Contrariando, esse cenário “positivo” que se formara com o “boom” do turismo internacional, a demanda de estrangeiros no município começa a declinar a partir de 2006. É bem verdade que no ano anterior o Real iniciava uma tendência de valorização frente ao Dólar (vide tabela 3), porém, uma análise que se queira abrangente há de considerar outros fatores, como por exemplo, o combate ao turismo sexual e a lavagem de dinheiro.

À medida que aumentou o fluxo de turistas e os investimentos internacionais, cresceu, entre outros problemas, o turismo sexual, que vinha ampliando seus tentáculos desde a década de 1990. Entretanto, o assunto ganha maior notoriedade a partir de 2004 quando são veiculadas na mídia local e nacional, reportagens sobre o assunto, acarretando o afastamento do público potiguar da Praia de Ponta Negra (FOCO, 5/2004). Em novembro de 2005, ocorre a primeira grande ação de combate, realizada pela Polícia Federal, denominada de “Operação Corona”<sup>27</sup>. Em abril de 2006, a Secretaria de Segurança Pública realizou, em três etapas, a “Operação Ponta Negra Livre”<sup>28</sup> e, paralelamente, não se pode deixar de citar as campanhas realizadas pela ONG Resposta.

De modo geral, o discurso hegemônico sobre o turismo sexual busca secundarizar a sua existência com a intenção de preservar a imagem da cidade enquanto destino turístico nacional e internacional, conforme o relato a seguir:

A questão da prostituição aqui, aqui, ela é muito incipiente se comparado com outros destinos, não diria que Natal está inserida nesse circuito de turismo sexual, entendeu? Até porque [...], a gente, tirando algumas reportagens e alguns fatos isolados, você tem uma coisa mais ou menos sob controle com relação à questão da prostituição [...] Quando fala da infância e da adolescência [...] isso é até dito pelo procurador da época que era da infância e da adolescência, não to lembrado aqui [...] mas 95% dos casos é no seio da própria família, ou com padrasto ou com o tio, ou com o irmão, ou com o pai, acontece dentro da própria família, então o problema é um problema mais estrutural, 5% é como acontece na rua com o (turista) [...] (ABIH, OC1, 2009).

<sup>27</sup> Foi uma operação na qual foi relatada uma série de ações e apreensões feitas no bairro de Ponta Negra e que culminou com prisão e condenação de seis italianos e oito brasileiros. Foram denunciados pelo Ministério Público Federal no dia 23 de novembro de 2005, acusados, entre outras coisas, de prostituição, lavagem de dinheiro e tráfico internacional de mulheres, eram envolvidos com alguns equipamentos turísticos, entre eles a Ilha da Fantasia, o Forró Café, a Pousada Europa e o Caipifrutas, no bairro. (JUSBASIL NOTÍCIAS, 2006)

<sup>28</sup> A Secretaria da Segurança Pública e de Defesa Social coordenou três operações contra a prática do turismo sexual em Ponta Negra em menos de 15 dias, entre março e abril de 2006. O trabalho conjunto envolveu as polícias Militar, Civil e Federal, o Corpo de Bombeiros, o Ministério Público Estadual, a COVISA Municipal, o PROCON de Natal, a Guarda Municipal, a Prefeitura de Natal e, na última etapa teve a participação da Delegacia Regional do Trabalho e do Ibama. A operação ocorreu durante a madrugada no momento em que os bares estavam lotados de turistas. (TRIBUNA DO NORTE, 14/04/2006b).

Por outro lado, um dos entrevistados fez uma associação bastante cabível entre vôos *charters*, construção de *flats* e turismo sexual, conforme demonstram seus relatos a seguir:

O fenômeno *charter* foi o causador [...] não diretamente! Mas, eu diria que tem um percentual de culpabilidade [...] trouxe de uma hora prá outra, [...] dezessete vôos por semana, de nove nacionalidades [...] a gente sempre teve um público predominantemente constituído por famílias, de todos esses países aí. Seja Itália, seja Suécia, Noruega etc., famílias, público absolutamente maravilhoso [...] Porém, existem períodos de baixa (que a empresa) ou deixa os aviões no solo por falta de clientes ali na Europa ou coloca esses aviões voando, [...] apenas para que paguem os custos operacionais e é nisso que reside o que há de nefasto na indústria desses vôos [...]. Então são pacotes extremamente baratos, vendidos em longuíssimas prestações e voltados para [...] solteiros que vêm aqui em busca de sexo-turismo. (OB1, 2009)

[...] quando as pessoas (hoteleiros) deixaram de deixar as prostitutas entrar porque entenderam que aquilo era mau para o negócio, [...] afastava as famílias que é o turista tradicional de Natal, os empresários da construção civil não entenderam assim, entenderam como uma ótima oportunidade de negócio, então proliferou assim um sem número de *flats* que não eram destinados ao *flat* de habitação, [...] são todos abaixo de sessenta metros quadrados (60 m<sup>2</sup>). O que acontece, esse pessoal que vem pro sexo turismo, [...] motoristas de caminhão, motorista de táxi, pedreiros, [...] eles se juntavam em dois, três, quatro, cinco, seis, e compravam esses *flats* e [...] e aí o sexo turismo teve seu *boom* por quê? Porque você não tinha como coibir [...] (OB1, 2009).

Além de conflitos como esses, o espaço de Ponta Negra torna-se, ele próprio, cada vez mais alvo de disputas. Os exemplos são vários, entre eles:

- a) a batalha judicial que ocorre desde 2003 entre a Imobiliária Santos Ltda. e o Botafogo Futebol Clube da Vila de Ponta Negra, pela área de quase 7 mil m<sup>2</sup>.
- b) a favela do Alagamar, removida para zona oeste da cidade como uma das ações de valorização do “Alto de Ponta Negra”, em 2006;
- c) o caso dos “Espigões de Ponta Negra”, que resultou na liminar de suspensão das licenças ambientais de prédios que seriam construídos próximos ao Morro do Careca, em 2006;
- d) processos movidos pela Associação dos Moradores da Vila de Ponta Negra contra os equipamentos turísticos que fecharam o acesso público à praia;
- e) as disputas entre ambulantes, quiosqueiros e proprietários de equipamentos turísticos na orla, e;
- f) Os diferentes interesses projetados para área *Non-Aedificandi*.

Alguns desses conflitos serão abordados em detalhes no capítulo seguinte.

Em 2007, registram-se os enfrentamentos de grupos sociais com posições antagônicas quanto à gestão da cidade no âmbito das discussões sobre o novo Plano Diretor. Os conflitos decorrentes do turismo e das atividades tradicionais, por ele alavancadas, a exemplo da construção civil, se transferem para a órbita do planejamento urbanístico da cidade. Afinal, conforme observou Soja (1993) em outro contexto, a guerra fiscal, resultante da reestruturação produtiva, conduz a disputa pelo domínio do processo de planejamento urbano e regional, pois, é através dele que se flexibiliza a morfologia dos espaços pelo capital monopolista.

De acordo com a audiência pública realizada em 9 de maio de 2007 para votação de um novo Plano Diretor para substituir o Plano de 1994, no que concerne à Ponta Negra, as principais vitórias foram: a demarcação da Área Especial de Interesse Social – AEIS e o Plano Setorial do Bairro que serão abordados no próximo capítulo.

Segundo Soja (1993), essa mesma reestruturação intensifica a competição territorial, levando as cidades a disputarem investimentos, principalmente, os de origem estrangeira. Nessa perspectiva, em 2008, com o objetivo de concentrar as ações estratégicas de *city marketing*, para fazer frente ao competitivo mercado turístico, o Governo do Estado decide fundar a Empresa Potiguar de Promoções Turísticas – EMPROTUR.

Por outro lado, a crise econômica mundial deflagrada nos Estados Unidos, nesse mesmo ano, atingiu, entre outras partes do globo, o continente europeu, onde se concentra o principal público turístico e de investidores internacionais de Natal, contribuindo para manter a queda do fluxo turístico internacional evidenciado desde 2006 (ver gráfico 1).

Quanto aos investidores estrangeiros, as informações referem-se ao Estado do RN, mas, serve de parâmetro para uma avaliação do quadro do município. De acordo com dados levantados pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE (2009), os investimentos estrangeiros de pessoas físicas no Estado em 2007, registraram um volume de capital de US\$ 26,9 milhões, ocupando a 1º posição entre os estados brasileiros. Em 2008, este havia recebido US\$ 14,9 milhões, caindo para 4º posição no *ranking* e, em 2009, até setembro, contabilizava US\$ 12,4 milhões, ocupando a 3º posição, abaixo do Ceará e da Bahia (SEDEC, 2009).

Em face ao exposto, verifica-se uma dependência externa exacerbada da economia do setor no estado e no município, evidenciada pelo desempenho das economias dos países europeus e do crescimento da renda de seus habitantes, notadamente, Portugal, Espanha, Itália

e parte dos países nórdicos, pela taxa de câmbio e pelo fluxo de turistas desses países, não obstante, influenciado pelos dois fatores anteriores.

### **2.3 Ponta Negra: de Vila de pescadores à destino turístico internacional**

“Ponta Negra é uma ilha cercada de donos por todos os lados.” (PRAZERES<sup>29</sup>, RN ECONÔMICO, 8/1988, p. 43).

Os primeiros registros sobre Ponta Negra aparecem nos relatos sobre a conquista de Natal pelos holandeses, que lá desembarcaram em 8 de dezembro de 1633 (CASCUDO, 1980).

No século XIX, com a eminência de uma invasão de Napoleão Bonaparte, o governador do Rio Grande do Norte, Paulo Cavalcanti de Albuquerque, autoriza a construção, em 1809, de um Fortim na enseada de Ponta Negra, abandonado em 1831 (SOUZA, 2008).

O berço da história do bairro é, sem dúvida, a antiga Vila de pescadores, localizada no entorno do Morro do “Estrondo”, atual Morro do Careca. “A história de Ponta Negra é marcada por posses e roubos de terras” (RN ECONÔMICO, 8/1988, p. 43) e o local é “[...] palco de discórdias desde quase sua fundação. O motivo das disputas, mesmo naquela época, já era o uso do solo” (RN ECONÔMICO, 3/1985, p. 10).

Segundo Souza (2008), em 18 de dezembro de 1847, o Governador da Província do RN, João Carlos Wanderley, publicou a lei nº 163, desapropriando o terreno onde fica a Vila e reconhecendo-o como de utilidade pública. O autor explica que, por razões desconhecidas, José Joaquim da Cunha, presidente da Província do RN, editou a resolução nº 251, de 24 de março de 1856, tornando sem efeito a lei anterior. Porém, no mesmo ano, em 4 de setembro, o Presidente da Província, Bernardo Passos, publicou a Resolução nº 339, reconhecendo a utilidade pública das terras da Vila, promulgada pela lei anterior nº 163 (SOUZA, 2008).

Segundo Souza (2008), pesquisas realizadas entre 1980-1982 revelaram que nessas terras há famílias originárias de São José de Mipibu, Bonfim, Pirangi e Nísia Floresta que vieram fugidos da seca ocorrida no Estado entre 1877 e 1879. Elas viviam da pesca e da

---

<sup>29</sup> Zélia Prazeres: nasceu e se criou na Vila de Ponta Negra. Foi uma liderança e administradora do bairro, na época em que existia a administração de bairro na Prefeitura de Natal. Hoje se encontra impossibilitada de falar devido a ter sofrido três acidentes vascular cerebral.

agricultura comunitária praticada numa área de 550 hectares, no entorno da Vila. A região da Vila corresponde a essa área onde se plantava, situando-se entre o rio Jiqui e as terras, onde hoje se localiza a Barreira do Inferno, mais precisamente, até seu portão principal (SOUZA, 2008). A Vila foi, provavelmente, fundada em 1885 (RN ECONÔMICO, 3/1985).

“Logo no início, a Vila se caracterizou por estabelecer um sistema de produção diferente dos demais lugares do Estado” (RN ECONÔMICO, 3/1985, p. 13). O espírito comunitário era perceptível, na forma em que as famílias se organizavam, porquanto ninguém era dono das terras, porque cada uma das famílias possuía seu espaço para morar e ter sua roça, mantendo áreas comuns que serviam, entre outras coisas, para pastagens do gado, deslocamento e extração de matérias-primas utilizadas na confecção de utensílios de pesca e de agricultura (MV4, 2009).

Até a década de 1920, Ponta Negra, com aproximadamente 500 habitantes, estava isolada do centro de Natal por falta de estradas, tornando árdua a caminhada dos moradores “à cidade”, como se referem os mais antigos, para vender seus produtos (carvão, polvo, aratu, garaúna, bodião, mangaba etc.). Muitos saíam de madrugada para chegar com o amanhecer em Natal (RN ECONÔMICO, 8/1988; SOUZA, 2008; MV1, 2009).

De acordo com Souza (2008), em 1923, o presidente da Intendência Municipal de Natal, Joaquim Ignácio Torres, abriu a primeira estrada de barro batido com 12 km de extensão, para adaptá-la à passagem de carros, a qual foi, em 1936, reaberta pelo então Prefeito Gentil Ferreira de Souza.

No período da 2ª Guerra Mundial, Dona Bispa, a moradora mais antiga do bairro, na época não esqueceu o desembarque militar do exército em Ponta Negra, admirando-se com a quantidade de soldados que avistou da sua casa, ainda à beira mar. Segundo ela, eram tempos de guerra e seca (RN ECONÔMICO, 8/1988).

Durante os anos de 1940, os americanos praticavam o nado em Ponta Negra (CASCUDO, 1980) e na década de 1950, o lugar é tomado como praia de veraneio pela elite natalense que iniciou a construção de suas segundas residências (SOUZA, 2008). Provavelmente, o interesse pela praia pode ter sido estimulado pelos americanos que já freqüentavam a praia e ditavam moda e costumes naquela época.

As relações de produção existentes na Vila, baseadas em valores coletivos, pareciam incompatíveis com o sistema de produção econômico nacional e seus valores individualistas, de modo que “essa mesma relação comunitária prejudicou a legalização das terras e permitiu os vários casos de grilagem, que ainda hoje, são relatados pelos moradores.” (RN ECONÔMICO, 3/1985, p. 13).

Considerando-se que a utilidade pública das terras da Vila promulgada pela lei nº 163, foi reconhecida pela Resolução nº 339 (SOUZA, 2008), as terras ocupadas pela comunidade se encontravam em poder do Estado aparentemente protegidas e garantidas à comunidade.

Contudo, nos anos de 1950, “o empresário Fernando Pedroza – Proprietário da atual F. G. Pedrosa Imobiliária – veio até Ponta Negra e chamou o pessoal mais antigo para provar que os terrenos não eram deles”, recorda um morador (RN ECONÔMICO, 8/1988, p. 42). Embora se dissesse proprietário legítimo das terras, “ele pediu o testemunho de cada um dos moradores, gente pobre que obedecia – oferecendo trabalho em troca. Hoje, todos moram nas terras dele.” (RN ECONÔMICO, 8/1988, p. 42). Os moradores relatam que antes de perderem as terras lutaram como podiam:

[...] Nós juntamo um bucado de mulher, fomo quebrar as coisa que ele botava (uma grita de fora, o marco), o marco que é... a gente quebrava. Eu era a mais danada, a pior que tem era eu... levava cada uma foice quando chegava metia a foice quebrando aquele marco e tinha vez que ele (Fernando Pedrosa) chegava até com polícia, mas ninguém se bulia com policia não.... a gente arrancava mermo (MV2, 2009)

Sáímos uma mutidão de homi pro mato, ai nós cerquemos ele, aquele bando de gente que nós fumo com ele..... levei a vara pra ele e quatro capangas... ai ele dizendo porque nós não fazia um acordo.... ai nós dissemos Dr. ninguém pode fazer acordo porque naquela época isso aqui era da gente e a gente é, fui nós quem morremo aqui, nós trabaia nela, como é que depois.... se o Sr. tumar essas terras que faz pra nós trabaia..... (ele disse) pois é.... eu dou uma parte pra vocês trabairem e fico com outras, ai dou o documento pra vocês, ai a gente disse não senhor ou tudo ou nada ... ele ficou com tudo e não deu nada pra gente (MV3, 2009).

Segundo os nativos havia capatazes montados a cavalo vigiando as terras. Um deles era chamado de Pedro Potengi, bastante lembrado, porque era considerado um terror. Os moradores antigos acrescentaram, ainda, que quando eles se encontravam com “os homens de cá”, os pescadores, havia briga “muito feia” (MV3, 2009).

As famílias ao tentar resistir à expropriação de suas terras, ultrapassavam a cerca em busca de lenha para fazer carvão e bati, um fruto utilizado para fazer azeite de modo artesanal como era de costume (MV4, 2009). O líder da comunidade na época, o pescador Manuel do Catetê, sugeriu que sofreu uma espécie de pressão psicológica, ao relatar que:

Havia perseguição nas terras a donde pertencia os limites das terras que seu Fernando Pedrosa queria tumar por meio de picos (*piquet*) que ele abria. Meu primo

era secretário de segurança, ele levava o conhecimento pra ele (F. G. Pedroza), ele mandava me buscar (dizia) eu era processado e assinei num papel o resto da terra todinho e passei pra Fernando Pedroza. (O ROÇADO, [1998?]).

Ocorre que:

[...] em 1956, Fernando Pedroza, filho de Fabrício Pedroza, proprietário nas redondezas, decidiu-se por expropriar e legalizar as terras dos moradores de Ponta Negra. Para consolidar a posse, Fernando Pedroza prevaleceu-se de ser irmão do governador da época, Sílvio Pedroza, o que facilitou as exigências legais feitas por cartórios de Natal (RN ECONÔMICO, 3/1985, p. 13).

No intuito de remediar a situação e evitar escândalos, Fernando Pedroza doou ao Clero de Natal, na pessoa do Arcebispo Dom Eugênio de Araújo Sales, a parte onde se localizavam, inicialmente, a maioria das casas das famílias e sua extensão até as encostas do Morro do “Estrondo” (RN ECONÔMICO, 3/1985).

A situação da comunidade foi agravada com a emergência do regime militar em 1964. Na época, a *National Aeronautics and Space Administration* – NASA, já estava financiando o projeto de construção da Barreira do Inferno em Natal (RN ECONÔMICO, 3/1985). Segundo Aluísio Alves, governador do RN na época, ele viajou aos Estados Unidos em 1958 e, em visita a Universidade de *Stanford*, conheceu um brasileiro, capitão Mendonça, do Ministério da Aeronáutica, que lhe informou sobre o projeto de construção da base de foguetes que seria instalada no Cariri, Ceará, com a finalidade de estudar os fenômenos meteorológicos do Nordeste (O ROÇADO<sup>30</sup>, [1998?]).

Conforme o Governador, a construção deveria ser começada de imediato para que os recursos fossem provisionados já no orçamento do ano de 1959 da NASA. Entretanto, o Estado do Ceará não dispunha de verbas para atender as exigências imediatas para instalação da base, em tempo hábil. Nessas circunstâncias, para não perder o que considerava uma grande oportunidade para o Brasil e, particularmente, para Natal, ele afirmou:

---

<sup>30</sup> O vídeo foi gravado por Aires, pessoa que morou na comunidade. Segundo informou Sr. Onofre, Presidente da Associação da Vila de Ponta Negra, ele gostava de gravar depoimentos a respeito da história da Vila de Ponta Negra.

Verifiquei a **área que eles já tinham examinado**, que era de propriedade de Fernando Pedroza, falei com ele por telefone, com Fernando Pedroza e ele se dispôs a ceder à área, e por acaso o que ia ser do Ceará **e por decisão minha imediata, vencendo todas as dificuldades burocráticas, a barreira, a base de foguete barreira do inferno veio para nós** (O ROÇADO, [1998?], grifo nosso).

Segundo afirmou Fernando Pedrosa em entrevista, ele foi procurado e recebeu a proposta de Cr\$ 400 milhões por dois terços da área, decidindo-se por doar 9,8 mil quilômetros de terras ao Ministério da Aeronáutica (RN ECONÔMICO, 3/1985). O destino das várias famílias, que sobreviviam daquelas terras, não foi mencionado pelo empresário e nem pelo Governador da época, que preferiu direcionar seu poder e autoridade para viabilizar interesses internacionais.

Em face ao exposto, é possível fazer algumas ponderações. Ficou mais fácil silenciar a insatisfação da população e mais difícil questionar o roubo institucionalizado das terras de Ponta Negra, à medida que novos atores, em posições de poder, se envolviam na situação. É como se “todos” tivessem recebido uma parte das terras de forma que ninguém precisasse questionar os trâmites de legalização das terras que definiram o seu novo proprietário.

Inicialmente, são os interesses imobiliários que reivindicam as terras locais, uma vez que F. G. Pedrosa era proprietário de uma imobiliária que leva seu nome (fundada em 08.12.1942), cujos interesses lograram êxito a partir de sua influência familiar junto ao Estado. Para remediar a situação, parte das terras foi doada para o Clero, que se encarrega de apaziguar os ânimos dos antigos donos, tomados, historicamente, pela ideologia da fé católica. Num ato de bravura e “Amor a Pátria”, o mais novo proprietário presenteia o Ministério da Aeronáutica lhe entregando a sua parte (Barreira do Inferno). Esse pacto parece revelar três forças uníssonas em prol deste feito: Estado, Mercado e Igreja Católica.

Todavia, a construção da Barreira do Inferno teve início apenas em 05 de outubro de 1964 e, antes disso, a Aeronáutica delimitou a área que passou a lhe pertencer – que ia do Morro do Estrondo, até Pium, sendo a primeira a espremer a comunidade e aumentar seus transtornos (RN ECONÔMICO, 8/1988).

Esse processo foi árduo. Parafraseando os depoimentos, identificou-se que os moradores tiveram seus terrenos cortados ao meio e deixaram para traz plantações por colher e até alguns gados ficaram para os coronéis no outro lado da cerca, sem falar das suas lembranças, suas histórias, o significado simbólico de suas terras (RN ECONÔMICO, 8/1988; MV1,2,3, 4, 2009). “A comunidade não teve qualquer lucro com isso. Apenas uma pessoa da

Vila foi aproveitada para trabalhar na Base”, queixa-se Zélia Prazeres, administradora de Ponta Negra na época desse relato (RN ECONÔMICO, 8/1988, p. 43).

Sem terras para plantar, a Associação de Moradores da Vila de Ponta Negra decidiu solicitar um pedaço de terra à Barreira do Inferno, mas não teve sucesso. Em situação difícil, muitos venderam suas pequenas ramadas<sup>31</sup> na praia, alguns começaram a alugar suas casas para veranistas, outros a montar barracas na praia, visando os turistas que já começavam a aparecer naquela época.

Em 1972 já era possível observar sinais de mendicância pelas ruas de Ponta Negra quando a praia começa a transformar-se em local turístico (RN ECONÔMICO, 8/1988). Portanto, a pobreza e a informalidade foram deflagradas em Ponta Negra, especificamente, no espaço que lhe deu origem – a Vila, antes da chegada da atividade econômica do turismo.

Aos poucos o conteúdo social e econômico de Ponta Negra vai se transformando e adquirindo novos contornos urbanos. Em 1975, o empresário Osmundo Faria, proprietário de terras no bairro, vendeu uma área de 130 hectares, no valor de Cr\$ 10 milhões de cruzeiros ao INOCOOP-RN, através do Sistema Financeiro de Habitação – SFH, coordenado pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) e financiado pelo BANORTE Crédito Imobiliário (SOUZA, 2008; SEMURB, 2009).

A área foi destinada à construção do conjunto habitacional Ponta Negra que possuía 1.837 casas destinadas à classe média de Natal, que as recebeu em 1978. Em 1979, direcionado para a mesma classe, foi entregue o conjunto Alagamar, com 158 casas, localizado em frente ao conjunto Ponta Negra (NATAL, 2009a).

Esses conjuntos foram resultados do processo de expansão em várias direções da cidade de Natal, que através das políticas públicas de habitação, buscavam suprir a necessidade de moradia das populações de baixo e médio poder aquisitivo da cidade. Entretanto essas políticas habitacionais não chegaram para a comunidade da Vila de Ponta Negra, que deram origem ao lugar.

O marco da estruturação do espaço urbano de Ponta Negra para o turismo é o projeto Parque das Dunas/Via Costeira, finalizado em 1983. Cabe ressaltar que segundo Zélia Prazeres a situação da população se agravou ainda mais quando, em 11 de outubro de 1985, o governo estadual promulgou a lei nº 5.398, que concedia a escritura de posse da terra aos moradores, mediante a condição de que nenhum terreno fosse vendido até 1990, embora as pessoas residissem no local há dezenas de anos (RN ECONÔMICO, 8/1988).

---

<sup>31</sup> São pequenas barracas de palha construídas pelos pescadores para guardar seu material de pesca e tratar o pescado.

Afirma-se que, até hoje, quando se quer vender uma casa, é preciso ir até a Arquidiocese de Natal, localizada na Cidade Alta, para solicitar uma autorização de venda do imóvel (MV1; MV2; MV3; MV4, 2009). Muitos nativos ainda convivem com a idéia de que a qualquer momento sua casa pode ser tomada (MV2; MV4, 2009). Um morador da Vila há 47 anos desabafa: “[...] a terra em que me criei, hoje em dia não é minha [...].” (RN ECONÔMICO, 8/1988, p. 43).

O ritmo de crescimento de Natal levou o prefeito Aldo da Fonseca Tinoco a criar vários bairros na cidade, através da Lei nº 4.328, de 05 de abril de 1993, entre eles, Ponta Negra (NATAL, 2009a).

O bairro está localizado na região sul da cidade e corresponde a uma área total de 707,16 ha. Limita-se ao Sul, com o Município de Parnamirim, ao Norte, com o bairro de Capim Macio e o Parque das Dunas, a leste, com o Oceano Atlântico e a Oeste, com o bairro de Neópolis e o Município de Parnamirim (mapa 02) (NATAL, 2009b).

O processo de transformação da Vila de pescadores de Ponta Negra em destino turístico internacional torna-se mais evidente a partir da reurbanização da orla de Ponta Negra no final da década de 1990 e alcança seu apogeu, na primeira metade da década de 2000, conforme detalhado anteriormente.



Fonte: NATAL (2009b)

**Mapa 02: Mapa da cidade de Natal, seus bairros e o bairro de Ponta Negra (em vermelho).**

### 3 A “ARTICULAÇÃO” DOS ATORES NO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO TURÍSTICA: A DISPUTA PELO ESPAÇO

Conforme Gottdiener (1993) são vários os atores que produzem o espaço, existindo aqueles que pertencem ao setor imobiliário, ao capital financeiro e ao corporativo, políticos corruptos, grupos locais de ativistas, banqueiros, comerciantes, partidos políticos, que buscam suporte financeiro, proprietários de casa própria etc., cujas relações abrigam interesses e conflitos que estimulam entre eles associações em prol de seus objetivos, com articulações que podem suplantar as divisões de classe e os limites entre o público e o privado.

O entrelaçamento de atores no espaço se assemelha à complexa mistura entre capital mercantil, financeiro e imobiliário. Segundo Harvey (1992), os processos de desregulamentação e inovação financeira, respaldados pelas comunicações instantâneas que propiciaram a formação de um sistema financeiro global de alta complexidade, flexibilizaram as fronteiras entre as atividades em favor do lucro, de modo que bancos, seguradoras e fundos de pensões reúnem quantias volumosas que se transformam nesses capitais, denominados de “emprendimentismo com papéis”, tornando-os difíceis de serem discernidos ou identificados, onde começa cada um dos interesses na produção do espaço e quais suas origens.

Portanto, abarcar todos os atores e suas formas de articulação significa, simplesmente, apreender a realidade, algo inexequível que dispensa qualquer justificativa.

Em seguida, são identificados os atores centrais partícipes do processo de urbanização de Ponta Negra detectados pela pesquisa (quadro 6):

|                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>GOVERNO FEDERAL</b>                                                                                                                                                                                                                                                   |
| Secretaria do Patrimônio Público da União do Rio Grande do Norte – SPU-RN<br>Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN                                                                                                                                          |
| <b>GOVERNO DO ESTADO</b>                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Secretaria Estadual de Turismo – SETUR<br>Empresa Potiguar de Promoções Turísticas – EMPROTUR<br>Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Rio Grande do Norte – IDEMA/RN<br>Ministério Público do Estado do RN – 45ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente |
| <b>GOVERNO MUNICIPAL</b>                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de Natal – SEMURB<br>Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico – SETURDE                                                                                                                             |

|                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Conselho Comunitário de Ponta Negra – CCPN<br>Associação dos Moradores da Vila de Ponta Negra – AMVPN<br>Associação dos Moradores dos Parques Residenciais Ponta Negra e Alagamar – AMPA<br>Associação dos Barraqueiros de Ponta Negra – ABPN<br>Associação do Moradores, Empresários e Amigos da Praia de Ponta Negra – AME Ponta Negra<br>Botafogo Futebol Clube da Vila de Ponta Negra – BFC |
| <b>MOVIMENTOS SOCIAIS DO BAIRRO</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
| Movimento SOS Ponta Negra<br>Movimento Filhos de Ponta                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| <b>ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS E ENTIDADES REPRESENTATIVAS</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
| Associação Potiguar Amigos da Natureza – ASPOAN                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <b>MERCADO IMOBILIÁRIO</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
| Sindicato da Indústria da Construção Civil do Rio Grande do Norte – SINDUSCON/RN<br>Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Rio Grande do Norte – CRECI/RN<br>ECM Imóveis<br>Iglesias Imóveis <sup>1</sup>                                                                                                                                                                                |
| <b>TRADE TURÍSTICO</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
| Associação Brasileira da Indústria de hotéis do Rio Grande do Norte – ABIH/RN                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |

Fonte: Elaborado pela autora (2010)

<sup>1</sup> O proprietário da Iglesias Imóveis é também Presidente da ASPOAN.

#### **Quadro 6: Relação dos “atores coletivos centrais” do processo de urbanização de Ponta Negra – Natal/RN.**

Relacionados os atores, serão mapeadas, essencialmente, suas principais ações, os meios e as razões pelas quais eles se integraram em três processos sociais específicos, a saber, “o caso da retirada das barracas da praia (1999)”, “o caso do campo do botafogo (2003)” e “o caso dos espigões” (2006)”, que moldaram (e continua a moldar) a urbanização do bairro patrocinada pelo turismo.

É interessante observar o reagrupamento dos atores à medida que eles se articulam segundo seus interesses e afinidades de posições para determinar a urbanização, suplantando de fato, conforme afirmou Gottdiener (1993), os limites de classe e das esferas públicas e privadas.

### 3.1 Orla de Ponta Negra um espaço de interesses antagônicos: revisitando o processo de retirada das barracas da praia

De acordo com a definição de processo social adotada nessa pesquisa, compreende-se que o primeiro grande processo social de proposições e efeitos sócio-espaciais significativos no bairro foi a “retirada das barracas” da praia. Por essa razão, merece uma interpretação, haja vista o potencial elucidativo que sua análise propicia sobre as relações de força que operam na urbanização turística de Ponta Negra.

A retirada das barracas foi uma bandeira levantada, principalmente, pela Associação dos Moradores da Praia de Ponta Negra, atual Associação dos Moradores, Empresários e Amigos da Praia de Ponta Negra – AME Ponta Negra, entidade fundada em 1989 por antigos veranistas e alguns “chegantes” visionários, leia-se os proprietários das casas e terrenos da Ponta Negra “Praia”, área que corresponde à Zona Especial Turística 1 – ZET-1, conforme demonstrado a seguir (mapa 03):



Fonte: Natal (2009b).

**Mapa 03: Demarcação da Zona Especial Turística – ZET-1 em Ponta Negra.**

De acordo com o relato do seu Presidente<sup>32</sup>, entre 1989 e 1991, a entidade entrou com um Processo Administrativo<sup>33</sup> junto ao Ministério Público, alegando as seguintes razões:

Em primeiro lugar, as barracas devem ser retiradas porque elas se encontram numa área considerada ilegal que **é o chamado terreno de marinha**. Naquela área não pode ser edificado nada, barracas, casas, seja o que for, pois, **a União** não permite, certo? Nem dá licença para que ali venha a ser construído nada, certo? [...] Em segundo [...], **é o dano causado ao meio ambiente**, [...] à zona de praia, que é aquele limite que vai ali da mureta até a água do mar, ali está altamente contaminado pelos dejetos de alimentos e fossas irregulares que já existe, ali, naquela área [...] (GRANDES TEMAS, 1997, grifo nosso).

Conforme mencionado, por intermédio do Ministério Público a Associação conseguiu que o Patrimônio da União ajuizasse uma ação civil pública de nº 91.4856-9 na Justiça Federal do RN, em 1991, requerendo a retirada definitiva das barracas. Essa recomendação do Ministério Público foi acatada porque segundo relatou o Secretário Geral do Patrimônio da União: “[...] elas estão (estavam) colocadas **na área de uso comum do povo** que é a praia e a praia **é insusceptível de ocupação privada pra quem quer que seja [...]**”. (GRANDES TEMAS, 1997, grifo nosso).

Conforme afirmou Harvey (1992), é importante compreender como os discursos relativos ao processo de produção do espaço são engendrados e trabalhados na ação social. Assim, é importante perceber que, embora a associação centre-se no interesse público e na proteção ambiental, o relato, a seguir, sugere que os associados almejavam uma ação de valorização fundiária que repercutisse na demanda de empreendimentos para o local, tentando formar um cenário que, segundo Lojkin (1979), seria perfeito para produção de rendas fundiárias, porquanto, com o aumento do número de empreendedores, elevar-se-ia, também, a capacidade do dono da propriedade de impor seu preço ao valer-se da necessidade do capitalista de transpor a barreira da propriedade privada para fazer circular o capital:

[...] existem várias residências à venda em Ponta Negra, justamente, por causa da **desvalorização em consequência da favelização da praia, que foi causada pela alta densidade de barracas**. Então, o que nós moradores gostaríamos, era que a maioria dos moradores (de Natal e pessoas em geral) que vai à Ponta Negra procurasse fazer **pousadas, hotéis, esses tipos de empreendimento** (GRANDES TEMAS, 1997, grifo nosso).

<sup>32</sup> Vinicius Gurgel.

<sup>33</sup> Não foi possível precisar a data desse Processo.

Essa Associação, por sua vez, obteve apoio da Associação Potiguar Amigos da Natureza – ASPOAN. Tal entidade entrou em cena desde a época dos movimentos em prol do melhor uso e ocupação do espaço da Via Costeira (ver capítulo 2). É essencial ressaltar que seu fundador e presidente é proprietário de uma das primeiras imobiliárias localizada no bairro de Ponta Negra. Quando indagado sobre o encaminhamento dessas duas atividades, a defesa do meio ambiente e o mercado imobiliário, ele relatou: “[...] eu tenho interesse nos dois sentidos, **comercial** e como **cidadão**, to claro nisso, defendo os meus interesses, ta? [...] tanto do ponto de vista **individual**, como **coletivo** [...]” (OB2, 2009, grifo nosso).

O relato, a seguir, demonstra que a entidade é bastante atuante no bairro e conta, principalmente, com a imprensa e o Ministério Público como aliados para viabilizar suas demandas:

[...] a população começa a fazer pressão através de **carta de solicitações**, começa a fazer, também, **manifestações** pra chamar atenção da **imprensa**. **A imprensa é uma grande aliada para essas questões, certo?** E aí o **Ministério Público vai agir**, solicitar que seja cumprido os parâmetros legais, né? [...] Nossas lutas, que nós tivemos aqui, pelo menos das que eu participei, **muitos ganhos foram, extremamente, demorados, a retirada das barracas, fechar o Morro do Careca pra recuperar (vegetação), é, é, é, a questão da drenagem de Ponta Negra** [...] (OB2, 2009, grifo nosso)

Do lado oposto a essas duas entidades, estavam os barraqueiros, organizados através da Associação dos Barraqueiros da Praia de Ponta Negra. Cabe observar, que durante quase nove anos em que perdurou o processo judicial de retirada das barracas, as pessoas que presidiram o Conselho Comunitário do Bairro e a Associação da Vila de Ponta Negra, apoiaram, permanentemente, a causa dos barraqueiros. Em defesa da continuação dos mesmos, o Presidente<sup>34</sup> dos Barraqueiros, à época, em que o movimento foi deflagrado, declarou o seguinte:

Desde a instalação **da primeira barraca em 1961**, quando seu Pedro (Vidal), um nativo que ali chegou e **com o apoio dos Alves** instalou sua barraca, eu acho que faz parte do contexto de Ponta Negra, de Natal [...] nós estamos lá pra ganhar nosso pão, dentro do contexto se houve alguma culpa foi devido às autoridades não se aterem a esse problema aí e nós estamos propensos a debater e negociar e ocupar nosso espaço [...] **se tirar aquilo ali como é que nós vamos sobreviver, os barraqueiros, nós dependemos daquele pão é nossa sobrevivência**, deixo claro que **nós não somos contra a urbanização**, mas que tenha um acompanhamento do nosso departamento jurídico [...]. (GRANDES TEMAS, 1997, grifo nosso).

---

<sup>34</sup> Antonio Batista de Souza.

Conforme esse relato, não havia oposição à necessidade manifestada pela Prefeitura de Natal de reurbanizar a Orla de Ponta Negra, mas sim um movimento para assegurar o direito dos barraqueiros de continuarem trabalhando no espaço da Orla, o que não era aceito pelas duas entidades supracitadas. Corroborando com o Presidente da Associação dos Barraqueiros, um dos Presidentes do Conselho Comunitário à época, informou que a readequação das barracas era um fato, amplamente, aceito pelos nativos donos de barracas na praia, pois, segundo ele:

[...] o turismo tava crescendo muito, **então do jeito que tava não dava para continuar, a gente sabia, todos sabiam disso**, com sumidouros na praia, tinha barraca que tinha construído fossa séptica, tinha umas coisas irregulares, realmente, principalmente, em se tratando de meio ambiente, a gente precisava de apoio para melhorar [...] (OB3, 2009, grifo nosso)

A leitura da insatisfação do segmento empresarial, principalmente, dos hoteleiros, com a “intolerável desordem” das barracas à beira mar, consideradas redutoras da imagem positiva da cidade, deve ir além das razões verbalmente manifestadas por seus interlocutores. Sutilmente disfarçadas e muito bem fundamentas em argumentos inquestionáveis, como o respeito ao meio ambiente e o direito difuso, elas escondem, na verdade, uma espécie de “estilismo” que vem reestruturando as características do cenário urbano de Natal, configurando-se no que Jameson (2000) chama de dominante cultural que finda por determinar princípios, valores, significados e modelos a serem seguidos no planejamento e na gestão territorial e urbana, porque na verdade está efetivada na própria gestão pública.

É nesse sentido, que Zukin (1995 apud ARANTES, 2000) afirma que as estratégias de redensenvolvimento urbano, nos dias atuais, não se valem mais apenas de fatores já conhecidos de trocas desiguais, como terra, capital e trabalho. Trata-se de um *upgrading* cultural no local, que resulta dos interesses de grupos dominantes, particularmente construídos, que têm o poder de classificar as práticas culturais sob condições que colocam seus próprios gostos em primeiro plano, em termos de sua própria repugnância ao gosto dos nativos. Assim, é necessário atentar para o significado de palavras como qualidade, padrão, ordem, desordem, defendidos por determinados grupos, porque eles estão, ideologicamente, carregados desta cultura dominante, subjacente em muitos discursos como estes a seguir:

[...] o que que adianta manter o emprego se você destrói aquilo que gera o ganha pão? Sabe? É só emprego e você vai viver na merda, desculpe usar isso, **mas praia gera emprego, mas o que que adianta**, por exemplo, **o tipo de ocupação** (referindo-se as barracas) se a praia está em decadência, se os turistas vão deixar de vir aqui? Esse argumento servia na década de 50, década de 60, década de 70, sabe? Que o Delfim Neto fazia, não [...] **Venham trazer sua poluição pro país**, fez uma publicidade, mas o que que adianta você fazer, se você não mantém **um padrão na praia** que garanta **uma qualidade** para atrair o turista [...] (OB2, 2009, grifo nosso).

Eu defendo que fossem tiradas as barracas sim. **Eu acho que praia é... É pra você ter espaço, pra se divertir, pra brincar, pra correr, né?** E, e as barracas, elas têm **ocupado um espaço muito grande**, o pessoal tem utilizado, inclusive, alimentação, feito alimentação nas barracas, **tem trazido problema de esgoto na praia, de mau cheiro, de falta de saneamento [...]** **Uma maior atenção sanitária, que falta aos barraqueiros, uma maior consciência, né?** [...] (OM3, 2009, grifo nosso);

Primeiro a **prefeitura tinha que retirar as barracas porque ela tava em lugar proibido**, quer dizer elas foram feitas em área que a união, **a união já tinha entrado com uma ação contra a Prefeitura para retirada das barracas, né?** Então tinha que ser retirada, **aquilo era um lugar de uso público [...]** **tinha um visual feio, do ponto de vista da saúde pública é uma ameaça, né? Porque não tinha uma [...]** **o pessoal lavava [...]** **pegava uma bacia lavava os pratos naquela mesma água, não é?** [...] (OM1<sup>35</sup>, 2009, grifo nosso).

Considerando os dois últimos relatos acima, de representantes do poder público, é possível observar que quando se trata de barraqueiros, a praia transforma-se, rapidamente, em sinônimo de interesse difuso, respeito ao meio ambiente e saúde pública. Ainda que logo ao lado, na Via Costeira, ela perca toda essa conotação, local onde é possível encontrar, entre outras coisas: a privatização da paisagem; a concessão de terreno de marinha à empresários; a ocupação indevida da faixa de uso comum do povo; infrações ao meio ambiente que vão desde a implantação do projeto, até o uso da faixa de areia sem infra-estrutura sanitária adequada e solicitada, posteriormente, ao Estado, pelos hoteleiros. Além dos aspectos enunciados, precedentemente, saliente-se as vendas de terrenos públicos para terceiros por quantias milionárias que tornam os valores obtidos com a venda das barracas uma bagatela, para não citar-se a isenção de imposto, o apoio institucional técnico, financeiro e gerencial, disponibilizados aos grandes empresários (CAVALCANTI, 1993; CRUZ, 1995; LOPES JR. 1997; CRUZ, 2002; GRANDES TEMAS, 1999).

As expectativas de requalificação estética da orla de Ponta Negra, com a retirada das barracas, aceleraram a especulação imobiliária, porque, conforme observou Jameson (2000), ela tem uma relação imediata com a valorização dos terrenos, que vinham agregando valor desde a instalação dos conjuntos habitacionais (Ponta Negra e Alagamar) e, posteriormente, com a implantação da Via Costeira. Ademais, não é difícil perceber-se que os incorporadores

<sup>35</sup> Diretor do PRODETUR I na época.

imobiliários influentes de Natal já organizavam suas estratégias de acumulação em direção ao espaço de Ponta Negra. Afinal, segundo Harvey (1980), a influência política de segmentos específicos na localização dos benefícios infra-estruturais não pode ser descartada.

Contudo, o marco dessa valorização fundiária é, realmente, a aprovação do Projeto de Urbanização da Orla de Ponta Negra, eleito em certame nacional realizado em 1995. Portanto, o que antes eram apenas especulações ou conhecimento de alguns, confirmaram-se, publicamente, intensificando a valorização do produto terra através da infra-estrutura urbana, que seria em breve propiciada pelo Estado, isso facultando novas vantagens locacionais que permitiriam aos proprietários de imóveis e incorporadores imobiliários, aumentar a rentabilidade das rendas fundiárias (SPOSITO, 2001; CUNHA; SMOLKA, 1980; SIMONETTI, 1988).

Em suma, a proposta incorporava elementos condizentes com o sentido de lugar, buscando a qualificação dos diversos territórios constituídos na área de intervenção. Em outras palavras, ações prévias que recuperavam ou reforçavam a identidade dos diferentes espaços, sugerindo, ainda, alguns elementos que configurasse uma identidade. Pela ordem estabelecida no estudo, a intervenção estava zoneada em três áreas, conforme Memorial Descritivo do Projeto (UFRN, 1995):

a) o trecho que vai do Morro do Careca até a Rua Afonso Magalhães, denominado de Cantinho dos Pescadores, que buscava resgatar o espaço como lugar de trabalho e de convívio;

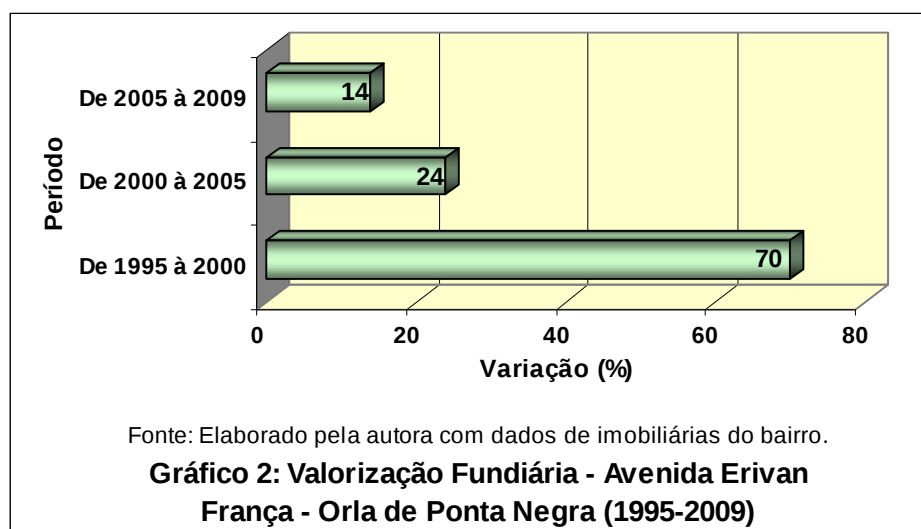
b) o trecho formado pela Avenida Erivan França, no binário da descida e subida da praia, chamado de o Largo da Chegada, propunha a presença de quiosques, associado à otimização do entorno dos bares e restaurantes existentes nesse trecho, de modo a gerar um serviço diferenciado em relação àqueles que eram oferecidos pelas barracas;

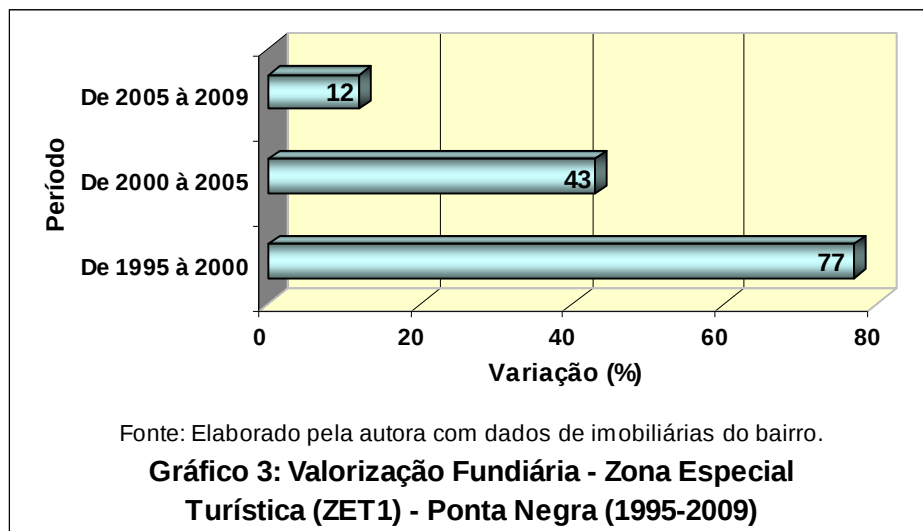
c) o trecho que vai da rua da subida do binário até a Rua das Alagoas, denominado de o Calçadão das Barracas, demonstrou o reconhecimento da equipe, no que tange à necessidade social da continuação dos barraqueiros na praia em novas condições de trabalho, além dos aspectos culturais, considerados relativos ao hábito dos natalenses de freqüentar as barracas à beira mar. O calçadão das barracas possuía dois marcos referenciais: o Largo dos Surfistas (na altura da Rua Halley Mestrin); Largo da Concha (a área de erosão onde atualmente localiza-se o Hotel Esmeralda) e Belvedere da Via Costeira (nas imediações do Mar Hotel).

A proposta em pauta pressupunha determinadas atitudes do Estado, particularmente, do poder público municipal, diante de algumas contradições presentes na gestão do espaço. Primeiro, ao propor as barracas, a equipe ponderou sobre a determinação da lei quanto ao uso e ocupação da faixa de praia que observa a impossibilidade de construções nessa área, visto que o uso irregular da faixa de praia não se restringia ao universo das barracas, sendo invadido por casas, hotéis, pousadas, etc. Portanto, seria passível de abertura para os barraqueiros, sobretudo, diante do impacto social decorrente da sua retirada e do hábito cultural dos natalenses de freqüentá-las, pois, caso contrário, deveria haver à recuperação de todos os terrenos apropriados indevidamente.

Além disso, o projeto propunha o redesenho de algumas vias para recuperação de acesso dos pedestres à praia, considerando a reapropriação de algumas áreas públicas pelo Estado, apropriadas por particulares a partir de construções leves, como muros. E, por fim, tinha como proposta a circulação e estacionamento de veículos em vias adjacentes à circulação da faixa à beira mar, para conservar a paisagem natural e um padrão de urbanização diferenciado das demais orlas do país, onde a faixa de veículos é predominante, além de estacionamentos no passeio da Avenida Engenheiro Roberto Freire (*Área Non Aedificandi*) e no Largo da Concha.

Não por acaso, em relação aos últimos dez anos, o período entre 1995 e 2000, apresentou a fase de maior especulação imobiliária, com a parte da Orla (beira-mar), que compreende, exclusivamente, a Avenida Erivan França, obtendo uma valorização fundiária de 70% (gráfico 2) e o restante da Zona Especial Turística 1 – ZET-1, valorizando 77% (gráfico 3), conforme pode ser observado, respectivamente, a seguir:





Observa-se nos gráficos, que o período de maior valorização fundiária antecede a implantação do projeto de urbanização da orla, porque corresponde, segundo Sposito (2001) e Singer (1979), ao momento em que ocorre o jogo da valorização da terra em torno dos serviços urbanos que serão disponibilizados no local. Observa-se que a bolha de especulação criada começa a se desfazer, a partir de 2000, após a realização do serviço previsto, o que significa um ajuste de preços para se adequar, conforme Singer (1979), ao que a demanda potencial, realmente, pode pagar pelo solo urbano.

A confirmação do projeto de urbanização além de onerar o custo da terra, com a perspectiva de reconfiguração das vantagens locacionais no bairro, acirrou os conflitos tanto em termos de atores, quanto de usos diferenciados do solo urbano, conforme observou Simonetti (1988) em outras pesquisas, visto que Ponta Negra tornava-se, cada vez mais, procurada por turistas e investidores.

À medida que os empreendedores foram se instalando naquela região, ao longo da década de 1990, particularmente, na Avenida Erivan França, aumentou o interesse em dominar o espaço mais privilegiado do bairro – a orla.

De acordo com um jornalista do Diário de Natal, que vinha investigando o assunto a cerca de dez anos, não havia pretensão por parte dos empresários de abrir mão da vista do mar, naquele momento obliterada pelas barracas e nem muito menos de dividir os turistas com os barraqueiros (GRANDES TEMAS, 1999). A prova disso veio logo em seguida com a retirada das barracas, conforme reportagem da TV Universitária (GRANDES TEMAS, 1999) e o relato do Presidente da Associação dos Moradores da Vila de Ponta Negra:

Aos poucos **mesas e cadeiras tão conhecidas dos frequentadores da praia já estão de volta ao cenário atual** [...] sem autorização legal da prefeitura os donos de restaurantes agem de acordo com um único critério: *"até então na praia o turista ta solicitando mesas, cadeiras praaaa deitar, né? Relaxar, a gente tem que atender bem o turista. Se o turista solicita, eu acho que ele merece um atendimento a caráter, então ele chega aqui procura uma cadeira vai ficar na areia, ele tem que ter uma opção, né?"* (**proprietário de restaurante**) (GRANDES TEMAS, 1999, grifo nosso).

[...] existe uma ambição entre os grandes comerciantes de restaurantes com os quiosqueiros e com o pessoal ambulante. Porque eles no projeto era pra vender só água de coco nos quiosque, era pra vender revista, salgadim, esse tipo de coisa que era pra ser vendido nos quiosque, **e o pessoal dos restaurante começaram botar as barracas, mesas pra frente, então eles quem tavam vendendo. Então foi uma questão mais assim de, de, de uma briga pra tirar quem estava os primeiros nativo que eram os barraqueiro, fizeram tudo, tiraro os barraqueiros** [...] (OB7, 2009, grifo nosso).

Os empreendedores “chegantes” não ocuparam, apenas, os espaços ditos “legais”, mas infiltraram-se entre os nativos através da venda das barracas e se estabeleceram, comercialmente, nas areias da praia. Ressalte-se que os barraqueiros passaram a vender suas barracas em face ao perfil do novo público que vinha impondo novas exigências para as quais muitos não estavam preparados (LOPES Jr., 1997). Segundo os relatos a seguir do Presidente do Conselho Comunitário à época e do advogado<sup>36</sup> dos barraqueiros, esse foi um dos fatores que enfraqueceu os argumentos de permanência embasados, sobretudo, na necessidade de sobrevivência da comunidade local:

[...] dificultou muito o fato das barracas serem exploradas por pessoas de fora, tinha gringo, paulista, francês, alemão, italiano, os barraqueiros teriam tido um sucesso maior se não tivessem negociado as suas barracas porque **foi uma das coisas que os empresários se apegaram, né?** (OB3, 2009, grifo nosso).

[...] **eles próprios perderam o controle** e ai já entrou numa dimensão muito duvidosa porque eu queria manter o nativo [...], mas vieram os adventistas, captaram a praia, ingleses, franceses, sei lá, a praia de Ponta Negra passou a ser uma, uma torre de babel, falava-se todos os idiomas, alemão, português, inglês, italiano, isso também contribuiu para que o juiz na sentença que ele proferiu, optasse pelo critério do nativo [...] eu tive o cuidado de juntar a apelação que eu fiz a relação, então exatamente para privilegiar e fixar o nome das pessoas que devem ser beneficiadas para que não haja na prefeitura ou em qualquer outro lugar mudanças nesses nomes [...] (TV PONTA NEGRA, 1999, grifo nosso).

---

<sup>36</sup> Paulo Lopo Saraiva.

É importante frisar que a intensificação da valorização fundiária deflagrou o processo de gentrificação no bairro, que como afirmou Zukin (1987), não se resumiu à chegada de pessoas abastadas vindas de outras cidades e países à Ponta Negra, mas revelou-se, sobretudo, na imposição de uma cultura alienígena ao local, que se sobrepunha às características nordestinas singulares existentes na praia de Ponta Negra, levando o bairro e, principalmente, a orla, a um processo acelerado de mudanças com reflexos na renovação arquitetônica da paisagem e no aparecimento de novos padrões de consumo, evidenciados pelos tipos de edificações pós-modernas que se proliferaram na orla (figura 2).



Fonte: *Mirador Flat* (2010)

**Figura 2: Vista frontal do Mirador Flat, localizado na orla de Ponta Negra.**

Embora não haja dúvidas de que o imperativo do capitalismo central já estava impondo a Natal condições sócio-espaciais mais propícias para sua acumulação, através dos efeitos da reestruturação produtiva e da proliferação dos serviços, o evento da retirada das barracas explicitou, também, uma ordem próxima, ainda, baseada em uma forte oposição entre classes privilegiadas e populares. Assim, o próprio tipo de segregação sócio-espacial urbana que tomou corpo no bairro à época, expressou-se através da praia, dos conjuntos (Ponta Negra e Alagamar) e da Vila de Ponta Negra (LOJKINE, 1981).

É interessante notar que a AMPA, entidade que atua no espaço onde a classe média é representativa, pouco opinou sobre a retirada das barracas. Percebeu-se que alguns de seus representantes têm opiniões diferentes sobre o feito, mas em nenhum momento foi registrada uma participação efetiva da entidade, seja pela defesa ou retirada dos barraqueiros. Entrevistando-se dois dos presidentes com mandatos mais recentes, nota-se, conforme o relato

a seguir, que ainda hoje a entidade está voltada para as necessidades dos moradores dentro do próprio espaço dos conjuntos, conforme prevê seu regimento, preocupando-se, entre outras questões, com a construção de praças, dos serviços da CAERN, da COSERN, da coleta de lixo e da segurança pública, embora venha sendo, nos últimos anos, impelida a unir forças em outros eventos, visto que o espaço do conjunto não está imune aos processos globais que seguem em direção ao bairro, sobretudo, no que concerne à verticalização:

Quanto a Associação ela limita-se apenas ao conjunto Alagamar e Ponta Negra, fora daqui já fica por parte do Presidente do Conselho Comunitário do bairro de Ponta Negra [...], as pessoas aqui do conjunto são pessoas muito acomodadas, só olham qualquer coisa se atingir dentro do conjunto, por exemplo, o que me perturbaram demais foi à questão da lagoa de captação de água, mas saiu do conjunto, orla e outros pontos, eu não recebo nenhuma reclamação [...] (OB5, 2009).

A mídia desempenhou um papel determinante no processo de retirada das barracas, pois se utilizou daquilo que despertava o interesse público, como por exemplo, um novo visual para a praia, a busca por mais higiene e organização nas barracas, mais espaço para o banhista ou, ainda, daquilo que reflete ostracismo, como maior valorização do cliente estrangeiro, preço alto das mercadorias, ameaça ao meio ambiente, afastando a sociedade de um debate mais acurado sobre a ação. Esse era o discurso hegemônico que perdurou no período, como demonstra Silva & Gomes (2004) no trecho a seguir:

Órgãos federais, Prefeitura, comerciantes, donos de bares, restaurantes, pousadas, hotéis, associação de moradores (da praia), todos tinham seu próprio discurso que convergiam para este ponto: as barracas estavam em locais **proibidos por lei, eram feias, sujas, exploravam os turistas e por isso eram prejudiciais à economia. Em tom de denúncia as matérias na TV** mostravam que, nas barracas, mesas e cadeiras estavam sendo **reservadas para turistas endinheirados**. Faziam severas críticas aos estabelecimentos e afirmavam que **eles já não pertenciam aos natalenses, mas a pessoas que vieram de outros lugares “forasteiros”** (SILVA & GOMES, 2004, p. 63, grifo nosso).

Esses elementos simbólicos, segundo Zukin (1995 apud ARANTES, 2000), abarcam, entre outras coisas, a manipulação das linguagens simbólicas, cuja imagem da cidade e a maneira como ela é operacionalizada determinam o que e quem terá visibilidade na cidade. De acordo com o entrevistado da EMPROTUR que acompanhou o processo, na época lotado

em outro órgão do governo do RN, a mídia desempenhou um papel determinante na retirada das barracas da praia, manipulando a opinião pública de modo a enfraquecer o apoio da sociedade aos barraqueiros (OE3). Nessa mesma direção, um dos barraqueiros revelou que inúmeras entrevistas foram dadas por eles a jornais e TVs da cidade, porém poucas informações eram realmente noticiadas, eram omitidas, principalmente, as reivindicações e reclamações sobre a maneira da prefeitura conduzir o processo de retirada das barracas e, após a retirada das mesmas, poucas notícias sobre as condições de privação dos barraqueiros e seus familiares vieram a público (NB1, 2009).

Do projeto original, apenas, o calçadão foi executado. Maricato (2000) explica que isso tem sido uma prática comum no Brasil pós 1930, quando a burguesia urbana assume o controle do poder político, ganhando força depois do governo militar com os super planos. O que ocorreu em Ponta Negra é o que a autora denomina de cumprimento do papel do plano-discurso, baseado no “direito” à cidade restrita a alguns. Em sua opinião, as recorrentes preocupações técnicas em torno dos assuntos urbanísticos discutidas, minuciosamente, têm ignorado o descompasso entre lei e gestão, preterindo o fato de ser “[...] a lei um instrumento de poder arbitrário.” (MARICATO, 2000, p. 148).

De fato, foi o que ocorreu na implantação do Projeto de Urbanização da Orla de Ponta Negra, em 1999. De acordo com o advogado<sup>37</sup> dos barraqueiros, o Juiz Federal determinou o seguinte:

Está aqui a vitória confirmada pela decisão e pelo tribunal, tá aqui a sentença de Dr. Ivan (Lima de Carvalho) que ele diz: *seja dada a prioridade aos ocupantes das antigas barracas que figuram como réu da mediação e que seja dada primazia aqueles que estão a mais tempo na exploração da atividade*. Esta é a grande vitória, Eu acho que o projeto que deve ser implantado é o projeto que foi aprovado em certame nacional, a Prefeitura na época do prefeito anterior (Aldo Tinoco) fez um certame e o projeto é muito bom, os barraqueiros aprovaram o projeto [...]. As três partes aceitaram (Barraqueiros, Prefeitura e União), a União tomou conhecimento, todos os órgãos tomaram conhecimento. É uma decisão pactuada com anuência da Lei (TV PONTA NEGRA, 1999).

Percebe-se que o principal escudo da prefeitura foi o Patrimônio Público da União. Contradizendo o relato acima do advogado, a representante do IPLANAT<sup>38</sup>, atual SEMURB, quando indagada sobre a edificação das barracas e dos quiosques na praia, isso quatro anos depois da aprovação do projeto e um mês após a retirada das barracas em 1999, respondeu:

---

<sup>37</sup> Dr. Paulo Lopo Saraiva.

<sup>38</sup> Ana Mendonça.

[...] é uma proposta do projeto que foi aprovado, **não se sabe ainda, se as barracas serão executadas conforme o projeto porque nós estamos iniciando, quer dizer agora a discussão com o Patrimônio da União de como elas podem ser instaladas** (GRANDES TEMAS, 1999, grifo nosso).

Considera-se que a perda dos benefícios, que poderiam ter sido gerados para a comunidade local com a implantação do projeto original da Orla, torna-se o aspecto mais importante da análise desse primeiro processo social, por revelar o caráter essencial da intervenção do Estado no processo de inclusão da comunidade local no desenvolvimento da cidade, além de indicar a influência de atores de fora nas ações do Estado.

No que concerne ao Estado, observa-se que, nesse caso, o mesmo pautou-se, reconhecidamente, pela lógica da racionalidade econômica, privilegiando a implantação das condições de reprodução do capital em detrimento da reprodução da força de trabalho. Na percepção de Lojkin (1981, p. 171), isso evidencia o caráter contraditório das condições gerais de produção, nas quais “a necessidade de desenvolver a socialização das forças produtivas materiais e humanas responde a necessidade oposta, que o capitalismo tem de subordinar o crescimento econômico, unicamente, à valorização do capital.”

O relato a seguir demonstra que a articulação dos atores na urbanização do bairro, especificamente nesse evento, revelou relações de forças pautadas no personalismo (HOLANDA, 1999) e no “jeitinho” brasileiro na sua vertente erudita, que significa, entre outras coisas, a corrupção e a falta de credibilidade das instituições políticas e sociais brasileiras (BARBOSA, 1992):

Dr. Paulo Lopo Saraiva nos abandonou bem no processo, quando nós fomos ver na época em que foi julgado ele não nos defendeu, primeiro ele sumiu, nós ganhamos em duas instâncias [...] só prorrogou né? [...] eu não sei que palavra usar, mas ele foi muito irresponsável sabe? Não teve ética no trabalho dele [...] respeito com a gente [...] nós procuramos ele tava em Recife não deu a mínima sabe? [...] ninguém se aproximou mais dele pra depois pedir defesa da construção dos quiosques, da entrega dos quiosques ele abandonou [...] e tentamos colocar pra ele isso, uma forma de sair pacificamente de termos primeiro o projeto construído para sairmos das barracas para irmos direto para essas outras barracas e ele não se interessou nisso e logo depois de tudo, de toda retirada das barracas, ele foi promovido aí na OAB<sup>39</sup>, ganhou cargo do Estado, foi uma história muito delicada a gente não teve como provar, mas ficamos sabendo disso, o outro advogado nos trouxe assim o diário oficial com a nomeação dele não sabe se ele barganhou essa defesa nossa, nós desconfiamos disso [...] a saída do nosso advogado que tinha envolvimento com a prefeita, toda a comunidade desconfia disso [...] todos os barraqueiros que estavam em reuniões que sabem dos processos que foram julgados a revelia não é assim que

---

<sup>39</sup> Ordem dos Advogados do Brasil

fala quando não tem defesa? Porque que foi julgado a revelia e ele veio com desculpas, no processo final ele não compareceu e nem nos comunicou (NB2, 2009)

De acordo com Lefebvre (2008, p. 62) “o espaço é político e ideológico”. O autor sugere que determinadas manobras, ações e idéias vinculadas a grupos particulares nunca são, completamente, manifestas ou visíveis e, somente, através da negação de que o espaço é um objeto científico isento de ideologia e política, é possível aceitá-las. Para Lefebvre (2008) ao mesmo tempo em que não se pode comparar a produção do espaço com a produção de uma mercadoria qualquer, sabe-se que existe uma relação entre elas que se vincula a grupos particulares que se apropriam do espaço para gerenciá-lo e explorá-lo, segundo seus interesses.

Em 1995, quando houve a escolha do projeto, a Associação dos Moradores da Praia e a ASPOAN se revoltaram porque na proposta estava prevista a existência de barracas e quiosques na praia, o que significava que se o projeto fosse cumprido a “batalha” que vinha sendo travada há cinco anos, pela retirada total das barracas tinha sido em vão. Isso os levou a recorrer, novamente, à Promotoria do Meio Ambiente, alegando, não apenas, o descumprimento do edital do concurso no que concerne à legislação ambiental (SILVA & GOMES, 2004), mas à falta de participação “popular” na elaboração do projeto (RN ECONÔMICO, 3/1996). Além das ações judiciais, dois hoteleiros ligados a Associação de Moradores da Praia utilizaram-se de métodos pouco ortodoxos para viabilizarem seus interesses no espaço da orla, como demonstra as declarações de um dos barraqueiros a seguir:

[...] o cara veio até com um documento para eu assinar, tipo quis até me comprar, o tal do [sensurado] junto com o [sensurado], vieram com um documento querendo quase que me comprar [...] querendo me botar numa posição de chefe dos [...] dentro desses [...], por exemplo, ficar dentro de um hotel de um deles e ser chefe de funcionários, tipo uma oferta, assim? Horrível, uma coisa meio opressora [...] (NB2, 2009).

Portanto, o caso das barracas da praia de Ponta Negra demonstra, cabalmente, o poder de influência de determinadas classes nas ações do Estado. Nesse sentido, observa-se que parte do setor privado ocupa uma posição privilegiada, uma vez que busca se articular no âmbito institucional através de seus grupos de interesses e, dessa maneira, acabam por pressionar as ações do Estado na direção de seus próprios interesses no que concerne ao

planejamento e à gestão urbano-territorial e, por conseguinte, na atividade econômica do turismo (JAMESON, 2000).

Assim, a ação de reintegração de posse promovida pelo Patrimônio Público da União na praia de Ponta Negra, pretende demonstrar ser essa uma prática usual, abrangente a toda sociedade, independente de sua condição socioeconômica e política, e, conforme afirmou o Diretor do IDEMA<sup>40</sup>, atender aos preceitos legais que democratizem esse espaço, deixando a praia limpa para o banhista, sem nenhum outro tipo de comércio. Contudo, logo após a saída dos barraqueiros, àquele espaço foi ocupado por mesas, cadeiras e guarda-sóis dos bares e restaurantes, pertencentes aqueles que pressionaram pela saída das barracas. (GRANDES TEMAS, 1999)

Nesse sentido, considerando-se que os nativos foram priorizados e alguns quiosques foram implantados e entregues, em função das pressões exercidas pelos barraqueiros, pensa-se que uma reação das classes populares, à diferenciação de poder e à estrutura de interesses que operam ao longo do tempo e do espaço, podem ser viáveis através da mobilização e articulação política.

Todos os entrevistados apontaram à fiscalização na orla como sendo de suma importância para a manutenção das regras estabelecidas para o uso e ocupação do solo, mais especificamente, da Orla. Entretanto, o poder público foi avaliado como falho no desempenho do seu papel. Nesse sentido, a flexibilização da fiscalização das regras na Orla não parece, necessariamente, uma intervenção para minimizar os conflitos e os efeitos negativos gerados pelas contradições sociais do sistema de produção dominante, mas uma ação deliberada, visando levar a cabo interesses políticos que dependem das classes populares que pleiteiam um espaço na praia, espaço este que se transforma em moeda de troca, viabilizando um modo bem brasileiro de fazer política.

Como observou Lefebvre (2008), a burocracia e a intervenção estatal não consideram ou consideram mal a prática social. Isto pode ser observado desde a forma como foi retirada as barracas, até a implantação e entrega dos quiosques após a construção do calçadão, visto que a prefeitura não considerou o caráter de urgência da recolocação dos barraqueiros e nem as dificuldades econômicas das pessoas implicadas no processo, como também as consequências sociais que seu ato poderia gerar, não só para a comunidade local, mas para o próprio desempenho da atividade turística.

---

<sup>40</sup> Sr. Geraldo Magela.

Tratados como inferiores e a eles negados a confiança e o reconhecimento de suas capacidades gerenciais de coordenar os recursos públicos, em benefício deles próprios, os barraqueiros apontaram muitas soluções no intuito de minimizar as dificuldades econômicas que previam.

Com base nas entrevistas realizadas com os barraqueiros, constatou-se que eles solicitaram a abertura de uma linha de crédito e assistência técnica para que pudessem abrir algum tipo de negócio, a possibilidade de trabalhar na própria reurbanização da orla, a distribuição de cestas básicas e leite, enquanto aguardariam a colocação das novas barracas e quiosques; a possibilidade de um ponto comercial móvel, alternativas de empregos para as mulheres (esposas, filhas e funcionárias das barracas) em creche ou escolas municipais, por contrato temporário; levantaram a possibilidade de trabalhar de lixeiros na urbana, em caráter excepcional; nas obras do quarto centenário e, por fim, solicitaram que a retirada das barracas ocorresse à medida que fossem sendo colocadas as novas estruturas. Entretanto, nenhuma proposta foi encampada pela prefeitura que, segundo eles, para algumas soluções apontadas alegou a burocracia da máquina pública e, para outras, sinalizou a possibilidade, mas nunca as concretizou de verdade (NB1; NB2; NB3; NB4, 2009).

A intervenção na orla gerou várias consequências sócio-econômicas que foram sentidas e apontadas pelos barraqueiros e pelos presidentes entrevistados da Associação de Moradores da Vila e do Conselho Comunitário, à época, entre elas (NB1; NB2; NB3; NB4, 2009):

a) a recessão que se alastrou no comércio da Vila de Ponta Negra, atingindo mercadinhos, padarias, açougues, farmácias, quitandas, etc., por falta de circulação do dinheiro gerado nas barracas, que era reinvestido na própria economia da comunidade local;

b) as dificuldades enfrentadas pelos pescadores para vender o pescado, que antes tinha como destino os barraqueiros da praia que pagavam R\$ 3,00/kg e, com a retirada das barracas, tornaram-se alvo de atravessadores, que passaram a pagar na época R\$ 1,50/kg;

c) a ausência das barracas também reduziu o preço do pescado em função da redução da concorrência, pois, os bares da Orla, para os quais eles também vendiam diretamente o pescado, passaram a taxar o preço em um patamar inferior. Porém, não foram mencionados valores. Tais práticas não eram evidenciadas na época das barracas, porque existia entre os pescadores e os barraqueiros uma relação familiar, que transcendia as práticas de mercado, e;

d) o aumento significativo de ambulantes na praia, uma vez que ex-funcionários e famílias inteiras tiveram que vender algo para sobreviver, onde surgiram vários segmentos de

exploração comercial na orla, entre eles, os cadereiros e sombreiros, os vendedores de CD e DVD, vendedores de alimentos, de roupas, quadros etc.

e) a escalada da violência foi um dos aspectos mais enfatizados nas entrevistas com os barraqueiros que não hesitaram em falar sobre o envolvimento de pessoas, que antes trabalhavam prestando serviços nas barracas – famílias, membros familiares e ex-funcionários – com o tráfico de drogas, roubos, alcoolismo e outras ações de violência no bairro.

Um aspecto bastante mencionado por alguns deles refere-se à solicitação, anterior ao Projeto de reurbanização, via ofício, realizada pelas rendeiras da Vila à Prefeitura Municipal de Natal requisitando um espaço permanente na Orla, como um quiosque, por exemplo, para exporem seus trabalhos junto aos turistas que freqüentam o local e não chegam até a Vila onde elas fabricam artesanalmente a renda de bilro. Segundo os barraqueiros quem vai até a Vila são os atravessadores querendo comprar rendas a preços irrisórios para venderem em suas lojas localizadas nos espaços estratégicos, a exemplo da Orla. As comparações fluíam em suas falas automaticamente: "enquanto, a praia é explorada por aqueles que vêm de fora, elas que são nativas, pioneiras, não tem vez!". (NB4, 2009).

### **3.2 O espaço diferencial na berlinda: o caso do Campo do Botafogo Futebol Clube da Vila de Ponta Negra**

Em face do que já foi exposto, considera-se que a reurbanização da Orla foi a primeira grande inflexão da história de Ponta Negra. Daí em diante o processo de gentrificação evolui progressivamente, moldando-o conforme a força dessa nova dominante cultural, como observou Jameson (2000).

A Vila, à medida que incorpora novos moradores, torna-se um espaço bastante heterogêneo do ponto de vista econômico e social, o que lhe confere características distintas que envolvem desde condições muito discrepantes concernentes ao conjunto das vantagens locacionais, até os valores simbólicos produzidos em diferentes frações de espaços nela localizados.

O relato a seguir demonstra que a Vila não significa mais um espaço exclusivo de excluídos, a área menos nobre do bairro, o local onde a infra-estrutura do Estado não chega para ninguém, verifica-se uma tendência de inclusão da Vila no suposto desenvolvimento do

bairro a partir de uma lógica simultânea que inclui o espaço, anexando novos significados e exclui os antigos residentes (nativos):

Eu me sinto um excluído no bairro onde eu nasci [...] a Vila é, é, é um lugar que se divide entre as belezas do litoral e a falta de infra-estrutura e a insegurança. A gente aqui não tem limpeza pública, os moradores não tem educação, sabe como é? Os terrenos baldio cheios de lixo, a urbana passa semanas pra vir e escolhe os lugares onde vai passar, não passa lá pra dentrão não, tem canto que antes não passava, hoje já passa, mas porque são outras pessoas já que mora [...] não tem escola de segundo grau, os meninos tem que ir pro conjunto, os alunos de lá são daqui. A violência aqui tá demais, prostituição e tráfico de drogas tem tanto traficante como viciado, gente conhecida, mas a gente vai fazer o que? Agora isso ficou assim depois das retirada das barracas sabe? Porque o povo ficou sem ter pra onde correr (NB2, 2009)

Paradoxalmente, o processo de exclusão sócio-espacial da Vila, que a transformou em uma espécie de gueto, significou a sua exclusão dos efeitos diretos da racionalidade econômica que incidiu (incide) no bairro, reservando-lhe a condição de espaço diferencial (LEFEBVRE, 2006). Isso propiciou, até certo ponto, que os nativos produzissem contraracionalidades, que lhes permitiram resguardar algumas de suas práticas culturais, como pôde ser observado *in loco*, o coco de roda, o pastoril, o camaleão, o congo de calçola, a capoeira; algumas formas de trabalho, como a renda de bilro, a pesca e a confecção de rede de pesca; e tipos de lazeres, como jogar peão, dançar folguedos e cantar cantigas de roda, entre outros (O ROÇADO, [1998?]).

Isso confirma o que afirmou Santos (2008b), de que a força dos fracos está no tempo lento, pois, se a velocidade do tempo significa a transformação do espaço, da prática social, das relações sociais e das características locais e, por conseguinte, a substituição dos moradores nativos por novos residentes, o descompasso do tempo da vila em relação ao restante do bairro foi o responsável por manter a comunidade no seu lugar de origem, até porque, segundo o autor, são nos espaços de tempo lento onde se encontram atmosferas propícias para o pensar, o agir, inviáveis naqueles locais tomados pela lógica do consumo, explicando a concentração do núcleo de resistência nessa parte do bairro.

A gentrificação tem adentrado na Vila e causado uma reconfiguração espacial, de modo que a própria paisagem local e o *upgrading* cultural, que transforma o lugar, representam os instrumentos que viabilizam a força e o poder dos grupos hegemônicos que querem se apropriar dos espaços (ZUKIN, 1987; JACOBS, 2000; JAMESON, 2000).

Portanto, isso significa uma redução paulatina do espaço de representação da comunidade e das suas práticas sociais e, por conseguinte, uma redução da sua influência na produção do espaço local, que implica, diretamente, na sua sobrevivência e continuidade no espaço em tela (LEFEBVRE, 2006; SANTOS, 1999).

Talvez, o exemplo não mais significativo, mas, mais visível dessas mudanças, tenha ocorrido na parte da Vila de Ponta Negra localizada na Rua Dr. Manuel Augusto Bezerra de Araújo, especificamente, as quadras 240-243 e a Rua Aristides Porpino Filho, onde se encontram as quadras 249-252. Essa fração do espaço foi denominada de “Alto de Ponta Negra” e passou a aglomerar um conjunto de equipamentos turísticos que denotam aspectos pós-modernos como: hospedagem e casa de shows em forma de castelo (figura 3); bares e restaurantes “maiamizados”; restaurantes e casas de forró que imitam casas de taipa típicas do interior nordestino, que serve para mercantilização das comidas e dos grupos sociais locais; boutiques repletas de *souvenirs* de vários lugares; em suma, um *tour* de experiências turísticas descontextualizadas, histórica, cultural e geograficamente (JAMESON, 2000).

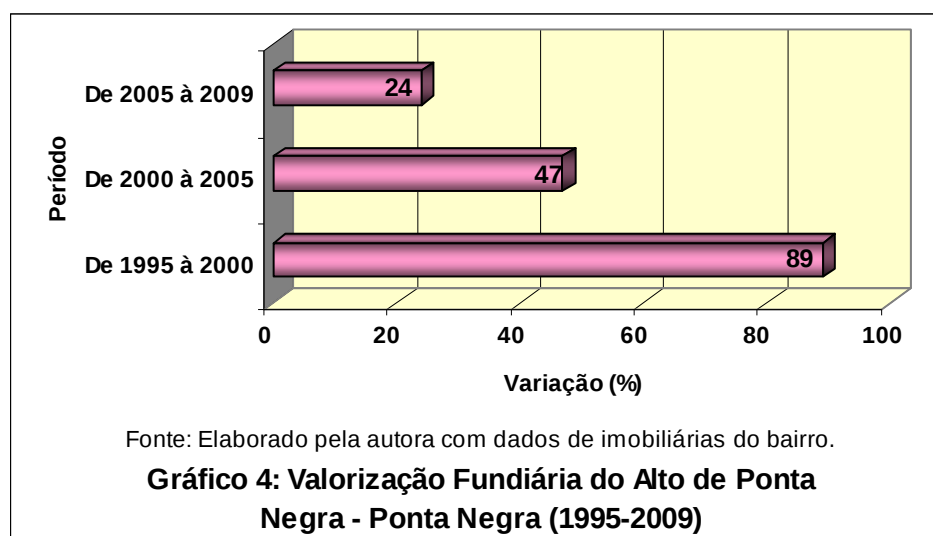
O local transformou-se em um “ponto”, principalmente, para turistas e para a pequena burguesia natalense, que comparecia com mais freqüência antes do *boom* do turismo sexual. Essa distinção simbólica, produzida nessa parte da Vila, acompanha, segundo Zukin (1987), o processo de gentrificação que não se resume à substituição de pessoas de baixo poder aquisitivo, por outras mais aquinhoadas, mas, sobretudo, ao valor simbólico anexado aos objetos imobiliários e a requalificação desses espaços como um todo, que passa a servir a outros propósitos.



Fonte: Peter (2007).

**Figura 3: Castelo Medieval onde estão estabelecidos a Lua Cheia Hostel e a Taverna Pub Night Club no Alto de Ponta Negra.**

O “Alto de Ponta Negra”, e igualmente a Orla e a ZET 1, obtiveram uma maior valorização no período que antecedeu o Projeto de Urbanização da Orla, entre os anos de 1995 e 2000. Entretanto, conforme demonstrado a seguir (gráfico 4), os terrenos dessa área adquiriram uma valorização fundiária de 89%, superior às demais áreas analisadas no mesmo período, provavelmente, em função da ausência de regulamentação de gabarito das edificações para essa área no Plano de Diretor de 1994.



Analisando-se os gráficos da orla (Avenida Erivan França), da ZET-1 e do Alto de Ponta Negra, observa-se que a quantificação do espaço físico do bairro não está associada, apenas, ao acesso aos prazeres (praia, mar, *shoppings* e *points*), como identificou Mullins (1991) em suas pesquisas na Austrália, mas ao potencial construtivo da área, previsto no Plano Diretor do município, o que, provavelmente, explica a valorização superior do Alto de Ponta Negra.

Essa enorme valorização imobiliária findou por aguçar os interesses de construtoras, incorporadores e agentes do mercado imobiliário em geral pela área da Vila, principalmente, para edificações verticalizadas de segunda residência. Nesse sentido, uma das disputas por espaço mais significativa refere-se ao “Caso do campo do Botafogo Futebol Clube da Vila de Ponta Negra”, particularmente, por tratar-se de uma área que atende à necessidade e conveniência de uso coletivo da comunidade endógena e de residentes que adotaram a Vila como lugar para morar e viver.

O Campo do Botafogo é uma faixa de terra potencial de quase 7 mil metros quadrados, com um inigualável valor de uso coletivo, principalmente, porque não existe na Vila outra similar. Cabe ressaltar que o bairro é carente de equipamentos urbanos de uso coletivo, realidade que é mais acentuada na Vila de Ponta Negra.

Por outro lado, a área do campo do Botafogo (figura 4, assinalado em vermelho) representa um valor de troca inquestionável e uma excelente fonte de renda monopolista na sua forma direta, visto que o espaço em jogo detém qualidades singulares que vão desde a paisagem do principal cartão postal da cidade (figura 4), até a extensão do terreno nas proximidades do mar, considerado uma raridade no bairro (HARVEY, 2005).



Fonte: SOS Ponta Negra (2009). (Adaptado pela autora).

**Figura 4: Campo do Botafogo (em vermelho), nas proximidades do “Cartão Postal” da cidade de Natal (Morro do Careca).**

Destarte, a disputa por esse espaço começou. De um lado, está o Botafogo Futebol Clube da Vila de Ponta Negra, registrado no CGC (MF) 12.702.015/001-80, fundado em 21 de fevereiro de 1951, com o objetivo de desenvolver a prática desportiva para incentivar a cidadania dos indivíduos participantes no contexto sócio-cultural local. Pelas suas atribuições junto à comunidade, desde a sua fundação, o clube foi reconhecido como de utilidade pública pela Lei Municipal nº 2.398, de 9 de dezembro de 1976 (BOTAFOGO, 2004). Anteriormente, à implantação do Campo, o terreno era ocupado com floresta nativa, tendo sido desmatado pelos pescadores, conforme declarou um dos diretores do Campo:

[...] a área foi aumentando aos poucos e hoje é 6.745 metros quadrados<sup>41</sup>. O mato era arrancado à força, no braço, pelos pescadores que moravam na praia [...] aqui era ainda uma vila de casas e o acesso era feito por estrada de terra [...] criaram o Clube chamado Pau Ferro, com o tempo o nome foi mudado pra Botafogo [...] (O POTI, 28/07/2002).

Indicando que as transformações do ambiente construído do bairro estão embutidas em uma complexa matriz de organização sócio-econômica de caráter global, que se associam com alguns interesses específicos do plano local, não diretamente ligados a ela, que findam por representar seus interesses nessa organização econômica (SOJA, 1993; SANTOS, 1999; GOTTDIENER, 1993; LEFEBVRE, 2001). Em meados da década de 1980, em pleno "boom" turístico na cidade uma notícia surge de modo inesperado na imprensa, conforme relatou um dos Presidentes do Clube:

[...] Garibaldi foi candidato a prefeito acho que em 1985, nesse período apareceu aqui na Vila uma pessoa por nome de Ivo Martins, funcionário da TELERN, me pedindo apoio para candidatura dele para vereador pelo PMDB [...], como eu era líder comunitário ele veio me pedir meu apoio [...], aí apareceu uma reportagem no **Diário de Natal** eu não lembro a data dizendo, ela dizia: "**Cunhado de Garibaldi loteia campo do Botafogo**", ele com essa matéria do jornal veio me perguntar se tinha sido eu que tinha colocado, eu falei que não tinha sido eu, nem ninguém do Botafogo [...] ninguém tinha conhecimento daquilo não, ele perguntou se eu topava desmentir a matéria [...] que tinha conversado com Marcos Santos (cunhado de Garibaldi) que tinha pedido pra perguntar se isso procedia ou não [...] aí ele veio aqui na minha casa e me pegou e me levou ao escritório dele, chegando lá ele me fez a mesma pergunta se essa matéria tinha partido daqui eu disse que não e nem sabia quem tinha feito e disse a ele que topava fazer a reportagem, **antes disso ele falou que o terreno não era dele e tal, mas sugeriu que a gente fosse lá no IPLANAT pra saber se o campo do botafogo estava dentro da terra dele e se tivesse ele doava pra comunidade porque sabia que era da comunidade**, a gente foi lá na Rua Jundiá em frente a TELERN, chegando lá o Ivo procurou a pessoa que Marcos Santos indicou, eu não lembro o nome, **ai ela pegou o mapa e olhou com a gente e disse que o campo não tava nas terras dele não** e aí de lá o rapaz veio me deixar e eles não vieram mais me procurar pra fazer a reportagem [...] (OB7, 2009, grifo nosso)

Há que se considerar que se tratava de um ano de disputas políticas, o que sugere a possibilidade de que a notícia tenha sido "plantada" pelo candidato de oposição a Garibaldi Alves, visto que o loteador do terreno era seu cunhado e a polêmica envolvendo seu nome poderia arranhar sua candidatura, trazendo à tona o que, possivelmente, estava sendo cogitado

---

<sup>41</sup> A área na realidade é aproximadamente 7 mil metro quadrados.

no mundo em que o olhar comum não penetra um mundo subjacente ao aparente (GOTTDIENER, 1993).

Essa parece ter sido apenas a ponta do *iceberg*. O conflito em torno do Campo começou, realmente, quando um homem que atendia pelo nome de Romário apareceu no local fazendo medições em um terreno ao lado do Morro do Careca (OB7, 2009). Achando a cena estranha, os moradores se aproximaram e indagaram o que estava acontecendo. Sem fornecer detalhes, ele deixou o número e pediu que o Presidente do Clube entrasse em contato (O POTI, 28/07/2002). De acordo com o jornal:

[...] o presidente telefonou para o corretor e ouviu dele que o terreno era uma propriedade privada e que ali seria construído um condomínio de apartamentos [...] ele havia dito ter comprado o Campo de Futebol por 400 mil reais há dois anos, numa transação com Marcos Santos [...]. (O POTI, 28/07/2002).

Além disso, a pessoa teria oferecido 20 mil reais para os Diretores do Clube como gratificação pelos cuidados com o terreno durante todos esses anos, proposta que não foi aceita (OB7, 2009). Marcos Nelson Santos é proprietário da Imobiliária Santos Ltda., localizada em Natal, constituindo o lado oposto nessa disputa pela terra. O empresário declarou:

[...] que não sabia que o Botafogo Futebol Clube havia recebido um documento de doação do Governo do Estado. Até porque, diz o empresário, o Governo não poderia doar ou emitir concessão de uma propriedade que não lhe pertence [...] ele **disse que Romário na verdade não é proprietário do terreno, pois o terreno é da Imobiliária Santos desde 1983**. Segundo o empresário, Romário foi até o terreno de iniciativa própria, sem avisá-lo, para fazer alguns levantamentos a pedido de **um grupo empresarial de Fortaleza, que estaria interessado em construir um condomínio numa área de Natal** e lhe pediu indicação de um local. [...] Marcos Santos informou não ter esquecido o terreno e se não foi lá nos últimos anos é porque tem muitas propriedades que precisa cuidar. **Eles podem até jogar bola lá, mas dono é quem tem a escritura** (O POTI, 28/07/2002, grifo nosso).

Considerando a importância do Campo para a comunidade e temendo a especulação imobiliária que acometeu o bairro, a partir dos investimentos em infra-estrutura realizados pelo Estado, em 1985, os dirigentes do Botafogo deram entrada no Instituto de Terra do Rio Grande do Norte – ITERN, com um requerimento para compra da área que ocupavam há 34

anos (BOTAFOGO, 2004). Apesar da tentativa da Diretoria, o processo de nº 243/86 foi arquivado, dado à negativa do Estado que alegou falta de amparo legal na legislação, em face aos documentos relacionados na mediação. Embora, o Clube tenha solicitado o desarquivamento do processo, abrindo um novo processo de nº 1984/89, solicitando, novamente a posse da área, não obteve êxito (BOTAFOGO, 2004).

Inconformado com a decisão, o Clube entra com um novo processo, de nº 1450/92, pleiteando junto ao ITERN a reconsideração da decisão proferida nos autos dos processos anteriores. Dessa vez, obteve por decisão do Estado a Concessão Real de Uso Gratuito por Tempo Determinado de 10 anos, assinada em 12 de maio de 1993, renovável ou revogável, a qualquer tempo, caso fosse descumprida alguma das cláusulas contratuais. Assinaram o termo, o Governador do Estado na época, José Agripino Maia, o Secretário da Agricultura e Abastecimento do RN, Ronaldo de Teixeira Soares e o Presidente do ITERN, Ricardo José Maranhão Alves (BOTAFOGO, 2004). Com base na Constituição Federal de 1988 no Art. 146 que estabelece:

Que é dever do Estado fomentar práticas desportivas, formais e não formais, como direito de cada um, objetivando: inciso IV: a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional. Parágrafo Único – O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social. (BOTAFOGO, 2004 apud CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1988, n.p.).

Em 2003, a renovação do contrato estava prestes a ocorrer. No momento áureo da internacionalização do turismo em Natal, o proprietário da Imobiliária decide reclamar a propriedade do terreno através de petição expedida para o Procurador Geral do Estado do Rio Grande do Norte, em 23 de abril de 2003, alegando má fé do Estado em celebrar Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, solicitando, via processo judicial nº 69950/2003, a não renovação da concessão (JORNAL DE HOJE, 31/07/2002).

A emergência do movimento em prol da manutenção do campo, em poder da comunidade, tem como ponto de partida de organização e luta, as denúncias na imprensa – TV Tropical, O Poti e Tribuna do Norte, no intento de tornar o fato público e captar forças sociais aliadas, comprovando o que havia afirmado Andrade et al. (1987):

[...] as denúncias na imprensa são também um reconhecido instrumento de luta nas experiências de conflito e mesmo fora delas. Como já foi mencionado, mesmo quando a ocorrência de determinados problemas urbanos não dá origem a um problema manifesto, é grande a procura dos jornais pela população, dado a magnitude que o problema alcança quando se torna de conhecimento público. Isto porque, sendo os jornais diários da cidade de representantes de grupos políticos opostos (um governo e outro, oposição) há interesses dos mesmos em polemizar em cima das carências da cidade e da ação ou omissão dos poderes públicos [...] (ANDRADE, 1987, p. 91).

Após as denúncias veiculadas na imprensa, os diretores do Clube receberam alguns telefonemas de políticos locais, oferecendo apoio jurídico à comunidade para contestar a ação da Imobiliária. De fato, a falta de recursos financeiros impedia o Clube de contratar um advogado, o que o tornava vulnerável e propenso a aceitar as ofertas que surgiam. O Clube aceitou a oferta de um advogado, cuja intermediação adveio de um candidato a deputado estadual na época, que fazia campanha na Vila de Ponta Negra (OB7, 2009). Contudo, de acordo com o veredicto abaixo, o Clube perdeu a causa julgada:

[...] estando, assim, **configurada a titularidade da propriedade pelas partes reivindicantes e a posse injusta mantida pela reivindicada (BOTAFOGO)**, há que julgar procedente o pleito autoral no sentido de se imitar na posse definitiva [...]. Face ao exposto, julgo procedente a presente demanda, para determinar que o Botafogo Futebol Clube desocupe o imóvel objeto da presente demanda, em 30 dias a contar do trânsito em julgado desta sentença imitando-se na posse definitiva do imóvel o reivindicante, Imobiliária Santos Ltda., sob pena de multa diária de R\$ 300,00 (RN, 2006a, grifo nosso).

Semelhante ao que ocorreu no “caso das barracas”, o advogado que acompanhava a causa do Botafogo decidiu por não continuar no caso, mas escolheu por manifestar sua desistência de uma forma indireta, informando aos Diretores do Clube que não havia como recorrer da decisão, valendo-se, possivelmente, do pouco grau de instrução e do parco conhecimento jurídico da parte interessada. Segundo relatou um dos presidentes do Botafogo:

[...] Ele explicou, falou que como **era uma questão de propriedade com escritura pública contra posse, então a gente não podia recorrer, só se fosse posse com posse, ou escritura com escritura** [...] ai eu disse: a comunidade não vai aceitar isso ai não, eu não tenho como falar pra eles isso, Wellington, eu queria que você fosse lá comigo pra falar pra eles você mesmo. Ai ele veio, teve uma reunião, deu muita gente, quando ele começou, o pessoal começou a perguntar, a falar que história era essa, como eu não fiquei mau com ele, eu fui no escritório dele de novo

pra pegar um papel pra ele passar a causa [...] **isso faltava poucos dias pra terminar o prazo de recorrer** [...] (OB7, 2009, grifo nosso).

Nesses termos, há que se considerar que a causa do Botafogo enseja, desde o início, fatos e situações nebulosas, que indicam a atuação de coalizões formadas por membros atuantes na esfera pública, privada e no denominado terceiro setor, com propósitos específicos de viabilizar interesses imobiliários, nesse caso na direção da Vila. A cobiça de empresários parece motivar a utilização de vários meios para confiscar o terreno em tela, sobretudo, com atitudes que denotam, cabalmente, abuso de poder econômico e político para desapossar o Clube e, por conseguinte, desestruturar a ambientação da própria comunidade local.

Para configurar o contexto dessas considerações, convém ressaltar o entrelaçamento de um lado, entre o público e o privado e, de outro, entre o político e o econômico, capitaneados por redes transversais que negam a separação dessas esferas e desses recursos.

Assim sendo, após a saída do primeiro advogado que estava acompanhando o caso, os diretores do Clube decidiram procurar a Defensoria Pública, com o objetivo de adquirir apoio jurídico e recorrer da decisão anteriormente tomada. Para isso, era necessário requerer do antigo advogado autorização, através de instrumento de substabelecimento, para que os futuros defensores passassem a intervir nos autos.

A princípio, foi entregue ao presidente do Clube, na época, o substabelecimento, cujo texto indicava o nome de vários advogados que estariam, a partir da assinatura do antigo advogado, assegurados de “reservas de poderes” para interferir no processo do Botafogo (anexo 1). Na ocasião, o presidente do Clube, encarregado de levar esse documento para assinatura, informou que ao chegar à Defensoria com o substabelecimento devidamente assinado, foi-lhe pedido que retornasse ao antigo advogado com outro substabelecimento para colher a assinatura, visto que o primeiro substabelecimento não atenderia às exigências.

O texto do segundo substabelecimento, ao contrário do primeiro, indicava, apenas, uma advogada da Defensoria Pública, que receberia, desde então, os poderes outorgados pelo Botafogo no processo nº 001.04.015524-3, Ação de Imissão de Posse, de **13.07.2006** (fl. 251), junto à 17ª. Vara Cível da Comarca de Natal/RN, substabelecido pelo ex-advogado do Botafogo (anexo 2).

No mesmo dia, mediante o prazo que se expirava para o Botafogo recorrer, vencido nos dias próximos do mês de julho de 2006, a referida advogada proferiu a petição de embargo de declarações, aparentemente para não perder o prazo de contestação, que seria destarte postergado, conforme atesta o trecho do processo a seguir. No dia seguinte, porém, o

processo foi substabelecido em **14.07.2006** (fl. 266) para outro advogado (anexo 3), conforme pode ser constatado pelas datas em destaque dos documentos assinados pelos advogados, anexados ao processo:

[...] para interposição do presente recurso a apelante dispõe de 15 dias, entretanto é incontestável a tempestividade da presente via se considerado que 17ª Vara Civil desta Capital recebeu correição no período de **17 a 31 de julho de 2006, donde, ficaram suspensos os prazos legais coincidentes com tal período**, haja vista a vedação de acesso público aos feitos correccionados. Cumpre registrar que a **sentença combatida teve publicação e contra a mesma foram manejados embargos de declarações, estes tempestivos, porém rejeitados após a apreciação, com decisão respectiva publicada em 24.07.2006**. Assim, considerando o aspecto que **os embargos de declarações suspendem o prazo de recurso**, o qual é deflagrada contagem com a publicação do julgado dos mesmos embargos, o que ocorreu em **24.07.2006**, data coincidente com o período correccional, **restou certo que última o prazo do apelo em 15.08.2006** [...] (RN, 2006b.).

Quase um ano havia se passado da última decisão sem que houvesse contato do advogado que assumiu a causa com os Diretores do Botafogo. Somente quando a justiça proferiu o ganho de causa pela segunda vez à Imobiliária Santos Ltda., em março de 2007, conforme trecho do processo a seguir, a comunidade tomou conhecimento do resultado, mais uma vez com os prazos em vias de expirar:

[...] Portanto, **no presente caso, a posse do apelante configurou-se injusta, devido a não possuir ele título passível de oposição da apelada**. [...] Face ao exposto, **conheço e nego provimento ao recurso**, para manter a sentença a quo por seus próprios fundamentos. É como voto, 9ª procuradoria de justiça. (RN, 2007, grifo nosso).

Estranhamente, o advogado substabelecido pela Defensora Pública renunciou, oficialmente, do direito da comunidade recorrer da decisão dos autos, conforme demonstra o trecho que segue da homologação anexa ao processo:

Homologo o **pedido de renúncia do direito de recorrer da decisão proferida por esta corte**<sup>42</sup>, formulado pelo apelante, conforme documento de fl. 322, e determino que a secretaria judiciária certifique o trânsito julgado, para em consequência remeter os autos ao juízo de origem. (RN, 2007b, grifo nosso).

É a partir do momento em que os Diretores do Clube se interam de que a justiça havia declinado seu pedido de permanecer com a propriedade do Campo, que começam novas articulações em torno da causa. Cabe ressaltar que antes disso, ocorreram várias tentativas frustradas de adquirir, junto a Defensoria Pública, o contato do advogado que acompanhava a causa do Botafogo (OB7, 2009). Ao que tudo indica, o que talvez parecesse um procedimento de praxe, ou seja, a transferência de um advogado para o outro dentro da própria Defensoria Pública, despertou desconfianças, principalmente, porque o advogado incumbido de “acompanhar” a causa não fazia parte do quadro de profissionais da Defensoria Pública, conforme relatou um dos entrevistados:

[...] Nós confiamos na defensoria, à gente achava que eles iam botar pra frente o negócio [...] e eu fui lá várias vezes pra saber [...]. e ninguém sabia como encontrar o advogado que tava responsável pelo caso, a sorte foi que Deus é tão bom que eu comentando lá no trabalho (INSS) o nome dele (do advogado) lá dizendo que ele era da Defensoria Pública e falando o que aconteceu com o Campo do Botafogo, que a gente parecia que ia perder, ai, ai [...] um colega que trabalha lá comigo falou: *Fúlvio, ele é meu sobrinho, mas ele chegou aqui faz pouco tempo, ele é de São Paulo, não é da, não trabalha na Defensoria* [...], ai ele ficou já preocupado com, com o que eu disse, com o sobrinho dele, ai foi [...] eu perguntei? Tem como você me dar o telefone dele? A gente faz é tempo que ta procurando um contato dele, ele [...]. Ai ele foi e me deu o celular, no mesmo dia eu liguei pra ele, mas ai só tocava e ninguém atendia, eu voltei lá e pedi pra ele ligar pra mim, foi quando o Fúlvio atendeu, né? Ai ele falou com ele e disse: *rapaz eu to com Onorfre aqui, ele é meu colega a gente trabalha junto e ele ta preocupado com o Campo do Botafogo e tal, fala aqui com ele*. Quando eu peguei o telefone eu notei que ele tava meio espantado, né? Da coincidência, ai eu sei que a gente marcou pra mim ir lá no gabinete do vereador Sgtº Siqueira, que era onde ele atendia realmente **não era na Defensoria não** [...] (OB7, 2009, grifo nosso).

Ao ser procurado por três pessoas, entre elas, membros da comunidade e integrantes da Diretoria do Clube, que foram até a Câmara Municipal de Natal tomar satisfação sobre o feito, o advogado citado forneceu as seguintes explicações sobre sua ação, conforme relato a seguir:

---

<sup>42</sup> Apelante: Botafogo Futebol Clube; advogado: Dr. Fúlvio Jerônimo de Oliveira; Apelado: Imobiliária Santos Ltda.; advogados: Drs. Carlos Frederico Ferreira Mesquita e outros; Relator; Desembargador João Rebouças. (15.03.2007).

[...] a gente nunca vai sozinho nesses lugares, vamos sempre em grupo, então fomos lá saber o que tinha acontecido com o processo do Botafogo, quando chegamos lá eu perguntei porque ele tinha aberto mão de recorrer, quem tinha autorizado ele a fazer isso, ele falou que um homem de cabelos grisalhos tinha ido lá no gabinete do vereador, é, é como se fosse assim, ele o advogado fica atendendo pessoas de várias comunidades que vão no vereador pedir ajuda e aí se precisar de advogado, ele já tá lá, então ele disse que foi esse homem lá e tinha dito que era da comunidade e que o Clube do Botafogo não ia mais recorrer, mas ele não sabia o nome, a pessoa não tinha assinado nada, um negócio sem pé nem cabeça, aí a gente ainda falou como que, que não tinha sido ninguém daqui e como ele tinha feito isso porque ele prejudicou a comunidade que tava brigando, aí ele disse que entrava muita gente no gabinete e ele não se lembrava, era difícil para ele lembrar quem foi, ele mentiu [...] (OB8, 2009).

No intento de averiguar como o advogado passou a intervir nos autos do processo do Botafogo, recorreu-se em 18 de setembro de 2007 ao Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Rio Grande do Norte, cuja audiência estivera presente o presidente e o vice-presidente do Botafogo Futebol Clube, o padre da Igreja Católica da Vila de Ponta Negra e a advogada do advogado do Botafogo, para oficializar a representação contra os Defensores Públicos em questão, o advogado do Botafogo foi excluído, segundo consta “por achar que o mesmo não teve nenhum ato que compromettesse a sua ética profissional, vez que entrou apenas na fase de recurso de apelação, sem também os representantes nesta audiência saberem como o processo chegou as suas mãos” (anexo 4).

Dois elementos explicativos para sua exclusão podem ser assinalados: o primeiro refere-se à amizade aludida entre o tio do advogado, que forneceu, inicialmente, o telefone do sobrinho para o então presidente do Botafogo, atitude que viabilizou o contato entre eles, fato que propiciou que a situação fosse remediada, atendendo aos prazos de recursal, e/ou, a conclusão de que o dito advogado era apenas o elo mais fraco de uma ramificação profunda que atua na estrutura local e alia recurso econômico e político para viabilizar interesses escusos que finda por moldar a urbanização do bairro.

Até o presente momento não se constatou nenhuma ação em relação aos Defensores Públicos por parte do Tribunal de Ética, de acordo com alguns membros da Diretoria do Clube e da comunidade. Há desconfiças de que algo venha realmente a ser feito no sentido de avançar e deflagrar uma investigação sobre o assunto, visto que um dos supostos envolvidos foi o Presidente, não apenas, da Defensoria Pública, como da Ordem dos Advogados do Brasil do RN, o que viria a dificultar uma possível elucidação dos fatos (OB7, OB8, OB9, 2009).

Considerando a magnitude que o caso adquiriu, sobretudo, com o envolvimento de organizações, supostamente responsáveis de resguardar e defender o interesse público, em 2007, o presidente do Botafogo e membros da comunidade decidiram marcar, em caráter de urgência, uma audiência com a Governadora em exercício (OB7, OB8, OB9, 2009). Na ocasião, foi explicada à mesma a situação do Campo do Botafogo e solicitado auxílio para que a comunidade não viesse a perder o terreno. O grupo presente conseguiu que ela intercedesse solicitando diretamente a um Defensor Público específico, que cuidasse do caso, realizando o possível em termos jurídicos, para a comunidade permanecer com a propriedade (OB9, 2009).

Isso transparece que um pedido da Governadora do Estado faz toda diferença, demonstrando mais uma vez, claramente, que o recurso político se faz necessário para proteger interesses de determinados grupos, explicitando, via de regra, a fragilidade e a dependência de grupos minoritários, de quem detém tal recurso. Por outro lado, isso denota, além do personalismo das relações sociais no contexto da cultura brasileira, a confluência de interesses dispersos dentro das instituições públicas locais, que ora servem a propósitos e atores específicos, ora conspiram contra estes, levando a crer que não basta falar em instituições, mas é preciso qualificar quem responde por elas.

Destarte, o novo advogado, Defensor Público do Estado, cumpriu a tempo o prazo de recursal previsto e interpôs recurso, alegando “Embargos de Retenção por Benfeitorias”, remetendo o processo à última instância em Brasília, sobre o qual se aguarda julgamento e decisão (RN, 2007c).

Outras contradições e irregularidades foram encontradas no que concerne aos trâmites realizados no 6º Ofício de Notas, da 2ª Circunscrição da Comarca de Natal. Cabe aqui assinalar, aquelas constantes no documento, encaminhado à Câmara Municipal de Natal, pelo Presidente do Clube, em 2004, que apresenta a seguinte argumentação:

Destes documentos (anexados ao processo) os que mais chamam atenção de um leitor atento são as **duas Certidões expedidas pelo 6º Ofício de Notas** onde numa, certifica que os lotes do loteamento Jardim Ponta Negra, adquiridos pela Imobiliária Santos Ltda. estão na **Quadra "E"** e, numa outra, certifica que estes mesmos lotes são da **Quadra "F"**. Esta última Certidão com data de 12 de julho de 2003, **dois dias após** o Secretário de Estado JOSÉ DE ANCHIETA FERREIRA LOPES, notificar a Gerente do Cadastro do Patrimônio Imobiliário do Estado, Sra. NATÁLIA POZZI REDKO, que a **área cedida pelo Estado pertence a Quadra "F" e não a Quadra "E", como alegado pela Imobiliária**. A CERTIDÃO da página 133, ambas assinadas pela Sra. NATÁLIA POZZI REDKO, **são documentos técnicos**, determinantes e esclarecedores sobre a situação da área concedida. Finalmente, a leitura da documentação também nos chama atenção que a área em

questão, embora enquadrada no loteamento, registrado em 1962, do Sr. Joaquim Felício de Moraes, como Quadra "F", já era da posse do Botafogo F. C., desde 1951 (BOTAFOGO, 2004, grifo nosso).

Esse fato chama a atenção para o papel das serventias extrajudiciais, onde se registram os imóveis locais transacionados, onde indivíduos, funcionários e/ou concessionários, ocupam posições privilegiadas na estrutura local, sendo passíveis de favorecer interesses particulares. Outro fato importante observado, refere-se à empresa que supostamente vendeu o terreno para Imobiliária Santos Ltda., inicialmente, apresentada nos autos como S/A. Era uma Sociedade Anônima – Visor Consultoria e Empreendimentos Imobiliários S/A – tipo de capital social em que não constam os sócios e sim acionistas, fato que dificulta uma possível identificação das pessoas físicas envolvidas na compra e venda do terreno em questão para Imobiliária Santos Ltda. Cabe mencionar que a empresa Visor, conforme certidão específica expedida pela Junta Comercial do Estado de Pernambuco – JUCEPE, alterou sua denominação quatro vezes. Nas três primeiras permaneceu “Sociedade Anônima – S/A” e, na última, transformou-se em “Cotas de Responsabilidades Limitadas – Ltda.”, quando os sócios puderam ser identificados e, coincidentemente, alguns dos ingressantes que passaram por essa sociedade, possuem o mesmo sobrenome, “Santos”, apesar dessas pessoas não estarem mais à frente da empresa, os atuais sócios compartilham outro sobrenome que não o de “Santos” com os antigos sócios (anexo 5).

Essas transferências de denominação assemelham-se as práticas corriqueiras denunciadas pela própria mídia como formação de empresas laranja, indicando que investigações nesse sentido podem revelar informações importantes para o caso. Sobre tudo, porque quando se constata a gênese da propriedade do loteamento, no qual se afirma está incluso o terreno do Campo do Botafogo, identificam-se informações incoerentes, sobre a quadra onde se localiza o espaço disputado e atores com lugar comum na trajetória histórica do bairro e seus conflitos fundiários. O proprietário do loteamento denominado Jardim Ponta Negra, dividido em 8 quadras, que somam 149 lotes, adquiriu o título de propriedade do Governador na época, em 1962, conforme trecho que segue extraído da fl. 34 do processo:

[...] Joaquim Felício de Moraes [...] por petição em 15 de julho de 1961, requerido legitimação da ocupação de uma área de terra de domínio do Estado, e tendo plenamente justificado sua posse com documentos anexos ao processo nº 2421/61-GG. [...] pela qual pagou CR\$ 1.605,00 [...] **por despacho de Excelentíssimo Senhor Governador do Estado datado de 19** (dezenove) de dezembro de 1961(mil

novecientos e sessenta e um). Natal 4 de janeiro de 1962. (AA) Aluizio Alves. Manuel Leão Filho, Manuel Wilson Pereira (RN, 2003, fl. 34, grifo nosso).

Segundo informou um membro da Diretoria do Clube, o Sr. Felício, logo após adquirir o terreno (loteamento) perguntou “aos mais antigos”, que organizavam as atividades sociais no Campo, se não havia interesse em vender o terreno (do Botafogo), sendo-lhe respondido que não, fato que demonstra que o terreno do campo não estava dentro do seu loteamento (OB8, 2009). Joaquim Felício de Moraes vendeu, no dia 23 de agosto de 1968, para Bento Luiz Aguiar, 45 dos seus lotes, entre eles, os lotes de 1 a 14 da quadra “E”. Em 30 de agosto de 1983, Bento Aguiar, vendeu para a empresa Visor Consultoria e Empreendimentos Imobiliários S/A, os 45 lotes, inclusive aqueles de 1-14 da quadra “E” (RN, [2004?]).

### **3.3 Um divisor de águas na história do bairro: “o caso dos espigões do Morro do Careca”**

O caso dos espigões tornou-se público em setembro de 2006, quando um morador do bairro folheava uma revista especializada e viu um anúncio de um prédio à venda na Vila de Ponta Negra próximo ao Morro do Careca. As denúncias sobre as construções foram feitas em seu *blog* e os textos e imagens buscavam, sobretudo, demonstrar a possibilidade de bloqueio do visual do principal cartão postal da cidade. A notícia, rapidamente mobilizou a imprensa e a população local, desencadeando um movimento que ficou conhecido como “SOS Ponta Negra” (MS1, 2009).

Desde então, o Movimento, formado por residentes do bairro e por moradores de outras partes da cidade e até de outros estados e países, visto que a conservação da paisagem do Morro do Careca não interessava apenas aos moradores de Ponta Negra, passou a constituir uma das forças sociais que tem influenciado na urbanização do bairro, igualmente como ocorreu na urbanização turística em algumas cidades da Austrália, estudadas por Mullins (1991).

Os empreendimentos, que seriam construídos nas imediações do Morro do Careca, eram de propriedade das empresas: Natal Real *State* Empreendimentos Imobiliários Ltda. (*Villete Del Sol*); Metro Quadrado (Monte Sinai); CTE Engenharia Ltda. Costa (*Brasilis*

*Residence/Flat da Vila*), e; *Solaris Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Solaris de Ponta Negra)*. (SOS PONTA NEGRA, 2009).

Segundo o movimento, além desses, tramitava na SEMURB um pedido de licença ambiental para mais um empreendimento no mesmo local, numa associação das empresas Metro Quadrado e Mar Aberto Construções (*Flat Service Philippe Vannier*). Alguns desses empreendimentos já haviam instalado os seus canteiros de obra, conforme demarcado a seguir (figura 5) (SOS PONTA NEGRA, 2009):



Fonte: SOS Ponta Negra (2010) (Adaptado pela autora).

**Figura 5: Vista aérea com a localização dos canteiros de obras dos empreendimentos imobiliários (em vermelho) previstos na Vila de Ponta Negra (em azul, a área do Campo do Botafogo).**

O caso dos espigões ensejou diversas discussões e foi alvo de várias mobilizações públicas e atos simbólicos nas ruas do bairro e até da cidade. Basicamente, de um lado, está o Movimento SOS Ponta Negra contrário à construção dos prédios e, do outro, a associação entre o SINDUSCON/RN, o CRECI/RN e o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil, favoráveis à edificação dos prédios. Esses atores têm se articulado junto a outros atores sociais, formando uma espécie de rede ou grupo de coalizão, no intuito de viabilizar seus interesses em relação à Ponta Negra.

Embora esses interesses, que incidem na produção do espaço do bairro, constituam-se num universo bastante diverso e dinâmico, é possível discernir duas grandes vertentes contraditórias de interesses sociais, o grupo pró-crescimento e o do não crescimento, vertentes

que remetem a um conflito de práticas ideológicas, econômicas e políticas que representam a divisão básica existente na própria sociedade (GOTTDIENER, 1993).

Esses conflitos, exemplificados nesta pesquisa, através do caso dos espigões, têm sido o fio condutor das mudanças espaciais no bairro e compuseram, até o momento, um quadro de lutas que pode ser dividido em duas etapas: a primeira etapa, em 2006, caracterizou-se pela suspensão das licenças ambientais pela prefeitura de Natal e a intervenção do Ministério Público no caso, e; a segunda refere-se a liberação pela SEMURB de um desses empreendimentos, o qual havia dado entrada em um novo processo solicitando novas licenças ambientais, ocorrido neste ano de 2010. Essas etapas serão analisadas detalhadamente a seguir.

Esse primeiro momento ocorreu em 2006, na administração do Prefeito Carlos Eduardo Alves, caracterizando-se pela averiguação dos processos e pela suspensão das licenças ambientais dadas aos construtores pela própria Prefeitura. Provocado pelo SOS Ponta Negra que denunciou as construções dos espigões nas imediações do Morro do Careca, conforme mencionado, o Ministério Público solicitou estudos técnicos à Subcoordenadoria de Gerenciamento Costeiro do IDEMA, que considerou, sobretudo, o entorno do Morro do Careca e o impacto da verticalização na área (OE4, 2009). De acordo com a Promotoria de Meio Ambiente:

O impacto econômico que esse tipo de empreendimento provoca aqui é grande, eu não falo de valores em relação ao comércio, **eu falo em relação ao turismo. O turista não vem aqui para ver prédio, vem para ver a natureza.** Algumas paisagens são subjetivas, mas outras são tão significativas que se tornam interesse público (OE4, 2009, grifo nosso).

A princípio, a intenção do Ministério Público era ajuizar uma ação civil pública. Contudo, a disposição do Prefeito em reavaliar as licenças concedidas, levou o órgão a remeter, no dia 2 de outubro desse mesmo ano, um laudo técnico solicitando, prioritariamente, o cancelamento da licença ambiental concedida em 2005 à *Solaris Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda.* (OE4, 2009).

Entre os pontos apreciados no documento, o órgão destacou a ausência dos **estudos de impacto visual** e de **comprometimento da rede de esgotamento sanitário**, conforme previstos na Lei Federal nº 6.938, de 1981, atendo-se a SEMURB, apenas, aos aspectos urbanísticos, ou seja, à legislação do Plano Diretor de 1994 (OE4, 2009, grifo nosso). Em

adição ao documento recomendava-se que fossem anuladas todas as demais licenças concedidas para obras superiores a 7,5m, na Vila de Ponta Negra.

Com base nesse laudo, o empreendimento da *Solaris*, que motivou a ação do Ministério Público, foi reavaliado pela Procuradoria Geral do Município – PGM. Esta, por sua vez, concluiu que, em relação ao licenciamento ambiental desse empreendimento, haviam falhas, que deveriam motivar a suspensão liminar da licença, para que fosse realizada uma re-análise das mesmas, concordando, desse modo, com as recomendações do órgão e acrescentando mais um ponto para respaldar a suspensão: **a não remessa do processo ao CONPLAM** (OE4, 2009, grifo nosso).

A polêmica instaurada em torno do caso formou-se, principalmente, porque as licenças ambientais concedidas pela SEMURB atendiam às exigências urbanísticas previstas no Plano Diretor de 1994, que considerava a área da Vila de Ponta Negra, onde estavam sendo erguidos os empreendimentos, Zona de Adensamento Básico sem limite de gabarito. Entretanto, o local específico das construções estava a apenas uma rua (José Bragança) da Zona Especial Turística 1, onde o limite de gabarito era de 7,5 m. Além disso, a área já constava no texto do Plano Diretor de 2007 (em trâmite no CONPLAM na época), para ser transformada em Área Especial de Interesse Social – AEIS. (GRANDES TEMAS, 2006).

Embora essas considerações não sirvam de argumento, porque a licença havia sido concedida com base na legislação anterior (o Plano Diretor de 1994), elas devem remeter a sociedade a uma reflexão: será que a paisagem pode ser dividida a tal ponto para responder ao caráter tecnicista em que se pautam as relações de mercado? Fica a indagação.

Por outro lado, a defesa da paisagem do Morro do Careca encontra respaldo na própria lei, pois, de acordo com a Procuradora Geral do Município, ainda que os empreendimentos atendessem à legislação do Plano Diretor de 1994, não significaria dizer que o licenciamento ambiental não pudesse ser suspenso. (GRANDES TEMAS, 2006).

Segundo a Procuradora, tanto a Lei Municipal quanto a Federal deixam claro a possibilidade de a administração municipal rever seus atos a qualquer tempo, particularmente, quando se trata de licença ambiental, que por seu caráter precário, deveria ser chamada de autorização, visto que não tem caráter definitivo, ao contrário de outras licenças administrativas.

Ela acrescentou que devido à legislação ambiental ser recente, ainda existe a crença de que apenas o Plano Diretor, assim como o Código de Obras<sup>43</sup>, são documentos básicos para se

---

<sup>43</sup> Lei complementar n° 55.

conceder a licença urbanística para se edificar no município, desconsiderando-se que o licenciamento ambiental é avaliado com base nas normas federais e municipais (GRANDES TEMAS, 2006).

Orientado pela PGM, o Prefeito ordenou, no dia 04 de outubro de 2006, a suspensão de todas as obras dos espigões que seriam erguidos próximos ao Morro do Careca. Além do posicionamento da PGM, contribuiu para decisão do Prefeito, o emaranhado de incertezas que emergiram em relação ao traçado exato dos limites da ZET-1, cujas contradições apontam para ações de corrupção, que visavam atender interesses imobiliários independentes, conforme demonstram os relatos a seguir:

[...] existia um conflito, dois conflitos [...] inclusive nós fizemos lá, participamos junto com o Ministério Público [...] o prefeito que pra mim muito ousado, foi fantástica a atitude dele [...] extremamente raro um prefeito fazer isso e ele foi muito ousado porque havia um conflito ali [...] porque [...] a ZET-1 ficava em dúvida em que localização ela estava ali, além da ZET-1 [...] havia a questão de você ter um patrimônio muito importante pra cidade que é o Morro do Careca [...] tem três, dois, três lugares aqui que identifica Natal muito bem [...] o forte dos Reis Magos, o Parque das Dunas e o Morro do Careca [...] é impossível imaginar Natal sem o Morro do Careca [...] (OB2, 2009).

A linha imaginária que a SEMURB traçou, ela segue ali pela Eng. Roberto Freire, entra na Vila e esbarra no Morro do Careca, certo? Em (19)87 essa mesma linha que hoje esbarra no Morro do Careca pela Rua José Bragança, ela era na, exatamente no quarteirão de cima, fazia um, digamos, ela respeitava um pouco mais o descaído do terreno que é o que está previsto na Lei da União e em (19)87 a linha imaginária passava no quarteirão de cima. Em (19)94 essa lei foi alterada e nos registros do Diário Oficial, o mapa que não tem escala, o mapa da área não tem escala, então você pode com uma régua definir a escala interpretada por você, aí, aí já tem um erro aí. Essa linha que em (19)87 passava no quarteirão de cima, ela foi grotescamente rasurada, tentaram apagar essa linha com uma borracha e traçaram uma linha a mão, a mão livre na rua de baixo, então, assim, eu gostaria sim que isso também fosse apurado e isso tá no Diário Oficial de 17 de dezembro de 1987, se não me engano é essa a data do mesmo, eu tenho cópia disso. (GRANDES TEMAS, 2006).

Apesar da decisão do Executivo Municipal, os empreendedores poderiam anexar os estudos pendentes e solicitar novas licenças à SEMURB para construção no local (TRIBUNA DO NORTE, 22/12/2006d). O Prefeito, à época, declarou:

[...] apoiamos e vemos com **júbilo o crescimento da cidade**, mas que seja feito de forma ordenada, respeitando as leis e o bom senso e com relação àquela área de Ponta Negra, o que faltou aos empreendedores **foi justamente o bom senso, pois não precisa ser um técnico para ver que tais construções irão interferir na vista**

**do Morro, causando um impacto ambiental** (TRIBUNA DO NORTE, 4/10/2006a, grifo nosso).

A discussão sobre o crescimento da cidade, a qual o Prefeito faz menção, tem se feito presente em vários discursos. Embora refutado pela prefeitura nesse momento, essa ideologia, juntamente com as atividades do turismo e da construção civil, são elementos básicos, nos quais se fundamentam a confluência de interesses do Estado e do Capital (GOTTDIENER, 1993).

Os grupos contrários ao embargo das obras dos espigões têm feito uso desse mito da ideologia do crescimento e dos conceitos de desenvolvimento no plano local para legitimar a atividade da construção civil e do turismo, ambos aclamados pela sua magnífica capacidade de gerar “emprego e renda”, como demonstram os relatos a seguir (GOTTDIENER, 1993):

[...] a mobilização dos empresários e **trabalhadores do setor** é em defesa da legalidade e da segurança jurídica dos alvarás expedidos. Precisamos ter regras claras e que a lei seja cumprida. Não estamos discutindo **se podemos construir em cima ou em baixo do morro**. Queremos o mínimo de segurança jurídica, sem isso o setor não está podendo trabalhar. **Nosso compromisso é com a geração de emprego e com a preservação do meio ambiente** [...]. (SINDUSCON/RN, SILVIO BEZERRA, TRIBUNA DO NORTE, 19/12/2006c).

A lógica é simples: **aonde chega o investimento (referindo-se ao turismo e a construção civil), chega o capital, o emprego acontece, a renda do povo aumenta, como também aumenta a riqueza de um lugar. É uma indústria sem chaminé, não contamina e cresce com sustentabilidade**. Não há como mudar a regra do jogo em andamento, precisa-se qualificar a mão de obra e isso se faz com educação (OC3, 2009, grifo nosso).

Esse mito do crescimento se popularizou, segundo Lefebvre (2008), exatamente, em virtude do apanágio dos níveis de emprego. Contudo, já na década de 1970, o autor observou a existência de experiências diferentes, alertando que a crença na produção e na produtividade de forma indefinida para alçar novos patamares de crescimento econômico e suprir necessidades materiais e imateriais da sociedade não se sustentava mais. Igualmente, eram seus complementos, a ideologia do crescimento das empresas e dos benefícios gerados pelas técnicas com conseqüências diretas na redução da qualidade de vida dos centros urbanos, destruição da natureza e dos recursos naturais. (LEFEBVRE, 2008).

De acordo com Gottdiener (1993), a ideologia pró-crescimento prega que quanto mais habitação e empreendimentos comerciais, há mais geração de receita. A explicação seria o

aumento da circulação de pessoas, que geraria o incremento das vendas nos estabelecimentos locais, implicando no aumento dos impostos e na geração de mais empregos devido ao gasto local, o que significa que todos sairiam ganhando. Entretanto, essa percepção de que esse crescimento é mitológico já se faz sentir no bairro. Os membros do Movimento SOS Ponta Negra demonstram, conforme relato a seguir, a compreensão de que, na prática, isso não está funcionando:

Primeiro, eu quero deixar muito claro que o tal desenvolvimento pregado pelos construtores: “Vamos construir grandes prédios em seu bairro por que ele vai trazer benefício, vai trazer desenvolvimento”. [...] a gente ta fazendo uma pesquisa no bairro, de atividade comercial mesmo. A gente ta visitando estabelecimentos comerciais, padarias, mercadinhos, bodegas, essas coisas assim [...]. A primeira constatação é: não mudou nada, não incrementou em nada o faturamento deles. Os moradores de grandes prédios, de grandes condomínios, eles não freqüentam o bairro, não andam a pé pelas ruas do bairro, não vão à padaria do bairro, eles vão, eles trazem de fora, eles passam nos grandes supermercados ou padarias do caminho [...] A extinção de antigas ocupações, como rendeiras, pescadores, hoje em dia esse povo ta marginalizado, o pescador, se ele não ta bêbado, ele ta, digamos, se sujeitando a um gringo. Ele ta lavando o carro do gringo, [...] ele ta ciscando o quintal do gringo [...] carregando coisas. Então, ele, em vez dele ta ali pescando, ganhando o dele, ele ta subempregado [...] as rendeiras estão morrendo, não tão conseguindo renovar com as novas gerações, que não está interessada em renda, em tradição, justamente, por essa velocidade de, de progresso, *shopping*, *internet*, carros possantes, felicidade e dinheiro [...] Então, há uma inversão aí de valores e acaba exterminando esse tipo de atividade (MS1, 2009)

O posicionamento das entidades que defendem a não construção dos espigões é semelhante ao que Gottdiener (1993) chama de ideologia do não crescimento, que, segundo o autor, defende que há um desequilíbrio entre a capacidade de infra-estrutura local e a demanda de pessoas e empreendimentos na cidade, que a redução de impostos é superada por novas necessidades de gastos fiscais e que há um aumento dos níveis de poluição, do trânsito, da criminalidade e da violência, conforme atesta o relato anterior, indicando que o contexto empírico tem refutado, veementemente, os resultados positivos apontados pela ideologia pró-crescimento.

Observa-se que essas idéias são corroboradas pelo Presidente da Associação dos Moradores da Vila de Ponta Negra, que salientou a ausência de condições de esgotamento sanitário adequado no bairro para receber tais empreendimentos e, particularmente, sobre a Vila, ressaltou suas ruas estreitas, que não comportam tráfego intenso de veículos, e o aumento do tráfico de drogas, em sua opinião associado à entrada de novos moradores, visto que eles consomem as drogas estimulando o comércio ilícito no local e o envolvimento de

adolescentes no tráfico de entorpecentes, além do aumento da violência, que já se verifica na Vila, devido ao crescimento econômico que confiscou parte da Vila. (OB7, 2009).

Alguns elementos indicam que os atores sociais envolvidos na urbanização de Ponta Negra, articulam-se e agem em redes amorfas para viabilizarem seus interesses nesse espaço, sejam aqueles que atuam no âmbito da ideologia pró-crescimento ou da ideologia do não crescimento, sendo que os da ideologia pró-crescimento parecem camuflar determinadas conexões. Para levar a termo essa hipótese, partiu-se, inicialmente, da coincidência verificada entre os discursos dos atores sociais do mercado imobiliário e do Presidente do Conselho Comunitário de Ponta Negra<sup>44</sup>, conforme o relato a seguir:

[...] se esses prédios tivesse saído, isso a dois anos atrás (2006), a estrutura aqui tava levantada, tava melhorada, num tava como se falam aí. Disseram que esses prédios aqui ia tirar a ventilação do morro, ia [...] o meio-ambiente ia estragar, isso não é uma verdade. [...] **Então nós queremos e desejamo prá gerar emprego e renda prá essa comunidade crescer e valorizar aqui.** [...] eles assinaram mil e duzentas (1.200) assinaturas prá razão que pessoas desempregadas dessas obra que foram embargado, chorando na minha casa [...] **tinha cinco (5) meses com carteira assinada e foi embargado [...].** Eu abracei a razão. [...] eu, eu estava lá com uma faixa bem grande dizendo: *Prefeito, deixe o povo trabalhar! Pedindo emprego!* Quer dizer eu pedindo que: **que a gente quer crescer, num pode ficar parado no tempo.** [...] **Eu desejaria muito que no Plano Diretor tivesse a liberdade de crescer. A gente foi parado no tempo.** [...] O Prefeito tava defendendo interesse, por exemplo, de uma certa empresa (OB4, 2009).

No entanto, o que parecia mero acaso, mereceu uma análise despida de ingenuidade, daí observou-se que essa é a primeira vez na história do bairro que a entidade é presidida por um Presidente com idéias completamente divergentes em relação às diretorias passadas (OB7, 2009). Não obstante, verificou-se que o Conselho Comunitário é a única entidade entrevistada no bairro que comunga das ideias do pró-crescimento e, além disso, os relatos a seguir reforçam a hipótese de cooptação dessa entidade pela rede pró-crescimento, considerada a mais importante, porque representa todo o bairro. Não obstante, conforme um dos entrevistados:

---

<sup>44</sup> O Presidente Emanuel Damasceno tem 52 anos, era menino de rua e veio morar em Ponta Negra com 9 anos de idade no Antigo Patronato. Foi adotado por uma família que o levou para ser jardineiro. Ele possui pouca instrução e apresentou um discurso com muitas frases prontas. (OB4, 2009).

[...] na eleição do Conselho chegou por lá um carro com uma grade de cana (aguardente) pro povo e ali cachaça é igual a doce na boca de menino [...] é muito papudinho, é só o que eles gostam, mas ninguém sabe de onde saiu o dinheiro, só desconfia, todo mundo, assim desconfia, mas ninguém não viu, né? Pra provar, dizer, eu vi quem foi que deu [...] (NB4, 2009).

[...] tem influência do poder econômico por trás porque quando tem qualquer coisa ai (no Conselho) vem carro de som, tudo passa o dia todo divulgando e a gente sabe que o Conselho não arrecada, não tem verba nada [...] de onde sai o dinheiro? [...] (NB3, 2009).

Gottdiener (1993) aborda essa questão quando trata das características que diferenciam a atuação das redes de crescimento ou desenvolvimento, em relação aos atores sociais que agem individualmente. O autor explica que as coligações articuladas dentro das redes de crescimento, podem incluir elementos de fora da classe capitalista, como os trabalhadores, os sindicatos, lideranças comunitárias entre outros.

Segundo Gottdiener (1993), esses indivíduos se encarregam de defender ativamente a ideologia pró-crescimento, que ganha maior poder de convencimento e legitimidade pública, simplesmente, porque as comunidades, para o bom clima dos negócios, precisam aceitar os interesses desenvolvimentistas, de forma positiva<sup>45</sup>. O autor adverte que essas redes utilizam-se de manobras corruptas para agilizar seus projetos e o crescimento rápido, sem, entretanto, manifestar seu desejo real abertamente.

Nesse sentido, a análise de Lima (2001) sobre os Planos Diretores de Natal até 1994, enfatiza que os atores sociais que defendem o crescimento da cidade, a exemplo do SINDUSCON/RN e do CRECI/RN, já estão habituados a influenciarem e exercerem pressão em defesa dos seus interesses no processo de planejamento urbanístico da cidade; pois sabem que o domínio do espaço é feito através desse instrumento (SOJA, 1993).

No que concerne aos moradores do bairro, esse interesse é mais recente, mas foi ampliado a partir do Movimento SOS Ponta Negra com o:

[...] envolvimento em busca de soluções, tanto pra questão da drenagem, quanto pra questão de esgotamento sanitário e [...] veio a culminar com a questão do Plano Diretor, né? Quando o Plano Diretor foi revisado agora em 2007, quando eu estava sendo encaminhada para a Câmara nós observando tudo isso que estava acontecendo em nosso bairro, um grupo de moradores começou a se reunir já também como decorrência do SOS Ponta Negra [...], então dentro das reuniões do SOS

<sup>45</sup> Observação da pesquisadora: no caso empírico observa-se que os atores do mercado imobiliário esperam que a comunidade receba as idéias desenvolvimentistas não apenas de bom grado, mas de forma pitoresca, ou seja, que concebam a verticalização de suas áreas como a configuração de uma beleza plástica apreciável, termo utilizado pelo Presidente do CRECI/RN no Programa Grandes Temas da TVU (2006).

aconteceram, aconteceu de um grupo de moradores se interessar pelo Plano Diretor, e esse grupo de moradores terminou apresentando uma proposta de Plano Setorial e da Área Especial de Interesse Social - AEIS para Ponta Negra e essa proposta foi aprovada, então [...] esse Plano Setorial e a AEIS, ele deu o que agente costuma chamar de um “freio de arrumação” em Ponta Negra, porque, é disciplinou e limitou as construções, pelo menos de 2007 pra cá nenhuma licença mais foi concedida pra construção desses espigões maiores aqui em Ponta Negra. Só que quando nos conseguimos aprovar a, essa emenda do Plano Setorial que limita as construções no bairro a quatro andares somente, é já tinham licenciado 139 novos empreendimentos que são esses que a gente vê sendo construídos aqui né? Então, o que nos preocupa no momento é porque esse plano tinha um prazo de 12 meses pra ser regulamentado, e até agora ninguém falou do assunto e o Plano Diretor já vai ser revisado no próximo ano não é? Então é mais uma coisa que nós estamos discutindo, procurando apoio na universidade apoio vamos dizer assim técnico na universidade pra a elaboração dessas propostas pra quando o processo de revisão do plano for deflagrado nós tenhamos novamente como na época do plano diretor nós tenhamos argumentos pra sustentar [...] essa nossa teoria que agente não pode mais verticalizar o bairro de Ponta Negra, a estrutura é muito frágil não é? A estrutura mesmo natural, geológica de Natal não suporta [...] e também porque o chama de Ponta Negra é essa beleza natural que ela tem [...] (MS2, 2009).

Para elaboração dessas propostas, referentes ao Plano Setorial (art. 90, cap. VIII) e a Área de Interesse Social – AEIS (artigo 22), o grupo da ideologia do “não crescimento”, contou com o apoio técnico de equipes da UFRN. E, para pressionar os vereadores na votação de seus interesses, o SOS Ponta Negra conseguiu mobilizar um número significativo de pessoas do bairro e levá-los para a Câmara Municipal de Natal, no dia 9 de maio de 2007, quando ocorreu a votação do Plano Diretor (MS1, 2009).

Apesar das propostas, certamente, contrariarem interesses imobiliários no bairro, a Câmara Municipal de Natal aprovou o Plano Setorial e a demarcação da AEIS de Ponta Negra, sem muito desgaste. Na análise das imagens do dia da votação conclui-se que essas propostas aprovadas não foram o principal foco das discussões na Câmara, concentradas nas pressões exercidas em torno das emendas à liberação das construções na Zona Norte e nas franjas do Parque das Dunas.

Cabe, aqui, explicar, de forma sintética, o que significa uma AEIS, haja vista sua importância para compreensão de outros aspectos empíricos, que serão analisados, posteriormente. A Área Especial de Interesse Social é um dos instrumentos de gestão urbana previsto no Plano Diretor de Natal de 1994. É uma área destinada à produção, manutenção e recuperação de habitações de interesse social (LIMA, 2001). Por essa razão, prevê uma regulamentação de uso e ocupação do solo específica, conforme pode ser verificado no Plano Diretor de 2007, em seu Art. 24. Nesse sentido, a AEIS de Ponta Negra, tem como argumento central a existência de:

[...] terrenos ocupados por assentamentos com famílias de renda predominante de até 3 (três) salários mínimos, que se encontram em área de implantação ou de influência de empreendimentos de impacto econômico e submetido a processos de valorização imobiliária incompatíveis com as condições sócio-econômicas e culturais da população residente (NATAL/PLANO DIRETOR, 2007, artigo 22, inciso II).

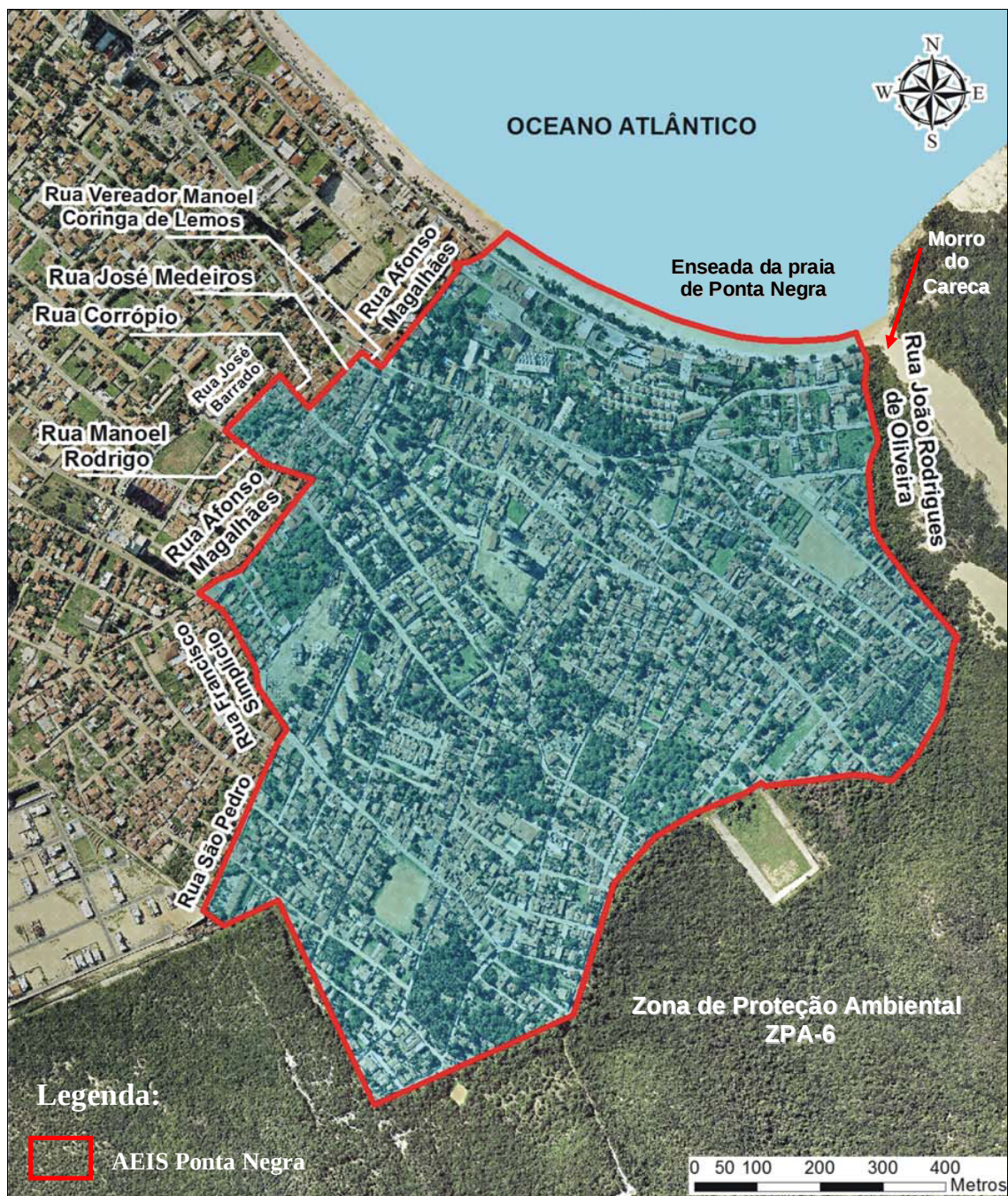
Embora a AEIS Ponta Negra esteja demarcada e o Plano Setorial aprovado, ambos não foram regulamentados em função da força política contrária na Câmara Municipal de Natal, conforme relato a seguir, não obstante, fica proibido: “(I) – novos desmembramentos ou remembramentos, exceto para os usos institucionais e áreas verdes e, (II) – o gabarito superior a 7,5 m (sete metros e meio)” (NATAL/PLANO DIRETOR, 2007, art. 25):

[...] **os vereadores interessados em transformar a cidade** pra melhor **não tem a força e o peso pra colocar isso em pauta e aprovar** isso do jeito que está, então, vai ser uma, um braço de ferro, uma briga ainda, e o Plano Setorial e a AEIS tem apoio de, da Universidade (UFRN), então tem Departamento de Arquitetura envolvido, o de Geografia, a própria comunidade tá envolvida. E enquanto não houver o interesse real do Poder Legislativo em aprovar isso para o Executivo, Prefeitura executar, a gente vai continuar na mesma [...] (MSI, 2009, grifo nosso).

A área do bairro onde foi demarcada a AEIS é dotada de características singulares e irreplicáveis. Situa-se em um ponto que congrega a enseada da praia de Ponta Negra, e margeada por imponente vegetação de dunas e complexo dunar singular onde a duna principal é Morro do Careca, situados na Zona de Proteção Ambiental – ZPA-6, sobre a qual foi construída tanto a identidade cultural da cidade, quanto à identidade do mercado de paisagens (Mapa 4).

Os interesses contrários a manutenção da AEIS representam diferenças concretas entre os atores, elas refletem a própria dialética do espaço, na qual de um lado, estão aqueles que defendem o valor de uso do espaço, que produz o espaço social, e do outro, o valor de troca, que produz o espaço abstrato (LEFEBVRE, 2001; 2006).

Ademais, não se pode perder de vista que as novas raridades presentes naquele local representam, além da identidade cultural da cidade, a fonte de exploração para o mercado de paisagem, particularmente, o visual do Morro do Careca que estampa encartes de diversos empreendimentos imobiliários lançados no bairro (figura 6), com seus apartamentos de segunda residência voltados, principalmente, aos turistas estrangeiros. (LEFEBVRE, 2008).



Fonte: Natal (2009b) (Adaptado pela autora).

**Mapa 4:** Mapa da imagem aérea da Área Especial de Interesse Social – AEIS de Ponta Negra, que compreende uma fração do espaço da Vila de Ponta Negra, margeando as encostas do Morro do Careca e a Zona de Proteção Ambiental – ZPA-6.



Fonte: Piter (2007)

**Figura 6: A natureza vendida (Morro do Careca) pelos atores do mercado imobiliário como diferencial dos empreendimentos lançados ao mercado externo (em 2007)**

É a natureza transformada em espetáculo com tempo certo de duração. Filmes, cartazes, folhetos, guias turísticos e anúncios vendem as representações da paisagem enquanto “[...] a ideologia do turismo faz da geografia uma das formas de consumo de massa: multidões cada vez mais numerosas são tomadas por uma verdadeira vertigem faminta de paisagens, fontes de emoções estéticas, mais ou menos codificadas” (LACOSTE, 1988, p. 34).

Um representante do setor imobiliário, quando indagado sobre qual o foco dos investimentos no mercado interno e externo, confirma qual o interesse maior do mercado: “[...] a mais interessante para nós são as segundas residências. A explicação é simples: aqui, a gente tem sol o ano inteiro, mar, lagoa, dunas, matas, belezas naturais incomparáveis, brisa, uma posição geográfica excelente e um preço de encher os olhos” (OC3, 2009).

Como já dito anteriormente, esses elementos estão incorporados no conjunto das novas raridades e constituem, conjuntamente com o espaço, o epicentro das novas lutas urbanas. (LEFEBVRE, 2008).

Portanto, é em função delas que se deve compreender a luta em torno da regulamentação ou não da AEIS. Todavia, os interesses do mercado imobiliário e os argumentos contrários a esse instrumento de gestão urbana (AEIS) são camuflados por discursos de ordem moral e pela ideologia pró-crescimento, conforme os relatos a seguir, o primeiro, ainda que a respeito da AEIS de Mãe Luiza, é potencial para a análise, porque pode ser transposto para qualquer AEIS:

[...] os moradores perderam o arbítrio sobre suas propriedades. É um absurdo. Se o morador de Mãe Luíza quer aumentar sua propriedade, seu negócio, não pode. Ninguém pode melhorar de vida. É o único bairro de Natal onde as pessoas não podem decidir sobre seu futuro. [...] dizer que a implantação de grandes empreendimentos expulsaria os moradores originais é subestimar a inteligência e a capacidade deles. Se uma coisa hoje vale R\$ 10 mil, pode ser vendido por outro preço maior lá adiante. Além disso, a pessoa tem **o direito de decidir. Se alguém se propõe comprar o imóvel, o morador só vende se quiser.** Isso que eles chamam de expulsão branca não existe. [...] se os parâmetros fossem modificados, o bairro iria poder contar com novos tipos de empresas como academias, escolas, lojas, **que trariam mais empregos e desenvolvimento.** Sabemos que há violência em todos os bairros. **Mas este atraso possibilita que esse problema exista ali.** Todo dia os jornais mostram isso. Sobre a questão da supervalorização do IPTU, isso é fácil. É só estipular que o imposto só aumente para um imóvel se ele for vendido, não havendo assim a supervalorização por outros imóveis maiores. Em que estudos se basearam a lei 4.663 (da AEIS), duvido que a população tenha participado, de fato, do processo. Eu nunca vi nenhuma pesquisa, pesquisa é uma coisa, enquete é outra. Então mostrem o que foi realizado. (SINDUSCON/RN<sup>46</sup>, TRIBUNA DO NORTE, 30/03/2007, grifo nosso).

[...] aquela área lá da Vila de Ponta Negra, que hoje é uma Área de Interesse Social, particularmente eu acho que não deveria ter sido transformada em Área de Interesse Social, que deveria ser uma área de interesse turístico. Se poderia até dizer: **Não, não vai mais se construir. Mas, Área de Interesse Social prejudicou muito a própria comunidade local.** [...] por exemplo, eu moro lá na Vila de Ponta Negra e tenho, moro numa casa pequena, o meu vizinho tem uma casinha também pequena e ele vai se mudar, e eu tenho algum dinheiro e queria comprar a casa dele e aumentar a minha casa [...]. Aí **o Plano Diretor ele não vai me permitir eu juntar essas duas casas, que eu não posso porque ali é uma Área de Interesse Social.** Então a própria população ela foi penalizada. (OC2, SINDUSCON/RN, 2009)

Conforme abordado, anteriormente, a gestão em exercício no Conselho Comunitário de Ponta Negra, em consonância com suas idéias pró-crescimento, é contrária à demarcação da AEIS, declarando:

Nós vamos ficar uma favela! [...] Antes, talvez a mensagem aqui (no Conselho) era mais **prá parar no tempo.** [...] no popular, se diz ser expulso. Mas a realidade num é essa. Com essa AEIS **desvaloriza os imóveis dos pequenos proprietário** [...] Eu tenho como prova, como realidade, pessoas e famílias que venderam sua casinha por um **preço tão bom**, era uma casinha cano aos pedaço [...] Hoje ele ta numa casa linda, maravilhosa pelo dinheirinho que ele ganhou. Comprou um sítio lá no interior, lá no Pium [...] **lá num sei aonde, ta feliz** [...] ele vivia na míngua, sofreno. Perdeu [...] muitas pessoas **chora até hoje porque deixou de vender a casinha dele** [...] **Olha só ponha essa frase, que essas obras saiam com ordenamento. Essa comunidade vai crescer.** As estrutura melhora, as ruas é nos buraco! Nas lama, nas esquina. Se abre a estrutura das ruas, se arranja uma solução. A gente num pode ficar num, isso aqui num é Vila não, **aqui é Ponta Negra legítima!** Vila porque no popular botaro vila (OB4, 2009, grifo nosso).

---

<sup>46</sup> Silvio Bezerra

Indagado sobre o suposto abaixo-assinado que membros da gestão do Conselho estavam organizando para minar a regulamentação da AEIS na Câmara Municipal de Natal, um dos membros da Associação da Vila de Ponta Negra declarou:

[...] Se vocês fizessem, perguntassem a eles mais ou menos o que é a AEIS? O que é Área de Interesse Social? Num sabe nem o que é [...] Então, é, é eu acredito que ta **sendo induzido por fora disso aí, por trás disso aí a gente sabe que tem algumas influências do poder aquisitivo, poder econômico por trás. Isso é uma luta muito grande que eles tão, porque eu digo isso, porque eu já fui procurado.** [...] a forma que ta sendo conduzida, ta sendo assim: **Olhe, você assine aqui porque aqui se tiver construção vai ser bom, emprego pras pessoas** [...] isso é uma idéia que tão jogando, essa idéia, nasceu, num tinha não? Tem pessoas levando essa bandeira, mostrando: **Não, você deixa de vender sua casa, se desvaloriza** (OB7, 2009, grifo nosso).

Não obstante, é importante considerar que além desse conflito ideológico, relativo aos conceitos de crescimento ou desenvolvimento, o valor da terra, como afirmou Gottdiener (1993), é um produto social, que pode ser, potencialmente, explorado por indivíduos, independente do seu extrato social, pois, além do seu valor de troca ser versátil, tende a valorização, progressivamente, devido às relações capitalistas que impõem essa condição.

Observa-se que essa “oportunidade” de participar do mercado de terras é, aparentemente, mais ilusória do que real para determinadas frações de classe, principalmente, para aqueles que possuem apenas a propriedade onde reside. Por outro lado, é perceptível que essa oportunidade se transformasse em “direito”, funcionando como um mecanismo que finda por agregar substância à ideologia pró-crescimento, pois, lhe confere uma conotação moral, de liberdade e de democracia.

Entretanto, famílias muito pobres participam desse mercado de terras uma única vez e, ao invés, de mudar para uma vida melhor, como demonstra o relato acima, retornam ao lugar de origem em uma condição inferior aquela que possuíam anteriormente, conforme sugerem os relatos a seguir:

A área de interesse social é, primeiro ela precisa ser regulamentada pra não correr risco de sofrer outro tipo de interferência, como aquela das construções dos prédios, que a gente sabe que é a coisa que vai fazer é expulsar as pessoas que moram ai pra lugares assim não muito recomendados, **agente tem experiência de pessoas que**

**moravam em favelas e saíram pra morar nesses outros lugares para onde a prefeitura levou e que essas pessoas hoje estão sofrendo as consequências dessa distância, porque o ganha pão deles é aqui, então eles tem que vir ficam aqui e dormem na casa de parentes, né? Então tem toda uma situação complicada dessas pessoas [...]** (MS1, 2009, grifo nosso).

Já tem muita gente arrependida porque vendeu. Os que saíram aqui da frente, que foram mais prá dentro, num tem mais prá onde eles ir. [...] A Vila começou aqui! (na rua da igreja). Esse pedaço aqui era valioso! Quem ta morando lá dentro ta arrependido. Até minha mãe e minha irmã, que vendeu aqui prá ir pro fundo, os fundos do terreno pro mar (que elas tinham antes), saiu e foi morar ali e ta no inferno, ta, ta, já foi na Zona Norte atrás de comprar casa prá, prá, porque lá num pode dormir, num pode, é, é briga, é bala direto, é droga na porta o tempo todinho [...] foi muita gente morar na Zona Norte [...] **muitos que já foram prá lá, prá fora, gastaram o que tinha, o que vendero e vem passear aqui e num tem condições mais de voltar prá cá. Porque num pode, nem ficar perto da família mais, porque o que aconteceu foi muitos que voltaram e a família, cedero e ficaro aquela, aquelas vilinha, fazendo vilinha dento da Vila. Um pai cedendo um quartinho e, por quê? Porque o meio de vida aqui tem muito mais, porque tem a praia que é uma, tem muito comércio, muita coisa de viverem [...]** Sair daqui prá ir pro Pium, por exemplo, Pium, Parnamirim lá prá dentro, mas não Parnamirim Centro, **é prum canto bem distante onde eles vão** (OB7, 2009, grifo nosso)

Como identificou Gottdiener (1993), a ideologia do crescimento é compartilhada não apenas pelas classes capitalistas, mas também pelos governos locais, que necessitam do crescimento para sobreviver e sustentar sua burocracia.

Essa sólida coincidência de interesses é notória entre os representantes do setor público de Natal, que lidam com o turismo e com as questões urbanas na cidade. Na opinião deles, a solução para o desenvolvimento econômico e social da Vila não perpassa pela segurança da manutenção da terra nas mãos dos nativos, considerada fonte de poder social, segundo Harvey (1992). Ao contrário, a venda das mesmas é a carta de “alforria de cada um deles” (grifo nosso).

É interessante notar nos relatos a seguir dos atores públicos, que além da felicidade e da qualidade de vida estarem associadas, de modo inquestionável a valores monetários, o “econômico sempre se vincula a uma ordem moral”, como afirmou Lefebvre (2008, p. 128).

[...] Eu acho que é uma burrice porque **você impede que aquela pessoa que é pobre possa exercer o direito de ficar rica** [...] Porque às vezes você tem um casebre lá que vale cinco, dez mil reais e às vezes tem alguém interessado em pagar cinquenta e a pessoa não pode vender [...] **isso é uma forma de condená-las a ficarem pobres**, você diz: **olhe você não pode vender sua casa** [...] Se você chegar pra uma pessoa e disser escolha um lugar pra morar [...] ela vai dizer eu quero morar no *Green Village*, eu quero morar em *Alfaville*, eu quero morar num apartamento em Área Preta, eu quero morar na Getulio Vargas [...] ninguém quer viver na pobreza [...] Mas você quer que outra pessoa viva lá, né? **Pra ela preservar a identidade cultural, pra você ir lá uma vez por mês assistir um espetáculo, né? Você que ir**

**lá passear na praia e quer ver um cara lá de sunga puxando uma rede de pescador.** Você já perguntou se essa é a vida que ele quer pro filho dele? Você acha que um pescador quer que o filho dele seja pescador? É claro que ele não quer [...] mas a gente vem com essa historinha de tutelar as pessoas [...] não, você vai ter que preservar sua identidade você vai viver nu lá dentro da Amazônia, porque você tem quer ser índio [...] não deixe nunca de ser índio é muito bom, mas você não é índio, mas ele tem que ser índio [...] ninguém quer ficar estacionado na vida não [...] **você quer ganhar dinheiro, comprar carro novo, ter um celular bom, chegar em casa e ter uma casa arrumada, ter uma geladeira nova, ter uma sala de estar bonita pra chamar seus amigos, ter um som pra fazer festa, ter uma piscina [...] você adora ir para um churrasco para se divertir [...], mas você quer que ele preserve a identidade cultural dele [...] você quer ir para o carnatal, comprar um abada, morrer de tomar cachaça [...] tem que ser por escolha dela e não por escolha sua [...]** (OE1, 2009, grifo nosso).

A gente tem se deparado com um dilema muito grande [...] Por que é, muitos moradores de Ponta Negra já inclusive apresentaram, é... Abaixo assinado, tal, que não concorda que aquela área seja uma AEIS, não é? Teve até um cidadão, **Presidente (do Conselho)** de uma entidade lá, chegou até a enviar para o COMPLAN, Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente, esse documento [...] eles chegaram a fazer enquête, chegaram também a fazer é, abaixo assinado, e que segundo ele, a maioria dos moradores é contra a AEIS, não é? **E tem um pessoal, principalmente ligado a Universidade Federal do Rio Grande do Norte que defende a AEIS.** [...] pelas informações que a gente recebe dos diversos segmentos, **seja do segmento empresarial, seja do segmento moradores do próprio local [...]** eles entendem que deveria ter **flexibilidade pra eles fazerem da sua terra, do seu terreno, da sua residência, da sua edificação, do seu imóvel, aquilo que eles mais, acharem que é melhor pra sua família,** e a AEIS de certa forma ela amarra [...] **desvaloriza o imóvel.** Por outro lado, a AEIS ela termina garantindo que a população de baixa renda possa morar numa área é, nobre da cidade [...] Então o que a gente às vezes se pergunta, e os próprios moradores se perguntam: mas será que nós queremos ficar nesse local? Alguns deles questionam e dizem isso pra gente: **olha, eu preferia sair desse local e morar num local menos nobre, mas com dinheiro que eu pudesse construir uma edificação pra mim morar,** ou seja, tem gente que mora num pequeno, numa pequena edificação de 20, 30 m<sup>2</sup> na Vila de Ponta Negra, que se houvesse a possibilidade de remembramento, se não fosse uma AEIS, **ela podia vender pelo um valor tal, que ela podia morar noutro local, numa edificação bem melhor. Ou seja, com uma melhor qualidade de vida, no que diz respeito a sua moradia.** [...] (OM3, 2009, grifo nosso).

É fundamental ressaltar a capacidade de manipulação que as redes pró-crescimento, atuantes na cidade, têm demonstrado nos últimos anos. Assim como observou Gottdiener (1993) apud Gottdiener (1977), em seu estudo em um distrito de *Long Island*, onde identificou um grupo seletivo de líderes políticos, funcionários da cidade, advogados, empreendedores e especuladores, que trabalhavam juntos para viabilizar o crescimento em prol do próprio grupo.

Em Natal, uma investigação do Ministério Público, denominada de “operação impacto”, detectou o envolvimento de atores públicos no favorecimento de interesses particulares através da compra e venda de voto, a princípio envolvendo vereadores e

corretores imobiliários, interessados em aprovar emendas para seus próprios e múltiplos propósitos no processo legislativo de elaboração do Plano Diretor de 2007.

Em decorrência das investigações, o Ministério Público do Rio Grande do Norte indiciou vinte e duas pessoas<sup>47</sup>, no dia 23 de julho de 2008, ao Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Natal (NO MINUTO, 24/07/2008).

A possibilidade concedida aos construtores de reenviarem seus projetos, solicitando novas licenças ambientais a SEMURBE, resultou em uma segunda etapa do caso dos espigões, ocorrido neste ano de 2010.

Após as licenças ambientais terem recebido suspensão liminar, os empreendedores imobiliários entraram com ações judiciais pleiteando a liberação das obras, que estavam sendo analisadas pela justiça. No dia 26 de janeiro de 2010, um juiz, acompanhado de um representante do Ministério Público, visitou os empreendimentos no intuito de emitir seu parecer sobre a continuidade ou não das obras. Na ocasião, descobriram que uma das obras embargadas em 2006 – o condomínio *Brasília Residence*, também conhecido por *Flat* da Vila de Ponta Negra, da CTE Engenharia – havia sido novamente liberado pela SEMURB (TN, 27/01/2010).

O Secretário da SEMURB, quando indagado sobre a atuação e a importância do Ministério Público, da Câmara Municipal, da SEMURB e do chefe do Executivo, respondeu:

Em primeiro lugar essas quatro instituições (atores) deveriam estar trabalhando juntas. Eu não vejo a necessidade e não consigo conceber, **se todo mundo tem interesse numa Natal melhor, haver uma quebra de braço entre várias instituições, todas são importantes, né?** Cada um na sua, fazendo o seu papel, mas de forma integrada. E não há essa integração. **Nós estamos buscando agora, a integração com o Ministério Público, com a Câmara Municipal, não é?** (OM3, 2009).

---

<sup>47</sup> Foram denunciados pelo Ministério Público pela prática do crime de corrupção passiva os vereadores: Emilson Medeiros dos Santos, Dickson Ricardo Nasser dos Santos, Geraldo Ramos dos Santos Neto, Tirso Renato Dantas, Adão Eridan de Andrade, Adenúbio de Melo Gonzaga, Aluisio Machado Cunha, Antônio Carlos Jesus dos Santos, Júlio Henrique Nunes Protásio da Silva, Francisco Sales de Aquino Neto, **Edson (Sargento) Siqueira de Lima**, Salatiel Maciel de Souza, Edivan Martins Teixeira, Sid Marques Fonseca, Klaus Charlie Nogueira Serafim de Melo, Francisco de Assis de Souza e Herme Soares Fonseca. Foi denunciado pelo Ministério Público pelos crimes de corrupção ativa e lavagem de dinheiro: **Ricardo Cabral Abreu (principal sócio da Abreu Imóveis, uma das agências mais atuantes na cidade)**. Pelo crime de corrupção ativa: Cristiane Barreto Amaral Abreu. E pela prática do crime de lavagem de dinheiro: José Cabral Fagundes, João Francisco Garcia Hernandez e Joseilton Fonseca da Silva. (NO MINUTO, 24/07/2008).

Na prática, a liberação do empreendimento *Brasilis Residence* demonstrou que a SEMURB não está buscando essa integração, como declarou o Secretário, uma vez que essa obra foi alvo desde 2006, de inúmeras discussões e protestos por parte da sociedade civil.

Portanto, não fazia sentido que sua reautorização fosse feita sem nenhuma comunicação prévia aos órgãos envolvidos e em pleno mês de janeiro, durante o recesso da Câmara Municipal de Natal e do Ministério Público do RN (TN, 28/01/2010).

O discurso do Secretário da SEMURB, ao afirmar que “não há na legislação ambiental e urbanística nada que impeça a construção”, demonstra que ele não concordara com a necessidade de estudos de impactos paisagísticos e da rede de esgotamento sanitário (Lei Federal nº 6.938, de 1981), conforme havia sido determinado no processo pela Procuradoria Geral do Município. Da primeira etapa do caso, apenas, uma das determinações fora considerada, a submissão do empreendimento à avaliação do CONPLAM (TN, 28/01/2010). Nesse Conselho o empreendimento recebeu aprovação unânime.

Dos que votaram a favor da liberação da licença, conforme a lista abaixo (figura 7) registra-se: o representante da Associação Profissional dos Geólogos do RN – AGERN, Francisco Assuero B. de França; o representante da Câmara Municipal de Natal, o Vereador Raniere Barbosa; o representante do Exército Brasileiro, Edson Massayuri Hiroshi; o representante da Federação do Comércio – FECOMERCIO RN, Ronald Gurgel; o representante da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte – FIERN, a suplente Ana Adalgisa Dias Paulino (o titular Sílvio Bezerra não votou); o representante do Governo do Estado, o suplente Aldo Medeiros Júnior (o titular Fábio Ricardo Silva Góis não votou); o representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil Seção RN – IAB, Nélio Lúcio Archanjo; o representante do Sindicato dos Economistas, Davi Queiroz de Medeiros; o representante do Sindicato dos Sociólogos, Suplente Keila Brandão Cavalcanti (o titular Manoel Matias Filho não votou); o representante da UFRN, Fabrício de Paula Leitão; o Presidente do CONPLAN, o Secretário de Meio Ambiente e Urbanismo, Kalazans Bezerra, se absteve de votar; já o Vice-Presidente, Fabrício de Paula Leitão, votou favorável, mas não representando o CONPLAM e, sim, representando a UFRN. Os representantes da Aeronáutica, Clube dos Engenheiros, Federação dos Conselhos Comunitários e Entidades Benéficas do Estado do RN – FECEB, Instituto Histórico e Geográfico, Marinha e OAB, não votaram. Portanto, **dez representantes votaram a favor e 7 se abstiveram de votar. Não houve um voto contra** (SOS PONTA NEGRA, 2009, grifo nosso).

CONPLAM - Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente

**FOLHA DE VOTAÇÃO**

Gestão: 16ª Extraordinária Data: 08/12/09  
 Processo nº: 032448/2007-89 Interessado: \_\_\_\_\_  
 Cons. Relator: Neio Arohanjo Presidente: \_\_\_\_\_

| ENTIDADE          | CONSELHEIRO                        | FRAÇÃO          | VOTO |     |      | O |
|-------------------|------------------------------------|-----------------|------|-----|------|---|
|                   |                                    |                 | SIM  | NÃO | ABS. |   |
| 1 CONPLAM         | Kalazans Louzã Bezerra da Silva    | Presidente      |      |     |      |   |
|                   | Fabrizio de Paula Leitão           | Vice-Presidente |      |     |      |   |
| 2 Aeronáutica     | José Bonifácio da S. Neto          | Titular         |      |     |      |   |
|                   | Raimundo Nonato Mota               | Suplente        |      |     |      |   |
| 3 AGERN           | Francisco Assuero B. de França     | Titular         | X    | X   |      |   |
|                   |                                    | Suplente        |      |     |      |   |
| 4 Câmara          | Raniero de Medeiros Barbosa        | Titular         | X    | X   |      |   |
|                   | Maurício Gurgel Praxedes Filho     | Suplente        |      |     |      |   |
| 5 Clube Engº      | Wilson Luz Cardoso                 | Titular         |      |     |      |   |
|                   | Claudio Negreiros Bezerra          | Suplente        |      |     |      |   |
| 6 Exército        | Edson Masayuki Hiroshi             | Titular         | X    | X   |      |   |
|                   | Claudio Alexandre de A. Freitas    | Suplente        |      |     |      |   |
| 7 FECEB           | Daysson Marques de Moura           | Titular         |      |     |      |   |
|                   | José Vicente de Assis              | Suplente        |      |     |      |   |
| 8 Fecomercio      | Ronald Gurgel                      | Titular         | X    | X   |      |   |
|                   | Cecilio Francisco Neto             | Suplente        |      |     |      |   |
| 9 FIERN           | Silvio de Araújo Bezerra           | Titular         | X    | X   |      |   |
|                   | Ana Adalgisa Dias Paulino          | Suplente        |      |     |      |   |
| 10 Governo RN     | Fabio Ricardo Silva Góes           | Titular         | X    | X   |      |   |
|                   | Aldo Medeiros Junior               | Suplente        |      |     |      |   |
| 11 IAB            | Neio Lúcio Arohanjo                | Titular         | X    | X   |      |   |
|                   | Luciano Luiz Paiva de Barros       | Suplente        |      |     |      |   |
| 12 Inst.Hist.Geo. | Gutenberg Medeiros Costa           | Titular         |      |     |      |   |
|                   | Edgard Ramalho Dantas              | Suplente        |      |     |      |   |
| 13 Marinha        | Francisco José S. de Vasconcellos  | Titular         |      |     |      |   |
|                   | Marcos da Cunha Borges             | Suplente        |      |     |      |   |
| 14 OAB            | Marcelo Maranhão Alves Cardoso     | Titular         |      |     |      |   |
|                   | Carlos Frederico Vieira Pires      | Suplente        |      |     |      |   |
| 15 Sind. Econ.    | Davi Queiroz de Medeiros           | Titular         | X    | X   |      |   |
|                   | Francisca Elionete de L. Rodrigues | Suplente        |      |     |      |   |
| 16 Sind. Soc.     | Manoel Matias Filho                | Titular         |      |     |      |   |
|                   | Keila Brandão Cavalcanti           | Suplente        | X    | X   |      |   |
| 17 UFRN           | Fabrizio de Paula Leitão           | Titular         | X    | X   |      |   |
|                   | Maria Cristina de Moraes           | Suplente        |      |     |      |   |
| TOTALIZAÇÃO:      |                                    |                 | 12   | 16  |      |   |

Fonte: SOS PONTA NEGRA (2010)

**Figura 7: Documento da folha de votação do Conselho Municipal de Planejamento Urbano e Meio Ambiente – CONPLAM – Processo nº 032448/2007-89 de 08/12/2009.**

Os conselhos consultivos constituem uma parte importante da estrutura pública, talvez o exemplo mais notório onde as esferas públicas e privadas se tornam indistinguíveis, neles se concentram partes interessadas enquanto indivíduos particulares ou membro de coalizões ou grupos seletos que procuram favorecer seus interesses, através dos poderes de intervenção conferidos a essas comissões (GOTTDIENER, 1993).

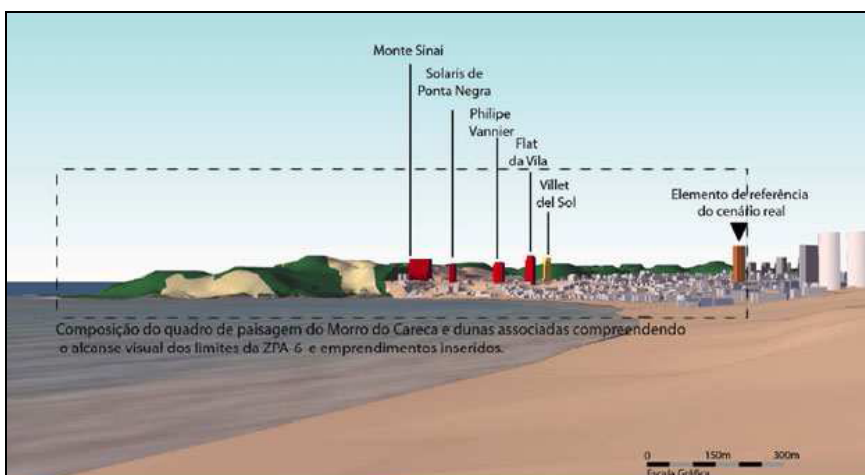
Embora não tenha sido o objetivo dessa pesquisa investigar a atuação dos atores no CONPLAM, é interessante observar que enquanto uma equipe da UFRN se debruça em estudos técnicos para respaldar o Ministério Público na defesa do Meio Ambiente, conforme será abordado mais adiante, o representante da UFRN no Conselho, que teria a opção de votar pela instituição ou pelo CONPLAN, opta por votar favorável a construção do prédio, representando a UFRN. A suplente do titular Keila B. Cavalcanti, representante do sindicato

dos sociólogos, é proprietária da *Star Consultoria e Pesquisa*, empresa que presta serviço ao Governo do Estado do RN. Ana Adalgisa Dias Paulino (entrevistada nessa pesquisa), suplente do titular Sílvia Bezerra, representante da FIERN é Diretora Executiva do SINDUSCON/RN e o titular, o Presidente.

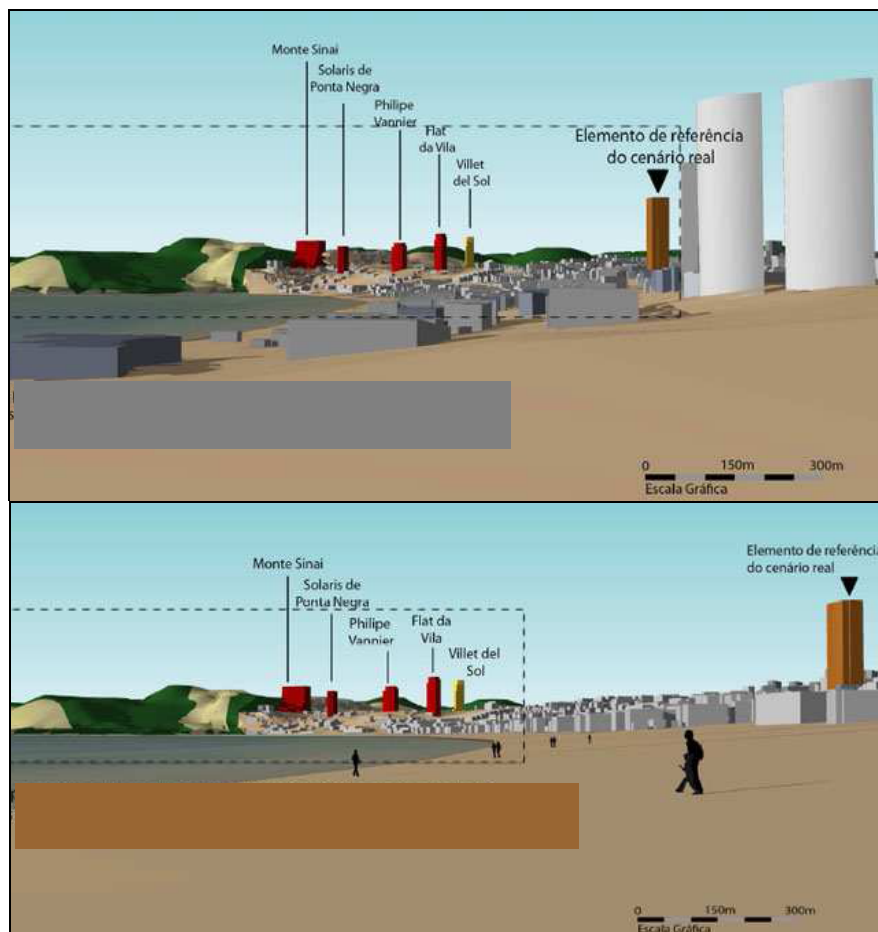
A decisão do CONPLAM foi acatada pela Prefeita em exercício que informou:

A posição da Prefeitura é cumprir leis e não vai voltar atrás da liberação das construções dos espigões no entorno do Morro do Careca. Nós vamos enviar um projeto de Lei para esta Casa (Câmara Municipal) para quando for votar o Plano Diretor acabar com esse tipo de celeuma, porque fica algo muito subjetivo: essa lei pode, mas não pode. A nossa gestão não vai ressuscitar a insegurança jurídica, o que tem que cumprir vai ser cumprido (NOVO JORNAL, 03/02/2010).

Diante da decisão da Prefeitura, o Movimento SOS Ponta Negra se articulou junto ao Ministério Público para contestar a decisão do CONPLAM e o aval do Executivo. O respaldo técnico da UFRN, viabilizado pelo convênio firmado, conjuntamente com a Procuradoria Geral do Município e a Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura – FUNPEC, através do contrato nº 004/2008-PGM, foi fundamental para embasar os argumentos do Ministério Público. O laudo que vinha sendo elaborado por professores do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFRN<sup>48</sup>, traz a projeção da interferência real dos espigões na paisagem do Morro do Careca, vista por três diferentes perspectivas (figuras 8, 9 e 10), conforme demonstrado a seguir (SOS PONTA NEGRA, 2010):



<sup>48</sup> Os dados do Grupo de Estudos e Habitação, Arquitetura e Urbanismo (GEHAU-UFRN) que já desenvolve trabalhos na área, agilizaram a elaboração do laudo, conforme informou o Professor Paulo Nobre Coordenador em conversa informal com a pesquisadora.



Fonte: SOS Ponta Negra (2010).

**Figuras 8, 9 e 10: Lauda pericial demonstrando que se fossem liberados, os espigões de Ponta Negra, vistos de três de pontos distintos da praia, influiriam na paisagem do complexo dunar do Morro do Careca (2010).**

Foi a partir da reunião entre a Promotoria do Meio Ambiente e a Prefeita, na presença do Procurador Geral, que a chefe do executivo municipal voltou atrás da sua decisão e suspendeu a Licença e o Alvará de Construção do Empreendimento da CTE Engenharia Ltda. É importante situar, conforme relato a seguir de um dos entrevistados atuantes no mercado imobiliário, que a eleição da Prefeita foi apoiada pelo segmento diretamente envolvido nessa questão, em suas palavras: “[...] a gente sabe que a eleição da Micarla, sabe? A da Prefeita, ela foi apoiada pelos setores é, é, **da construção civil e pela parte de corretores de imóveis**, às vezes até usando, de forma errada, a estrutura pública que é dada para os corretores de imóveis para fazer isso, vender Natal no exterior [...]” (OB2, 2009, grifo nosso).

Ao que tudo indica, há uma relação direta entre a atual administração e o mercado imobiliário, o que fortalece a atuação da rede pró-crescimento na cidade. Contudo, conforme afirmou Gottdiener (1993, p. 221) “[...] as atividades das redes pró-crescimento envolve tanto

a intervenção direta do Estado, quanto uma certa relação política que serve de suporte público para o comando partidário.” Esse suporte público fica particularmente em cheque, diante da pressão exercida pelo Ministério Público pautado em estudos incontestáveis, porque oferecem maior visibilidade as reivindicações dos cidadãos com reflexos na mídia, colocando o Governo local numa posição delicada, visto que a Prefeitura necessita de legitimação política e um embate radical pode comprometer todos os objetivos da rede, conforme afirmou o autor. É nesse sentido que Gottdiener (1993, p. 221) afirma que “[...] as redes pró-crescimento não são meros manipuladores econômicos do espaço, mas são compelidas pelo próprio processo político.”

Isso explica o fato da prefeita, não apenas, ter voltado atrás, mas revogado o Decreto Municipal nº 808090/2006, assinado pelo ex-prefeito, atestando, publicamente, que a administração anterior deixou em aberto à possibilidade de construções no local, ao permitir a revisão das licenças para os empreendimentos com licenciamento negado naquela área (NOVO JORNAL, 05/02/2010).

Independente dos interesses que moveram à atitude da Prefeitura, o papel do Ministério Público – MP é reconhecido pelos atores sociais da rede “não crescimento”, como demonstram os relatos a seguir, não apenas, na intermediação que profere junto ao poder executivo e demais instituições, mas também junto a determinados núcleos da UFRN, onde a sociedade precisa encontrar apoio técnico:

[...] precisa então buscar os caminhos né, da negociação, é da, de procurar mostrar a essas pessoas que as coisas estão erradas, que é preciso fazer alguma coisa pra melhorar e o que acontece é que, normalmente, é que as empresas, as pessoas [...] que trabalham nesses órgãos, eles não tem muito hábito de conviver, de discutir, de dialogar com a comunidade, né? E pra nós sermos ouvidos, normalmente a gente precisa levar conosco um deputado que consiga abrir o caminho e também o Ministério Público como intermediador desse diálogo. A gente não consegue, enquanto cidadão, agente não consegue chegar é, é, num órgão público pra ser ouvido pra, pra discutir um assunto, pra ser respeitado naquela demanda que a gente ta, é, normalmente agente é tratado com descaso, como se fosse ignorante, normalmente os técnicos se arvoram a um saber que não está ao nosso alcance, que a partir daí eles rechaçam toda e qualquer opinião nossa, é realmente uma coisa lamentável [...] as universidades precisam trabalhar isso, as universidades de engenharia, dessas áreas técnicas, elas precisam trabalhar a formação desse profissional, pra que eles aprendam a lidar com as comunidades [...] aprendam a ter essa coisa de observar o outro e respeitar a opinião do outro, nem sempre a pessoa tem a mesma formação técnica, mas existe um conhecimento adquirido com a convivência com certos problemas que precisam ser respeitados [...] (MS1, 2009)

As intervenções do MP nas questões ambientais e urbanas da cidade têm sido o “calcanhar de Aquiles” do Estado em sua conexão com o capital. Isso é evidenciado nos discursos dos atores públicos que demonstram, de forma uníssona, sua insatisfação com o órgão, inclusive, ensejando frases de efeito comuns em seus diálogos (destacadas) que procuram desacreditar a sua competência no desempenho de suas atribuições, conforme relatados a seguir:

[...] o Ministério Público ele ta, tem agido, no caso daqui de Natal, no RN, ele tem **agido muito por, assim, trabalho feito por ambientalistas radicais e não tem muita noção das coisas e acaba atrapalhando**, eu acho que houve um **prejuízo considerável pra economia e para o desenvolvimento e para evolução do RN** de uma maneira geral, por conta desse trabalho que ocorreu com esses **ambientalistas radicais que foram, assim, tiveram guarida, foram ouvidos pelo Ministério Público**, que por sua vez, agiu de uma forma que eu acho precipitada pelo fato do **Ministério Público não ter o conhecimento ambiental necessário para atuar e tomar determinadas posições** e isso, eu acredito que tenha provocado alguns prejuízos, inclusive na imagem que ficou na Prefeitura de Natal [...] é, são posições que isso prejudicou a imagem, a gente ta fazendo um trabalho pra tentar desfazer **essa imagem, porque investidor** hoje não acredita em Natal por conta daquele ato que aconteceu, eu tenho feito um trabalho pra tentar captar investimentos externos pra Natal e as pessoas dizem o, o problema é [...] a insegurança jurídica é uma coisa muito séria pra investidor e aquilo provocou um desgaste muito grande na imagem da própria cidade [...] (OM1, 2009, grifo nosso).

[...] agora eu acho que o Ministério Público pelo fato dele **não ter uma infraestrutura técnica**, que deveria ter, termina [...] Normalmente ele não contrata, normalmente ele pede doações [...] A contratação já é uma coisa excepcional [...] e nisso o Ministério Público termina sendo alimentado, algumas vezes com informação bastante corretas e precisas, outras vezes com informações que não são tão corretas e tão precisas. [...] as informações técnicas, os pareceres técnicos terminam induzindo o Ministério Público a cometer alguns equívocos [...] Construção dos espigões foi um tremendo equívoco [...] A generalização naquele momento, que você não pode mais fazer nada que em Ponta Negra [...] ele terminou embarcando, ao meu ver, nesse **posicionamento mais radical né?** Que não analisaram com detalhes, com frieza, com equilíbrio que precisa, não é? As questões de forma equilibrada. **Ou seja, o econômico, o social e o ambiental, que são os pilares fundamentais para a sustentabilidade.** [...] criou todo um, uma, um rigor, **a ponto de vários investimentos que viriam pra Natal ter desistido [...]** e Natal hoje é marcada como uma cidade onde não há, as pessoas, os documentos oficiais da prefeitura não tem valor... Então é uma, foi uma falta realmente de sensibilidade, de prudência [...] (OM3, 2009, grifo nosso)

Esses discursos estão apoiados no próprio processo de produção do espaço da cidade, em transição para o regime de acumulação flexível denominado “empreendedorismo urbano”, cujo *modus operandi* está focado na captação de investimentos internacionais, no desenvolvimento econômico (ideologia pró-crescimento) e na especulação do solo urbano, apoiado na parceria público-privada, conforme afirmou Harvey (2005).

Daí a coincidência entre os discursos dos atores públicos e privados, principalmente, no que concerne ao fator “insegurança jurídica”, capaz de reduzir a nada todos os esforços desses atores, no que tange a atração de recursos financeiros para a cidade, para qual o turismo (menos solvente) tem sido, apenas, uma das estratégias, isso porque, o lucro de fato dessa rede pró-crescimento, está nos processos fundiários e imobiliários que há alguns anos têm sido as grandes extensões do capitalismo financeiro, como alertou Lefebvre (2008).

Pode-se inferir que esses processos têm uma ambientação familiar em Natal, visto que a cidade, historicamente, não possui hegemonia do capital produtivo na sua economia, sendo o capital comercial e imobiliário supremo no espaço urbano (CLEMENTINO, 1995). Isso significa que a Prefeitura de Natal demonstra uma dependência ainda maior do IPTU para potencializar a sua arrecadação, o que a deixa mais interessada no adensamento da cidade para solver suas contas, ainda que esses investimentos comprometam a atividade turística de longo prazo.

Cabe destacar, que além da atuação do Ministério Público, ao contrário dos barraqueiros, os membros do movimento SOS Ponta Negra receberam amplo apoio da imprensa, segundo relato: “[...] foi fundamental [...] esse envolvimento da mídia com o Movimento SOS Ponta Negra, acho que deu uma visibilidade geral as reivindicações [...]” (MS1, 2009). Em tom de crítica, um representante do mercado imobiliário reconheceu o papel da mídia na força do Movimento, afirmando que o Coordenador do Movimento “[...] colocou inverdades no seu *blog* e conseguiu mobilizar toda a sociedade e a imprensa de uma maneira desvirtuada, nós estamos tendo um trabalhão enorme de por as coisas em seus devidos lugares [...]” (OC3, 2009).

Dois elementos são explicativos para o apoio da mídia local ao Movimento SOS Ponta Negra: primeiro, a participação da pequena burguesia no Movimento ao qual pertecem membros influentes nos meios de comunicação local, e; segundo, a utilização da *internet* como ferramenta de comunicação que, decerto, ao trazer os fatos a público, à revelia da mídia tradicional, pressiona, de certa maneira, esta mídia a noticiá-los, como forma de fazer parte do processo que se torna evidente e público.

Ainda que o Movimento SOS Ponta Negra tenha obtido êxito, impedindo a construção dos prédios até o presente momento, as lideranças apontam dificuldades para incorporar novos membros ao Movimento, de acordo com o relato a seguir. Isso pode ser compreendido dentro do quadro de referência que caracteriza a cidade pós-moderna, onde a organização da vida gira em torno da lógica de consumo, o que torna efêmero, não apenas, a produção de mercadorias, mas as relações sociais e o apego das pessoas ao lugar, dificultando o

envolvimento da sociedade com questões que comprometem sua própria qualidade de vida e seu futuro (HARVEY, 1992; JAMESON, 2000):

A gente começou com 6 pessoas e terminamos com 1500 [...] existem hoje 30, desses 1500 que foram lá abraçar (o Morro) [...]. **O que falta na verdade é o orgulho de ser Potiguar, de ser Natalense**, não digo só de quem nasceu, mas de quem veio morar, eu não sou daqui e a maioria das pessoas não são daqui, eu vejo assim muita gente de fora morando na cidade. [...] Então falta essa, essa identificação com o, do morador com o seu *habitat*. Falta mesmo o orgulho, o cuidado das pessoas, **eu vejo muito as pessoas só querendo tirar vantagem e esse pensamento acaba prejudicando qualquer movimento social...** Se você está apenas querendo tirar vantagem da onde você mora, provavelmente sua qualidade de vida vai lá em baixo, vai cair, e você vai ver a coisa escapar pelos dedos assim, **por que não houve envolvimento**. [...] **as mesmas pessoas se envolvem em todos os movimentos e sempre se encontram e sempre fazem a mesma pergunta:** “Porque que a gente não consegue ampliar essa, esse número de pessoas?”. O que ta faltando? Ta faltando justamente isso... **A identidade cultural**, o orgulho [...] (MS1, 2009, grifo nosso).

Segundo o coordenador do Movimento, “[...] infelizmente, 70% são pessoas de fora, às vezes até mais, às vezes a gente está numa rodinha de trinta e tem dois daqui, três daqui” (MS1, 2009). Isso demonstra que além dos valores inerentes, que caracterizam os moradores das cidades pós-modernas ou turísticas, no que concerne aos nativos há aspectos culturais locais que podem ampliar as discussões sobre a postura, o comportamento e o envolvimento deles nos movimentos urbanos, conforme evidencia o relato a seguir:

É, as pessoas com a mentalidade realmente diferente, **não é os nativos**, agora alguns dos nativos acompanham eles também, porque já estão ali escutando e, e acham que tendo alguém na frente, eles acompanham. Vila sempre foi assim. **A Vila ela fica no canto, mas na hora de agir eles se levantam, eles vão, é tipo índio** [...] Na hora que tão, que querem mexer, se chama atenção pro negocio **eles vêm também e dá o grito deles e defendem aquela, mas não parte deles**. Num parte deles, parte das outras pessoas que tão chegando, com outras cabeças, diferentes, **pessoas que sabem o prejuízo, que conhecem** (OB7, 2009, grifo nosso).

No caso dos espigões, verifica-se, claramente, assim como afirmou Lojkin (1981), que a luta de classes torna-se secundária em face as consequências do capital monopolista na reorganização do espaço de Natal. Essa transição para um regime de acumulação flexível, basicamente, orquestrada na retenção de terrenos imobiliários com qualidades singulares para fins especulativos, e na utilização de capital internacional (demanda solvável) para formar o

valor monopolista da terra, mostrou-se incompatível com os interesses de alguns atores locais (HARVEY, 2005).

Para fazer frente a esses interesses, assim como observou Lojkin (1981), as classes não monopolistas se uniram contra o capital monopolista e propiciaram um amplo apoio de entidades representativas de diferentes classes sociais (ASPOAN, AMPA, AMPPN, AMVPN, ABPPN etc.) ao Movimento SOS Ponta Negra, ainda que as lideranças sejam originárias das camadas médias.

Embora unidas nesse evento dos espigões, percebe-se que essas entidades demandam interesses diferentes na produção do espaço local, como verificou-se no evento da retirada das barracas, abordado anteriormente, porém, o conjunto dos interesses específicos desses atores revelaram aspectos incomuns ou que se complementam, levando a crer, que eles podem ser, aparentemente, negociados ou conciliados. Essa união de forças, segundo relato a seguir, deu origem aos:

[...] Filhos de Ponta, digamos assim que vem é juntar, é, reunir todas essas iniciativas, né? Que agente vê acontecer desde a beira da praia, desde pessoas como Eduardo Bagnoli que é proprietário de hotel, empresário [...] até por exemplo dona Albaniza que mora lá no, na rua das Marianas (uma parte do bairro extremamente pobre) que é o limite ali da vila, já com aqueles condomínios que tem ali, já com a rota do sol, né? Que vive uma realidade muito diferente e o interessante que nós discutimos, que nós é com os Filhos de Ponta é, que embora os interesses de dona Mariana sejam muito diferentes dos interesses de Eduardo Bagnoli, que é um empresário do turismo, né? Eles não são conflitantes [...], os interesses de dona Mariana de buscar condições de vida e opções para os jovens que moram em Ponta Negra [...] que vivem aqui e buscam opções para tirar esses jovens e essas adolescentes e as crianças da influência do tráfico, né? Pelo trabalho, do esforço que ela faz, ele não se conflita com, por exemplo, o que Eduardo quer, uma praia limpa, bonita, que atraia turista, quer dizer um lugar que tenha qualidade de vida, são diferentes, mas não são conflitantes [...], nós não somos uma entidade, nós não somos uma organização, a gente apenas quer ser essa cola que reúne né, que reúne todas essas pessoas interessadas no bairro e que estão em busca de melhores condições de vida pra a população que vive aqui e manter as características do lugar pra quem os visita (MS1, 2009).

Antes de sintetizar algumas contradições relativas aos interesses dos atores sociais em relação ao bairro, e os aspectos incomuns que unem essas entidades, é necessário tecer alguns comentários. Inicialmente, insiste-se em ressaltar que o entrelaçamento dos atores na produção do espaço é, demasiadamente, profundo e dinâmico. Porém, com base nas entrevistas, entende-se que três aspectos devem ser observados, a qualquer tempo, para aprofundar a compreensão das ações dos atores envolvidos na urbanização turística:

a) há que se separar a figura do empresário que investe exclusivamente no turismo (e aqui não está incluso o turismo de segunda residência), e aqueles que mesclam investimentos no turismo e na construção civil/corretagem de imóveis (principalmente no turismo de segunda residência);

b) há que se considerar que a atratividade do mercado de terras desperta o interesse de várias pessoas, não apenas do construtor, corretor ou incorporador, mas de pessoas comuns ou que ocupam cargos importantes no governo, que vêem nesse mercado a possibilidade de adquirir quantias que vão de pequenas comissões a valores vultosos, e;

c) considerando-se esses dois aspectos citados, é preciso não perder de vista quem são os indivíduos que estão à frente das entidades envolvidas na produção do espaço em jogo.

Em face do que foi exposto é possível dividir os atores que influenciam na urbanização do bairro em dois grandes grupos: aqueles que querem o turismo como circuito principal, e; os que utilizam o turismo como circuito compensatório, ou seja, indutor do mercado imobiliário. Estabelecida esta distinção resta especificar como os principais atores coletivos pretendem influenciar nas formas sócio-espaciais do bairro, mediante essas duas formas de investir no turismo.

No grupo que atua na linha do turismo como circuito principal estão todas as entidades do bairro, constantes neste estudo, exceto o Conselho Comunitário. Nele estão inclusos, também, os movimentos sociais (SOS Ponta Negra e Filhos de Ponta), que nesse caso, têm interesses comuns, até porque possuem, praticamente, o mesmo núcleo de liderança. Observa-se que as ações desse grupo estão centradas no nexos substancial de poder social – espaço, tempo lento e dinheiro (HARVEY, 1992) representado pelas articulações em torno da regulamentação da AEIS e pelo desejo de desenvolver o turismo, que se costuma denominar de turismo de base local, estratégia na qual se pressupõe uma ação empreendedora, advinda da própria comunidade, conforme indica o relato a seguir:

[...] Então, o que agente precisa é garantir que essa população fique, vamos dizer assim que possa morar aí sem sofrer esse tipo de interferência, é por isso a importância da regulamentação da área especial de interesse social, pra que essas pessoas tenham garantido essa moradia e esse sossego e possam é como se diz desenvolver suas atividades aí pensar e aí a partir daí se pensar numa forma de se auto-sustentar né e aí em busca da vocação mesmo que a população tem, trás consigo né? [...] aí vem à questão dos restaurantes, os restaurantes como é que agente dá o nome, meu Deus, agora eu esqueci, as próprias residências elas podem se transformar em restaurantes, pousadas [...] (MS1, 2009).

Em consonância com essas ideias está a Associação de Moradores da Vila de Ponta Negra, que demonstra interesse em manter as características locais (ambientais e sociais), mas expressa que essa tão desejada inclusão da comunidade e do seu espaço no circuito do turismo da cidade, sugere a intervenção do Estado, no que concerne à implantação da infra-estrutura, ressaltando que existem elementos potenciais para atrair o turista para Vila, sobretudo, no que tange à matéria-prima necessária à elevação do quociente de capital simbólico da cidade. (OB7, 2009).

A base do desenvolvimento turístico e a transformação de Natal em metrópole mundial, para um dos entrevistados da AME Ponta Negra, empresário que atua, exclusivamente, no segmento turístico, se pauta nas novas raridades, conforme declarou:

[...] Então quanto menos você mexer nelas, mais valorizadas elas são no mundo moderno. No mundo moderno, dentro do turismo ele privilegia as coisas que estão faltando prá humanidade, então, por exemplo, água pura, mata intocada, ar puro... eh... silêncio, sensação de remoto, tudo isso. A paisagem, a manutenção da paisagem. Todas essas coisas elas são os bens intangíveis, mas importantes para o ser humano. Eles é que trazem tranquilidade, eles é que trazem dentro do caos que é a civilização ocidental, ou até o mundo superpovoado, esses ambientes que te remetem aos princípios da humanidade, eles são bens extremamente valorizados (OB1, 2009).

Entre os projetos propostos para o bairro, pela entidade, estão: a) a transformação da Praia do Alagamar em um espaço para a prática do naturismo (nudismo); b) a construção de uma escadaria suspensa e um teleférico de pequeno porte na lateral do Morro do Careca; c) um aquário-oceanário, executado e explorado pela iniciativa privada; o Parque Ponta Negra, na área militar adjacente a Av. Eng. Roberto Freire, e; o projeto da área *non edificanti*<sup>49</sup> (figura 11). Todos esses projetos visam privilegiar os aspectos naturais, em detrimento da arquitetura.

---

<sup>49</sup> A área "non aedificandi" está localizada em Ponta Negra nas adjacências da Avenida Engenheiro Roberto Freire, corresponde 41 (quarenta e um) lotes situados no loteamento Parque São Francisco, de nº 264-305 e 26 (vinte e seis) lotes situados no loteamento de Pedrosa Irmãos e Cia., de nº 64-68 e 89-109. (PLANO DIRETOR, 2007). Decreto 2.236 de 19 de julho de 1979 assinado pelo Prefeito José Agripino Maia. Atualmente existem no local algumas edificações sobre as quais foi decretada a remoção total, mas até o presente momento elas permanecem funcionando.



Fonte: AME Ponta Negra (2009).

**Figura 11: Proposta de urbanização da AME Ponta Negra para a área *non aedificandi*, contígua a Avenida Engenheiro Roberto Freire em Ponta Negra.**

Curiosamente, a ASPOAN, apesar de presidida por um agente imobiliário<sup>50</sup>, apresentou sintonia com a manutenção dos aspectos naturais locais, inclusive discordando de projetos relacionados ao Morro do Careca, visto que sequer aceitou a iluminação das dunas, o que está em consonância com os interesses da Associação dos Moradores da Vila, conforme será bordado mais adiante. Ademais, tem buscado apoiar projetos que visem fortalecer e conduzir a regulamentação da AEIS (a exemplo do Projeto Territórios de Paz do Gabinete de Gestão Integrada do Estado), defendendo práticas que se identificam com os interesses da comunidade, relatados anteriormente, conforme declarou:

[...] transformar aquela estrutura ali da... (Vila), recuperar as casas, principalmente da Manoel Coringa que vai até a Igreja e recuperar e fazer uma, um atrativo turístico daquela área que é belíssimo, sabe? É belíssimo aquela área, aquelas casinhas de pescador, pintar elas bonitinhas, hoje todo mundo fazendo isso, isso em (19)85, 86 já se pensava nisso ele se [...] investir, por exemplo, na produção de bilros de renda sabe? Eliminava o intermediário, as pessoas produzindo para vender ali diretamente do, criando praticamente uma feira de artesanato ali dentro da Vila, fazer uma mudança na estrutura de circulação do ônibus, tirar ele daquelas ruas, várias coisas que teria beneficiado muito a Vila, nada foi feito, se a gente pegar nesses últimos cinco anos quanto realmente nesse tipo de estrutura foi feito na Vila, nenhum, sabe? Vai fazendo os investimentos assim a toque de caixa, extremamente muito mal feito, então a população fica extremamente desguarnecida, a qualidade de vida dela cai [...] (OB2, 2009).

<sup>50</sup> Cabe ressaltar que a imobiliária não tem envolvimento com grupos estrangeiros e nem realiza atividades de incorporação de imóveis restringindo-se a compra, venda, aluguel e elaboração de projetos arquitetônicos.

A despeito do reconhecimento e do mérito desses discursos, para iniciar um processo de negociação, de interesses dos atores sociais, sobre as questões urbanas e turísticas, deve-se tentar remover o seu conteúdo aparentemente consensual, identificando nele, pelo menos dois dos desafios que receberam maior notoriedade na investigação empírica.

O primeiro desafio que instiga reflexões refere-se à natureza da forma de organização social a que essas entidades estão ligadas. No caso em análise, observa-se que dentre os atores inclusos nesse grupo do turismo como circuito principal, a Ame Ponta Negra é a entidade que desponta com maior probabilidade de desencadear conflitos, principalmente em razão de seus projetos que estimulam a gentrificação do bairro. Além disso, a sua defesa e preservação da natureza se baseiam no reconhecimento, via de regra, pautado na visão ocidentalista, que pressupõe a gestão estratégica desses elementos, que passam a ser vistos e tratados como produtos, *inputs* ou peças de uma engrenagem que, não considera com profundidade, os elementos sociais envolvidos nessa natureza, como pode ser, claramente, percebido no relato a seguir:

[...] eu tenho frequentado eco de selva... ahn... assim, refúgios ecológicos no mundo inteiro, na África, na Austrália etc. E o que **eles vendem** lá é silêncio, eh... a possibilidade de desfrutar da visão noturna das estrelas ou da lua... a sensação de remoto, a sensação de você tá num lugar longe de outros seres humanos... a água que você bebe ou que te toca ela é completamente limpa... isso não tem preço. Isso é um patrimônio cada vez mais raro prá humanidade, e Natal é a única capital do nordeste que tem esse patrimônio ainda tangível. Tá na mão! [...] (OB1, 2009). Temos convicção de que a realização de um Concurso Internacional é a forma mais adequada e democrática para apontar a melhor solução urbanística para essa região (área non aedificandi), que possui valor estratégico para Natal (AME PONTA NEGRA, 2009a).

O relato citado acima evidencia a natureza global dos processos sociais que demandam por uma integração efetiva, não obstante, viabilizada pelo caráter simultâneo das informações e da produção, que passam a impulsionar novas dinâmicas espaciais no bairro (SANTOS, 1999; HARVEY, 1992; SOJA, 1993). Indubitavelmente, está implícito em seu discurso, que a natureza deve ser inserida no projeto urbano para viabilizar a maximização do lucro, via incremento da atividade turística (figura 12), o que reflete a reprodução de um modelo generalizante, no qual a natureza se torna: **abstrata**, porque o que importa é o seu significado simbólico e não mais suas qualidades intrínsecas; **utilitária**, visto que tem função específica a desempenhar na produção da sociedade, tornando-se um atrativo, e; **manipulada**, porquanto,

é evocada de acordo com os desequilíbrios da ordem mundial que a tornam uma raridade (LEITE, 1993).



Fonte: AME Ponta Negra (2009).

**Figura 12: Vista área da praia do Alagamar, localizada na ZPA-6 (após o Morro do Careca). Projeto da AME Ponta Negra prevê a sua transformação em “praia de naturismo”.**

Os desdobramentos dessas práticas encerram preocupações concernentes à complexidade do espaço e do tempo que caracterizam Ponta Negra, marcada por aspectos heterogêneos e diversos, que traduzem formas sociais de organização distintas existentes no bairro. Assim, o contraste mais emblemático, sem dúvida, está relacionado à comunidade nativa da Vila de Ponta Negra, como pode ser averiguado no relato a seguir:

[...] não há interesse da comunidade em se transformar em um Rio de Janeiro da vida, a gente quer sossego. É, digamos assim, a comunidade ela, ela pensa na tradição [...] a comunidade ela é mais pacata, gosta de preservação, sabe? – De querer, os nativos eles num tem, num tem iniciativa de querer pensar, de querer mudar. Mudar de vida, mas não dos estilos, os costumes, né? – São as pessoas mais evoluídas é que tem o pensamento diferente. A Vila, a Vila se permanecesse é do jeito que estava prá muita gente era bom. Permanecer com aquela paz, com aquela harmonia de brincarem junto, de tarem sempre aglomerado, mas a dificuldade é que existe já esse/ essa transformação e as pessoas vão se, se afastando, né? Os jovens principalmente [...]. (OB7, 2009).

A dialética das intenções reveladas, a partir dos relatos supracitados, indica que o jogo das relações de forças se transfere para as discussões sociais em torno da paisagem

(LEFEBVRE, 2006). De um lado, a comunidade nativa, defendendo uma racionalidade que não está, exatamente, centrada na lógica economicista, mas nos aspectos de caráter social relativos à preservação da tradição, da sociabilidade, da aproximação e da amizade do grupo, do estar “juntos à toa”, do viver. Do outro, a AME Ponta Negra, defendendo sua racionalidade calcada na maximização do lucro, cujas principais fontes seriam as “novas raridades” e vetores que podem transformar Natal em uma metrópole mundial (DIEGUES, 1996; LEFEBVRE, 2006; HARVEY, 2005).

Essas contradições de interesses relativos à paisagem, de acordo com Gomes (1993), despontam como uma pista plausível para a investigação da relação sociedade-natureza. A autora observa que o conjunto das práticas empregadas com muito afinco, para incutir na sociedade a defesa, preservação, conservação e/ou proteção do meio ambiente, pautadas na adoção de modelos universais, geralmente, sequer tangencia essa relação com a profundidade necessária, isto é, uma visão linear de mundo que não se coaduna com realidades sociais, econômicas, políticas e culturais específicas. Ela observa que a incorporação desses discursos alienígenas finda por produzir formas espaciais caricaturais que se tornam problemáticas, como ocorreu durante as intervenções urbanísticas do século XX, principalmente, da década de 1970 (GOMES, 1993).

Os conflitos parecem se intensificar quando se trata de projetos para o entorno do Morro do Careca, a exemplo do teleférico e da criação da praia de naturismo. Os atores individuais – barraqueiros, rendeiras e pescadores – a despeito de conhecerem o projeto, apenas, de ouvir falar, são céticos em relação a real participação da comunidade e temerários no que se refere às intervenções da Prefeitura nessa área.

No que tange à área *non Aedificandi*, os atores individuais se mostraram distantes do universo dessas discussões e, a maioria, nem sabe da sua existência e sempre indaga: “mas fica aqui é, dentro da Vila?” Ao saber (a maioria) que não se situa na Vila, é como se as preocupações acabassem naquele instante.

No que tange aos atores coletivos, é importante ressaltar que a AMPA, ainda, que a área esteja localizada em frente ao conjunto Ponta Negra, mostrou-se completamente à parte dessa discussão, mencionando ter ouvido falar da mesma apenas pelos jornais, apesar de demonstrar interesse pelo assunto. As lideranças dos Movimentos Sociais, apesar de mais preocupadas com o espaço da Vila, estão a par do assunto. Eles acham que “a sugestão de projeto da AME Ponta Negra é bonito do ponto de vista cênico e a proposta é interessante”

(MS1, 2009), particularmente, porque sugere alternativas<sup>51</sup> de lazer e área pública, das quais o bairro carece, mas revelaram que deve haver um debate mais amplo no que concerne as suas implicações sócio-ambientais.

Quanto à linha do turismo como circuito compensatório, com base no que foi exposto, é possível concluir que atuam nesse grupo, o SINDUSCON/RN, o CRECI/RN e o Conselho Comunitário de Ponta Negra, bem como alguns atores públicos: a SETURDE, a SEMURB e a SETUR.

Ainda que o turismo como circuito principal e o turismo como circuito compensatório, persigam diferentes propósitos na reestruturação do espaço, apoiando-se no controle da natureza e dos recursos naturais para potencializar lucros na era global, em ambos a cidade é “coisificada” ou “mercadorizada”, via processos neoliberais (HARVEY, 2005).

No que concerne ao turismo como circuito compensatório, os atores, paradoxalmente, à medida que afirmam e reafirmam que o turismo é a principal atividade econômica, exaltando a “vocação natural” e as belezas naturais da cidade, desvelam práticas contrárias que atestam, cabalmente, que o turismo   apenas uma atividade secundária, porém, de grande importância estratégica para atra o do capital internacional, que fomenta o empreendedorismo urbano e, por sua vez, aquece o mercado imobiliário a partir de uma demanda solvável. De acordo com os relatos a seguir o turismo e a verticaliza o são considerados atividades integradas:

Natal   uma cidade [...] Cidade ela assume características de cidade [...] Verticaliza o   um processo natural certo? Porque ninguém quer morar longe, todo mundo quer morar na cidade [...] Então quem gosta de mato v  morar no interior, quem gosta de urbano, de uma área urbana vem morar em Natal certo? Você não pode mais em Natal resguardar uma cidade com toda uma infra-estrutura cara para uma pequena parte da popula o mais rica [...] porque nós estamos com uma política extremamente restritiva de verticaliza o e estamos prejudicando a cidade, o transito   caótico [...] Então a cidade tem que decidir aonde verticalizar e nesses lugares fazer um adensamento grande [...] em Ponta Negra há áreas que se deve verticalizar as dos conjuntos [...] parte da Vila livrando o visual do Morro, onde não se deve   esquerda da Roberto Freire [...] **uma coisa   a verticaliza o,   a urbaniza o da cidade,   o processo de crescimento da cidade, outra coisa   o turismo, o turista vai onde tem atrativos turísticos, nós temos que ter uma praia limpa, com condi es de receber, organizada [...]** A praia não vai mudar por causa do processo de verticaliza o [...] verticaliza o   um direito do natalense [...] (OE1, 2009).

<sup>51</sup> prática do *skate* e patins ( “piscinas secas” e *half-pipes* ), quadras poli-esportivas, roda de capoeira e a cria o de uma ciclovvia, interligando a Via Costeira e a Rota do Sol. (AME PONTA NEGRA, 2009).

[...] turismo e mercado imobiliário eu acho que até se complementam, por que as pessoas vêm visitar Natal, vêm de férias, se apaixonam pela cidade e resolvem morar na cidade. Então, naturalmente, cria-se um mercado imobiliário e... Isso é muito positivo por um lado, por que gera oportunidade para os natalenses como emprego, como renda, não é? Na medida em que essa área, a área da construção civil, a área imobiliária, ela, ela tem uma capacidade de empregar muita gente, desde o analfabeto até o mais qualificado. Então isso é muito bom para a cidade. Por outro lado, não é? Na medida em que esse crescimento se dá sem que a infra-estrutura acompanhe, nós aumentamos, portanto, o nosso déficit né? De esgotamento sanitário, de drenagem urbana, de pavimentação de ruas, né? [...] (OM3, 2009).

Embora uma pesquisa realizada afirme que as belezas naturais e a qualidade de vida oferecidas na cidade, constituam o principal motivo que atrai o turista à Natal (START, 2006), a imagem que se quer preservar da cidade não é aquela que serve ao turismo como circuito principal, cujos princípios se fundamentam na inviolabilidade das novas raridades, mas sim, a imagem que serve ao turismo como circuito compensatório, em que essas novas raridades são essenciais, mas são transitórias e exploradas enquanto existirem, ainda que os discursos demonstrem o oposto:

[...] o que eu sou contra a legislação atual é permitir esses tipos de, de construções, um Município, uma cidade turística como Natal jamais poderia ter sido permitido um gabarito acima de 10 pavimentos, eu sou a favor de que Natal deveria ter sido sem arranha-céu, eu acho que estragou a nossa paisagem, a legislação quando abriu pra a a, ficou praticamente limitada as nuvens, então eu como profissional da área como arquiteto eu sou totalmente contra fui, fui contra tentei fazer um trabalho contra, mas fui um, fui vencido [...] (OM1, 2009).

Esse discurso “se desmancha no ar”, diante de suas contradições, à medida que existia na própria legislação federal e municipal, argumentos para contestar as construções dos espigões, como o direito à paisagem, à ausência de infra-estrutura local, entre outros, conforme mencionou PGM. Essas são alegações insuficientes para justificar uma intervenção do Estado, exatamente, porque afeta a segurança jurídica do investidor internacional e coloca em cheque o “crescimento da cidade”, elementos que estão acima do turismo como circuito principal e do próprio interesse público, evidenciando que o empreendedorismo urbano é de fato a principal atividade econômica na agenda do município, como pode ser verificado nos relatos a seguir:

[...] Nós sabemos que a cidade, ela não pode parar, o Brasil ele precisa crescer pra poder, um país que tem uma população jovem pra ter sustentabilidade social e ambiental, é preciso ter o econômico, a população ter possibilidade de se empregar, de trabalhar e desenvolver, então o Município de Natal tem que crescer e a cidade não tem mais praticamente território pra ocupação, então a gente sabe que a pressão pela verticalização é uma coisa que vai acontecer em todos os bairros, **mas o Município por sua vez não pode ser irresponsável de permitir a liberação do adensamento sem prover a infra-estrutura** [...] porque Natal é uma cidade turística, por isso que a gente tem que tratar Natal como assim, uma maquete [...]. (SETURDE, 2009, grifo nosso).

[...] **Não deveria ter suspenso (as licenças) porque eu acho o seguinte, a gente tem que cumprir a lei, se o plano permitiu** [...], a SEMURB, tinha que cumprir o que estava na lei [...] é, são posições (referindo-se a MP) que isso prejudicou a imagem (da cidade) a gente tá fazendo um trabalho pra tentar desfazer essa imagem porque investidor hoje não acredita em Natal por conta daquele ato que aconteceu, eu tenho feito um trabalho pra tentar captar investimentos externos pra Natal e as pessoas dizem o, o problema é...a insegurança jurídica é uma coisa muito séria pra investidor e aquilo provocou um desgaste muito grande na imagem da própria cidade [...] (SETURDE, 2009, grifo nosso).

A gestão da cidade, nesses moldes, aponta para um turismo que se pauta na ostentação e caminha para uma paisagem pós-moderna, a exemplo, de *Dubai*, onde a construção civil trabalha, intensamente, edificando prédios ultramodernos e a natureza é fabricada. Portanto, o oposto do turismo calcado nas novas raridades. Entretanto, não se pode dizer que se trata, apenas, de escolher se a construção civil estará a serviço do turismo ou o turismo estará a serviço da construção civil, porque na economia capitalista atual, ela não desempenha um papel de *feedback*, de equilíbrio, subordinado a economia, pois transformar-se-á em atividade essencial da produção (LEFEBVRE, 2008). Dos atores públicos investigados, apenas, um reconheceu a contradição existente nesse processo, apresentando um discurso semelhante às lideranças dos Movimentos Sociais, como pode ser aferido através das declarações a seguir:

[...] aí há, há um conflito desse tipo porque uma coisa são os interesses imobiliários querendo crescer, querendo ganhar dinheiro que é legítimo e é justo, o outro é a preservação da natureza como forma de atrativo turístico e Natal então como uma cidade de característica de melhor ar, melhor é... melhores praias urbanas e melhores, muitas belezas naturais claro que é conflitante, se agente vai acabando com as nossas belezas, for diminuindo nossas belezas, vai diminuindo nossos atrativos, então há um conflito nesse sentido [...] (EMPROTUR, 2009)

É incompatível a partir do momento que há essa relação de exploração da própria natureza, da própria cidade, então os construtores, eu vejo muito, eles estão explorando o potencial turístico natural da cidade pra poder vender os seus próprios produtos [...] (MS1, 2009).

Não basta saber que o turismo molda os espaços urbanos, é necessário compreender de que modo isso ocorre, identificando os interesses que impulsiona essa nova morfologia, separar as ações dos atores urbanos, agrupando-as, segundo as linhas do turismo como circuito principal e circuito compensatório é um caminho nessa direção. Dentro dos contornos de um debate sobre essas duas linhas de raciocínio, não obstante, inseridas no projeto capitalista, torna-se mais real a discussão sobre o turismo, bem como seus limites, possibilidade e campos de negociação, de modo a orientar o pensamento e a prática dos movimentos sociais urbanos de resistência.

Nesse sentido, considerando-se que o capital monopolista, ao manipular o desenvolvimento da cidade em prol de seus interesses, afeta não apenas as condições de sobrevivência de populações nativas, mas rarefazem do mesmo modo, as condições de acumulação do capital competitivo, que atua exclusivamente no segmento do turismo, visto que não busca preservar as novas raridades, é possível acreditar na possibilidade de uma negociação de interesses entre esses grupos, de modo que a comunidade resguarde determinados interesses ou em última instância reduza suas perdas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa empreendida nessa dissertação buscou compreender como as relações de força operando nos processos sociais do turismo têm moldado a urbanização turística de Ponta Negra (Natal/RN).

Com esse propósito, fez-se um resgate da trajetória evolutiva do campo do turismo na cidade, sobre o qual foram identificados, previamente, os principais eventos do contexto internacional e nacional, que contribuíram para impulsionar a sua formação. Em seguida, apresentou-se uma análise histórica do período de 1979 até 2009, caracterizando-se os atores e os eventos do campo relevantes para as questões urbanas e turísticas do bairro. Por fim, se elegeu a partir do estudo do campo, três processos sociais impulsionados pelo turismo, para demonstrar como as relações de força operam sobre eles e contribuem para moldar o espaço urbano.

A investigação histórica do campo permitiu eleger alguns marcos fundamentais que propiciaram a sua divisão em quatro grandes cortes temporais: a fase precedente a formação do campo (1939-1979); a primeira fase que vai do Projeto PD/VC ao “boom” do turismo nacional (1979-1990); a segunda fase que corresponde à internacionalização do campo (1991-2000) e; a terceira fase, que vai do primeiro “boom” ao “declínio” do turismo internacional (2001-2009).

O Estado em suas diferentes estâncias providenciou a estrutura que impulsionou o crescimento econômico da região Nordeste favorecendo o desenvolvimento do Turismo em Natal, ao criar o BNB, a SUDENE, elaborar o II PND, viabilizar crédito (FUNGETUR, Fiset, FINOR), incentivos fiscais, como o mecanismo 34/18FINOR, que propiciou a injeção de capitais estrangeiros no Nordeste, realizando acordos com organismos internacionais, a exemplo do BID, que combina poder público e financiamento privado, além de criar diversos órgãos e secretarias de apoio para o desenvolvimento da atividade, o que incentivou e subsidiou o Capital.

O campo do turismo em Natal tem início quando o Estado implementa o Projeto Parque das Dunas/Via Costeira – PD/VC, evento que marca profundamente a sua primeira fase. Ainda que esse Projeto não tenha resultado em um processo de renovação urbana, visto que ocupou uma área inabitada com fim específico, conforme observou Cavalcanti (1993), a obra pressionou a reestruturação espacial do seu entorno, desencadeando, juntamente com a

implantação dos conjuntos habitacionais Ponta Negra e Alagamar, a valorização fundiária dos terrenos do bairro.

Nessa fase, é possível constatar que todos os esforços foram canalizados, quase que exclusivamente, para desenvolver o segmento hoteleiro e o *city marketing* em escala nacional. Ainda que essas ações tenham resultado em um crescimento súbito da atividade na cidade, tornando-a, em 1986, a principal fonte de receita do município, é importante observar que contribuíram para gerar um *déficit* de outros tipos de equipamentos turísticos, principalmente na área de entretenimento e cultura, reduzindo o turismo de Natal ao apelo “sol e mar”; além de terem provocado um descompasso, ainda que os gestores públicos tivessem cientes desse perigo, entre demanda e infra-estrutura urbana e turística da cidade. Isso demonstra que é necessário redimensionar o discurso enviesado de que o turismo é uma “indústria barata”, que se desenvolve basicamente com atrativos, equipamentos turísticos, sobretudo, hotéis e restaurantes, e muito *marketing*.

A segunda fase foi marcada pelos esforços empreendidos para internacionalizar o campo, momento em que as preocupações se voltaram para aquisição de um padrão global de turismo com vistas a alavancar o nível de competitividade do destino Natal. Nesse sentido, sobressaíram-se, as ações relativas aos investimentos em acessibilidade e infra-estrutura para redimensionar a capacidade de fluidez do espaço da cidade através da execução do PRODETUR-RN I, que concentrou a maior parte dos recursos na modernização e na ampliação do aeroporto, possibilitando o crescimento do que pretendia se tornar a “indústria de vôos *charters*”.

Nessa fase há um direcionamento das ações de *city marketing* para pontos estratégicos da Europa, além de investimentos na qualificação da mão de obra através do Hotel Escola Barreira Roxa e na reurbanização das praias da orla central da cidade (da Praia do Meio a Praia de Ponta Negra). É importante notar que o BID já injetava capital estrangeiro no “turismo da cidade” desde a implantação da pequena rede de hotéis pelo governo do Estado. No entanto é nessa fase que esse organismo internacional exerce inquestionável influência na produção do espaço urbano através de projetos de reestruturação de áreas urbanas litorâneas, conduzidos e selecionados, conforme seus interesses.

A terceira fase do campo é marcada paradoxalmente pelo “boom” e pelo “declínio” do turismo internacional. Nessa fase, o cenário macroeconômico, especificamente, a desvalorização cambial, foi determinante para projeção do turismo potiguar no exterior, contribuindo para um aumento significativo da demanda internacional. Paralelamente, houve um aumento e uma diversificação dos investimentos de capital estrangeiro no segmento

imobiliário e turístico. Não obstante, verificou-se que nesse momento, o Plano Diretor de Natal (1994), apesar de importante em muitos aspectos, não definiu o limite de gabarito para cidade, em um momento crítico em que Natal tornava-se atrativa aos olhos do investidor estrangeiro, gerando consequências irreversíveis e marcando profundamente a paisagem do bairro de Ponta Negra, quando são edificados os seus primeiros arranha-céus. Nessa fase, a cidade de Natal, mas especificamente o bairro de Ponta Negra, perde uma das suas características singular: sua horizontalidade.

Nesse processo, é importante destacar a aliança entre Estado e segmento imobiliário para firmar o empreendedorismo urbano e definir estratégias de comercialização da cidade, direcionadas, sobretudo, para o mercado internacional. A partir de 2006 se evidencia o declínio do turismo internacional, tanto em termos de demanda, quanto de investimentos de capital estrangeiro, associados à desvalorização cambial, às ações de combate ao turismo sexual e a lavagem de dinheiro, além da crise mundial deflagrada em 2008, que atingiu os países europeus onde o Estado capta fluxos de demanda e de investimentos. Evidenciando, com isso, a dependência exacerbada dos fluxos de investimentos externos da Europa, não obstante, compensados pelo momento positivo que desfruta a economia nacional.

Após conhecer o processo de formação e transformação do Campo do Turismo de Natal, foram identificados três processos sociais em Ponta Negra influenciados pelo turismo: o “Caso da retirada das barracas”, o “Caso do Campo do Botafogo Futebol Clube” e o “Caso dos Espigões”. A escolha priorizou os processos que contemplaram diversos elementos, tais como: reestruturações na orla; privatização paisagística; implantação de locais de usos isolados, e; necessidade de uso coletivo da comunidade endógena; no intuito de demonstrar como as diferentes forças incidem sobre eles e alteram a morfologia do bairro, propiciando uma visão geral da urbanização em Ponta Negra.

É essencial notar que o primeiro processo social ocorre no final da segunda fase do campo, quando as ações para internacionalizá-lo estão bastante encaminhadas, e os dois últimos ocorrem na terceira fase, quando o campo alcança de fato a internacionalização.

Portanto, a reestruturação sócio-espacial em Ponta Negra está inextricavelmente relacionada à internacionalização do turismo, demonstrando que o “estrangeirofobismo” dos natalenses, fato reclamado pelos atores do mercado imobiliário, tem um lastro de verdade, porque os conflitos no espaço e sobre o espaço no bairro se intensificam exatamente na terceira, fase quando as condições de fluidez do espaço urbano são completadas e, por conseguinte, quando se constata a presença significativa do capital estrangeiro na cidade.

A análise desses três processos sociais demonstrou que eles fazem parte de um contexto global, que espelha a reestruturação produtiva iniciada na década de 1970 e do modelo de desenvolvimento brasileiro, que incorpora essa lógica de acumulação do capital internacional, levado a cabo pelos militares, principalmente, a partir da década de 1960.

Para entender as intencionalidades nas entrelinhas do discurso proferido pelo Estado, que promete a inclusão e o desenvolvimento social pelas vias do crescimento econômico através da “vocação natural turística” de Natal e do RN,   fundamental perceber que o turismo e os processos sociais por ele impulsionados estão embutidos na matriz capitalista global. Ora, a cidade tem voca o para muitas outras atividades econômicas, ocorre que essa   a mais rentável para o capital, principalmente porque serve de estratégia indutora para o principal setor de acumula o capitalista contemporâneo – a constru o civil.

Paralelamente, verificou-se que   medida que esses processos sociais são impulsionados pelas rela oes de produ o global, eles são particularizados pelas forças localizadas, fato evidenciado a partir da análise da articula o dos atores específicos em rela o ao espaço em jogo. A partir do aporte teórico construído, essa análise permitiu esboçar algumas considera oes que merecem destaque:

a) há que se considerar que a a o do Estado de maior impacto na produ o do espaço do bairro, no que tange aos aspectos turísticos e urbanos, foi   reurbaniza o da Orla de Ponta Negra em 1999, cujo interesse levou as pressões para retirada das barracas da praia. Esse evento, apesar de já conter em sua essência os efeitos da reestrutura o produtiva, revelou-se muito mais um conflito de classes sociais sobre o espaço evidenciando interesses econômicos (LEFEBVRE, 2006);

b) verificou-se que ao retirar as barracas, o Estado priorizou os interesses de classes privilegiadas, que pretendiam a valoriza o fundiária local, ignorando a fun o social, econômica e cultural que elas desempenhavam no bairro e na cidade, bem como as conseqüências da reprodu o da violência urbana para a própria atividade turística;

c) o projeto de reurbaniza o reproduziu a prática comum do plano-discurso, subvertendo o interesse social em detrimento do interesse econômico de alguns grupos, além de provocar uma supervaloriza o fundiária e o deslocamento em massa de investimentos turísticos e imobiliários, sobretudo, de origem internacional. Apesar das evidências históricas comprovarem que os conflitos fundiários na Vila de Ponta Negra são anteriores a atividade turística, há evidências que o turismo elevou os conflitos de interesses e a disputa por terra no bairro;

d) os três processos sociais analisados expressam uma aliança entre Estado e Capital. Contudo, a intervenção do Estado se revelou contraditória e pendular, reproduzindo as contradições e o jogo de interesses do momento. Cabe ressaltar que essa resposta articulada do Estado é, em geral, condizente com a disponibilidade dos recursos econômicos, políticos e culturais, que os atores envolvidos detêm em cada momento histórico, de modo a influenciá-lo em prol de seus interesses. Esses recursos determinam o acesso desses atores as informações relevantes, a outros atores, as instituições-chave e aos meios de comunicação, potencializando ou arrefecendo sua força em relação à produção do espaço do bairro. Isso explica porque no caso dos espigões o Movimento SOS Ponta Negra têm alcançado resultados positivos, quando comparados aos demais processos sociais estudados;

e) é importante destacar que a transformação do espaço de Ponta Negra tem se tornado cada vez mais alvo da ideologia do crescimento e da resistência a essa transformação segundo interesses externos, reflexos da ideologia do não crescimento; os grupos que as perseguem demonstraram agir em redes transversais que se infiltram nas instâncias de poder e se relacionam com as pessoas necessárias para conseguirem concretizar seus objetivos, desde que esses indivíduos se deixem captar (GOTTDIENER, 1993);

f) foram identificados dois circuitos de turismo: o turismo como circuito principal, no qual a atividade significa uma fonte econômica central para cidade e, por essa razão, a “proteção” da natureza e dos elementos naturais é realizada de forma estratégica no contexto das “novas raridades”, almejando-se aumentar a competitividade do destino, e; o turismo como circuito compensatório, que funciona como estratégia indutora para potencializar o mercado imobiliário através da utilização das “novas raridades” como fontes transitórias, exploradas enquanto existirem. Entre as duas linhas, a primeira representa a área mais propícia a negociação dos interesses da comunidade da Vila de Ponta Negra. Contudo, Gomes (1993), a partir da leitura de Horkheimer, resalta que o esforço do homem para dominar a natureza é igualmente um esforço para dominar seus pares.

g) o capital imobiliário tende a trabalhar submetido a menos entraves e dificuldades que freiam sua progressão quando comparados a indústrias antigas (LEFEBVRE, 2008). Em Ponta Negra, esse capital, mais especificamente a produção de construções verticais, tem encontrado resistência, a qual vem se expressando nos movimentos sociais em defesa do meio ambiente, da preservação da cultura, da continuidade da população nativa da Vila e da manutenção de um espaço heterogêneo. Nessa luta é possível identificar a união de classes não monopolistas com interesses diversos sobre o espaço, unindo forças através dos diferentes recursos que detêm contra a ação do capital imobiliário, contribuindo para contrabalançar a

influência e a manipulação deste nos setores público e privado. Entretanto, o maior parceiro desses movimentos de resistência tem sido o Ministério Público Estadual que como falou um dos atores públicos: “tem dado guarita para eles (os movimentos sociais).” (SEMURB, 2009).

Entretanto, é importante ressaltar que por tratar-se de um estudo de caráter exploratório, essa pesquisa representa o limiar de investigações mais aprofundadas a respeito do tema em questão. Portanto, sugerem-se algumas recomendações tanto para ampliar a capacidade de influência da comunidade nativa quanto para estudos que abordem as relações de força no processo de urbanização turística.

No que concerne às recomendações de ordem prática, é preciso antes, advertir que qualquer tentativa de ampliar o espaço da prática social se faz essencial que a AEIS seja regulamentada, pois a transformação da vida cotidiana está vinculada a transformação do espaço, isso propiciaria a neutralização do valor de troca e o fortalecimento dos valores de uso no local (LEFEBVRE, 2008). Somente a partir disso poderão ser encaminhadas outras ações.

Nesse contexto, vislumbra-se que os conflitos fundiários que ocorrem na Vila de Ponta Negra, desde a sua fundação até os dias atuais, são elementos potenciais de atração turística, representando um bom começo, não apenas para ampliar o espaço de representação da comunidade, mas para atrair o olhar do turista, como é de desejo da comunidade, para algo que eles dominam – a sua história.

O acervo, que contaria essa história, poderia ser abrigado em um dos prédios confiscados na “Operação Corona” pela justiça. Convém salientar, que para que o local (“Museu do turismo”?) produza impacto e se torne um atrativo diferenciado, traduzindo-se em renda para comunidade, o seu acervo deve privilegiar materiais que contenham **imagem, som e personagens nativos**, tais como depoimentos gravados, filmagens do bairro, fotografias mostrando a comunidade e a evolução das transformações espaciais no bairro, depoimentos de autoridades e atores envolvidos contando suas versões, materiais musicados pela comunidade. Boa parte desse material encontra-se disperso pelas universidades e com pesquisadores, mas aqueles de melhor qualidade em termos de significado e originalidade encontram-se nas mãos de membros antigos da comunidade, verdadeiras relíquias que a autora que vos escreve pôde ver.

No que tange as recomendações para estudos futuros, sugere-se que as fases definidas nessa pesquisa sejam refinadas, encontrando-se outros elementos que possam aprimorar a sistematização do conhecimento em cada uma delas, no intuito de definir com maior clareza e riqueza de detalhes para onde caminha o turismo na cidade e quais as alternativas de

mudanças. A última fase (pós-2000), quando o campo alcança a internacionalização, deve concentrar maiores esforços de pesquisas visto que os conflitos mais significativos, tanto no espaço, quanto sobre o espaço, ocorreram nesse período.

Além disso, sugere-se a utilização de outras abordagens teórico-metodológicas que captem, com maior profundidade, as forças sociais interpostas no espaço, tais como as ferramentas teóricas de campo, *habitus* e capital de Pierre Bourdieu (2007). Esse autor não apenas leva em consideração a ação individual e os determinantes estruturais da distribuição de poder – o princípio gerador dos espaços sociais ou estruturas de diferenças objetivas, como também o processo que desfaz a oposição entre elas, bem como discute as implicações materiais e os significados simbólicos das diferentes formas de capital presente no universo social (social, cultural e econômico), variantes conforme o lugar e o momento histórico.

Por fim, cumpre sintetizar que a pesquisa identificou interesses e conflitos entre atores que formam o fio condutor das transformações espaciais: conflitos de ordem cultural resultantes da imposição de práticas sociais que diferem do gosto dos nativos; enfrentamento entre grupos distintos que refletem a dualidade entre o valor de uso e o valor de troca; interesses de valorização fundiária. Ademais, demonstrou que as relações sociais que implicam no processo de produção do espaço são estimuladas por profundos processos societários arraigados historicamente e camuflados por relações de mercado e por uma fachada moderna que a cidade tem adquirido nos últimos tempos, além disso, revelou que os atores se articulam em redes transversais para aumentar seu poder de influência em torno do espaço.

Esses achados corroboram as sugestões de Gottdiener (1993), que aponta ser oportuno aprofundar os estudos sobre o **comportamento das redes de crescimento**, examinando os laços que unem os diferentes atores, as coalizões políticas e econômicas formadas por eles, os interesses imobiliários estruturados que compõem as redes fomentadoras de crescimento e desenvolvimento. Segundo o autor, pesquisas nessa linha fazem parte da teoria emergente de organização social denominada “estruturacionismo”, uma teoria que estuda o papel da ação e da estrutura na produção da morfologia espacial, da qual Bourdieu está incluso.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Ilza Leão et. al. **Conflitos urbanos em Natal: 1976-1986**. Natal: UFRN-MCS, 1987. Relatório de Pesquisa. (mimeo).

AME PONTA NEGRA. **Idéias para revitalização e consolidação da atividade turística de Natal e região**. Natal, nov., 2009a.

ARANTES, Otilia Beatriz F. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 11.74.

AUGÉ, Marc. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. Campinas: Papirus, 1994.

\_\_\_\_\_. **O sentido dos outros: atualidade da antropologia**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BACEN – Banco Central do Brasil. 2010. **Taxas de Câmbio**. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpesq.asp?id=txcotacao&id=txcotacao>> Acesso em: 08 Jan. 2010.

BARBOSA, Livia. **O jeitinho brasileiro**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Zouk, 2007.

BOTAFOGO, Futebol Clube da Vila de Ponta Negra. **As instalações esportivas do Botafogo (Campo de futebol)**. Natal, abr. 2004. Não paginado.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. **Investimentos estrangeiros crescem em pequenos negócios**. Brasília, 08/01/2007. Disponível em: <<http://www.mtb.gov.br/sgcnoticiaAudio.asp?IdConteudoNoticia=261&PalavraChave=Investimentos%20estrangeiros>> Acessado em: 30 ago. 2007.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais: os pólos da prática metodológica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

BURRELL, Gibson; MORGAN, Gareth. **Sociological paradigms and organizational analysis**: elements of the sociology of corporate life. Burlington: Ashgate, 1979.

CASCUDO, Luiz da C. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955.

\_\_\_\_\_. **História da cidade do Natal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

CAVALCANTI, Keila B. **Estado e política de turismo**: o caso da Via Costeira da Cidade de Natal, 1993. Dissertação (Mestrado em Administração). Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

CAVALCANTI, Keila Brandão; PAIVA, Maria das Graças de M. Turismo urbano e intervenção estatal. **RN Econômico**, Natal, 18 set. 1993, p.14-18.

CLEMENTINO, Maria do L. M. **Economia e Urbanização**: o Rio Grande do Norte nos anos 70. Natal: UFRN, 1995.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

CRUZ, Rita de C. **Política de turismo e território**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Turismo e impacto em ambientes costeiros**: projeto Parque das Dunas Via Costeira, Natal (RN), 1995.

CUNHA, Gersonete S. da. **Natal**: a expansão territorial urbana. Natal: EDUFRN, 1991.

CUNHA, Paulo V. da; SMOLKA, Martin O. Notas críticas sobre a relação entre rendas fundiárias e uso do solo urbano. In: PEREIRA, Luis C. B. et al. A renda da terra: acumulação, uso do solo, progresso técnico e poder político: economia e poder: estado e grande empresa. São Paulo, **Estudos CEBRAP**, n. 27, 1980, p. 27-55.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. **Plano Cruzado I**. Brasília, 28 Fev. 1986. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto-lei/Del2283.htm>> Acesso em: 12 Fev. 2009.

DENZIN, Norman K.; LICOLOLN, Yvonna (org.). **Handbook of Qualitative Research**. 3. ed. California: SAGE Publications, 2005.

DIEGUES, Carlos A. **O mito da natureza moderna**. São Paulo: Hucitec, 1996.

EMPROTURN. **Relatório de Atividades da EMPROTUR (1975 a 1981)**. Natal, 1982.

FOCO, A revista do RN. **Estado recebe autoridades internacionais do turismo**. Natal, Ano 1, N° 03, jun., 2001, p. 7-10.

FOCO, A revista do RN. **Conselho aprova o plano da SETUR**. Natal, Ano 2, N° 13, abr. 2002, p. 20-21.

FOCO, A revista do RN. **Cartão postal em apuros**: Ponta Negra amarga dias de cartão postal deteriorado na mídia. Natal, Ano 4, N° 38, mai. 2004, p. 13-15.

FOCO, A revista do RN. **Aquecimento imobiliário**: Natal transforma-se em destinos turístico que atrai bons investimentos. Natal, Ano 4, N° 47, mar. 2005, p. 20-27.

FONSECA, Maria P. **Espaço Políticas de turismo e competitividade**. Natal: EDUFRRN, 2005.

FURTADO, Edna. **A onda do turismo na cidade do sol**: a reconfiguração urbana na cidade de Natal. Natal, 2005. TESE (Doutorado em Sociologia). Departamento de Ciências, Letras, Artes e Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

GARCIA, Franklin Delano M. **Origem e evolução da secretaria municipal de turismo (1969-2009)**. Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico. Natal, 2009. (mimeo).

GIL, Antonio Carlo. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.

GLADSTONE, David L. Tourism urbanization in the United States. **Urban Affairs Review**, v. 34, n. 1, p. 3-27, 1998.

GLADSTONE, David L.; FAINSTEIN, Susan S. Tourism in US global cities: a comparison of New York and Los Angeles. **Journal of Urban Affairs**, v. 23, n. 1, p. 23-40, 2001.

GOMES, Edvânia Torres A. Inquietação em torno do debate sociedade-natureza no espaço da cidade. In: SOUZA, Maria A. A. de; SANTOS, M.; SCARLATO, C. F. (Org.) **Natureza e sociedade de hoje**: uma leitura geográfica. São Paulo: 1993, p. 146-152.

GOMES, Rita de C. da C. **Poder Político x Produção do Território**. Sociedade e Território, Natal, v. 12, n.1, p. 40-51, jan/jun.1998.

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. São Paulo: Edusp, 1993.

GRANDES TEMAS. **A ocupação irregular do litoral do RN**. Natal: Produção da TV Universitária (UFRN), 1997. 3 DVD. (90 minutos).

GRANDES TEMAS. **As barracas de Ponta Negra**. Natal: Produção da TV Universitária (UFRN), 1999. 3 DVD. (90 minutos).

GRANDES TEMAS. **A questão das construções do Morro do Careca**. Natal: Produção da TV Universitária (UFRN), 2006. 3 DVD. (90 minutos).

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede gaúcha no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

\_\_\_\_\_. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

\_\_\_\_\_. A arte da renda: a globalização e transformação da cultura em commodities. In: **A produção capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 221-251.

HOLANDA, Sérgio B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

IDEMA, Instituto de Desenvolvimento Sustentável e meio Ambiente do RN. **Parque das Dunas/Via Costeira**. Disponível em: <[www.idema.rn.gov.br/](http://www.idema.rn.gov.br/)>. Acesso em: 16 fev. 2010.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JAMESON, Fredric. **Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 2000.

JORNAL DE HOJE. **Políticos tomam partido contra Marcos Santos sobre o terreno em Ponta Negra**. Natal, 31 jul. 2002.

JUSBRASIL NOTÍCIAS. **Combate a lavagem de dinheiro e turismo sexual**. Natal, 2006. Disponível em Em: <<http://www.jusbrasil.com.br/noticias>> Acesso em: 12 dez. 2009.

LACOSTE, Yves. **A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 3 ed. São Paulo: Papirus, 1988.

LEITE, Maria E. F. P. A natureza e a cidade: discutindo suas relações. In: SOUZA, Maria A. A. de; SANTOS, M.; SCARLATO, C. F. (Org.) **Natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica**. São Paulo: 1993, p. 139-145.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_. **A produção do espaço**. Belo Horizonte: Núcleo de geografia urbana da UFMG, 2006.

\_\_\_\_\_. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LIMA, Pedro. **Natal século XX: do urbanismo ao planejamento urbano**. Natal: EDUFRN, 2001.

LOJKINE, Jean. Da política estatal à política urbana: o papel do estado na urbanização capitalista. In: \_\_\_\_\_. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981, p. 121-174.

\_\_\_\_\_. Existe uma renda fundiária urbana? In: FORTI, Reginaldo. **Marxismo e urbanismo capitalista**. São Paulo: Ciências humanas, 1979.

LOPES JR., Edmilson. **A construção social da cidade do prazer**. Natal. Natal: Edufrn, 1997.

LUCHIARI, Maria T. D. P. Urbanização turística: um novo nexo entre o lugar e o mundo. In: SERRANO, Célia; BRUHNS, Heloísa T.; LUCHIARI, Maria T. D. P. (Orgs.). **Olhares contemporâneos sobre o turismo**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2004, p. 105-130.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis: Vozes, 2000.

MOESCH, Marutschka M. **Epistemologia Social do turismo**. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Turismo). Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo – USP.

MORDUE, Tom. Tourism, performance and social exclusion in “Olde York”. **Annals of Tourism Research**, v. 32, n. 1, p. 179-198, 2005.

MULLINS, Patrick. Tourism urbanization. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 15, n. 03, p. 326-342, 1991.

\_\_\_\_\_. Class relations and tourism urbanizations: the regeneration of the petite bourgeoisie and the emergence of a new urban form. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 18, n. 04, p. 591-608, 1994.

NATAL, Plano Diretor de. Lei Complementar nº 082 de 21 de junho de 2007. **Diário Oficial do Município**, n. 1170, 26 jun. 2007.

NATAL, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de. **Natal meu bairro, minha cidade**. Natal, 2009a.

NATAL, Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo de. **Instrumento do ordenamento urbano**. Natal, 2009b.

NO MINUTO. **Ministério Público denuncia 22 pessoas na Operação Impacto**. Natal, 24 jul. 2008. Disponível em: < <http://www.nominuto.com/noticias/politica/ministerio-publico-denuncia-22-pessoas-envolvidas-na-operacao-impacto/19194/>> Acesso em: 08 jan. 2010.

NOVO JORNAL. **Micarla apóia decisão do CONPLAM a favor dos espigões**. Natal, 3 fev. 2010. Disponível em: < <http://www.novojornal.jor.br/2010/03022010/03cid09.pdf>> Acesso em: 8 fev. 2010.

NOVO JORNAL. **Micarla volta atrás e detona espigões**. Natal, 5 fev. 2010. Disponível em: <<http://www.novojornal.jor.br/2010/05022010/05cid09.pdf>> Acesso em: 9 fev. 2010.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Projeto Milênio**. Belém, 2007. Disponível em: <[http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/download/grupo1/reuniao\\_belem/Natal\\_Turismo\\_Imobiliario\\_Belem.pdf](http://www.observatoriodasmetropoles.ufrj.br/download/grupo1/reuniao_belem/Natal_Turismo_Imobiliario_Belem.pdf)> Acesso em: 28 jan. 2010.

O POTI. **Querem tomar o campo do Botafogo**. Natal, 28 jul. 2002.

O ROÇADO que brotou foguete. Produção de Onofre Gomes de Lima. Natal, [1998?], 1 DVD (45 min), son., color.

PAIVA, Maria das Graças de M. V. et al. **Avaliação dos efeitos econômicos e sociais do turismo em Natal**. Natal: UFRN, 1988. Relatório Final.

\_\_\_\_\_. **Mundo Encantado**. RN Econômico, Natal, jul. 1996, p.7-9.

PEARCE, Douglas G. An integrative framework for urban tourism research. **Annals of Tourism Research**, v. 28, n. 4, p. 926-946, 2001.

PETER, H. **Fotos de Ponta Negra/Natal!** (nível de rua, muitas fotos). Skyscraper City. Natal, 2007. Disponível em: < [www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=524061](http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=524061) > Acesso em: nov. 2009.

PODER JUDICIÁRIO. Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte, 17ª. Vara Cível da Comarca de Natal. **Mandado de Desocupação**. Natal, jul. 2009.

PONTES, Beatriz M. S.; NÓBREGA JR., Orgival; LIMA, Juarez A. de. O processo fundiário urbano: teoria e realidade. In: \_\_\_\_\_. **Meio-ambiente e processo fundiário em conflito: Parnamirim e Nísia Floresta**. Natal: Edufrn, 1993, cap. 2, p. 27-60.

RN. Décima Sétima Vara Cível da Comarca de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. **Registro de Título de Legitimação de Terras de Domínio do Estado**: Processo nº 001.04.015524-3: Joaquim Felício de Moraes. Natal, RN, 11 jun. 2003, fl. 34.

RN. Décima Sétima Vara Cível da Comarca de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. **Certidão de Domínio Fundiário do 6º Ofício de Notas de Natal**: Processo nº 001.04.015524-3: Marcos Nelson dos Santos. Natal, RN, [2004?], fl. 77.

RN. Décima Sétima Vara Cível da Comarca de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.  
**Primeiro Veredicto do Processo nº 001.04.015524-3:** da Juíza Divone Maria Pinheiro.  
 Natal, RN, 28 jun. 2006a, fl. 247.

RN. Décima Sétima Vara Cível da Comarca de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.  
**Recurso de Apelação do Processo nº 001.04.015524-3:** do Advogado Fúlvio Gerônimo de Oliveira. Natal, RN, 14 ago. 2006b, fl. 273.

RN. Décima Sétima Vara Cível da Comarca de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.  
**Segundo Veredicto do Processo nº 001.04.015524-3:** Mildred Medeiros de Lucena. Natal, RN, 8 mar. 2007a, fl. 319.

RN. Décima Sétima Vara Cível da Comarca de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.  
**Homologação do Pedido de Renúncia do Direito de Recorrer da Decisão** (Processo nº 001.04.015524-3): Advogado Fúlvio Jerônimo de Oliveira. Natal, RN, 15 mar. 2007b, fl. 324.

RN. Décima Sétima Vara Cível da Comarca de Natal, Estado do Rio Grande do Norte.  
**Embargos de Retenção por benfeitorias do Processo nº 001.04.015524-3:** Advogados Paulo Afonso Linhares e Kennedy Lafaiete Fernandes Diógenes. Natal, RN, 31 jul. 2007c.

RN ECONÔMICO. **Uma indústria ainda modesta que está preparando seu salto.** Natal, dez., 1983, p. 36-39.

RN ECONÔMICO. **No RN, os trunfos ainda são sinônimos de natureza:** EMPROTURN vê com otimismo os hotéis da Via Costeira. Natal, dez. 1984, p. 8-16.

RN ECONÔMICO. **As muitas questões do uso do solo em Ponta Negra.** Natal, mar. 1985, p. 10-14.

RN ECONÔMICO. **O perigo da divulgação.** Natal, set. 1986, p. 4-6.

RN ECONÔMICO. **Turismo é irreversível.** Natal, nov./dez. 1986, p. 4-10.

RN ECONÔMICO. **Juros prejudicam o turismo.** Natal, abr. 1987, p. 17-18.

RN ECONÔMICO. **Nosso Potencial em teste.** Natal, jul. 1987, p. 42-43.

RN ECONÔMICO. **Tentando fugir da maré.** Natal, ago. 1988, p. 42-45.

RN ECONÔMICO. **250 mil turistas em Natal**. Natal, jan. 1989, p. 39-43.

RN ECONÔMICO. **A agonia de um monumento abandonado**. Natal, 4 jun. 1994, p. 44-45.

RN ECONÔMICO. **Arrumar a casa**. Natal, 18 jun. 1994, p. 7-9.

RN ECONÔMICO. **A hora do RN**. Natal, 1995, p.7-9.

RN ECONÔMICO. **Turismo de resultados**. Natal, fev., 1995, p.7-9.

RN ECONÔMICO. **Dinheiro para o turismo**. Natal, ago. 1995, p.7-9.

RN ECONÔMICO. **Reurbanização: saindo do papel**. Natal, mar. 1996, p. 35.

RN ECONÔMICO. **Abrindo as trilhas do turismo**. Natal, abr. 1996, p.7-9.

RN ECONÔMICO. **Mundo encantado**. Natal, jun. 1996, p. 7-9.

RN ECONÔMICO. **Entre a praia e a cidade**. Natal, jul. 1997, p.16-18.

RN ECONÔMICO. **Ações coordenadas**. Natal, ago. 1997, p. 21-22.

RN ECONÔMICO. **Urbanização**. Natal, 5/nov. 1997, p. 13.

RN ECONÔMICO. **Vinte e oito anos depois**. Natal, 26 nov. 1997, p.8-12.

RN ECONÔMICO. **Boas Vindas ao Verão**. Natal, nov. 1998, p.8-12.

RN ECONÔMICO. **Turismo prioridade**. Natal, abr. 1999, p.7-11.

RN, Rio Grande do Norte (Estado). Lei **Complementar nº129 de 02 de fevereiro de 1995**. Dispõe sobre a organização do Poder Executivo do Estado... Natal, RN. Disponível em: <<http://www.tce.rn.gov.br/2009/download/Leis%20Complementares%20Estado%20RN/95-129%20Estrutura%20PEEXEC.doc>> Acesso em: 16 dez. 2009.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo: razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia**. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008c.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Relatório da Pesquisa de Ponta Negra – Visitantes**. Natal, Dez. 2000. Disponível em: <[http://www2.rn.sebrae.com.br/uploads/aprendacomosebrae/estudosepesquisas/setoriais/setoriais\\_pesquisa\\_ponta\\_negra.pdf](http://www2.rn.sebrae.com.br/uploads/aprendacomosebrae/estudosepesquisas/setoriais/setoriais_pesquisa_ponta_negra.pdf)> Acesso em: 10 Jun. 2009.

SEMURB – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo. **Bairros: Ponta Negra – 2006**. Natal/RN. 2006. Disponível em: <<http://www.natal.rn.gov.br/semurb/>> Acesso em: 10 Jun. 2009.

SETUR, Secretaria Estadual de Turismo do Rio Grande do Norte. **Estimativa do fluxo turístico global no Rio Grande do Norte (1995-2008)**. Natal, 2009.

SEDEC, Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte. **Investimentos estrangeiros (pessoa física)**. Natal, 2009. Disponível em: <<http://www.sedec.rn.gov.br/>>. Acesso em: 04 jan. 2010.

SILVA, Maria José R. da; GOMES, Rita de Cássia da C. Nas contradições do “belo” a exclusão social no turismo: um olhar sobre Ponta Negra. **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, ano 3, n. 5, 2004, p. 57-66.

SIMONETTI, Miriam C. L. **Coisas da terra - a expansão territorial de Rio Claro: renda da terra e o poder político**. São Paulo, 1988. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo – USP.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Omega, 1979, p. 21-36.

SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOS PONTA NEGRA – Movimento popular sócio-ambiental... Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. Disponível em: <<http://sospontanegra.blogspot.com/>>. Acesso em: 10 Jun. 2009.

SOS PONTA NEGRA – Movimento popular sócio-ambiental... Natal, Rio Grande do Norte, Brasil. Disponível em: <<http://sospontanegra.blogspot.com/>>. Acesso em: 01 mar. 2010.

SOUZA, Itamar de. **Nova história de Natal**. 2. ed. Natal: Departamento estadual de imprensa, 2008.

SPOSITO, Maria E. B. A produção do território e a apropriação da renda fundiária em Presidente Prudente. In: \_\_\_\_\_. **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média. Presidente Prudente**: UNESP, 2001, p. 89-108.

START, Pesquisa e Consultoria Técnica Ltda. **Pesquisa sobre demanda internacional**. Natal, 2006 (mimeo).

TINÔCO, Marcelo. **Reurbanização**: saindo do papel. RN Econômico, Natal/RN, 1996, p.35.

TV PONTA NEGRA. **O caso da retirada das barracas de Ponta Negra**. Programa de entrevistas Abrindo o Jogo: Vicente Serejo entrevista Paulo Lopo Saraiva. Natal, 1999.

TRIBUNA DO NORTE. **Prefeito suspende licenças de obras no Morro de Careca**. Natal, 4 out. 2006a. Disponível em: < <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/prefeito-suspende-licencas-de-obras-no-morro-do-careca/23266>> Acesso em: 15 dez. 2009.

TRIBUNA DO NORTE. **Ofensiva policial reduz movimento em Ponta Negra**. Natal, 14 abr. 2006b. Disponível em: <<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/ofensiva-policial-reduz-movimento-em-ponta-negra/7445>> Acesso em: 19 dez. 2009.

TRIBUNA DO NORTE. **Empresários e prefeitura vão medir força nas ruas**. Natal, 19 dez. 2006c. Disponível em: < <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/empresarios-e-prefeitura-va-medir-forca-nas-ruas/29867>> Acesso em: 21 dez. 2009.

TRIBUNA DO NORTE. **Presidente da FIERN defende os construtores.** Natal, 22 dez. 2006d. Disponível em: < <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/presidente-da-fiern-defende-os-construtores/30128>> Acesso em: 22 dez. 2009.

TRIBUNA DO NORTE. **Câmara inicia votação do Plano Diretor de Natal.** Natal, 30 mar. 2007. Disponível em: < <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/camara-inicia-votacao-do-plano-diretor-de-natal/38554>> Acesso em: 23 dez. 2009.

TRIBUNA DO NORTE. **SEMURBE confirma liberação de obra.** Natal, 28 jan. 2010. Disponível em: < <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/semurb-confirma-liberacao-de-obra/138841>> Acesso em: 10 fev. 2010.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

UFRN, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Departamento de Arquitetura e Urbanismo. **Memorial descritivo do projeto:** concurso público nacional de idéias. Natal, 1995.

URRY, J. **O olhar do turista:** lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel, 1996.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão. Por uma boa pesquisa (qualitativa) em administração. In: VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes.(org.) **Pesquisa qualitativa em administração.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

VOTAÇÃO do Plano Diretor de Natal 2007. Produzido pela TV Câmara Municipal. Natal, 2007. 10 DVDs (1149 min), son., color.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ZUKIN, Sharon. Gentrification: culture and capital in the urban core. **Annual Review of Sociology**, v. 13, p. 129-147, 1987.

# **ANEXOS**

## ANEXO I



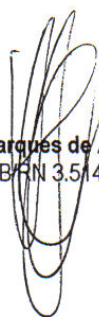
EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUIZA DE DIREITO DA 17.<sup>a</sup> VARA CÍVEL DA COMARCA DE NATAL, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE.

PROCESSO N.º 001.04.015524-3  
AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE  
AUTOR: IMOBILARIA SANTOS  
RÉU: BOTAFOGO FUTEBOL CLUBE

**BOTAFOGO FUTEBOL CLUBE**, já devidamente qualificado e com advogados já devidamente qualificados na procuração instrumentalizada na inicial, nos autos do processo em epígrafe, vem à presença de Vossa Excelência, **requerer a juntada de instrumento de substabelecimento**, bem como solicitar as devidas alterações dos nomes dos defensores para efeito das intimações de estilo, onde passaram a intervir nos autos desde já, tudo na forma da lei.

Nestes termos,  
Respeitosamente,  
Pedem e esperam deferimento,

Natal/RN, 13 de julho de 2006.

  
Dr. Wellington Marques de Albuquerque  
OAB/RN 3.514

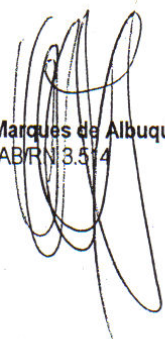
## ANEXO I

### SUBSTABELECIMENTO

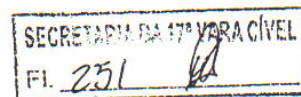
Substabeleço, sem reservas de poderes aos nobres causídicos **Dra. MARIA ANTÔNIA ROMUALDO DE ARAÚJO**, inscrita na OAB/RN sob o n.º 1.297, **Dra. NATÉRCIA MARIA PROTÁSIO DE LIMA**, inscrita na OAB/RN sob o n.º 1.038, **Dra. NÚNCIA RODRIGUES DE SOUZA CONRADO PONTES**, inscrita na OAB/RN sob o n.º 1.659, **Dra. REGINA CÉLIA PINTO DA SILVA**, inscrita na OAB/RN sob o n.º 1.392, **Dr. RAIMUNDO NONATO DO NASCIMENTO SEGUNDO**, inscrito na OAB/RN sob o n.º 2.240, **Dra. NEILA MARIA GÓIS DE BRITO GUERRA**, inscrita na OAB/RN sob o n.º 994, **Dra. MARIA DE FATIMA DE AMORIM COSTA**, inscrita na OAB/RN sob o n.º 1.527, **Dr. JANSEN LEIROS FERREIRA**, inscrito na OAB/RN sob o n.º 1.074, **Dr. FRANCISCO EVILÁSIO RESENDE IVO**, inscrito na OAB/RN sob o n.º 1.373, **Dr. MARCÍLIO LUIZ DIÓGENES**, inscrito na OAB/RN sob o n.º 1.752, **Dra. VERA LÚCIA PAIVA DE MENDONÇA**, inscrita na OAB/RN sob o n.º 1.199, **Dra. FRANCISCA CALIXTA MEDEIROS DA NÓBREGA**, inscrita na OAB/RN sob o n.º 1.097, **Dra. MARIA ZÉLIA DE MELO ONOFRE**, inscrita na OAB/RN sob o n.º 599 e **Dra. ZARA MUNICK COUTINHO DE MELO**, inscrita na OAB/RN sob o n.º 2.343, todos do quadro da **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**, os poderes outorgados por **BOTAFOGO FUTEBOL CLUBE**, no processo n.º 001.04.015524-3, **Ação de Imissão de Posse**, junto a 17.ª Vara Cível da Comarca de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, para que surta seus efeitos jurídicos.

Natal/RN, 13 de julho de 2006.

Dr. Wellington Marques de Albuquerque  
OAB/RN 3.514



## ANEXO II



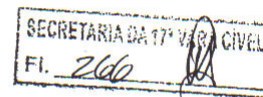
### SUBSTABELECIMENTO

Substabeleço, sem reservas de poderes a nobre causídica **Dra. LUCIANA CLAUDIA DE OLIVEIRA COSTA**, inscrita na OAB/RN sob o n.º 3456, com endereço profissional na rua Floriano Peixoto, 523, Petropolis, Natal/RN, os poderes outorgados por **BOTAFOGO FUTEBOL CLUBE**, no **processo n.º001.04.015524-3, Ação de Imissão de Posse**, junto a 17.ª Vara Cível da Comarca de Natal, Estado do Rio Grande do Norte, para que surta seus efeitos jurídicos.

Natal/RN, 13 de julho de 2006.

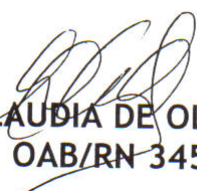
Dr. Wellington Marques de Albuquerque  
OAB/RN 3.514



**ANEXO III****SUBSTABELECIMENTO**

Nesta data, eu, **LUCIANA CLAUDIA DE OLIVEIRA COSTA**, brasileira, casada, inscrita na OAB/RN sob o n.º 3456, com endereço profissional na Avenida Floriano Peixoto, 523, Petrópolis, **SUBSTABELEÇO**, sem reservas os poderes conferidos por **BOTAFOGO FUTEBOL CLUBE DA VILA DE PONTA NEGRA**, objeto do Processo nr. 001.04.015524-3, em trâmite na 17ª Vara Cível da Comarca de Natal, na pessoa do Advogado **FULVIO GERÔNIMO DE OLIVEIRA**, inscrito na OAB/RN sob o n.º 542, com o endereço profissional na Rua Jundiá, 546, Tirol, Natal/RN.

Natal/RN, 14 de julho de 2006.

  
**LUCIANA CLAUDIA DE OLIVEIRA COSTA**  
**OAB/RN 3456**

## ANEXO IV



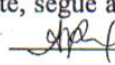
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL  
SECCÃO DO RIO GRANDE DO NORTE  
TRIBUNAL DE ÉTICA E DISCIPLINA  
Av. Câmara Cascudo, 478 – Centro Natal/RN  
CEP: 59025-280 Tel. 4008-9400/9401

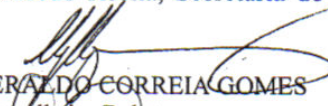
PROCESSO N.º 906/2007

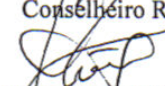
Representante: ONOFRE GOMES DE LIMA

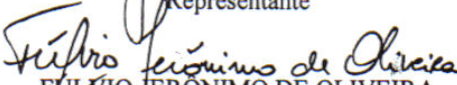
Representado: Dr. FÚLVIO JERÔNIMO DE OLIVEIRA

## TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Aos 18 (dezoito) dias do mês de setembro de 2007, pelas 16h35min., na sala do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Rio Grande do Norte, sob a presidência do Conselheiro Relator Dr. Carlson Geraldo Correia Gomes, foi feito o pregão da presente audiência de conciliação entre as partes acima nominadas, presente ambas as partes. Aberta a audiência compareceu o representante Onofre Gomes de Lima, Edison Nonato de Faria - vice presidente do Botafogo Futebol Clube, CPF: 005587450-91 e o Padre João Farias, Padre da Igreja Católica e representante da comunidade da Vila de Ponta Negra, e o representado acompanhado de sua advogada Candice de Oliveira Aires OAB/RN 6.735. Foi relatado em audiência que a representação em si seria contra os Defensores Públicos: Valério Djalma Cavalcanti Marinho 270, Núncia Rodrigues de Souza Conrado Pontes OAB/RN 1.659 e Luciana Cláudia de Oliveira OAB/RN 456 e não o representado, que desde já o representante requer a exclusão do Dr. Fúlvio Jerônimo de Oliveira OAB/RN 542-A, por achar que o mesmo não teve nenhum ato que compromettesse a sua ética profissional, vez que, o mesmo entrou apenas na fase de recurso de apelação, sem também os representantes presentes nesta audiência saberem como o processo chegou em suas mãos. Sendo assim, suspende a audiência para intimação dos novos representados em data a ser marcada com intimação de ambas as partes. Encerrada a presente, segue a ata, a qual vai assinada por mim, Andréa Paiva de Macêdo Rocha, Secretária do TED  e pelos presentes.

  
CARLSON GERALDO CORREIA GOMES  
Conselheiro Relator

  
ONOFRE GOMES DE LIMA  
Representante

  
FÚLVIO JERÔNIMO DE OLIVEIRA  
Representado

  
ANDRÉA PAIVA DE MACÊDO ROCHA  
Secretária do TED

  
Candice de O. Aires  
OAB/RN 6735

## ANEXO V

FROM: OSMORECIFE

PHONE NO. : 08121262712

Jul. 14 2006 12:31PM P02

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
SECRETARIA DA FAZENDA

13/07/2006

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO - JUCEPE

CERTIDÃO ESPECÍFICA

Página: 001 / 002

## Certificamos que:

CONFORME DOCUMENTOS ARQUIVADOS NESTA JUNTA COMERCIAL, INFORMAMOS QUE A EMPRESA SUPRA FOI CONSTITUÍDA EM 06/02/1973 SOB A DENOMINAÇÃO SOCIAL URBUS S/A EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIO, SOB O NIRE 2630003273-2, EM 20/09/1973 ALTEROU SUA DENOMINAÇÃO PARA CRECIP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A; EM 07/12/1976 HOUE FUSÃO DA CRECIP EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A, MAXIMOVFI EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A E VISOR S/A CONSULTORIA E NEGOCIOS, CONFORME AGE DE 10/07/1981, SENDO ALTERADA SUA DENOMINAÇÃO PARA VISOR CONSULTORIA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A; EM 21/04/1988 ALTEROU PARA VISOR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S/A E EM 02/09/1993 ALTEROU PARA VISOR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA SENDO ENQUADRADA EM EPP EM 12/03/2004. INFORMAMOS NOME DOS SOCIOS DESDE A ALTERAÇÃO DA MESMA EM COTAS DE RESPONSABILIDADES LTDA ATE A DATA ATUAL: MONICA SERUR BRUNI, CPF 008.268.688-27 PERIODO: 02/09/1993 A 28/09/1998; ANA BEATRIZ SERUR DOS SANTOS, CPF Nº 111.243.288-40; EDUARDO MONTENEGRO SERUR, CPF Nº 083.374.148-98, PERIODO: 02/09/1993 A 04/02/2004; PAULO BELTRÃO DOS SANTOS DIAS JR, CPF Nº 386.842.414-87, PERIODO: 03/01/1996 A 04/02/2004; THEOPHILO SERUR NETO, CPF Nº 021.478.618-80, INGRESSOU NA SOCIEDADE EM 02/09/1993 E PERMANECE ATE A DATA ATUAL; PAULO ANTONIO DE OLIVEIRA MELO, CPF Nº 356.498.964-87, INGRESSOU NA SOCIEDADE EM 01/02/2001 E PERMANECE ATE A PRESENTE DATA. OUTROSSIM DEIXAMOS DE INFORMAR NOME DOS SOCIOS NO PERIODO QUE A REFERIDA EMPRESA ERA SOCIEDADE ANONIMA FECHADA, POIS NÃO CONSTAM SOCIOS E SIM ACIONISTAS E POR SER SOCIEDADE ANONIMA NÃO DISPOMOS DA RELAÇÃO COM O NOME DOS MESMOS.

nome empresarial: VISOR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA EPP

NIRE: 26 2 0080462 8

CNPJ: 08.024.689/0001-04

## Arquivamentos Posteriores

| evento | número      | data       | descrição                                              |
|--------|-------------|------------|--------------------------------------------------------|
| B02    | 26200804628 | 10/07/1981 | REGISTRO/CONSTITUICAO                                  |
| B05    | 950805580   | 03/01/1996 | ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)               |
| 310    | 070867480   | 02/10/1997 | OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO |
| 310    | 980445094   | 29/06/1998 | OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO |
| B05    | 980590590   | 28/09/1998 | ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)               |
| 310    | 990291421   | 21/05/1999 | OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO |
| B05    | 990410951   | 15/07/1999 | ALTERACAO DE DADOS DA SEDE (EXCETO NOME)               |

RECIFE - PE, 13 de Julho de 2006

  
 ROBERTO CAVALCANTI TAVARES  
 SECRETARIO-GERAL
\*06067  
08067488-1
  
 Maria Rosângela Cavalcanti Morais  
 Chefe da Unidade de Certidões  
 14/07/2006

## ANEXO VI

### ROTEIRO DE ENTREVISTA: SEGMENTO DO ESTADO

Tipo: **SETUR/SETURDE**

Entrevistado:

Cargo:

Outras representações coletivas em Natal:

Atividades desenvolvidas no setor turístico

Estado e Prefeitura

Como a instituição avalia a atuação e a importância dos seguintes atores: Prefeitura, Câmara Municipal, SEMURB e Ministério Público no que tange a urbanização e as questões relacionadas ao turismo na Orla e na Vila de Ponta Negra?

Qual a sua avaliação sobre a última reurbanização de Ponta Negra e sua repercussão para a atividade turística e para a comunidade da Vila?

A Prefeitura está elaborando um novo projeto de urbanização da Orla de Natal em parceria com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Portugal (LNEC). Como o senhor avalia essa parceria e que obras de infra-estrutura urbana e modificação na orla espera que sejam realizadas para impulsionar o turismo em Ponta Negra?

Qual a sua posição sobre o emissário submarino, a área *non aedificandi* e a AEIS? De que forma o emissário e essas áreas podem influenciar nas questões relativas à urbanização e ao turismo no bairro?

Como a instituição observa a relação entre o turismo de Natal centrado no apelo sol, mar e natureza e o crescimento do mercado imobiliário? Como o senhor avalia o descompasso entre o crescimento urbano do bairro e os investimentos em infra-estrutura?

Como o senhor observa a relação entre desenvolvimento turístico em Ponta Negra e comunidade local, em especial os nativos da Vila. De que forma a Vila pode se inserir no desenvolvimento turístico do bairro?

Que impactos a mídia local tem produzido sobre as questões relativas ao turismo e as transformações ocorridas em Ponta Negra? Como você avalia a atuação da EMPROTUR no que se refere ao marketing turístico da cidade e que atores têm influenciado mais efetivamente nessas estratégias?

Faça uma consideração final sobre os obstáculos que se interpõem a preservação e a conservação ambiental, social, e cultural em Ponta Negra?

## ANEXO VII

### ROTEIRO DE ENTREVISTA: SEGMENTO DO ESTADO

Tipo: **EMPROTUR**

Entrevistado:

Cargo:

Outras representações coletivas em Natal:

Atividades desenvolvidas no setor turístico:

Qual a imagem que se busca produzir da cidade de Natal e a partir de quais elementos da paisagem e da cultura estrutura-se as campanhas de marketing turístico? E para quais destinos e segmentos elas são direcionadas?

Quais os segmentos da sociedade e/ou do mercado que participam ou opinam sobre as estratégias de marketing turístico de Natal? E como ocorre essa participação?

São diversas mudanças que ocorreram no bairro de Ponta Negra, elas são de ordem estrutural (reurbanização da orla, verticalização, investimentos em infra-estrutura) comportamental (novos estilos de vida que se refletem em mudanças de hábitos, padrões sociais e formas culturais distintas), econômica (redução da atividade pesqueira, surgimento de outras formas de negócios e empregos). Quais as suas expectativas sobre esse processo de transformação? E como você avalia a repercussão dele para o turismo e para o marketing turístico?

Que projetos ou ações de reurbanização, reestruturação, construção, ou empreendimentos no bairro a empresa apóia ou pretende apoiar? E por quais razões?

Na sua concepção o fato da Vila estar próxima da praia de Ponta Negra afeta o turismo e as estratégias de Marketing turístico? De que maneira?

Como você avalia a posição e a atuação da mídia local (tv, jornal, revista, governo, etc.) no processo de divulgação do turismo em Natal? Que impactos ela produziu sobre as questões relativas à relação entre turismo e transformação do espaço (urbanização) em Ponta Negra?

Em um debate realizado pela TV Universitária, o Presidente do CRECI/RN comentou ser uma incoerência do Estado realizar tantos investimentos em divulgação e marketing e quando os empresários decidem investir na cidade se deparam com uma insegurança jurídica, referindo-se a suspensão das obras no entorno do Morro do Careca. Como você avalia essa questão e como você avalia a atuação dos seguintes atores relacionados a esse evento: a) Prefeitura, b) Câmara Municipal, c) SEMURB, d) Ministério Público.

É possível perceber uma mudança de postura da administração municipal anterior e da atual no que tange aos prédios embargados na vila. Como você avalia essa mudança e como ela repercute no marketing turístico da cidade?

Quais obras de infra-estrutura urbana a EMPROTUR espera que seja realizada ou planejada para desenvolver o turismo em Ponta Negra?

Faça uma consideração final sobre como o Sr. Observa a relação entre o desenvolvimento do turismo em Ponta Negra e a comunidade local, em especial aos moradores da Vila de Ponta Negra.

## ANEXO VIII

### ROTEIRO DE ENTREVISTA: SEGMENTO DO ESTADO

Tipo: **SEMURB**

Entrevistado:

Cargo:

Outras representações coletivas em Natal:

Atividades desenvolvidas no setor turístico

Como a SEMURB avalia a atuação e a importância dos seguintes atores: Prefeitura, Câmara Municipal, Ministério Público e da própria SEMURB no que tange a urbanização e as questões relacionadas ao turismo na Orla e na Vila de Ponta Negra?

Qual a posição da SEMURB sobre o emissário submarino, a área *non aedificandi*, a AEIS? Sabe-se que a SEMURB, elaborou um projeto para a área *non aedificandi* de autoria da senhora Florésia, esse projeto será implementado?

A Prefeitura está elaborando um novo projeto de reurbanização da Orla de Natal em parceria com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Portugal (LNEC). Quais as obras de infraestrutura que serão implementadas na Orla e de que modo elas beneficiarão o turismo?

Embora o senhor não estivesse à frente da Secretaria na época, qual a sua avaliação da última reurbanização da orla de Ponta Negra e seus impactos para população da Vila especificamente e para a atividade turística no local?

Como o senhor avalia o descompasso entre o crescimento urbano de Ponta Negra e os investimentos em infraestrutura no bairro? Como o senhor observa a relação entre o turismo de Natal centrado no apelo sol, mar e natureza e as pressões do mercado imobiliário e da verticalização da cidade?

Faça uma consideração final sobre os obstáculos que se interpõem a preservação e a conservação ambiental, social e cultural, em Ponta Negra, especificamente na área da Vila e da Orla?

## ANEXO IX

### ROTEIRO DE ENTREVISTA: SEGMENTO DO ESTADO

Tipo: **Promotoria de Defesa Estadual do Meio Ambiente**

Entrevistado:

Cargo:

Outras representações coletivas em Natal:

Atividades desenvolvidas no setor turístico

Como à senhora avalia a atuação e a importância dos seguintes atores: a Prefeitura, a Câmara Municipal, a SEMURB e o próprio Ministério Público no que tange a urbanização e as questões relacionadas ao turismo na Orla e na Vila de Ponta Negra?

Como à senhora avalia a articulação e o envolvimento de cidadãos civis junto ao Ministério Público nas questões relativas ao processo de urbanização e do desenvolvimento turístico de Ponta Negra desde que assumiu a função em Natal? Que transformações a senhora identifica nesse período?

Como à senhora avalia a posição e a atuação da mídia local no que se refere à atuação do Ministério Público nas questões relativas ao Meio Ambiente em Natal? Que impactos ela tem produzido sobre o papel do MP e as transformações urbanística e/ou a conservação ambiental do espaço de Ponta Negra? Pela imprensa se tem a impressão de que o MP atua apenas em Ponta Negra, há uma convergência de interesses que move a mídia nesse sentido?

Em 2000 foi ajuizado uma ação civil pelo Ministério Público para suspender as obras do sistema de esgotamento sanitário de Ponta Negra em função da ausência de estudos adequados, mas embora essa liminar tenha sido deferida, ela foi cassada pelo TJ. O que levou o TJ a cassá-la e que atores estavam envolvidos nesse processo de cassação?

Qual a posição do Ministério Público sobre a questão do emissário submarino, a área *non aedificandi*, a AEIS e a Orla? E como os atores têm se posicionado nas audiências públicas no tocante a esses assuntos e sob quais alegações?

Embora a senhora não estivesse à frente do MP na época, qual a sua avaliação da reurbanização da orla de Ponta Negra e seus impactos para população da Vila especificamente e para a atividade turística no local? Numa análise geral, que infrações podem ser apontadas no âmbito da legislação ambiental?

Faça uma consideração final sobre os obstáculos que se interpõem a preservação e a conservação ambiental, social e cultural, em Ponta Negra, especificamente na área da Vila e da Orla?

## ANEXO X

### ROTEIRO DE ENTREVISTA: SEGMENTO PRIVADO

Tipo: **SINDUSCON/CRECI-RN**

Entrevistado:

Cargo:

Outras representações coletivas em Natal:

Atividades desenvolvidas no setor turístico:

Como o setor avalia a atuação e a importância dos seguintes atores: Prefeitura, Câmara Municipal, SEMURB e Ministério Público no que tange a urbanização e as questões relacionadas ao turismo voltado para o segmento imobiliário na Orla e na Vila de Ponta Negra?

Qual a área de ponta Negra mais atrativa atualmente para o mercado imobiliário? E qual o principal segmento interessado em possíveis empreendimentos que possam ser construídos nessa área?

Que aspectos são considerados importantes no processo de valorização do solo urbano da Vila e da Orla de Ponta Negra? E que aspectos são mais ressaltados no processo de divulgação dos empreendimentos localizados no bairro?

Em que medida o plano diretor atual implica no crescimento do setor? E que outros obstáculos se interpõem ao crescimento do mercado imobiliário em Ponta Negra, especificamente na área da Vila e da Orla?

Existe um movimento contrário ao crescimento do mercado imobiliário na Vila de Ponta Negra, intitulado SOS Ponta Negra. Como o segmento avalia as contestações da população, centradas principalmente na defesa da paisagem do Morro do Careca e da permanência da população nativa naquele espaço?

Qual a posição do setor sobre a questão do emissário submarino, a área *non aedificandi*, a AEIS e a Orla?

A Prefeitura está elaborando um novo projeto de reurbanização da Orla de Natal em parceria com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Portugal (LNEC). Como ele está sendo visto pelo setor? E que modificações na Orla o setor espera que sejam implementadas nesse novo projeto?

Como o setor avalia a posição e a atuação da mídia local no que se refere às questões relativas ao urbanismo e ao turismo em Ponta Negra? Que impactos ela tem produzido sobre as transformações urbanísticas do bairro? E de que forma ela tem sido útil ou prejudicial para o segmento da construção civil?

## ANEXO XI

### ROTEIRO DE ENTREVISTA: SEGMENTO PRIVADO

Tipo: **Entidades representativas de classes**

Entrevistado:

Cargo:

Outras representações coletivas em Natal:

Atividades desenvolvidas no setor turístico:

Como o setor avalia a atuação e a importância dos seguintes atores: Prefeitura, Câmara Municipal, SEMURB e Ministério Público no que tange a urbanização e as questões relacionadas ao turismo na Orla e na Vila de Ponta Negra?

Como a instituição avalia a relação entre o crescimento do mercado imobiliário no bairro e o desenvolvimento turístico? Especificamente sobre os espigões embargados recentemente ao lado do Morro do Careca qual a avaliação da ABIH/RN?

Na opinião da instituição quais são os principais obstáculos que se interpõem ao desenvolvimento turístico em Ponta Negra? E como o segmento hoteleiro avalia a localização da Vila nas proximidades dos equipamentos turísticos e o impacto dela sobre desenvolvimento do turismo no bairro?

Que impactos a mídia local tem produzido sobre as questões relativas ao turismo e as transformações ocorridas em Ponta Negra? Como a instituição avalia a atuação da EMPROTUR no que se refere ao marketing turístico da cidade? E de que maneira a instituição influencia nessas questões?

Que projetos ou ações de infra-estrutura no bairro a instituição apóia atualmente? Qual a área de Ponta Negra de maior interesse atualmente? E por quê?

Qual a avaliação da instituição sobre a última reurbanização de Ponta Negra e sua repercussão para atividade turística? Que aspectos positivos e negativos podem ser apontados?

A Prefeitura está elaborando um novo projeto de urbanização da Orla de Natal em parceria com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Portugal (LNEC). Que ações a instituição sugeriria nesse novo projeto de urbanização, especificamente para a área da Vila e da Orla de Ponta Negra?

## ANEXO XII

### ROTEIRO DE ENTREVISTA

Tipo: **Entidades Representativas da Sociedade Civil - Associações do bairro**

Entrevistado:

Cargo:

Outras representações coletivas em Natal:

Atividades desenvolvidas no setor turístico:

Como o setor avalia a atuação e a importância dos seguintes atores: Prefeitura, Câmara Municipal, SEMURB e Ministério Público no que tange a urbanização e as questões relacionadas ao turismo na Orla e na Vila de Ponta Negra?

Qual a posição da Associação sobre a questão do emissário submarino, a área *non aedificandi*, a AEIS e a Orla no que concerne à urbanização e ao turismo nesses espaços?

Como a Associação avalia a posição das entidades representativas do bairro no que concerne aos assuntos relativos à urbanização e ao turismo no bairro e especificamente na Vila e na Orla? Quais são as principais divergências e convergências existentes entre essas representações?

Como a Associação avalia a posição e a atuação da mídia local no que se refere às questões relativas ao urbanismo e ao turismo em Ponta Negra? Que impactos ela tem produzido sobre as transformações urbanísticas do bairro? E de que forma ela tem sido útil ou prejudicial para o bairro e especificamente para a Vila e Orla?

São diversas mudanças que ocorreram no bairro de Ponta Negra, elas são de ordem estrutural (reurbanização da orla, verticalização, investimentos em infra-estrutura) comportamental (novos moradores de lugares diversos com novos estilos de vida, de hábitos, padrões sociais e formas culturais distintas), econômica (intensificação do turismo e proliferação de shopping). Como a comunidade vem se manifestando sobre essas transformações e que aspectos preocupam a comunidade do conjunto?

Embora a senhora ou senhor não estivesse à frente da Associação na época, qual a sua percepção da reurbanização da orla de Ponta Negra e seus impactos para população da Vila especificamente e para a atividade turística no local? Que mudanças de hábitos a senhora percebe em termos de comportamento dos moradores do conjunto no que concerne a praia?

A Prefeitura está elaborando um novo projeto de reurbanização da Orla de Natal em parceria com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Portugal (LNEC). Como ele está sendo visto pela Associação? E que modificações na Orla a Associação espera que sejam implementadas?

## ANEXO XIII

### ROTEIRO DE ENTREVISTA: TERCEIRO SETOR E/OU MOVIMENTO SOCIAL

Tipo: **ONG e Movimento Social**

Entrevistado:

Cargo:

Outras representações coletivas no bairro ou em Natal:

Atividades desenvolvidas no setor turístico:

Como você avalia a atuação e a importância do Estado, especificamente da Prefeitura, da Câmara Municipal e do Ministério Público para a urbanização e para o turismo na Orla e na Vila de Ponta Negra? É possível perceber uma mudança de postura da administração municipal anterior e da atual no que tange aos prédios embargados na Vila. Como o senhor ou a senhora avalia essa mudança e qual a repercussão dela para o bairro?

Observa-se que a população tem recorrido ao Ministério Público e a mobilização social para contestar determinadas ações no bairro. Qual a repercussão de cada um desses mecanismos e que outros mecanismos ou formas de articulação estão emergindo?

Como você avalia a posição e a atuação da mídia local (tv, jornal, revista, governo, etc.) no processo de divulgação do turismo em Natal? Que impacto ela produziu sobre as questões relativas à relação entre turismo e urbanização na vila e orla de Ponta Negra?

O bairro tem passado por um processo acelerado de mudanças de ordem estrutural (reurbanização da orla, verticalização, investimentos em infra-estrutura.) comportamental (novos estilos de vida que refletem em mudanças de hábitos, padrões sociais e formas culturais distintas), econômica (redução da atividade pesqueira, surgimento de outras formas de negócios e empregos). Qual a relação que você percebe entre essas mudanças e a atividade turística que se desenvolve no bairro e o projeto de urbanização implementado?

A Prefeitura está elaborando um novo projeto de urbanização da Orla de Natal em parceria com o Laboratório Nacional de Engenharia Civil de Portugal (LNEC). Como ele está sendo visto e acompanhado? E que ações você sugeriria nesse novo projeto de urbanização?

## ANEXO XIV

### ROTEIRO DE ENTREVISTA: MEMÓRIA VIVA DO BAIRRO

Obs.: Essas pessoas foram identificadas através da técnica bola de neve, juntamente com as informações prestadas pelo centro de idosos do bairro. Embora tenha se identificado pessoas mais idosas vivas, essas não usufruíam de plena capacidade mental para contar a história do lugar.

Entrevistado:

Naturalidade:

Data de nascimento:

idade:

Ano em que fixou residência no bairro:

Primeira Localização:

Localização atual:

Atividade realizada:

Grau de instrução:

Fale-me como era Ponta Negra na sua infância e como as pessoas viviam e o que elas faziam?

Como à senhora ou senhor descreve a experiência vivida pela comunidade quando apareceu o senhor Fernando Pedrosa dizendo ser o proprietário das terras da comunidade?

Como a comunidade passou a viver após a instalação da Base de Foguetes Barreira do Inferno nas terras da comunidade?

Como à senhora ou o senhor observa o comportamento de Don Eugênio de Araújo Sales em relação às terras e as necessidades de utilização delas pela comunidade naquela época?

Quais as suas recordações da Vila sobre a época da Segunda Guerra Mundial?

Como à senhora ou senhor analisa Ponta Negra hoje com a atividade turística?

## ANEXO XV

### ROTEIRO DE ENTREVISTA: **BARRAQUEIROS**

Entrevistado:

Naturalidade:

Data de nascimento:

idade:

Ano em que fixou residência no bairro:

Primeira Localização:

Localização atual:

Atividade realizada:

Grau de instrução:

Qual a sua opinião sobre a atuação do Estado, especificamente, da Prefeitura de Natal, antes, durante e depois do processo de reurbanização da Orla de Ponta Negra?

Qual a sua avaliação sobre a retirada das barracas e como ela repercutiu no bairro, e mais especificamente, na Vila de Ponta Negra?

Quais as dificuldades enfrentadas pelos barraqueiros durante a época das barracas e após sua retirada?

Qual a sua avaliação do papel da mídia local no processo de retirada das barracas de Ponta Negra?

Quais os mecanismos utilizados pelos barraqueiros para lutar por seus interesses e com quais atores puderam se articular?

Como se deu a participação do advogado Paulo Lopo Saraiva nesse processo?

Qual a sua opinião sobre o turismo na cidade e até que ponto ele vem beneficiando a comunidade?